

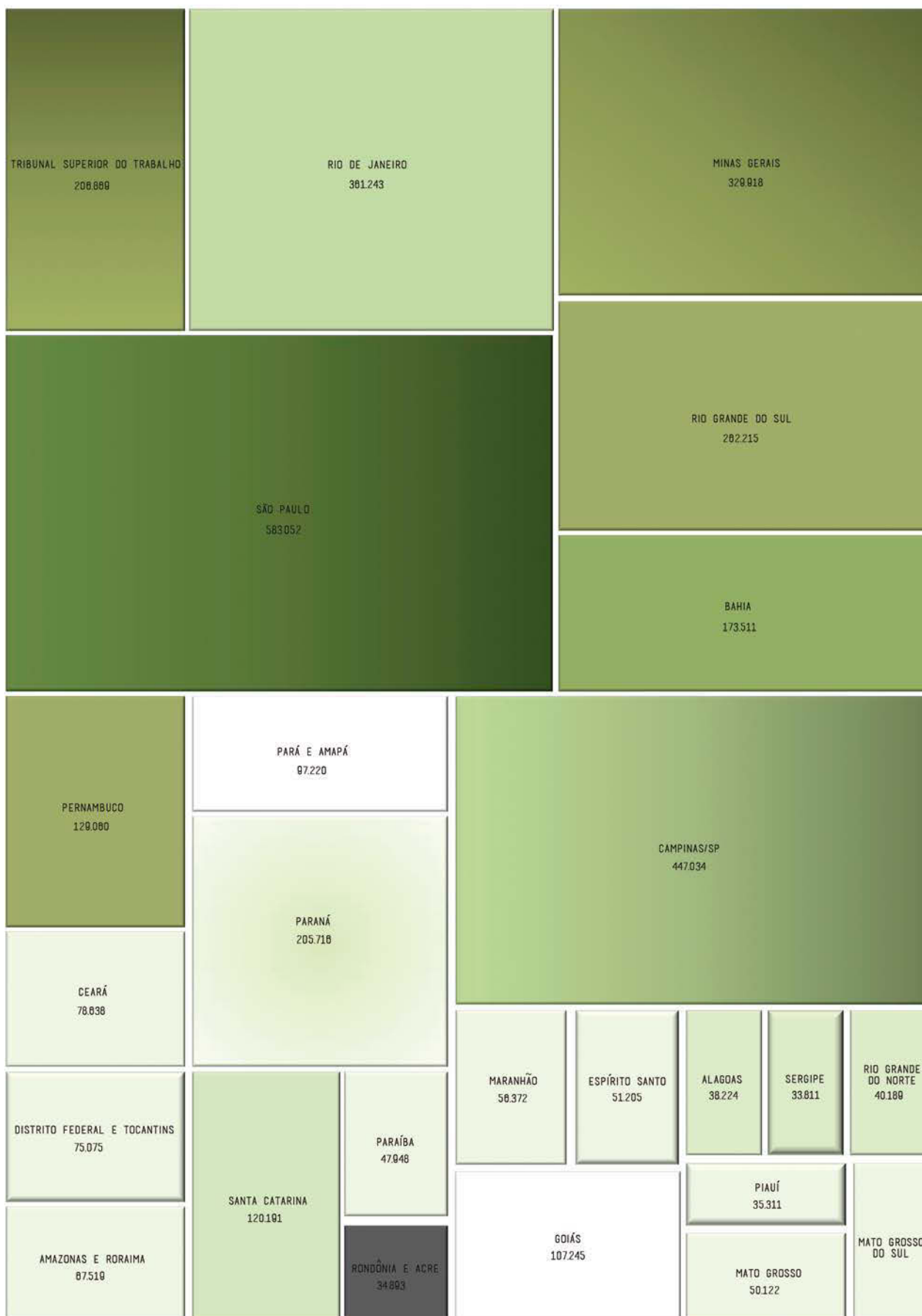


RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2017

INFORMAÇÕES DO GRÁFICO: TRIBUNAL/REGIÃO JUDICIÁRIA CASOS NOVOS EM 2017



Tribunal Superior do Trabalho
Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2017

Brasília, DF
2018

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Bloca A, Sala 241

CEP 70.070-943

Telefone 3043-3675

www.tst.jus.br/estatistica

cestp@tst.jus.br

Elaboração

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Projeto Gráfico e Editoração

Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT

Revisão e Supervisão Editorial

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

 **2018** Coordenadoria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Coordenador Júlio César Moreira Marino

Substituta do Coordenador Taise de Castro Xavier da Silveira

Supervisor da Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT Elmiro Andrei Tarrago Jaques

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico do TST Antonio Carlos Andrade Cubells

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico dos TRTs Sandro Magnos Karkow

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico das VTs Diêgo Carneiro Lopes

Servidores Hilvio Maciel Carvalho
Auricélio Rosendo Timbó
André Silva de Queiroz
João Paulo de Lima Silva
Janaína Bortoluzzi Cardoso
William Bacelar Rezende

Estagiários Brenda de Moraes Sousa Rocha
Jailson Rodrigues da Silva
Ana Carolina Miguel Jacobson
Gabriel Reis Lourenço Nogueira

A apresentação

O Tribunal Superior do Trabalho apresenta o Relatório Geral da Justiça do Trabalho com dados estatísticos alusivos aos processos que tramitaram nos três graus de jurisdição no ano de 2017 provenientes de informações existentes no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias - e-Gestão e no Sistema de Apoio à Decisão do TST.

A importância do Relatório Geral, publicado por esta Corte desde 1946, reside no compromisso com a ampla publicidade das informações acerca da atividade judicante, abrindo espaço à participação da sociedade no permanente esforço dos magistrados e servidores que integram a Justiça do Trabalho na busca de novos caminhos para alcançar a celeridade ansiada por aqueles que a ela recorrem.

Sintetizam-se, abaixo, os principais destaques do Relatório Geral.

A Força de Trabalho do Judiciário Trabalhista contava com 46.499 magistrados e servidores, quantitativo 2,2% inferior ao do ano anterior. A sua produtividade, entretanto, ficou 7,5% superior à alcançada em 2016.

Os quantitativos de magistrados e de servidores a cada 100.000 habitantes do País apresentaram decréscimos consecutivos desde 2012 e finalizaram o ano com os valores de 1,9 magistrado e de 20,8 servidores respectivamente.

A despesa da Justiça do Trabalho para cada habitante foi de R\$ 95,09, 2,5% inferior à de 2016. Em contrapartida, a Justiça do Trabalho arrecadou para a União o montante de R\$ 3.588.477.056,26 em IR, INSS, Custas, Emolumentos e multas aplicadas pelo Órgão de Fiscalização, valor correspondente a 18,2% da sua despesa orçamentária e 6,5% superior ao arrecadado em 2016.

Foram pagos aos reclamantes R\$ 27.082.593.692,57, 8,2% a mais que em 2016. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 43,4% do total e aumentaram 26,7%; os decorrentes da execução da sentença representaram 46,4% e reduziram 5,0%.

A demanda processual, em comparação com o ano anterior, reduziu 0,7%, somando ao final de 2017, 3.675.042 Casos Novos. A cada 100.000 habitantes do País, 1.770 pessoas ingressaram com pelo menos uma ação ou recurso na Justiça do Trabalho.

Nas três Instâncias, a Indústria liderou o ranking de atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos. Além dessas atividades, compuseram o ranking, no TST, a Administração Pública e o Transporte e, nos Tribunais Regionais e Varas do Trabalho, os Serviços Diversos e o Comércio.

Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram: Aviso Prévio, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, Multa de 40% do FGTS e Multa do Artigo N.º 467 da CLT.

O total a julgar por magistrado apresentou aumentos consecutivos desde 2010 e alcançou o quantitativo de 1.884 processos, 4,6% a mais que em 2016.

Foram julgados 4.287.952 processos, 99,4% do total recebido. No TST, esse percentual alcançou 103,1%; nos TRTs, 93,0% e nas VTs, 101,3%.

A informação do cômputo médio do tempo entre o ajuizamento de uma ação e o seu encerramento demonstra que, no TST, esse prazo foi de 1 ano, 7 meses e 26 dias; nos Tribunais Regionais do Trabalho, de 8 meses e 24 dias e, nas Varas do Trabalho, de 7 meses e 28 dias na Fase de Conhecimento e de 2 anos, 9 meses e 22 dias na Fase de Execução.

O percentual de conciliações atingiu o índice mais baixo desde 2008: 45,8%. As Regiões Judiciárias que alcançaram os maiores percentuais foram 9ª Região, com 54%; 19ª, 12ª e 23ª Regiões, com 52% e 2ª Região, com 51%.

As execuções iniciadas somadas às execuções pendentes de anos anteriores - pendentes de execução e em arquivo provisório - totalizaram 3.355.378 processos. Desse total, foram encerradas 671.912, 20,0%. As Regiões Judiciárias que alcançaram os maiores percentuais de execuções encerradas em relação ao total a executar foram: 17ª Região, com 60%; 11ª Região, com 45%; 6ª Região, com 38%; 15ª Região, com 33%, e 8ª e 13ª Regiões, com 31%.

No TST, 23,2% das decisões monocráticas foram agravadas. Houve interposição de Embargos de Declaração em 7,6% das decisões proferidas e de Embargos em 3,6% dos acórdãos publicados. Nos TRTs, a Recorribilidade Interna foi da ordem de 20,2%; nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 27,6% das sentenças proferidas.

No TST, a Recorribilidade para o STF foi da ordem de 10,9% dos processos julgados; nos TRTs, a recorribilidade para a instância superior foi de 38,6% dos acórdãos publicados e das decisões monocráticas; nas VTs, a Recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 54,3% das sentenças proferidas e, na Fase de Execução, foi de 86,8% das decisões em Embargos à Execução.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
PRESIDENTE

MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
VICE-PRESIDENTE

MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

MINISTRO EMMANOEL PEREIRA

MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

MINISTRO ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA

MINISTRA MARIA DE ASSIS CALSING

MINISTRA DORA MARIA DA COSTA

MINISTRO FERNANDO EIZO ONO

MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA

MINISTRO MAURICIO GODINHO DELGADO

MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN

MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

MINISTRA MARIA HELENA MALLMANN

MINISTRO BRENO MEDEIROS

MINISTRO ALEXANDRE LUIZ RAMOS





COELIS MARIA ARAÚJO MARTINS
SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



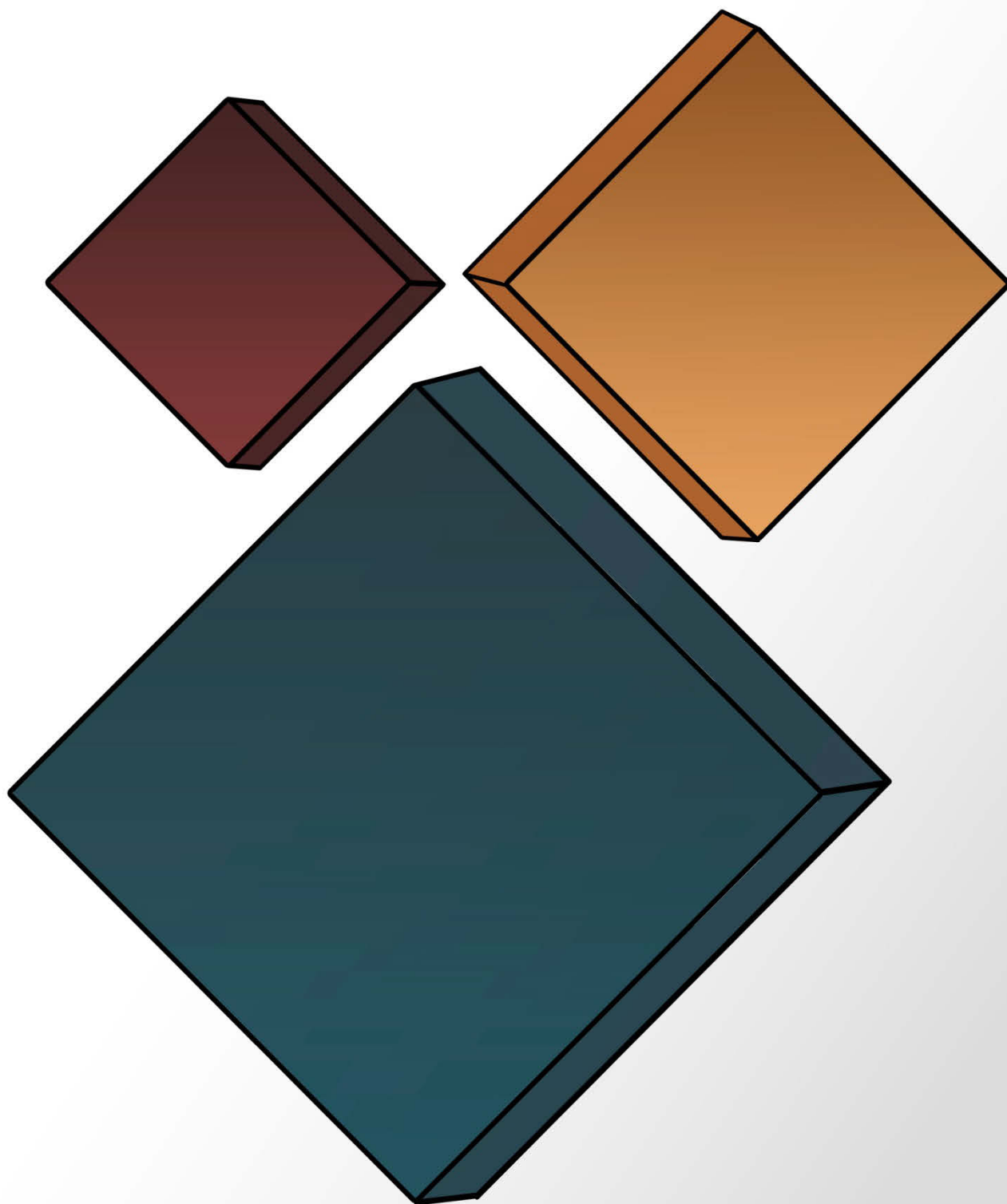
GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA



VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIA

RELATÓRIO | 2017

ANALÍTICO



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

13

1.1. ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS	13
1.2. RECURSOS HUMANOS	14
1.3. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES	24
1.4. SERVIDORES POR 100.000 HABITANTES	26
1.5. SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE POR MAGISTRADO	28
1.6. SERVIDORES EM ATIVIDADE NA ÁREA JUDICIÁRIA POR MAGISTRADO	30

DESPESAS, ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS

33

2.1. DESPESA POR HABITANTE	33
2.2. DESPESA POR CASO NOVO	35
2.3. ORÇAMENTO E DESPESAS	37
2.4. ARRECADAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS	37
2.5. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	40

LITIGIOSIDADE

41

3.1. CASOS NOVOS	41
Casos Novos por 100.00 Habitantes	43
Casos Novos por Magistrado	47
Casos Novos por Servidor	51
Casos Novos por Atividade Econômica	58
Assuntos Mais Recorrentes entre Casos Novos	60
3.2. TOTAL A JULGAR	62
Total a Julgar por Magistrado	63
Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária	67
3.3. PRODUTIVIDADE	71
Julgados em Relação ao Total a Julgar	72
Julgados em Relação aos Recebidos	75
Conciliação nas Varas do Trabalho	78
3.4. REFORMA DE DECISÃO	80
Tribunais Regionais do Trabalho	80
Varas do Trabalho	84
3.5. EXECUÇÃO	86
Total a Executar	87
Total a Executar por Magistrado	88
Total a Executar por Servidor da Área Judiciária	89
Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar	90
Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas	91
3.6. RESÍDUO	92
Resíduo por Magistrado	93
3.7. PRAZOS	97
3.8. RECORRIBILIDADE	98
Recorribilidade para a Própria Instância	98
Recorribilidade para a Instância Superior	99
3.9. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	100
Precatórios	100
Requisições de Pequeno Valor	102

GLOSSÁRIO

103

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM 31/12/2017

I.1. Órgãos Judiciários

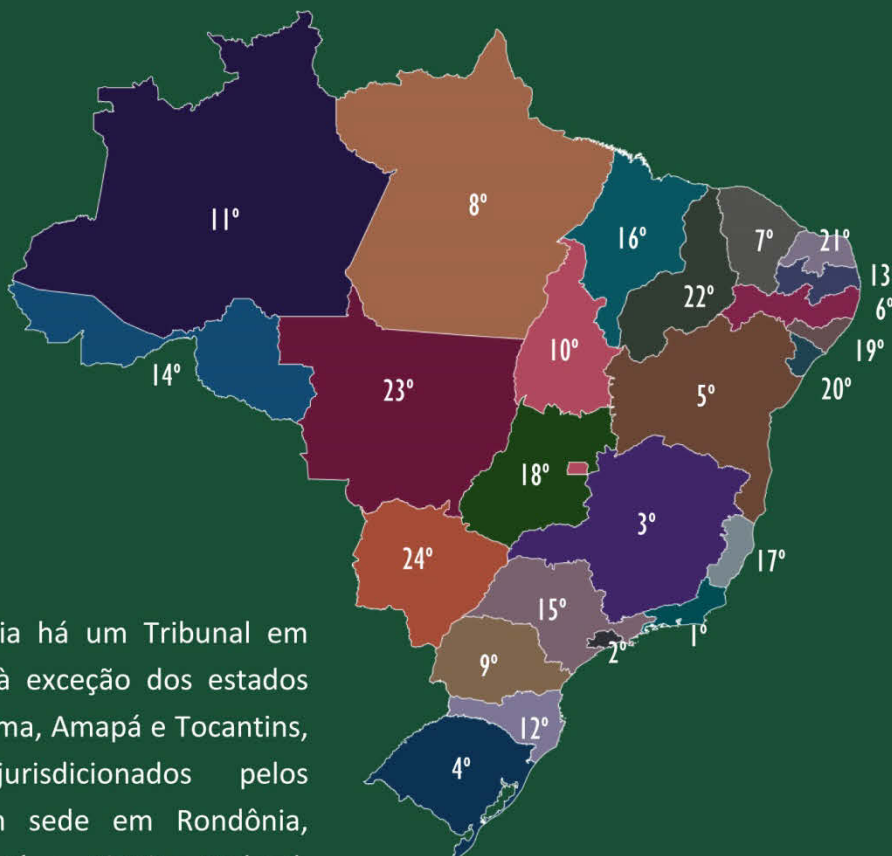
A Justiça do Trabalho é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.587 Varas do Trabalho. São 3.955 cargos de magistrado e 43.215 de servidor.

1.573

Varas do Trabalho instaladas

No TST estão em atividade 25 Ministros e 2 Desembargadores convocados para substituir Ministro integrante do Conselho Nacional de Justiça e Ministro em licença para tratamento de saúde e 2.168 servidores.

Figura I. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho. 2017.



Na 2ª Instância há um Tribunal em cada estado, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas. Estão em atividade, na 2ª Instância, 556 Desembargadores e 17.025 servidores.

Na 1ª Instância estão instaladas 1.573 Varas do Trabalho em 621 municípios, com jurisdição em todos os 5.570 municípios do País. Estão em atividade, na 1ª Instância, 3.093 juízes e 23.619 servidores.

I.2. Recursos Humanos

Figura I.2. Ministros do TST. 2017.

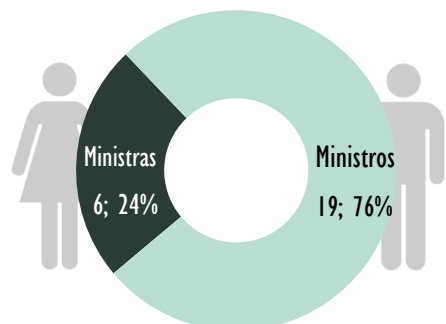


Figura I.3. Desembargadores dos TRTs. 2017.

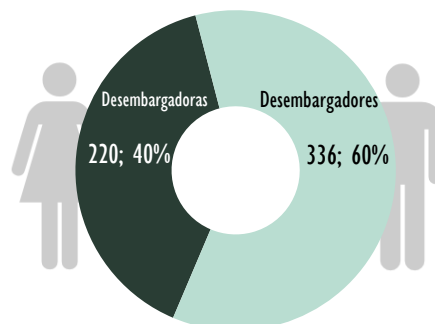


Tabela I.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2017.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Desembargadores	%	Desembargadoras	%	Total	%		
1ª - RJ	54	36	66,7%	18	33,3%	54	100,0%	-	-
2ª - SP	94	42	44,7%	50	53,2%	92	97,9%	2	2,1%
3ª - MG	49	32	65,3%	16	32,7%	48	98,0%	1	2,0%
4ª - RS	48	24	50,0%	23	47,9%	47	97,9%	1	2,1%
5ª - BA	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
6ª - PE	19	9	47,4%	9	47,4%	18	94,7%	1	5,3%
7ª - CE	14	9	64,3%	5	35,7%	14	100,0%	-	-
8ª - PA e AP	23	10	43,5%	11	47,8%	21	91,3%	2	8,7%
9ª - PR	31	20	64,5%	11	35,5%	31	100,0%	-	-
10ª - DF e TO	17	11	64,7%	6	35,3%	17	100,0%	-	-
11ª - AM e RR	14	5	35,7%	9	64,3%	14	100,0%	-	-
12ª - SC	18	11	61,1%	7	38,9%	18	100,0%	-	-
13ª - PB	10	9	90,0%	1	10,0%	10	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
15ª - Campinas/SP	55	38	69,1%	16	29,1%	54	98,2%	1	1,8%
16ª - MA	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
17ª - ES	12	8	66,7%	3	25,0%	11	91,7%	1	8,3%
18ª - GO	14	11	78,6%	2	14,3%	13	92,9%	1	7,1%
19ª - AL	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
20ª - SE	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
21ª - RN	10	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%	-	-
22ª - PI	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
23ª - MT	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
24ª - MS	8	8	100,0%	-	-	8	100,0%	-	-
Total	567	337	59,4%	220	38,8%	557	98,2%	10	1,8%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.4. Juízes do Trabalho. 2017.

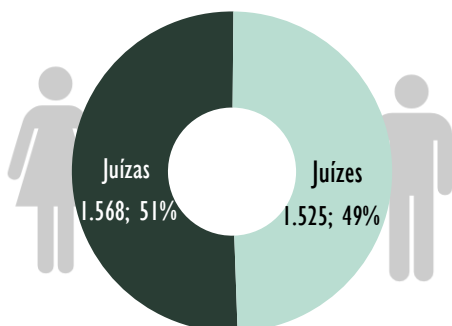


Figura I.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2017.

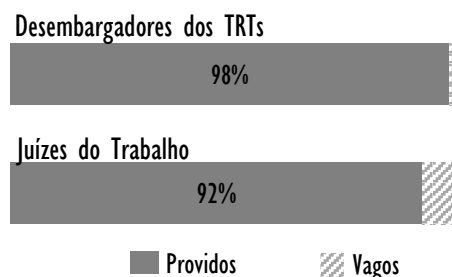


Tabela I.2. Cargos de Juízes do Trabalho. 2017.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Juízes	%	Juízas	%	Total	%	Total	%
1ª - RJ	292	121	41,4%	155	53,1%	276	94,5%	16	5,5%
2ª - SP	603	187	31,0%	259	43,0%	446	74,0%	157	26,0%
3ª - MG	295	150	50,8%	120	40,7%	270	91,5%	25	8,5%
4ª - RS	247	121	49,0%	124	50,2%	245	99,2%	2	0,8%
5ª - BA	185	71	38,4%	113	61,1%	184	99,5%	1	0,5%
6ª - PE	140	61	43,6%	76	54,3%	137	97,9%	3	2,1%
7ª - CE	69	35	50,7%	34	49,3%	69	100,0%	-	-
8ª - PA e AP	101	46	45,5%	48	47,5%	94	93,1%	7	6,9%
9ª - PR	183	92	50,3%	89	48,6%	181	98,9%	2	1,1%
10ª - DF e TO	88	46	52,3%	40	45,5%	86	97,7%	2	2,3%
11ª - AM e RR	64	29	45,3%	18	28,1%	47	73,4%	17	26,6%
12ª - SC	116	66	56,9%	46	39,7%	112	96,6%	4	3,4%
13ª - PB	60	39	65,0%	21	35,0%	60	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	63	29	46,0%	25	39,7%	54	85,7%	9	14,3%
15ª - Campinas/SP	371	188	50,7%	174	46,9%	362	97,6%	9	2,4%
16ª - MA	50	27	54,0%	22	44,0%	49	98,0%	1	2,0%
17ª - ES	56	29	51,8%	26	46,4%	55	98,2%	1	1,8%
18ª - GO	96	45	46,9%	48	50,0%	93	96,9%	3	3,1%
19ª - AL	44	27	61,4%	16	36,4%	43	97,7%	1	2,3%
20ª - SE	29	13	44,8%	16	55,2%	29	100,0%	-	-
21ª - RN	46	23	50,0%	22	47,8%	45	97,8%	1	2,2%
22ª - PI	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
23ª - MT	78	33	42,3%	40	51,3%	73	93,6%	5	6,4%
24ª - MS	56	33	58,9%	21	37,5%	54	96,4%	2	3,6%
Total	3.361	1.525	45,4%	1.568	46,7%	3.093	92,0%	268	8,0%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.
 2) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela I.3. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. 2017.

Região Judiciária	Juizes Titulares			Juizes Substitutos			Total		
	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Total
1ª - RJ	146	-	146	130	16	146	276	16	292
2ª - SP	187	44	231	259	113	372	446	157	603
3ª - MG	156	2	158	114	23	137	270	25	295
4ª - RS	131	1	132	114	1	115	245	2	247
5ª - BA	88	-	88	96	1	97	184	1	185
6ª - PE	68	2	70	69	1	70	137	3	140
7ª - CE	37	-	37	32	-	32	69	0	69
8ª - PA e AP	56	-	56	38	7	45	94	7	101
9ª - PR	97	-	97	84	2	86	181	2	183
10ª - DF e TO	35	-	35	51	2	53	86	2	88
11ª - AM e RR	29	3	32	18	14	32	47	17	64
12ª - SC	58	2	60	54	2	56	112	4	116
13ª - PB	27	-	27	33	-	33	60	-	60
14ª - RO e AC	30	2	32	24	7	31	54	9	63
15ª - Campinas/SP	152	1	153	210	8	218	362	9	371
16ª - MA	23	-	23	26	1	27	49	1	50
17ª - ES	24	-	24	31	1	32	55	1	56
18ª - GO	48	-	48	45	3	48	93	3	96
19ª - AL	21	1	22	22	-	22	43	1	44
20ª - SE	15	-	15	14	-	14	29	-	29
21ª - RN	22	1	23	23	-	23	45	1	46
22ª - PI	14	-	14	15	-	15	29	-	29
23ª - MT	37	1	38	36	4	40	73	5	78
24ª - MS	26	-	26	28	2	30	54	2	56
Total	1.527	60	1.587	1.566	208	1.774	3.093	268	3.361

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.6. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2017.

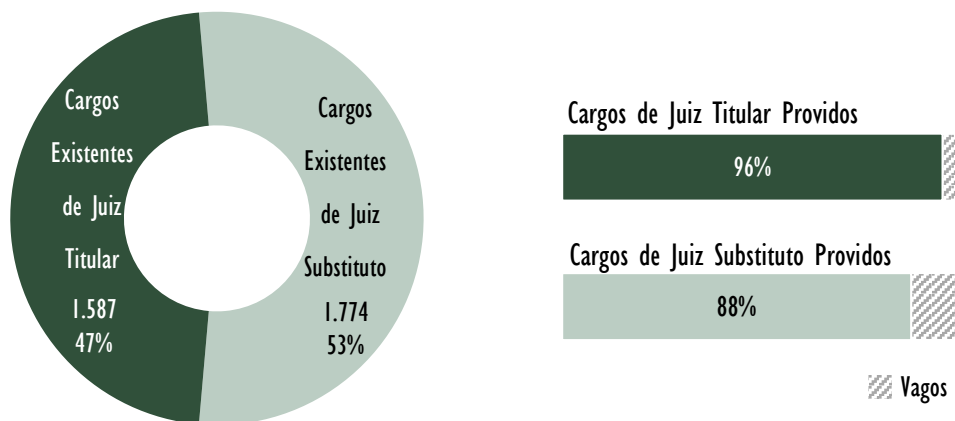


Tabela I.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2017.

TST / Região Judiciária	Analista Judiciário			Técnico Judiciário			Auxiliar Judiciário			Total		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
TST	731	26	757	1.268	96	1.364	-	2	2	1.999	124	2.123
1ª - RJ	1.386	49	1.435	2.548	110	2.658	-	-	-	3.934	159	4.093
2ª - SP	2.545	145	2.690	2.979	194	3.173	-	40	40	5.524	379	5.903
3ª - MG	1.536	73	1.609	2.032	98	2.130	-	-	-	3.568	171	3.739
4ª - RS	1.311	73	1.384	2.015	100	2.115	19	22	41	3.345	195	3.540
5ª - BA	845	37	882	1.282	101	1.383	9	10	19	2.136	148	2.284
6ª - PE	532	46	578	1.068	103	1.171	5	-	5	1.605	149	1.754
7ª - CE	342	12	354	537	25	562	2	4	6	881	41	922
8ª - AP e PA	488	15	503	814	32	846	2	8	10	1.304	55	1.359
9ª - PR	948	32	980	1.411	61	1.472	13	13	26	2.372	106	2.478
10ª - DF e TO	457	21	478	602	29	631	3	2	5	1.062	52	1.114
11ª - AM e RR	300	28	328	638	72	710	7	3	10	945	103	1.048
12ª - SC	564	46	610	970	46	1.016	5	2	7	1.539	94	1.633
13ª - PB	255	16	271	735	77	812	2	33	35	992	126	1.118
14ª - AC e RO	216	3	219	532	24	556	2	-	2	750	27	777
15ª - SP/Campinas	1.158	54	1.212	2.052	84	2.136	5	1	6	3.215	139	3.354
16ª - MA	221	5	226	318	11	329	-	-	-	539	16	555
17ª - ES	313	-	313	400	-	400	-	4	4	713	4	717
18ª - GO	708	6	714	603	22	625	3	2	5	1.314	30	1.344
19ª - AL	191	4	195	324	9	333	2	1	3	517	14	531
20ª - SE	137	5	142	265	9	274	-	-	-	402	14	416
21ª - RN	269	16	285	370	18	388	1	-	1	640	34	674
22ª - PI	122	2	124	215	3	218	1	-	1	338	5	343
23ª - MT	351	31	382	401	44	445	8	2	10	760	77	837
24ª - MS	193	1	194	342	11	353	2	9	11	537	21	558
Total	16.119	746	16.865	24.721	1.379	26.100	91	158	249	40.931	2.283	43.214

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2017.

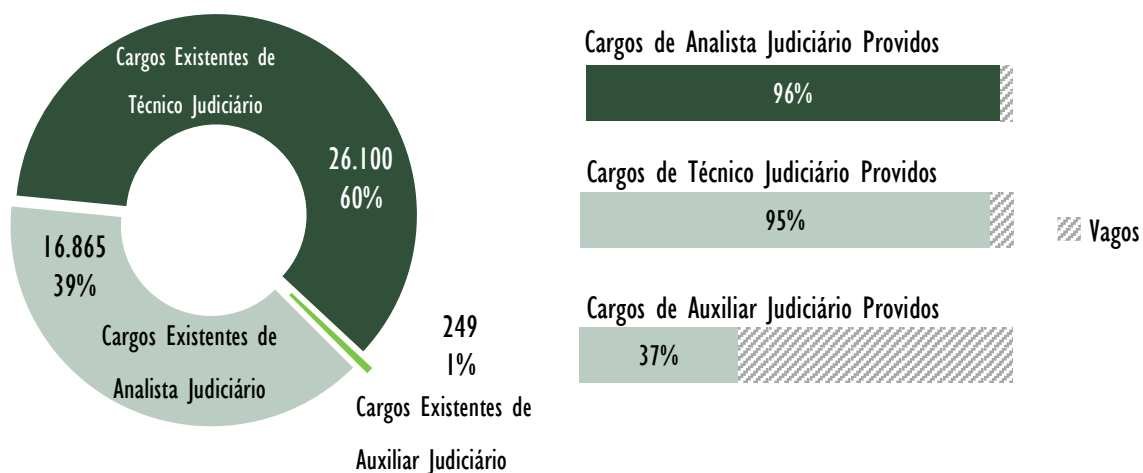


Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2017.

TRT	Quadro Permanente	%	Requisitados	%	Exclusivamente Cargos em Comissão	%	Removidos	%	Total
1ª - RJ	1.711	92,6%	41	2,2%	30	1,6%	66	3,6%	1.848
2ª - SP	1.918	96,1%	3	0,2%	12	0,6%	62	3,1%	1.995
3ª - MG	1.257	94,2%	21	1,6%	20	1,5%	36	2,7%	1.334
4ª - RS	1.229	97,8%	-	-	3	0,2%	25	2,0%	1.257
5ª - BA	832	92,9%	13	1,5%	9	1,0%	42	4,7%	896
6ª - PE	755	88,2%	64	7,5%	5	0,6%	32	3,7%	856
7ª - CE	439	86,9%	24	4,8%	4	0,8%	38	7,5%	505
8ª - PA e AP	447	95,7%	3	0,6%	11	2,4%	6	1,3%	467
9ª - PR	996	96,2%	-	-	3	0,3%	36	3,5%	1.035
10ª - DF e TO	482	88,8%	40	7,4%	5	0,9%	16	2,9%	543
11ª - AM e RR	467	97,1%	7	1,5%	3	0,6%	4	0,8%	481
12ª - SC	675	94,8%	2	0,3%	2	0,3%	33	4,6%	712
13ª - PB	563	94,6%	23	3,9%	9	1,5%	-	-	595
14ª - RO e AC	314	97,8%	4	1,2%	3	0,9%	-	-	321
15ª - Campinas/SP	1.195	92,6%	18	1,4%	12	0,9%	65	5,0%	1.290
16ª - MA	245	87,8%	17	6,1%	7	2,5%	10	3,6%	279
17ª - ES	346	87,8%	9	2,3%	2	0,5%	37	9,4%	394
18ª - GO	527	86,4%	56	9,2%	1	0,2%	26	4,3%	610
19ª - AL	208	81,6%	16	6,3%	2	0,8%	29	11,4%	255
20ª - SE	184	87,2%	5	2,4%	-	-	22	10,4%	211
21ª - RN	291	86,9%	18	5,4%	4	1,2%	22	6,6%	335
22ª - PI	194	81,5%	23	9,7%	4	1,7%	17	7,1%	238
23ª - MT	264	97,8%	5	1,9%	-	-	1	0,4%	270
24ª - MS	273	91,6%	13	4,4%	-	-	12	4,0%	298
Total	15.812	92,9%	425	2,5%	151	0,9%	637	3,7%	17.025

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade em cada TRT

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Figura 1.8. Servidores em Atividade no TST. 2017.

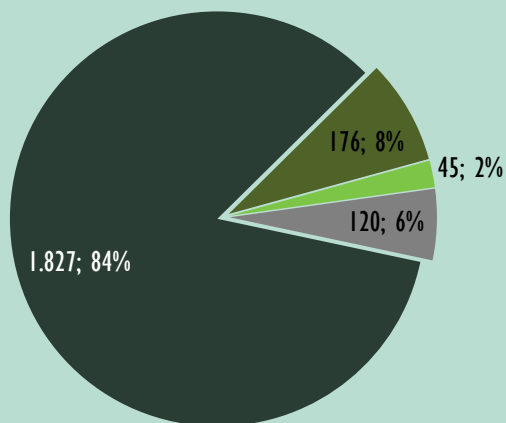


Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2017.

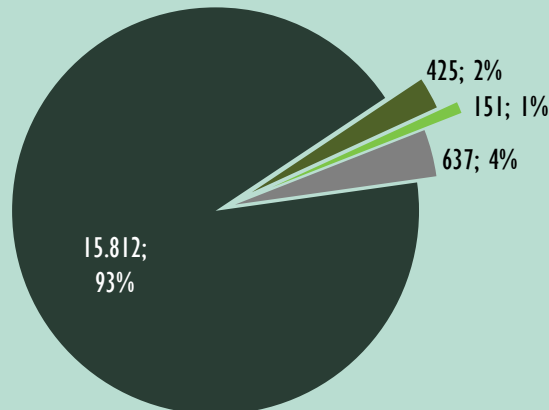


Tabela I.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2017.

Região Judiciária	Quadro Permanente		Requisitados		Exclusivamente Cargos em Comissão		Removidos		Total
		%		%		%		%	
1ª - RJ	2.042	96,0%	4	0,2%	-	-	82	3,9%	2.128
2ª - SP	3.245	96,5%	5	0,1%	-	-	113	3,4%	3.363
3ª - MG	2.191	89,3%	142	5,8%	4	0,2%	116	4,7%	2.453
4ª - RS	2.017	97,2%	1	0,0%	-	-	58	2,8%	2.076
5ª - BA	1.189	85,2%	116	8,3%	1	0,1%	90	6,4%	1.396
6ª - PE	824	82,6%	109	10,9%	-	-	65	6,5%	998
7ª - CE	404	81,5%	46	9,3%	1	0,2%	45	9,1%	496
8ª - PA e AP	824	98,8%	3	0,4%	-	-	7	0,8%	834
9ª - PR	1.252	93,9%	2	0,2%	-	-	79	5,9%	1.333
10ª - DF e TO	492	80,5%	89	14,6%	-	-	30	4,9%	611
11ª - AM e RR	445	90,1%	39	7,9%	3	0,6%	7	1,4%	494
12ª - SC	800	94,6%	2	0,2%	-	-	44	5,2%	846
13ª - PB	379	96,7%	13	3,3%	-	-	-	-	392
14ª - RO e AC	408	96,2%	16	3,8%	-	-	-	-	424
15ª - Campinas/SP	1.854	79,1%	339	14,5%	-	-	150	6,4%	2.343
16ª - MA	252	88,1%	19	6,6%	3	1,0%	12	4,2%	286
17ª - ES	319	85,3%	40	10,7%	-	-	15	4,0%	374
18ª - GO	710	85,2%	71	8,5%	-	-	52	6,2%	833
19ª - AL	257	70,6%	47	12,9%	1	0,3%	59	16,2%	364
20ª - SE	187	82,4%	6	2,6%	-	-	34	15,0%	227
21ª - RN	298	84,4%	20	5,7%	7	2,0%	28	7,9%	353
22ª - PI	131	74,9%	28	16,0%	-	-	16	9,1%	175
23ª - MT	460	89,8%	36	7,0%	-	-	16	3,1%	512
24ª - MS	234	76,0%	58	18,8%	2	0,6%	14	4,5%	308
Total	21.214	89,8%	1.251	5,3%	22	0,1%	1.132	4,8%	23.619

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade na Região Judiciária.
2) Incluídos os servidores em atividade nos Foros Trabalhistas, Postos Avançados e Varas Itinerantes.
3) Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2017.

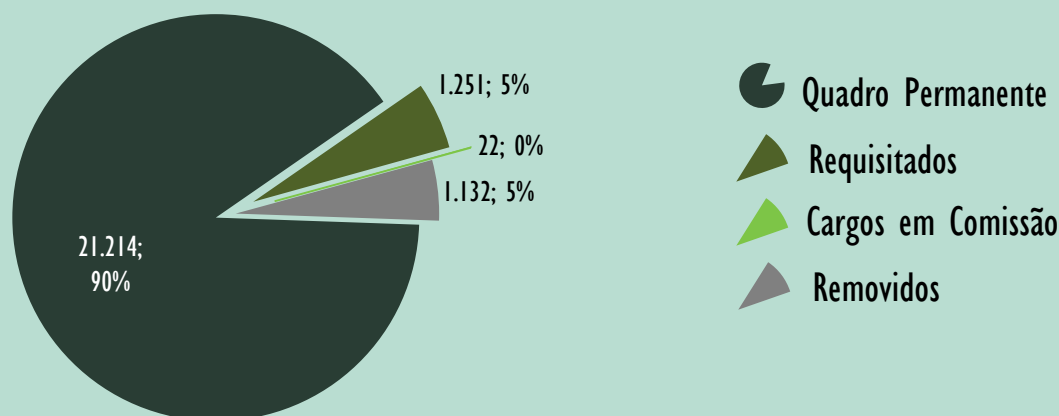


Tabela 1.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2017.

TST / Região Judiciária	Área Judiciária				Área Administrativa		Total
	1ª Instância	2ª/3ª Instância	Subtotal	%	2ª/3ª Instância	%	
TST		1.381	1.381	63,7%	787	36,3%	2.168
1ª - RJ	2.128	885	3.013	75,8%	963	24,2%	3.976
2ª - SP	3.363	1.020	4.383	81,8%	975	18,2%	5.358
3ª - MG	2.453	616	3.069	81,0%	718	19,0%	3.787
4ª - RS	2.076	661	2.737	82,1%	596	17,9%	3.333
5ª - BA	1.396	438	1.834	80,0%	458	20,0%	2.292
6ª - PE	998	342	1.340	72,3%	514	27,7%	1.854
7ª - CE	496	208	704	70,3%	297	29,7%	1.001
8ª - PA e AP	834	156	990	76,1%	311	23,9%	1.301
9ª - PR	1.333	568	1.901	80,3%	467	19,7%	2.368
10ª - DF e TO	611	252	863	74,8%	291	25,2%	1.154
11ª - AM e RR	494	150	644	66,1%	331	33,9%	975
12ª - SC	846	293	1.139	73,1%	419	26,9%	1.558
13ª - PB	392	242	634	64,2%	353	35,8%	987
14ª - RO e AC	424	135	559	75,0%	186	25,0%	745
15ª - Campinas/SP	2.343	651	2.994	82,4%	639	17,6%	3.633
16ª - MA	286	113	399	70,6%	166	29,4%	565
17ª - ES	374	194	568	74,0%	200	26,0%	768
18ª - GO	833	245	1.078	74,7%	365	25,3%	1.443
19ª - AL	364	72	436	70,4%	183	29,6%	619
20ª - SE	227	62	289	66,0%	149	34,0%	438
21ª - RN	353	136	489	71,1%	199	28,9%	688
22ª - PI	175	109	284	68,8%	129	31,2%	413
23ª - MT	512	112	624	79,8%	158	20,2%	782
24ª - MS	308	150	458	75,6%	148	24,4%	606
Total	23.619	9.191	32.810	76,6%	10.002	23,4%	42.812

Nota: Percentual calculado sobre o total de cargos.

Figura 1.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2017.



Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2016-2017.

TST / Região Judiciária	Magistrados			Servidores			Total		
	2016	2017	%	2016	2017	%	2016	2017	%
TST	27	27	0,0%	2.258	2.168	-4,0%	2.285	2.195	-3,9%
1ª - RJ	337	330	-2,1%	4.107	3.976	-3,2%	4.444	4.306	-3,1%
2ª - SP	518	540	4,2%	5.481	5.358	-2,2%	5.999	5.898	-1,7%
3ª - MG	316	319	0,9%	3.865	3.787	-2,0%	4.181	4.106	-1,8%
4ª - RS	294	293	-0,3%	3.380	3.333	-1,4%	3.674	3.626	-1,3%
5ª - BA	213	213	0,0%	2.355	2.292	-2,7%	2.568	2.505	-2,5%
6ª - PE	158	156	-1,3%	1.890	1.854	-1,9%	2.048	2.010	-1,9%
7ª - CE	83	83	0,0%	1.031	1.001	-2,9%	1.114	1.084	-2,7%
8ª - PA e AP	119	117	-1,7%	1.320	1.301	-1,4%	1.439	1.418	-1,5%
9ª - PR	214	212	-0,9%	2.416	2.368	-2,0%	2.630	2.580	-1,9%
10ª - DF e TO	105	103	-1,9%	1.163	1.154	-0,8%	1.268	1.257	-0,9%
11ª - AM e RR	64	61	-4,7%	987	975	-1,2%	1.051	1.036	-1,4%
12ª - SC	132	130	-1,5%	1.616	1.558	-3,6%	1.748	1.688	-3,4%
13ª - PB	70	70	0,0%	1.019	987	-3,1%	1.089	1.057	-2,9%
14ª - RO e AC	66	62	-6,1%	774	745	-3,7%	840	807	-3,9%
15ª - Campinas/SP	422	417	-1,2%	3.724	3.633	-2,4%	4.146	4.050	-2,3%
16ª - MA	58	57	-1,7%	574	565	-1,6%	632	622	-1,6%
17ª - ES	68	67	-1,5%	768	768	0,0%	836	835	-0,1%
18ª - GO	109	107	-1,8%	1.443	1.443	0,0%	1.552	1.550	-0,1%
19ª - AL	52	51	-1,9%	623	619	-0,6%	675	670	-0,7%
20ª - SE	37	37	0,0%	443	438	-1,1%	480	475	-1,0%
21ª - RN	56	55	-1,8%	722	688	-4,7%	778	743	-4,5%
22ª - PI	37	37	0,0%	424	413	-2,6%	461	450	-2,4%
23ª - MT	85	81	-4,7%	832	782	-6,0%	917	863	-5,9%
24ª - MS	62	62	0,0%	628	606	-3,5%	690	668	-3,2%
Total	3.702	3.687	-0,4%	43.843	42.812	-2,4%	47.545	46.499	-2,2%

Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2016-2017.



Figura 1.13. Produtividade da JT. 2016-2017.

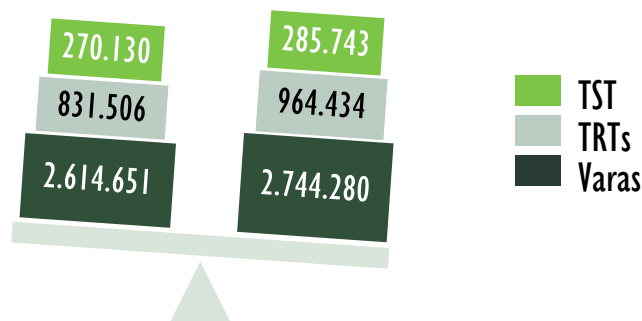
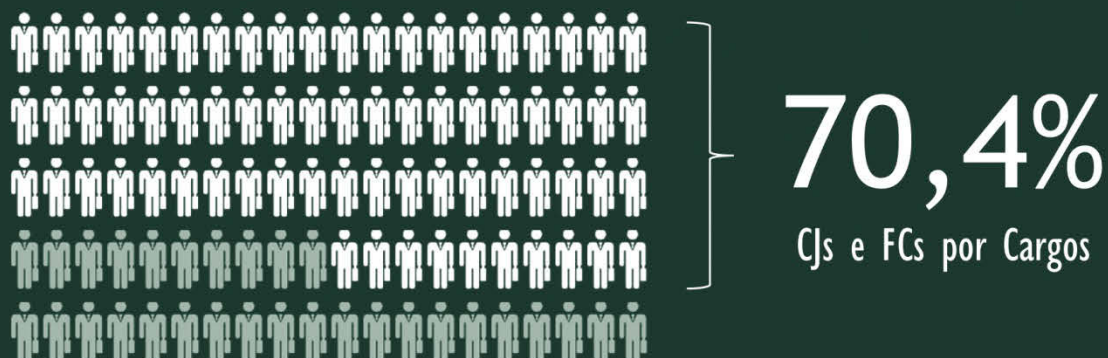


Tabela I.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2017.

TST / Região Judiciária	Funções Comissionadas						Subtotal	
	FC 1	FC 2	FC 3	FC 4	FC 5	FC 6	Qtd	%
TST	1	269	459	478	505	148	1.860	87,3%
1ª - RJ	-	286	350	600	1.184	6	2.426	83,2%
2ª - SP	115	855	497	254	912	-	2.633	78,9%
3ª - MG	182	343	502	461	882	325	2.695	89,4%
4ª - RS	44	319	194	445	665	-	1.667	83,9%
5ª - BA	-	357	193	537	484	-	1.571	90,8%
6ª - PE	4	227	125	316	431	19	1.122	87,3%
7ª - CE	12	59	141	137	194	2	545	86,4%
8ª - AP e PA	4	114	34	216	313	19	700	85,1%
9ª - PR	10	185	129	436	668	14	1.442	82,2%
10ª - DF e TO	105	68	161	166	167	91	758	88,4%
11ª - AM e RR	9	63	96	137	290	27	622	89,6%
12ª - SC	21	114	83	415	226	4	863	78,5%
13ª - PB	5	49	132	186	234	59	665	89,5%
14ª - AC e RO	-	23	15	145	312	10	505	88,0%
15ª - SP/Campinas	248	753	181	584	729	-	2.495	87,9%
16ª - MA	30	32	50	82	102	4	300	85,5%
17ª - ES	3	34	63	108	256	13	477	89,0%
18ª - GO	-	111	96	222	251	25	705	86,7%
19ª - AL	-	96	74	144	70	-	384	87,5%
20ª - SE	9	31	58	56	94	-	248	85,5%
21ª - RN	-	28	15	122	146	-	311	84,3%
22ª - PI	49	53	30	102	15	-	249	86,5%
23ª - MT	11	68	34	100	211	-	424	83,0%
24ª - MS	19	31	101	66	143	13	373	87,6%
Total	881	4.568	3.813	6.515	9.484	779	26.040	85,5%

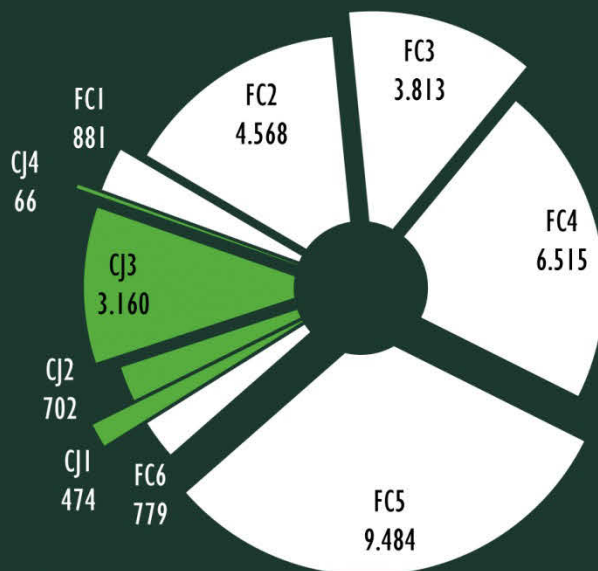
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2017.



Cargos em Comissão						Total	
CJ 1	CJ 2	CJ 3	CJ 4	Subtotal		Qtd	%
				Qtd	%		
43	60	164	4	271	12,7%	2.131	7,0%
152	45	291	3	491	16,8%	2917	9,6%
-	149	553	3	705	21,1%	3338	11,0%
-	4	314	3	321	10,6%	3016	9,9%
23	81	212	3	319	16,1%	1986	6,5%
-	20	137	3	160	9,2%	1731	5,7%
24	11	126	2	163	12,7%	1285	4,2%
23	1	60	2	86	13,6%	631	2,1%
12	18	91	2	123	14,9%	823	2,7%
64	57	187	4	312	17,8%	1754	5,8%
3	13	80	3	99	11,6%	857	2,8%
2	9	58	3	72	10,4%	694	2,3%
97	45	91	3	236	21,5%	1099	3,6%
-	11	64	3	78	10,5%	743	2,4%
7	11	49	2	69	12,0%	574	1,9%
-	59	283	3	345	12,1%	2840	9,3%
-	13	36	2	51	14,5%	351	1,2%
-	10	47	2	59	11,0%	536	1,8%
6	13	86	3	108	13,3%	813	2,7%
-	11	42	2	55	12,5%	439	1,4%
-	10	30	2	42	14,5%	290	1,0%
4	14	38	2	58	15,7%	369	1,2%
-	9	27	3	39	13,5%	288	0,9%
14	18	53	2	87	17,0%	511	1,7%
-	10	41	2	53	12,4%	426	1,4%
474	702	3160	66	4.402	14,5%	30.442	100,0%

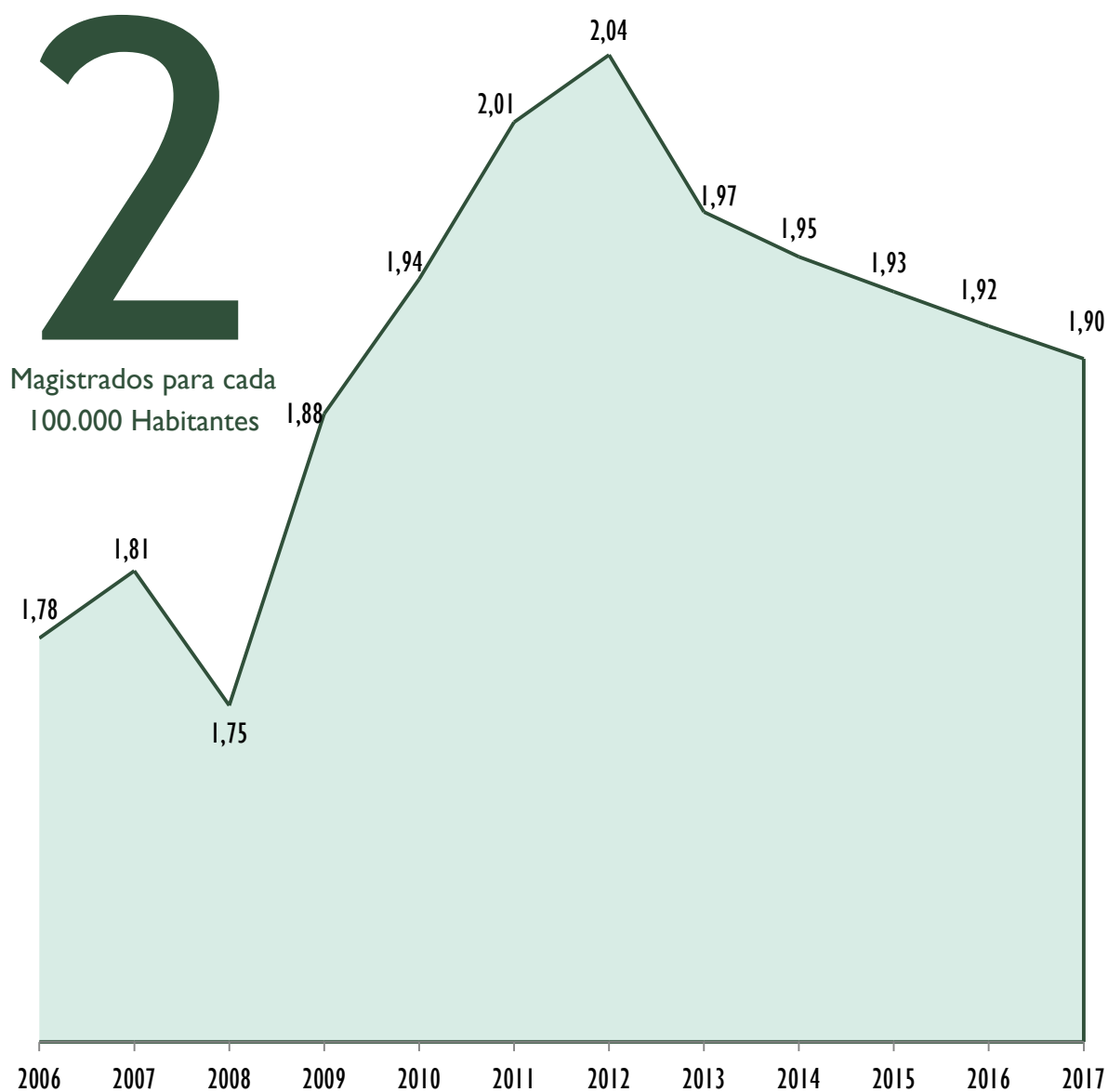
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho, 2017.



I.3. Magistrados por 100.000 Habitantes

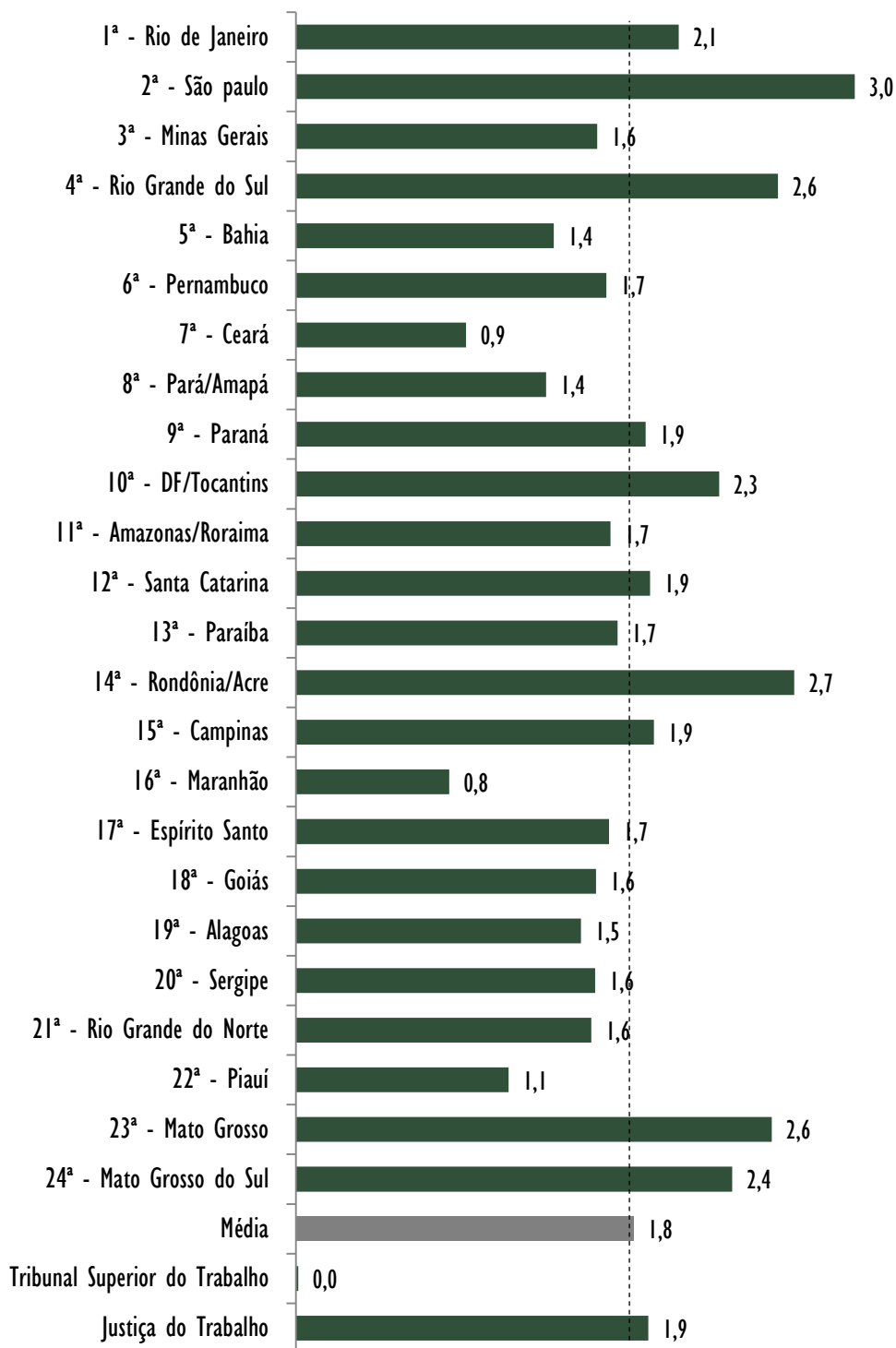
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 1,9 magistrados para cada 100.000 habitantes, 0,8% a menos que em 2016.

Figura I.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2017.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 1,8 magistrados a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 10 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 12ª, 14ª, 15ª, 23ª e 24ª Regiões. A 2ª Região apresentou o maior quantitativo, 3,0, e a 16ª Região, o menor, 0,8.

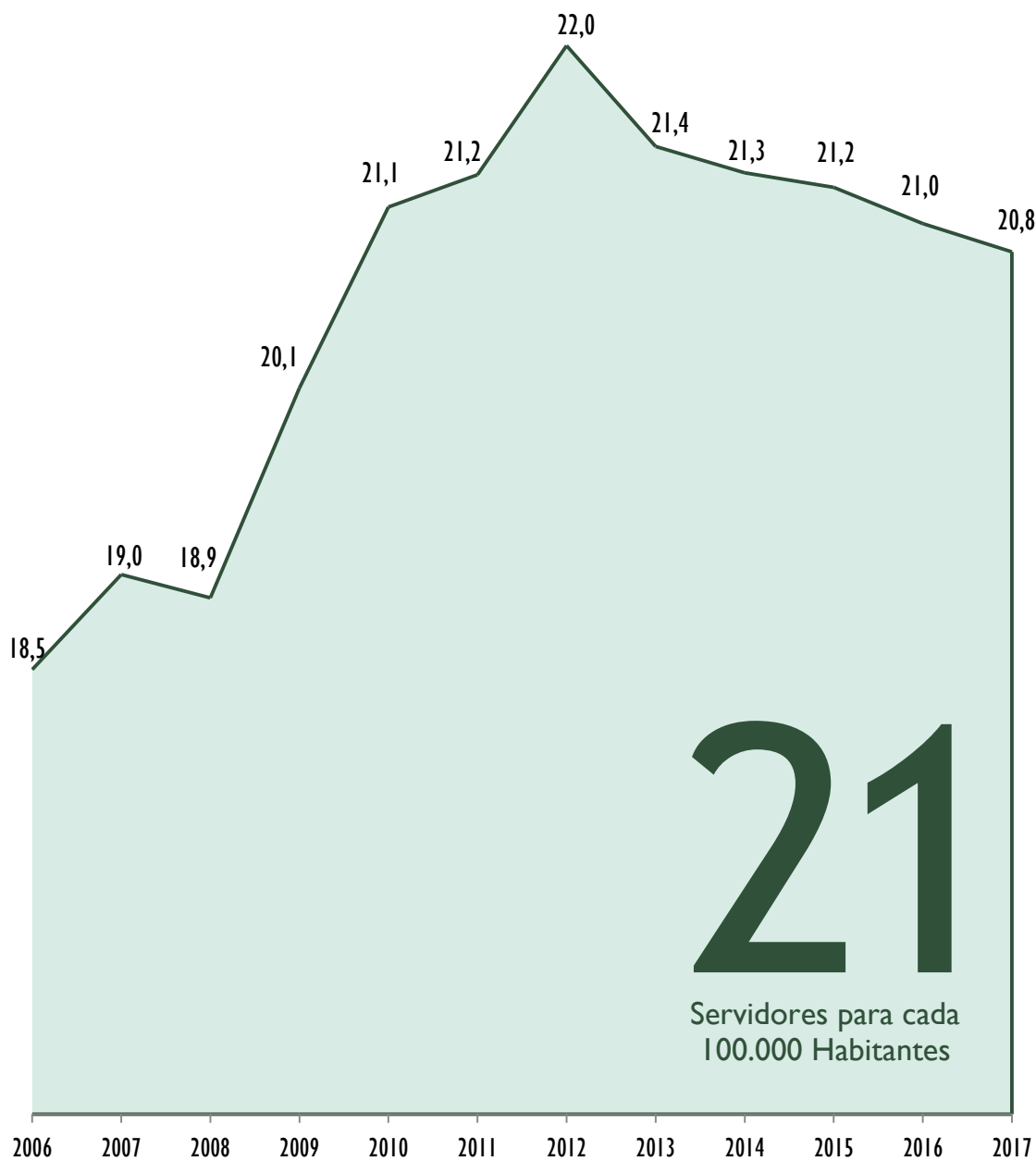
Figura I.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2017.



I.4. Servidores por 100.000 habitantes

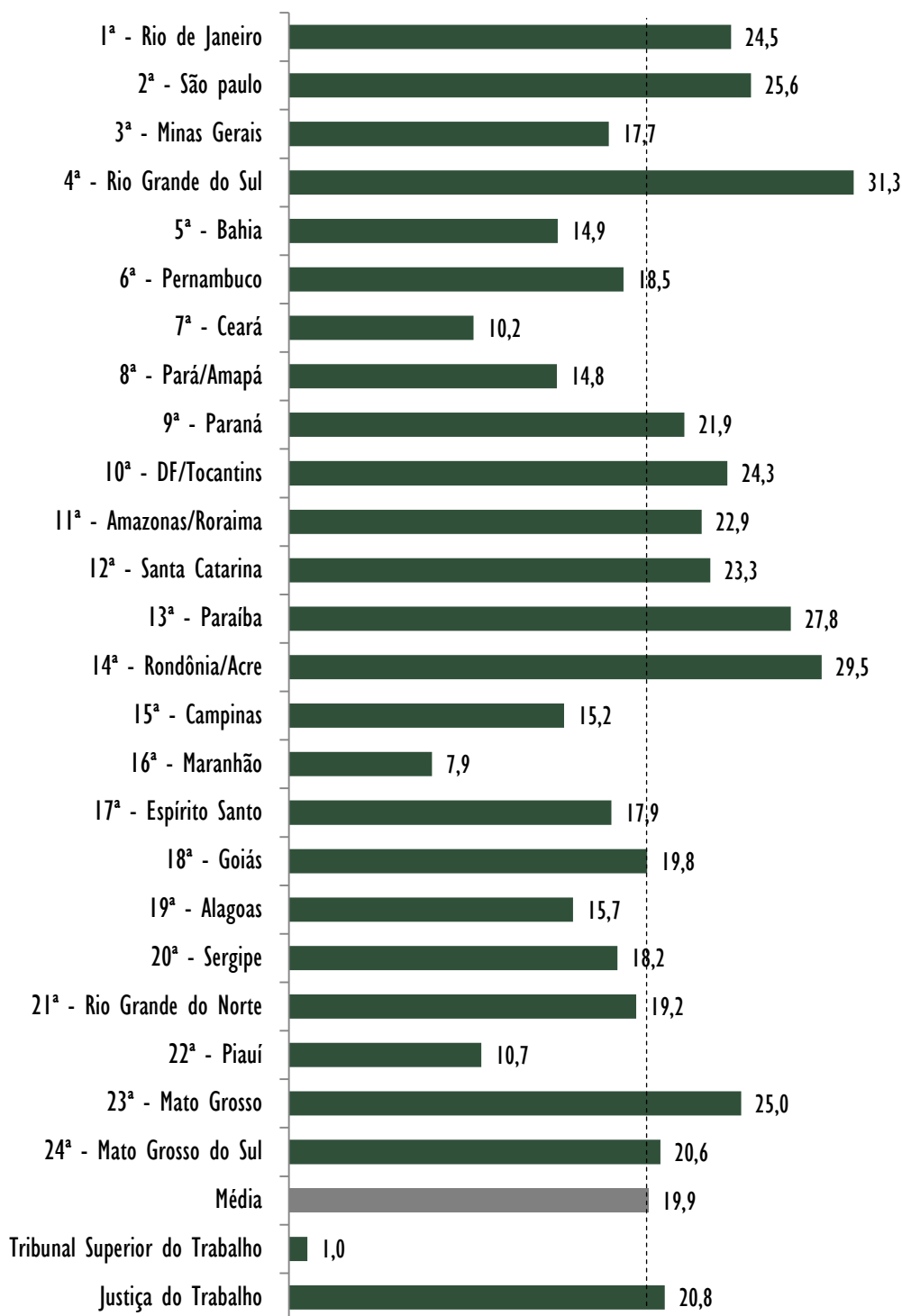
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 21 servidores para cada 100.000 habitantes, 0,8% a menos que em 2016.

Figura I.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2006-2017.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 19,9 servidores a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 11 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões. A 4ª Região apresentou o maior quantitativo, 31,3, e a 16ª Região, o menor, 7,9.

Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2017.

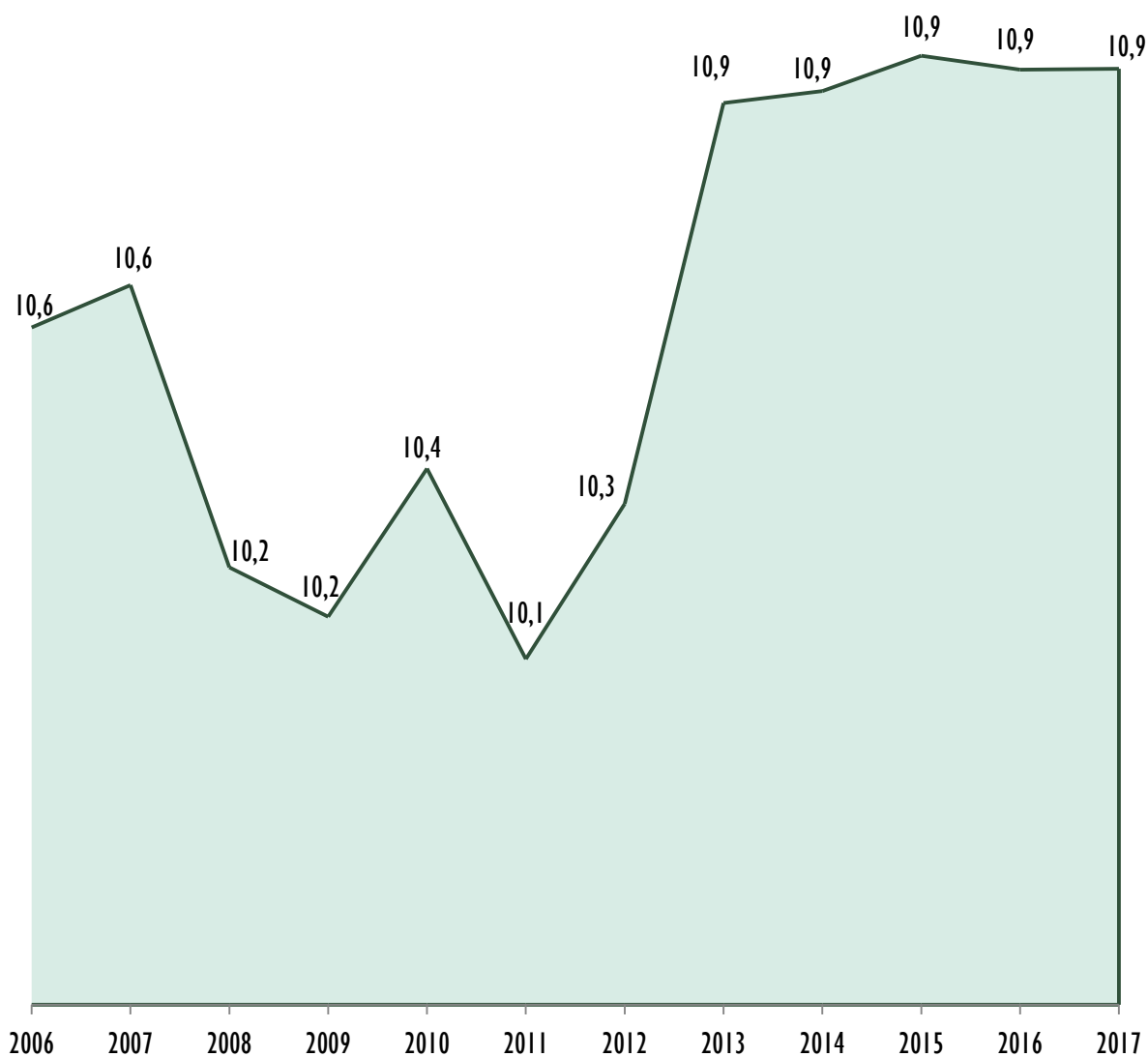


I.5. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 10,9 servidores do Quadro Permanente para cada magistrado, praticamente o mesmo quantitativo que em 2016.

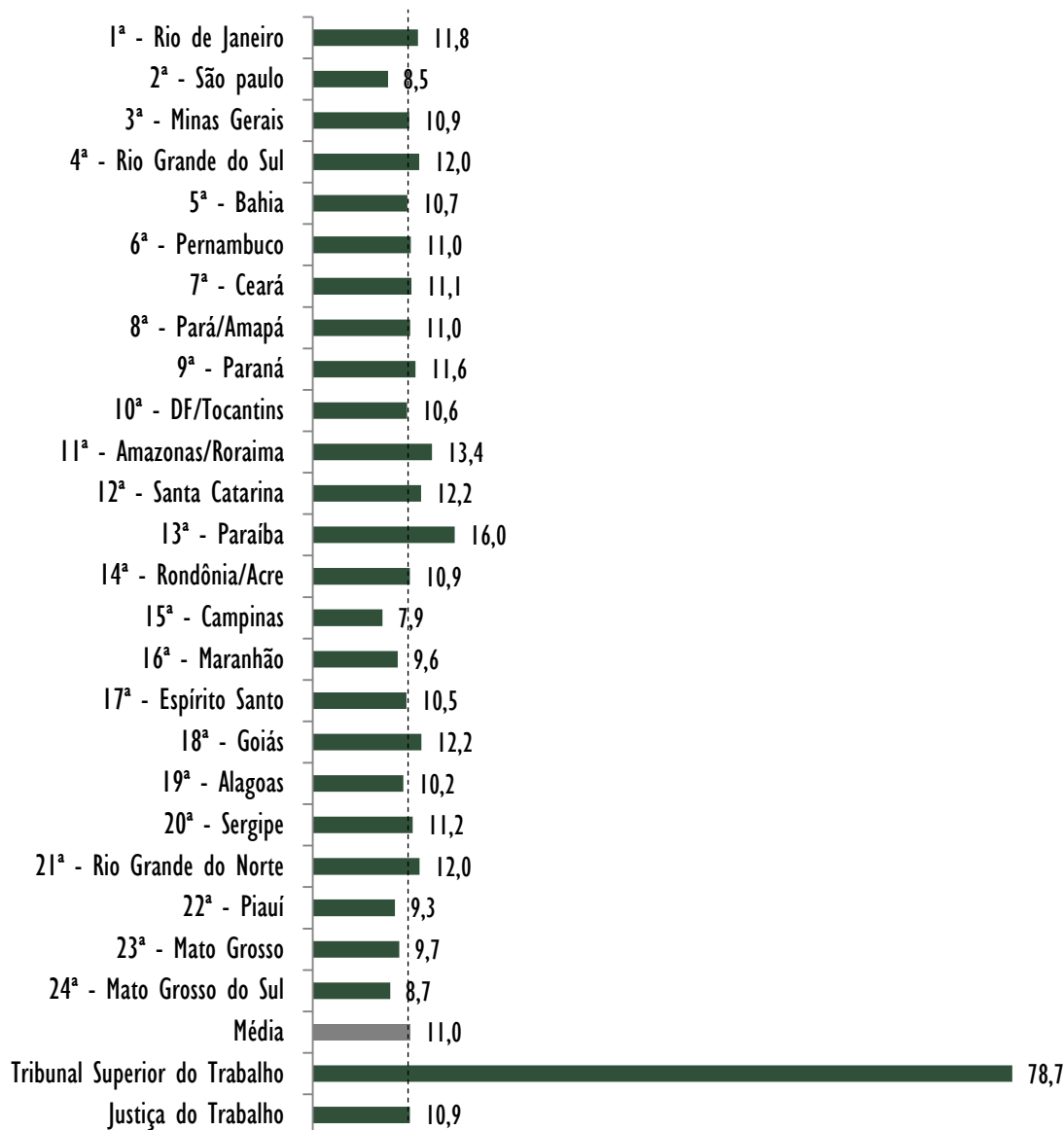


Figura I.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2017.



Houve uma redução de apenas 0,2% em relação a 2016, no quantitativo de Servidores do Quadro Permanente para cada magistrado nas Regiões Judiciárias. Dentre as Regiões Judiciárias, a com maior quantitativo de Servidores do Quadro Permanente por Magistrado foi a 13ª Região, com 16,0. Outras 10 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 4ª, 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 18ª, 20ª e 21ª Regiões.

Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2017.



I.6. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Considerando o total de servidores em atividade na Área Judiciária, há 8,9 servidores para cada magistrado da Justiça do Trabalho, 1,3% a menos que em 2016.

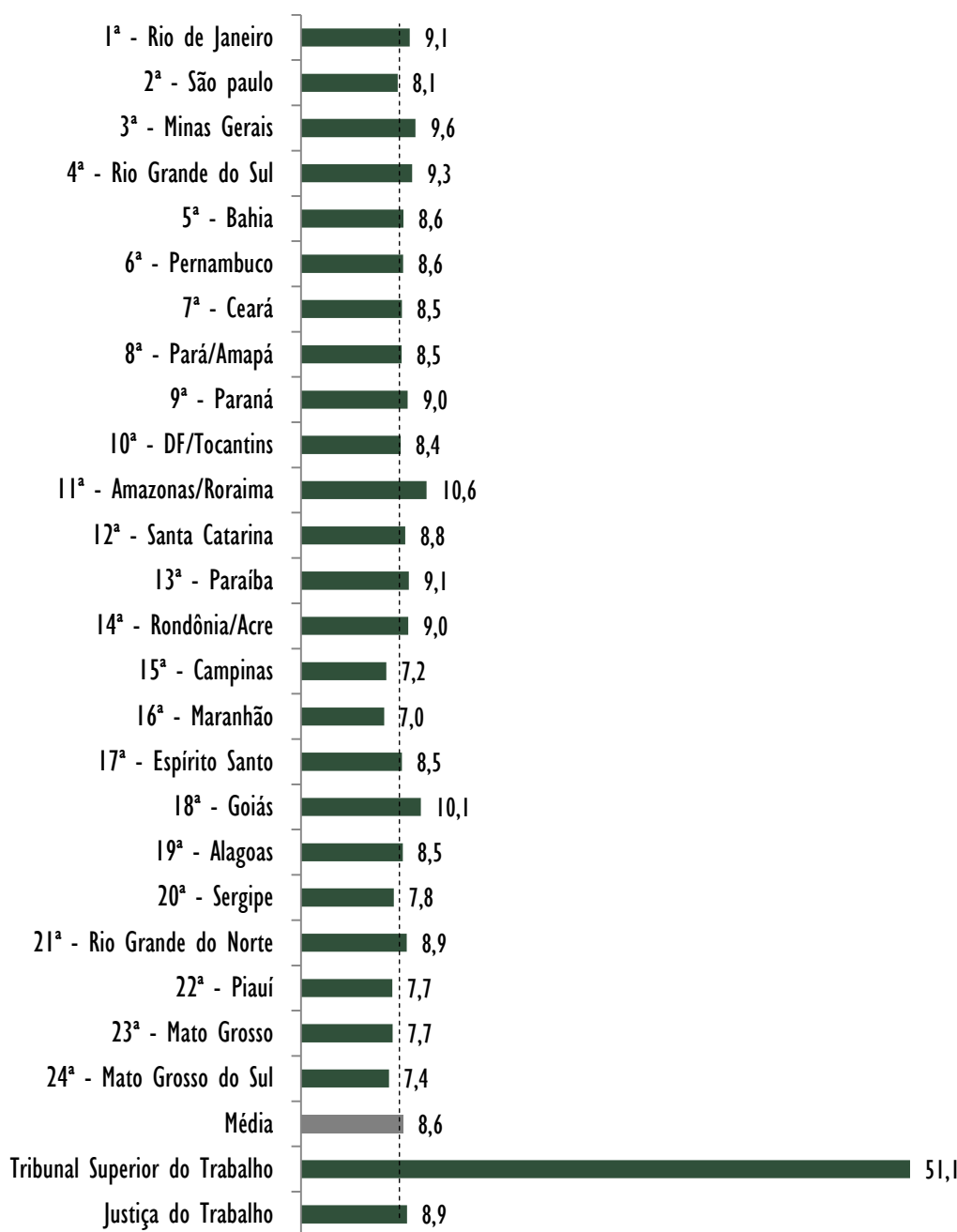


Figura I.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2006-2017.



Houve uma redução de 1,3% em relação a 2016, no quantitativo de Servidores em atividade na Área Judiciária para cada magistrado nas Regiões Judiciárias. Dentre as Regiões Judiciárias, as com maiores quantitativos de Servidores na Área Judiciária por Magistrado foram a 11ª, 18ª, 3ª e 4ª Regiões, com 10,56, 10,07, 9,62 e 9,34 respectivamente. Outras 6 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª e 21ª Regiões.

Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2017.



DESPESA, ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS

2

2.1. Despesa por Habitante

A despesa da Justiça do Trabalho, para cada habitante do País, foi de R\$ 95,09. Com a atualização do valor da despesa de 2016 pelo IPCA, verificou-se redução de 2,5% em relação ao ano anterior.

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2006-2017.

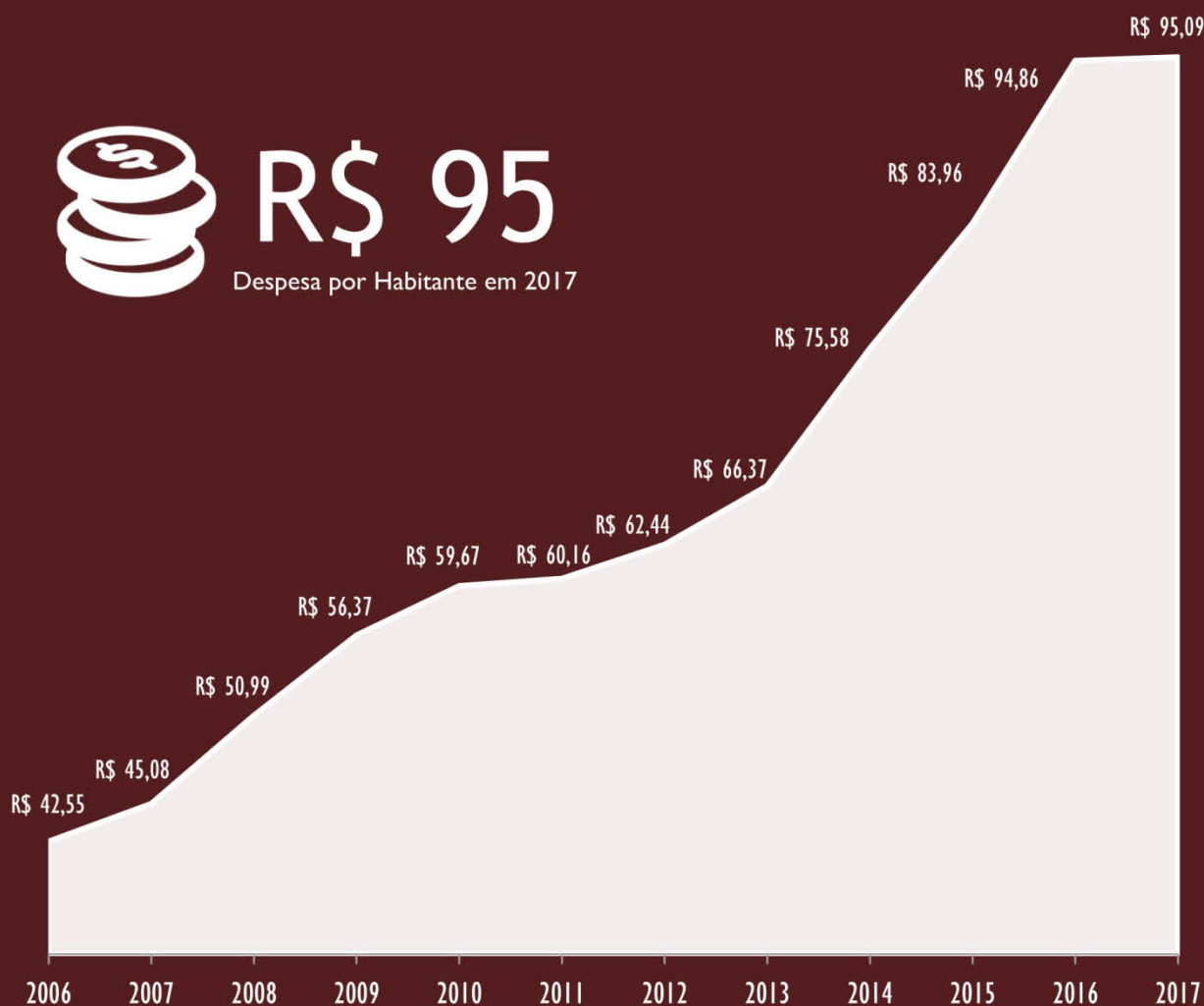
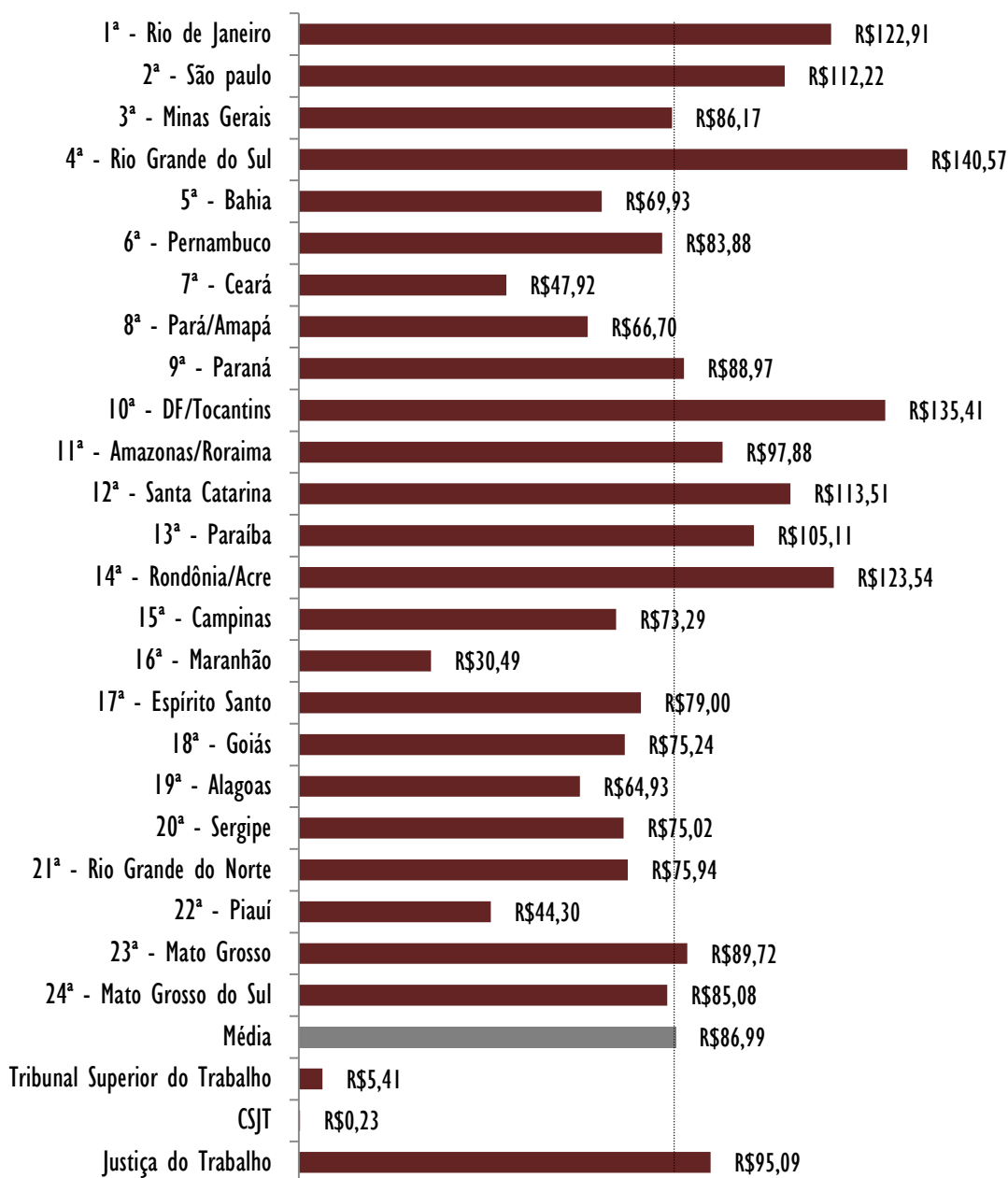


Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2017.



Dez Regiões apresentaram despesa por habitante superior à média nacional: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 23ª Regiões.

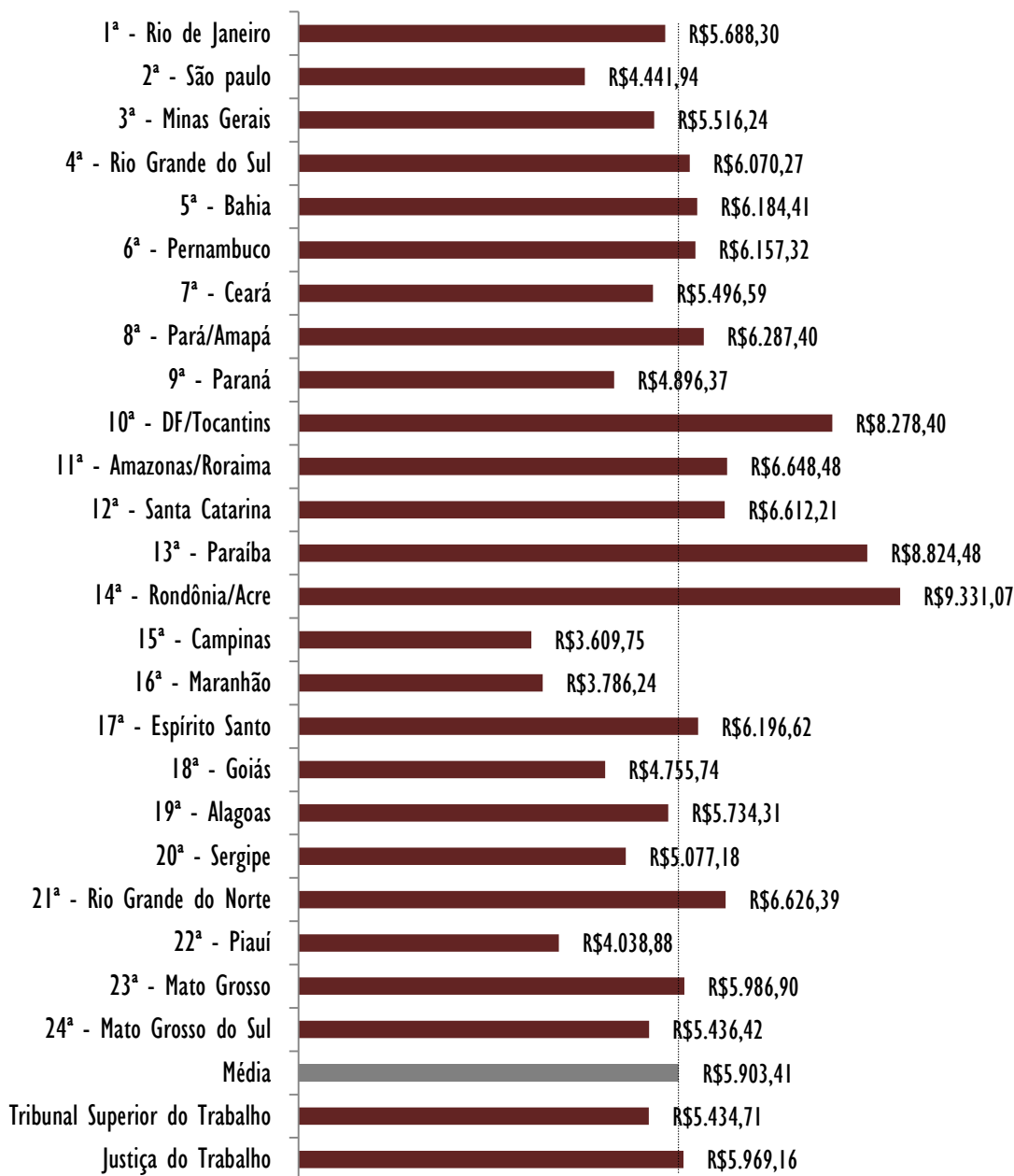
2.2. Despesa por Caso Novo

A despesa da Justiça do Trabalho, em relação a cada Caso Novo, foi de R\$ 5.969,16, 22,4% a mais que em 2016. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou a despesa em 2016 atualizada pelo IPCA.

Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2017.



Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2017.



Doze Regiões apresentaram despesa por Caso Novo superior à média nacional: 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 17ª, 21ª e 23ª Regiões.

2.3. Orçamento e Despesas

Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2017.

Região Judiciária	Orçamento	Saldo Final	Valores Contingenciados	Despesas
TST	1.183.472.734,00	49.982.872,86	9.060.289,00	1.124.272.056,39
CSJT	76.293.258,00	17.341.402,35	10.304.544,00	48.647.311,65
1ª - RJ	2.110.245.715,00	45.676.536,00	47.997,00	2.054.859.456,04
2ª - SP	2.605.807.672,00	15.923.539,85	-	2.589.884.132,15
3ª - MG	1.878.797.275,00	54.929.218,74	3.960.282,00	1.819.907.774,26
4ª - RS	1.611.280.816,00	19.269.964,84	-	1.591.714.936,16
5ª - BA	1.078.467.641,00	5.404.974,31	-	1.073.062.666,33
6ª - PE	825.439.364,00	30.747.182,97	-	794.663.863,03
7ª - CE	437.150.805,00	4.910.298,03	-	432.240.506,97
8ª - PA e AP	626.070.752,00	7.059.494,06	7.736.176,00	611.261.430,94
9ª - PR	1.018.136.397,00	10.578.162,21	296.763,00	1.007.261.471,79
10ª - DF e TO	625.869.220,00	4.368.131,84	-	621.501.088,16
11ª - AM e RR	457.926.311,00	7.025.152,39	1.978.424,00	448.898.734,61
12ª - SC	817.323.947,00	22.351.962,82	99.764,00	794.728.427,66
13ª - PB	428.530.647,00	4.092.099,33	-	423.115.989,69
14ª - RO e AC	328.955.025,00	3.365.962,70	-	325.589.062,30
15ª - Campinas/SP	1.619.851.824,00	5.539.648,14	633.096,00	1.613.679.079,86
16ª - MA	215.207.860,00	1.472.984,18	296.763,00	213.438.112,82
17ª - ES	321.899.070,00	4.601.041,53	-	317.298.028,47
18ª - GO	526.241.056,00	6.800.227,63	9.411.138,76	510.029.689,61
19ª - AL	221.706.107,00	1.920.787,05	596.961,24	219.188.358,71
20ª - SE	178.588.424,00	6.923.944,19	-	171.664.479,81
21ª - RN	271.124.402,00	4.816.303,79	-	266.308.058,21
22ª - PI	144.615.172,00	1.998.433,89	-	142.616.738,11
23ª - MT	303.957.231,00	3.881.943,47	-	300.075.287,53
24ª - MS	233.418.894,00	2.573.201,13	-	230.835.922,87
Total	20.146.377.619,00	343.555.470,30	44.422.198,00	19.746.742.664,13

Notas: 1. Para efeitos dos dados coletados no SIAFI, entenda-se Orçamento como Dotação Atualizada, Saldo Final como Crédito Disponível e Despesa como Despesas Empenhadas.

2. Foram desconsideradas dos valores acima as ações relativas a precatórios e requisições de pequeno valor.

3. Encontram-se incluídos no Orçamento os valores atinentes à reabertura de créditos extraordinários, no montante de R\$ 12.563.661,00, os quais não impactam nos limites da EC 95/2016 (Novo Regime Fiscal).

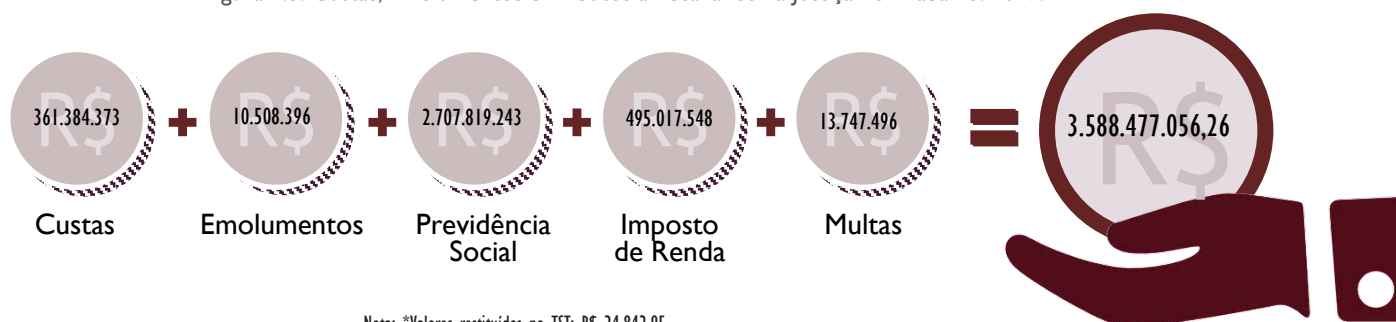
4. Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

2.4. Arrecadação de Custas, Emolumentos e Tributos

A arrecadação da Justiça do Trabalho decorrente de suas decisões aumentou 6,5% em relação a 2016, totalizando R\$ 3.588.477.056,26. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou o valor arrecadado em 2016 atualizado pelo IPCA.

Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2017.



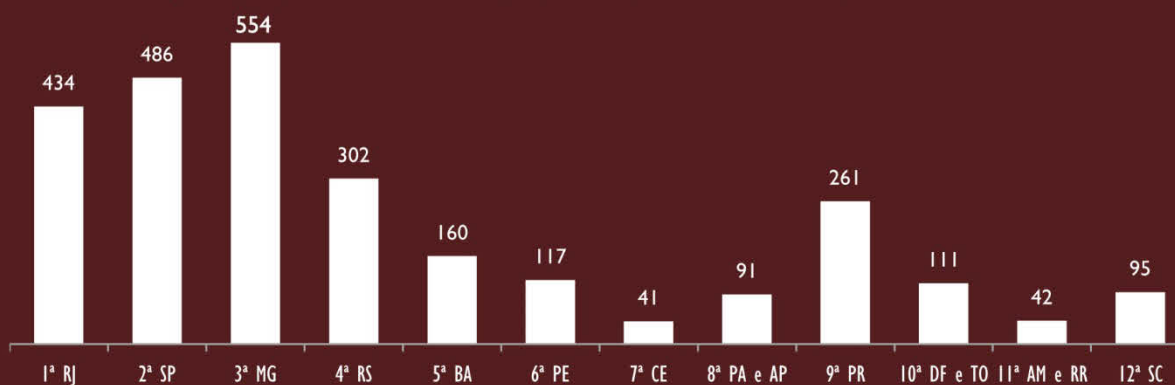
Nota: *Valores restituídos no TST: R\$ 24.842,95.

Tabela 2.2. Arrecadação na Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2017.

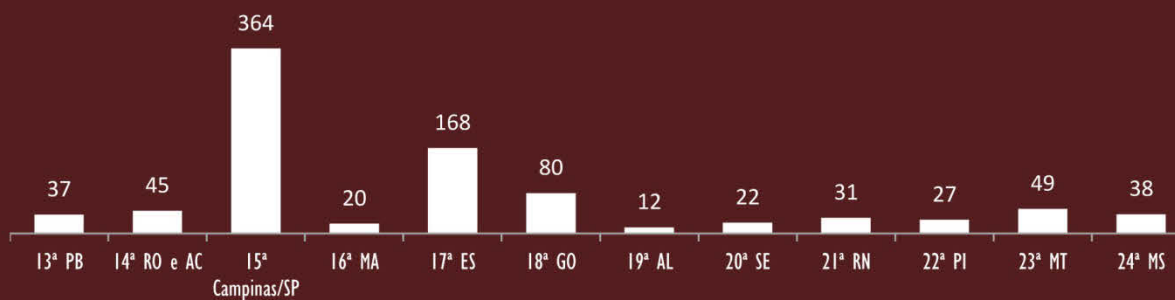
Região Judiciária	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
TST	2.465.579,38 ^(*)	41.706,00	
1ª - RJ	23.547.640,09	1.990.980,11	348.433.282,12
2ª - SP	45.301.664,43	368.081,24	362.628.780,69
3ª - MG	38.994.922,66	1.392.967,68	426.930.554,98
4ª - RS	35.699.987,07	165.487,97	208.481.335,41
5ª - BA	27.951.607,53	495.805,37	110.072.212,70
6ª - PE	24.672.077,35	370.529,03	88.686.294,05
7ª - CE	4.097.262,59	326.023,87	34.058.493,11
8ª - PA e AP	14.080.471,86	48.001,17	68.511.271,73
9ª - PR	41.845.880,92	185.835,71	175.899.357,40
10ª - DF e TO	12.754.140,07	394.859,96	80.358.108,11
11ª - AM e RR	3.702.328,93	9.145,47	33.145.875,54
12ª - SC	9.119.029,92	140.510,90	79.954.332,59
13ª - PB	4.468.082,67	33.447,48	31.679.996,63
14ª - RO e AC	3.953.508,63	73.583,24	39.061.192,63
15ª - Campinas/SP	25.572.366,37	863.490,92	314.278.623,96
16ª - MA	1.515.666,68	1,00	17.112.365,44
17ª - ES	7.631.994,80	247.626,89	85.074.981,26
18ª - GO	16.101.561,32	2.519.441,32	55.866.245,16
19ª - AL	1.311.860,98	669.652,89	9.450.238,32
20ª - SE	4.489.311,12	10.380,06	14.780.733,93
21ª - RN	3.000.450,95	83.897,76	26.866.208,62
22ª - PI	913.346,92	1.552,09	22.675.938,13
23ª - MT	4.793.696,63	63.603,07	41.407.719,32
24ª - MS	3.399.933,34	11.785,20	32.405.100,95
Total	361.384.373,21	10.508.396,40	2.707.819.242,78

Notas: 1) % calculado sobre o total no País;
2) * Valores restituídos no TST: R\$ 24.842,95.

Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2017



Imposto de Renda	Multas Aplicadas pelo Órgão de Fiscalização	Total	
		Valor	%
		2.507.285,38	0,1
58.138.618,17	1.622.991,06	433.733.511,55	12,1
77.677.281,84	83.700,00	486.059.508,20	13,5
84.286.535,54	2.078.025,41	553.683.006,27	15,4
57.262.976,27	211.454,63	301.821.241,35	8,4
21.786.532,39	66.652,25	160.372.810,24	4,5
3.073.063,46	74.782,12	116.876.746,01	3,3
2.892.141,04	96.914,65	41.470.835,26	1,2
6.116.840,88	1.777.542,37	90.534.128,01	2,5
39.819.936,95	2.940.754,66	260.691.765,64	7,3
17.335.949,51	127.784,54	110.970.842,19	3,1
4.828.046,04	479.823,40	42.165.219,38	1,2
5.227.178,50	271.228,96	94.712.280,87	2,6
1.077.318,92	91.895,79	37.350.741,49	1,0
1.112.654,13	624.620,01	44.825.558,64	1,2
21.610.000,77	1.241.447,08	363.565.929,10	10,1
719.522,77	267.822,17	19.615.378,06	0,5
75.012.394,16	269.999,65	168.236.996,76	4,7
4.323.119,82	983.487,27	79.793.854,89	2,2
969.632,31	82.282,44	12.483.666,94	0,3
2.468.960,45	29.157,77	21.778.543,33	0,6
1.164.025,82	2.839,18	31.117.422,33	0,9
3.537.125,13	2.916,21	27.130.878,48	0,8
2.431.146,86	80.683,79	48.776.849,67	1,4
2.146.546,60	238.690,14	38.202.056,23	1,1
495.017.548,33	13.747.495,55	3.588.477.056,26	100,0



2.5. Valores Pagos aos Reclamantes

Foram pagos aos reclamantes, R\$ 27.082.593.692,57. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 43,4% do total e aumentaram 26,7% em relação a 2016.

Os valores pagos decorrentes da execução da sentença representaram 46,4% e reduziram 5,0%.

Ressalta-se que, para o cálculo da variação percentual, foi considerada a atualização monetária pelo IPCA dos valores pagos em 2016.

Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2016-2017.

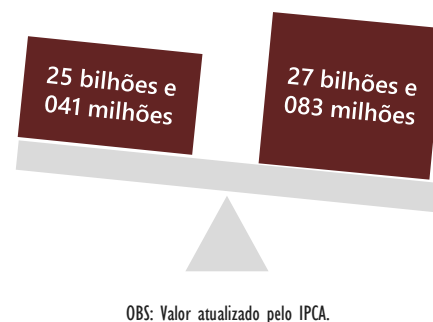
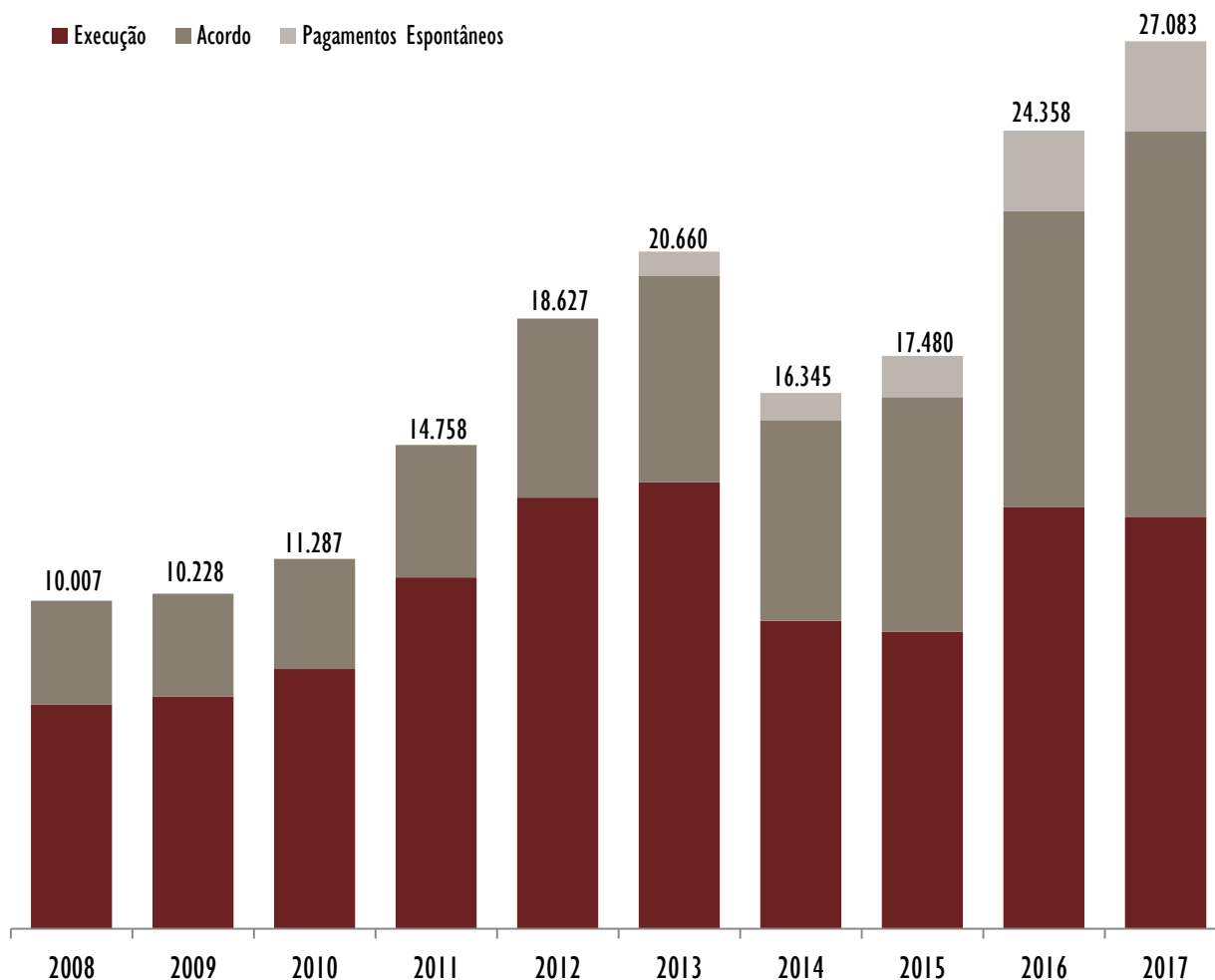


Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais). 2008-2017.



LITIGIOSIDADE

3

3.1. Casos Novos

No TST, foram recebidos 206.869 casos novos, 13,9% a mais que em 2016.

Nos TRTs, foram recebidos 837.331 casos novos, 5,2% a mais que em 2016.

Nas Varas, foram recebidos 2.630.842 casos novos, 3,4% a menos que em 2016. Os 3 estados com maior quantitativo de casos novos ajuizados foram São Paulo, com 29,3%, Rio de Janeiro, com 10,5%, e Minas Gerais, com 9,4%, todos estados da Região Sudeste, que, sozinha, ajuizou 50,6% dos casos novos no País. Os casos novos recebidos como rito sumaríssimo totalizaram 648.887 processos, 24,7% do total de ações ajuizadas; desde 2001, apenas a 7ª Região apresentou percentual superior a 50,0%. É importante destacar que todos os Estados da Região Sul apresentaram percentuais abaixo de 17,0% desde a instituição desse rito.

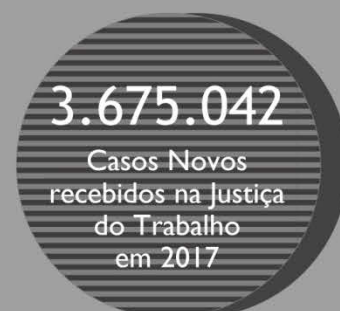
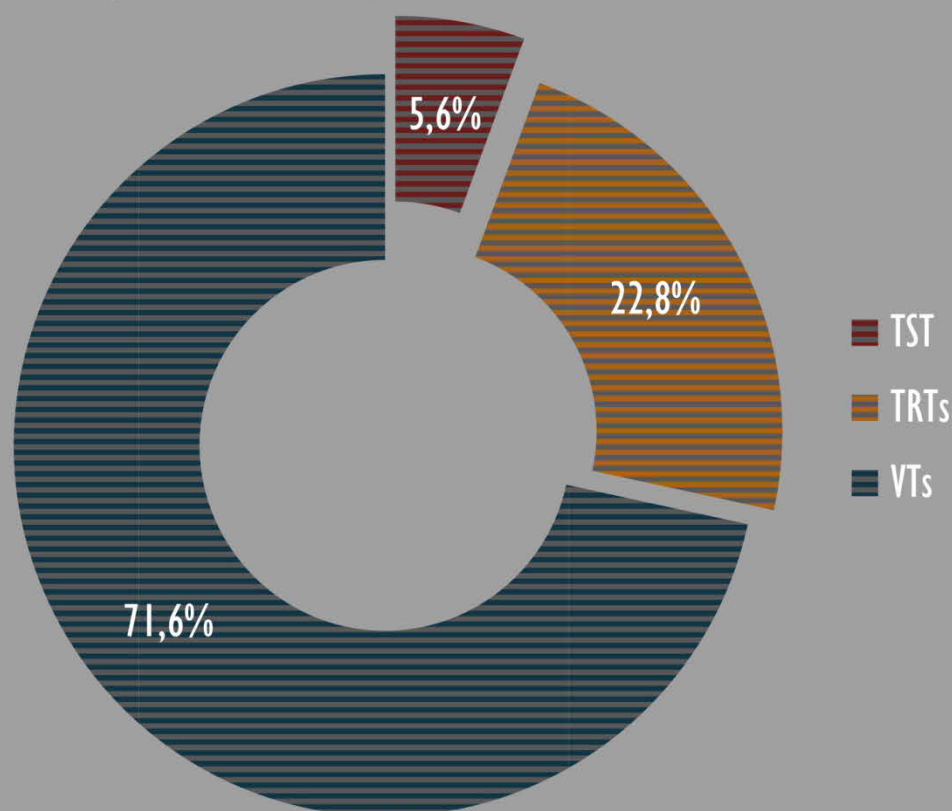


Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2017.

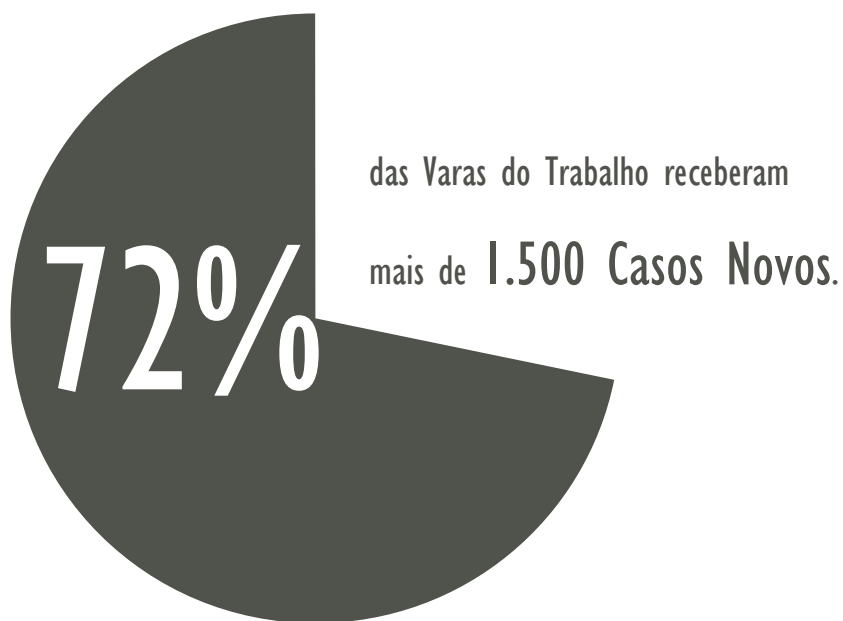


A tabela a seguir apresenta a distribuição das Varas segundo o quantitativo de casos novos recebidos.

Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2017.

Casos Novos	Varas do Trabalho	
	Quantidade	%
até 500	24	1,5%
de 501 a 1.000	130	8,3%
1.001 a 1.500	290	18,4%
1.501 a 2.000	586	37,3%
2.001 a 2.500	407	25,9%
2.501 a 3.000	108	6,9%
acima de 3.000	28	1,8%
Total	1.573	100,0%

Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam mais de 1.500 Casos Novos. 2017.



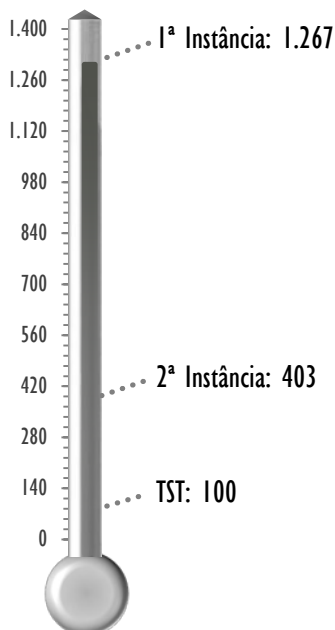
3.1.1. Casos Novos por 100.000 Habitantes

A cada 100.000 habitantes do país, 100 ingressaram com ação ou recurso no Tribunal Superior do Trabalho, 403 nos Tribunais Regionais do Trabalho e 1.267 nas Varas do Trabalho. Houve uma redução de 0,2% em relação a 2016 no quantitativo de casos novos na Justiça do Trabalho a cada 100.000 habitantes.

Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2017.

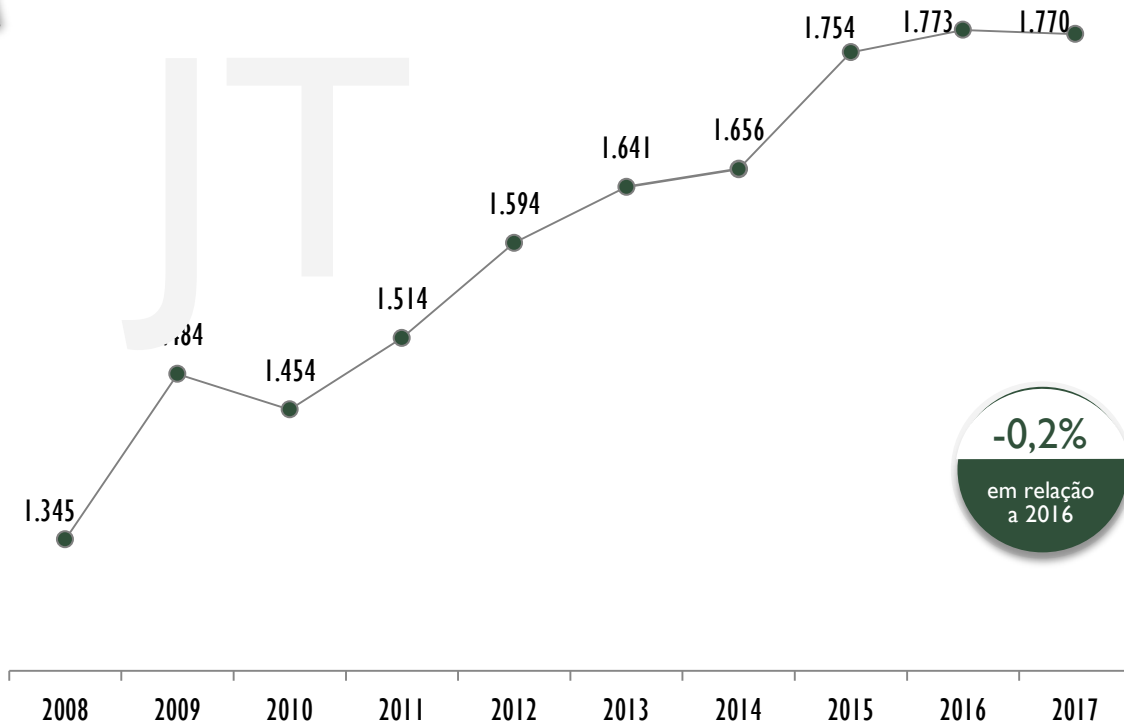


Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2008-2017.

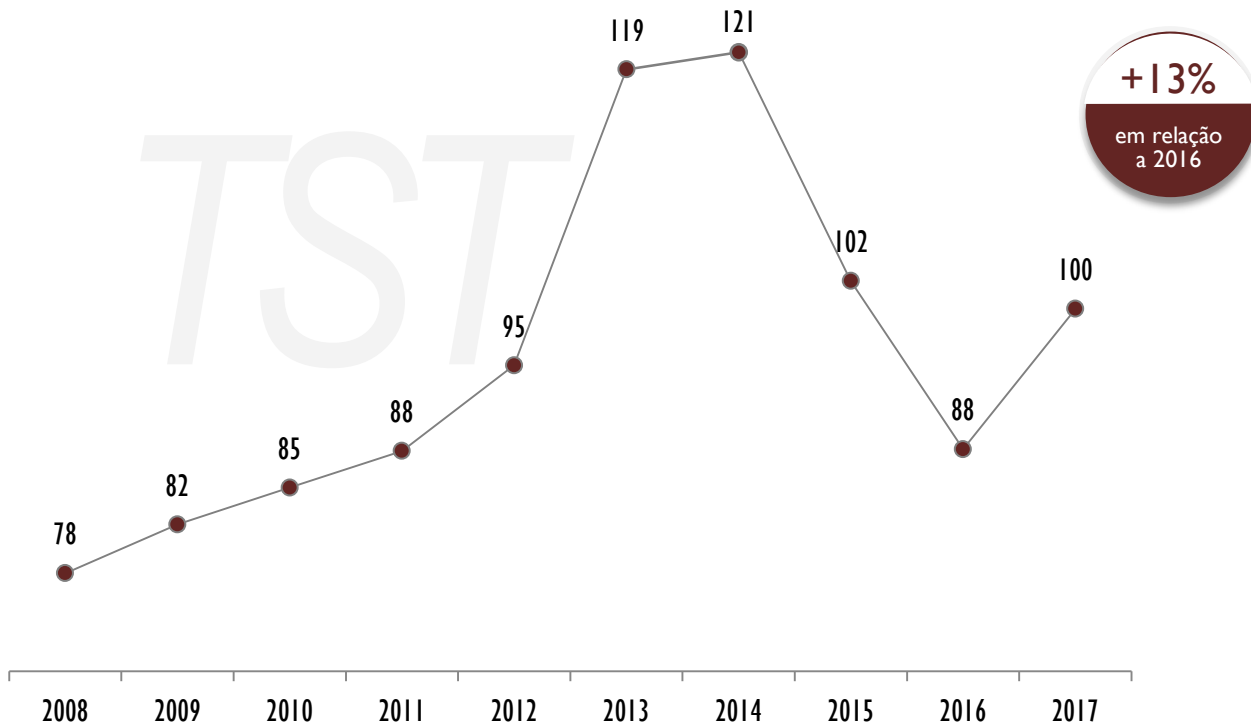


Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2008-2017.

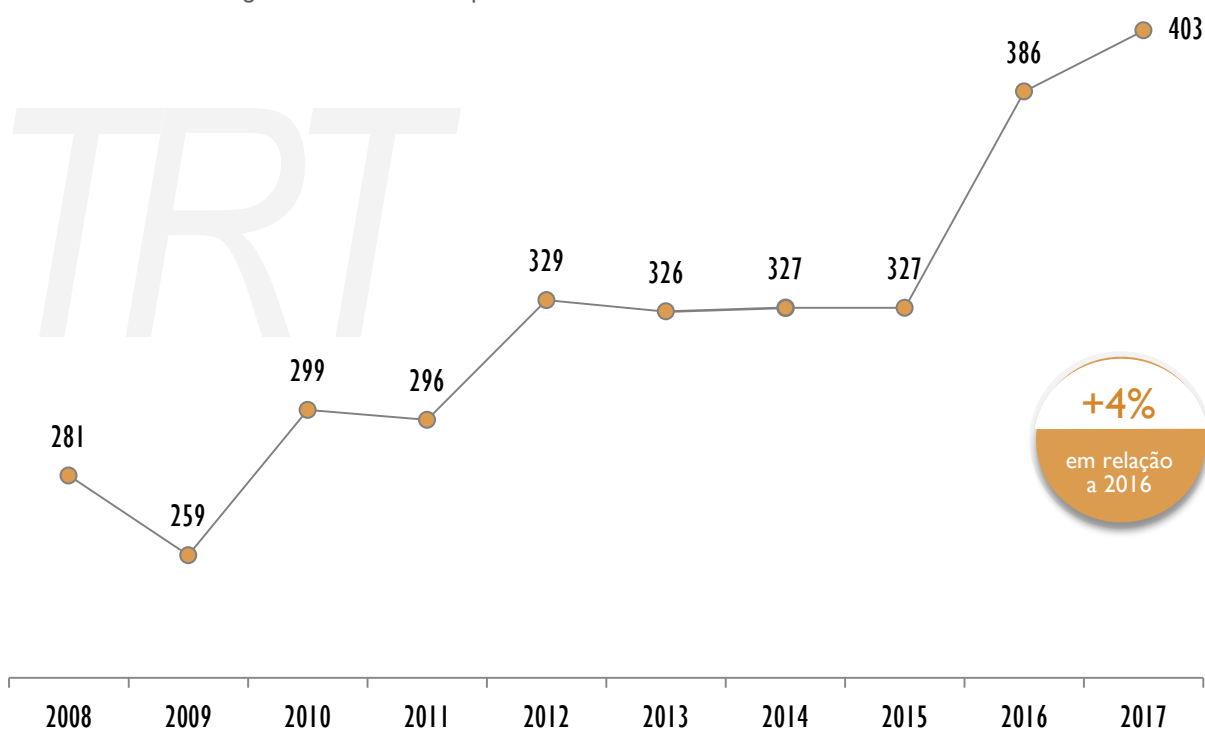


Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2008-2017.

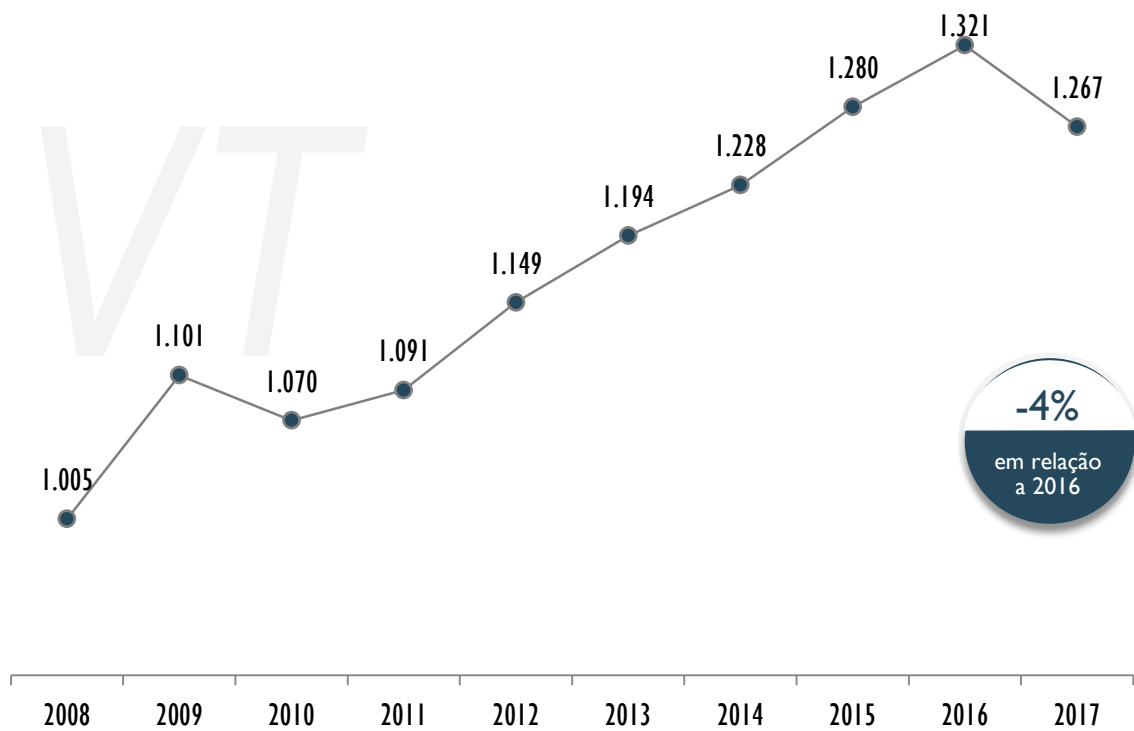
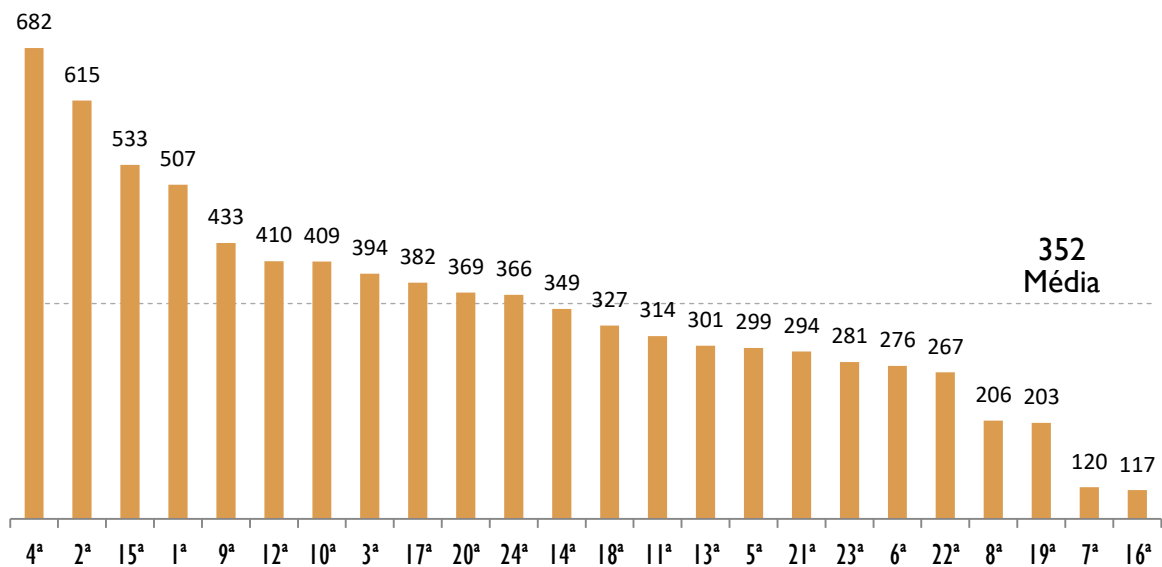


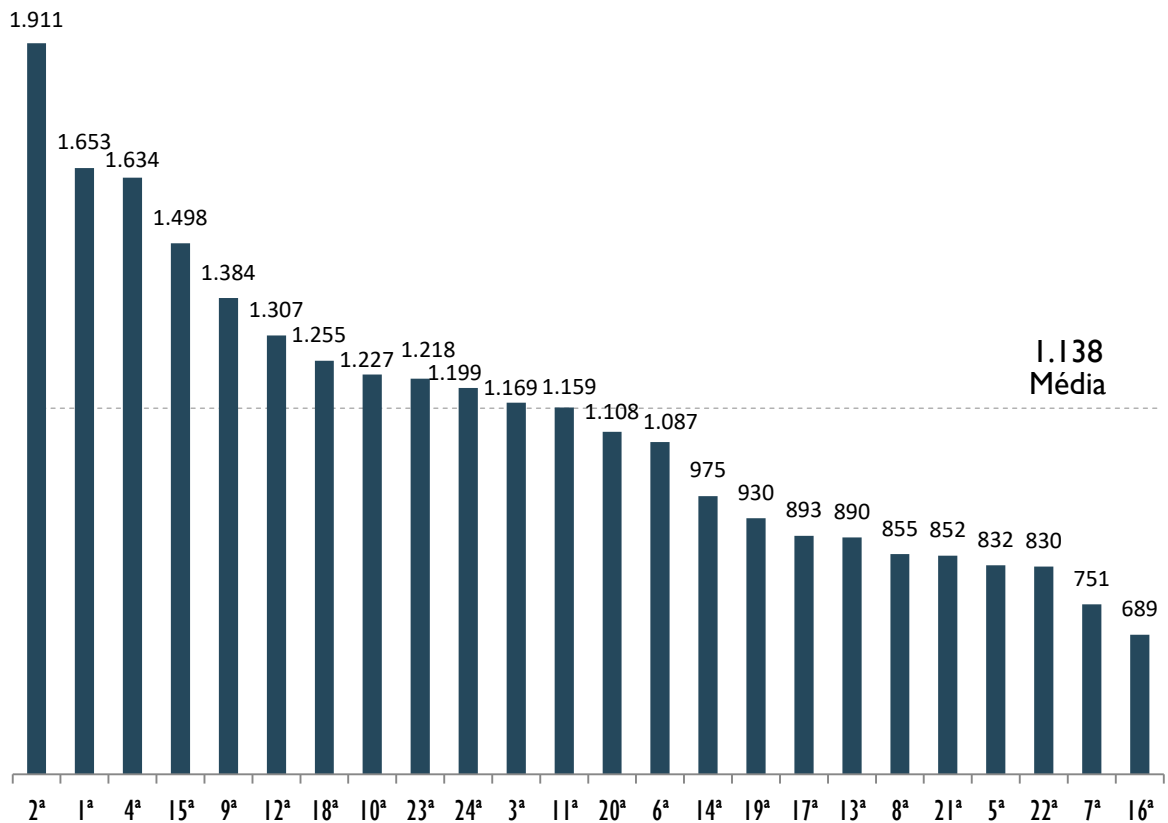


Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2017.



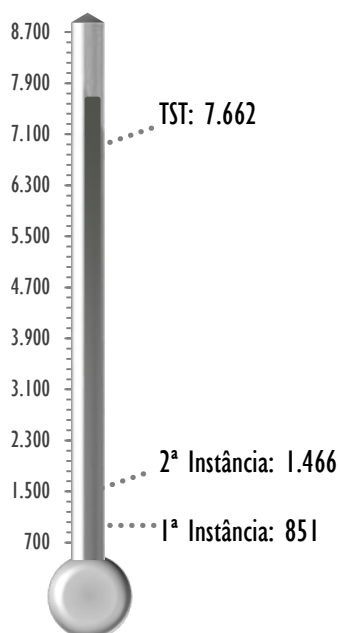
3.1.2. Casos Novos por Magistrado

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, o quantitativo de Casos Novos por Magistrado foi de 929 processos, 6,0% superior ao de 2016. No Tribunal Superior do Trabalho esse quantitativo foi de 7.662 processos por Ministro; na 2ª Instância, foi de 1.466 processos e, na 1ª Instância, de 851.

Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2017.

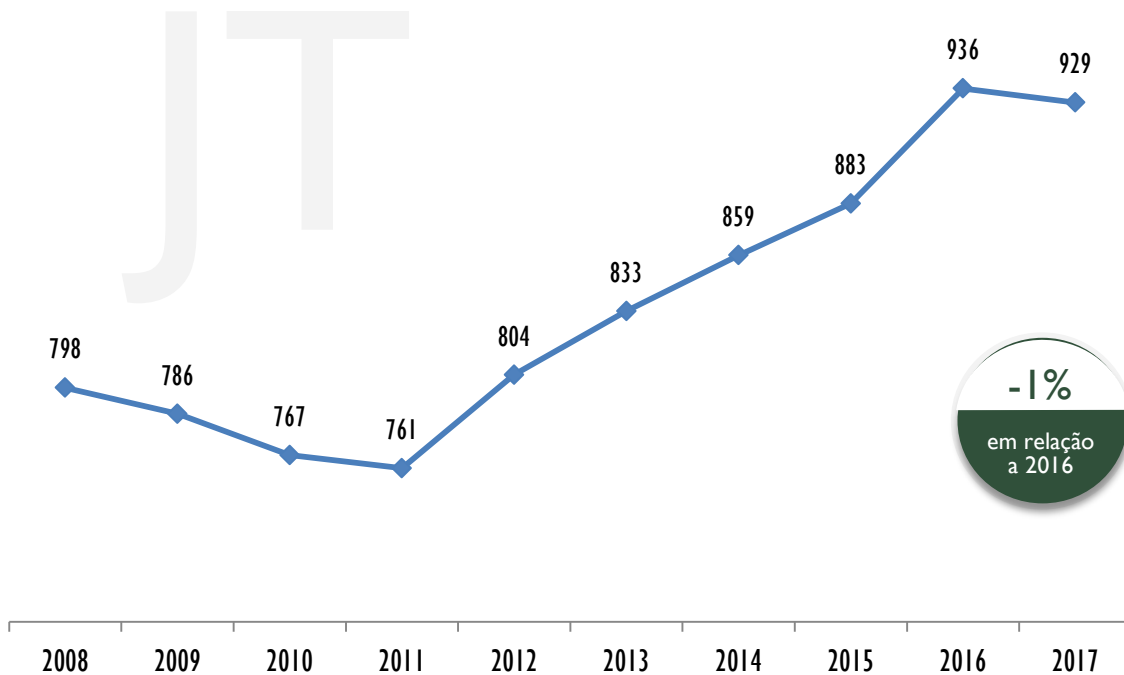


Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2008-2017.

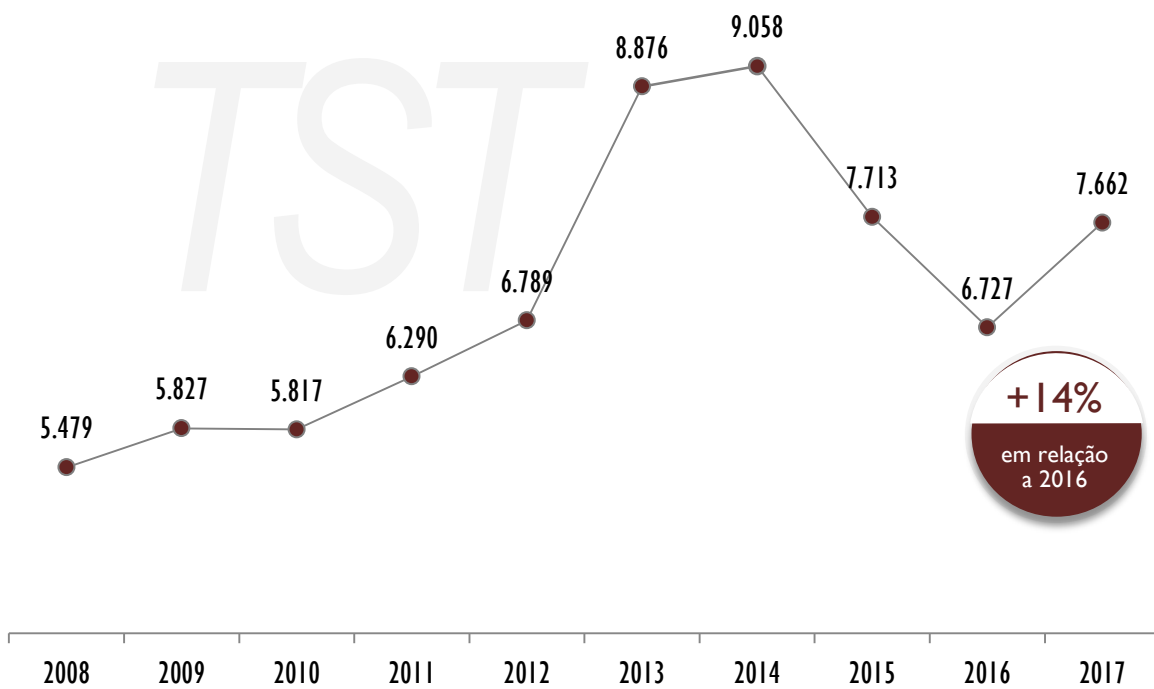
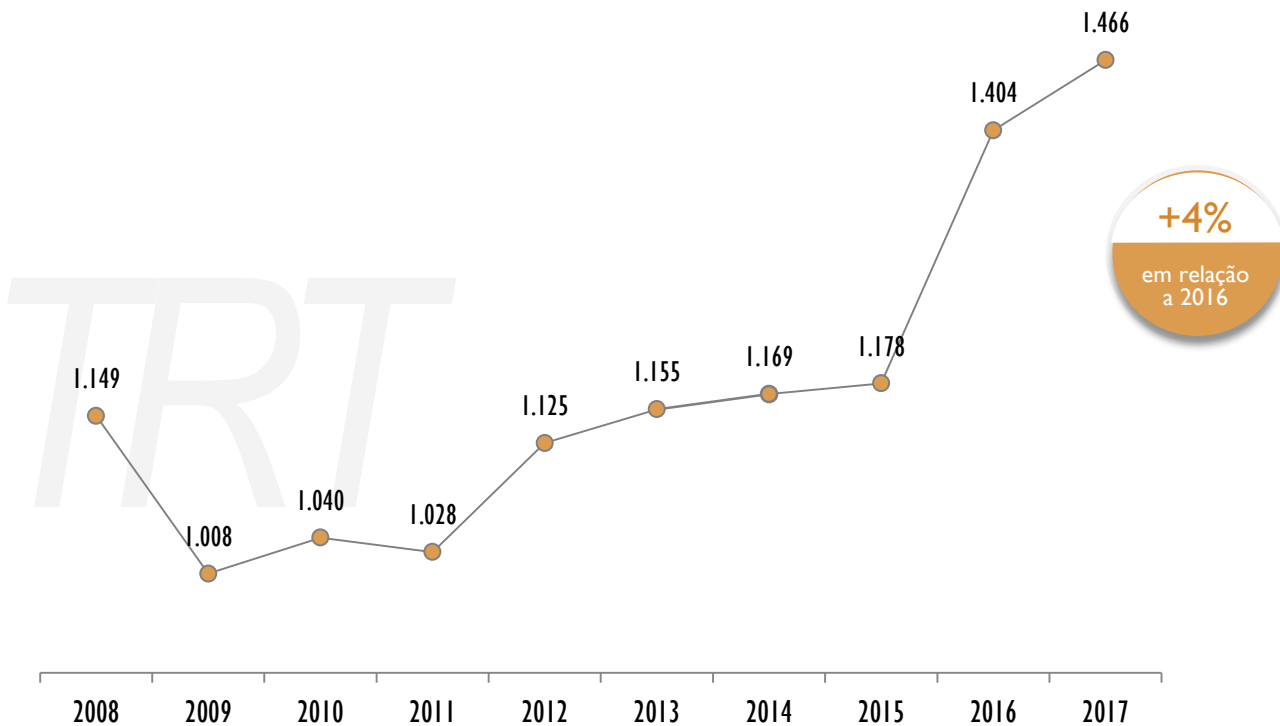


Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2008-2017.

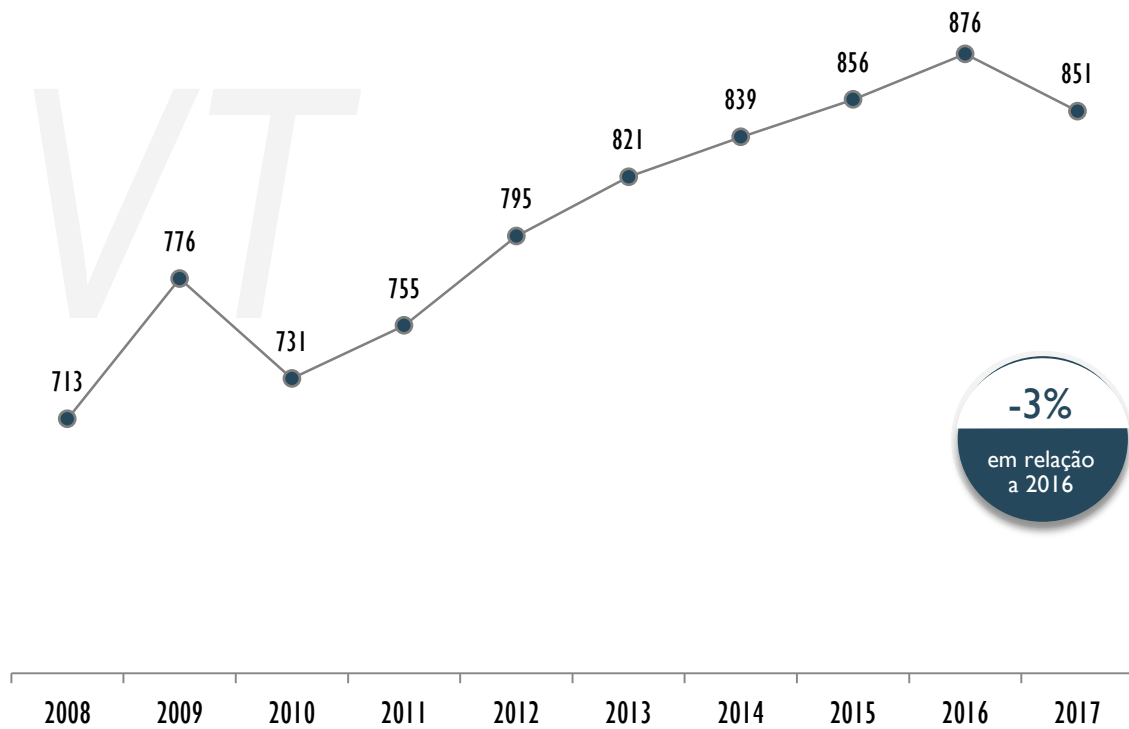
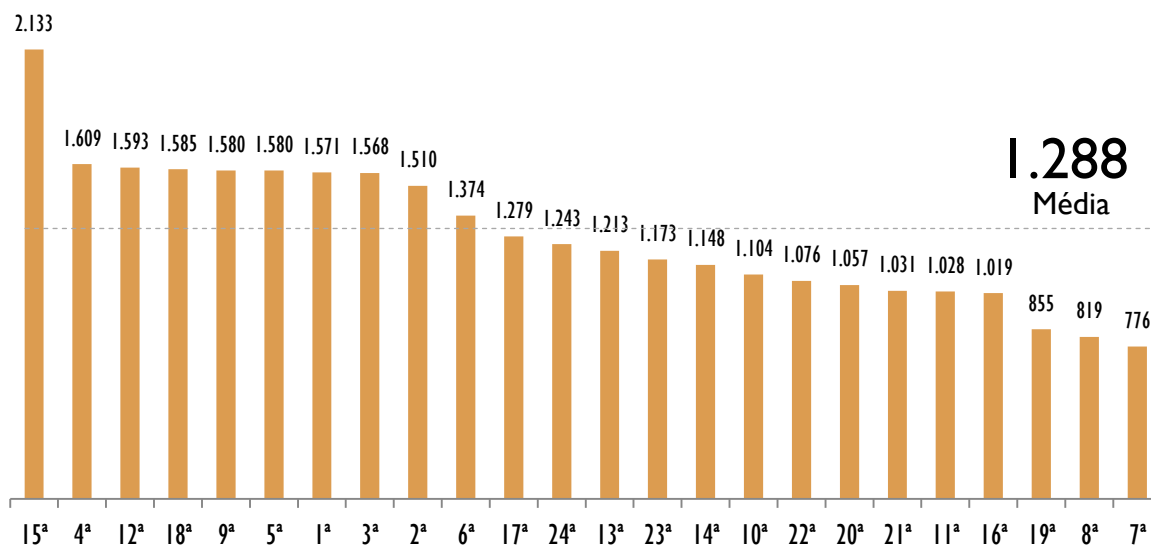


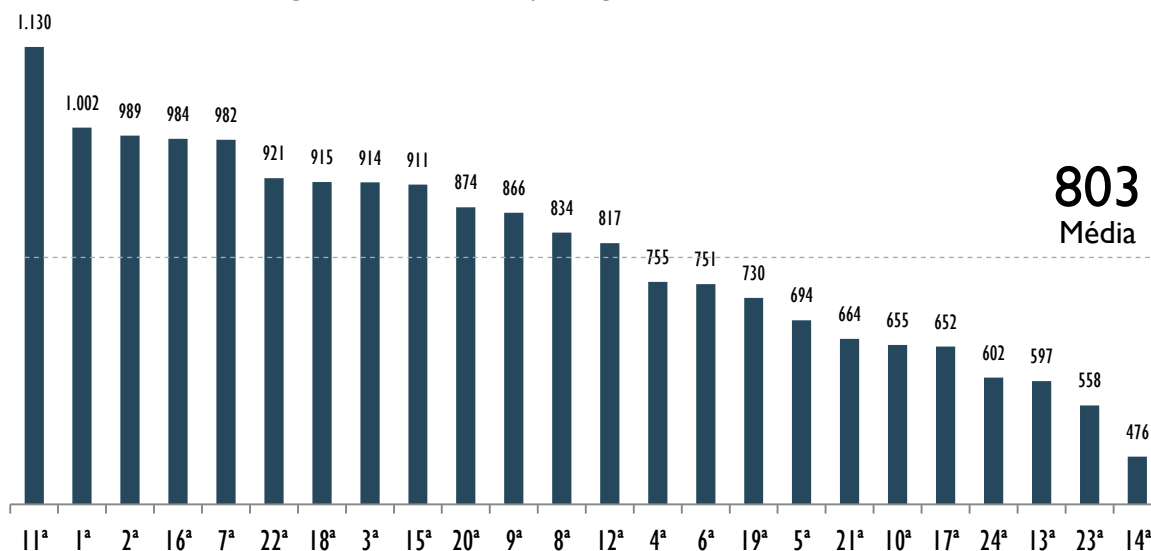


Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2017.



3.1.3. Casos Novos por Servidor

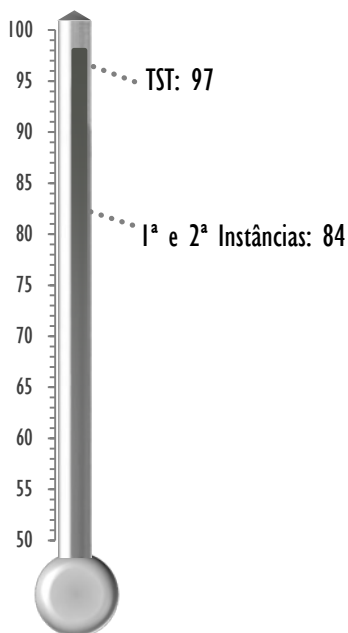
a) Casos Novos por Cargos Existentes

Cada servidor da Justiça do Trabalho recebeu, em média, 85 processos durante o ano de 2017, praticamente o mesmo quantitativo de 2016. No TST esse quantitativo foi de 97 processos por servidor e na 1ª e 2ª Instâncias, de 84 processos.

Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2017.

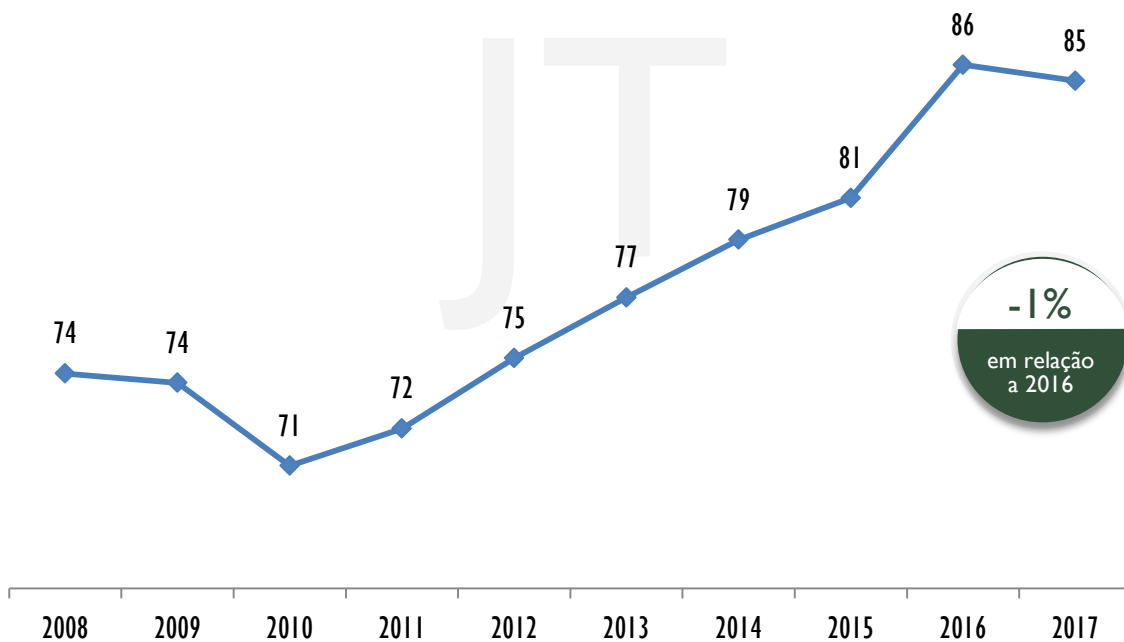


Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2008-2017.

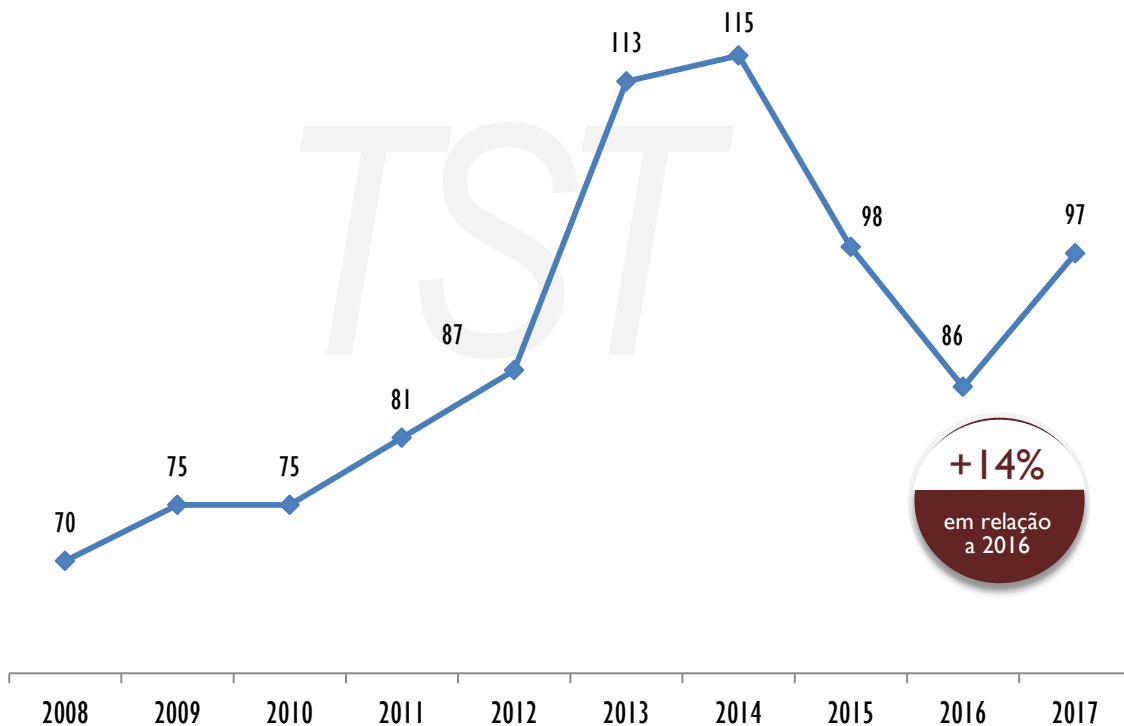
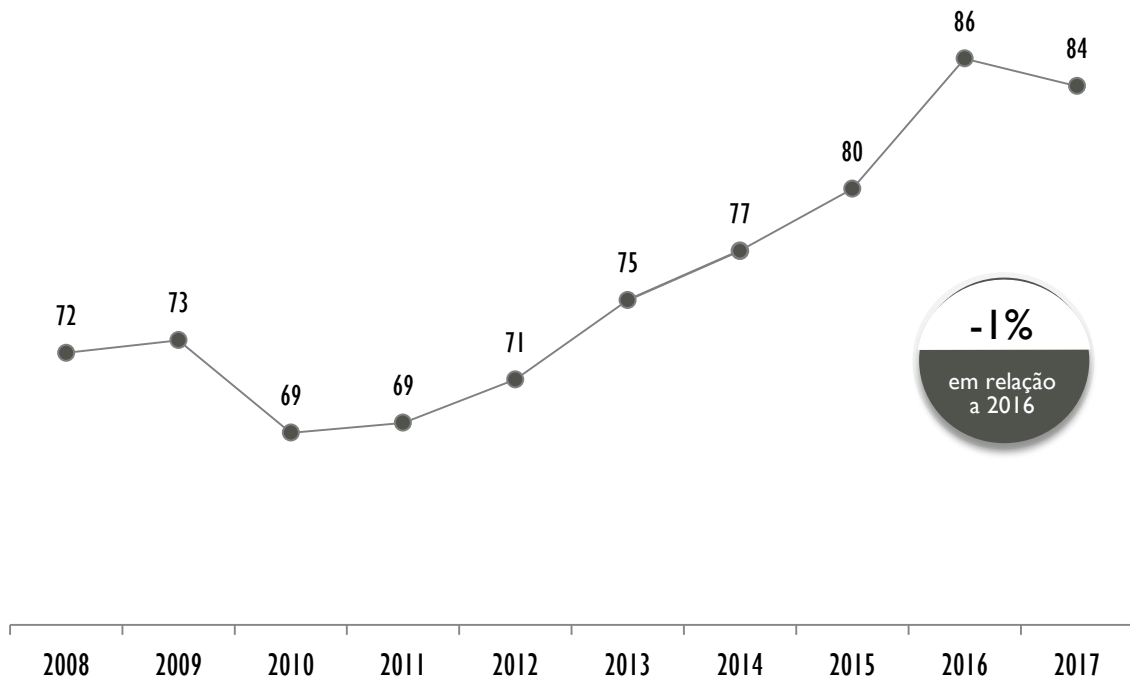


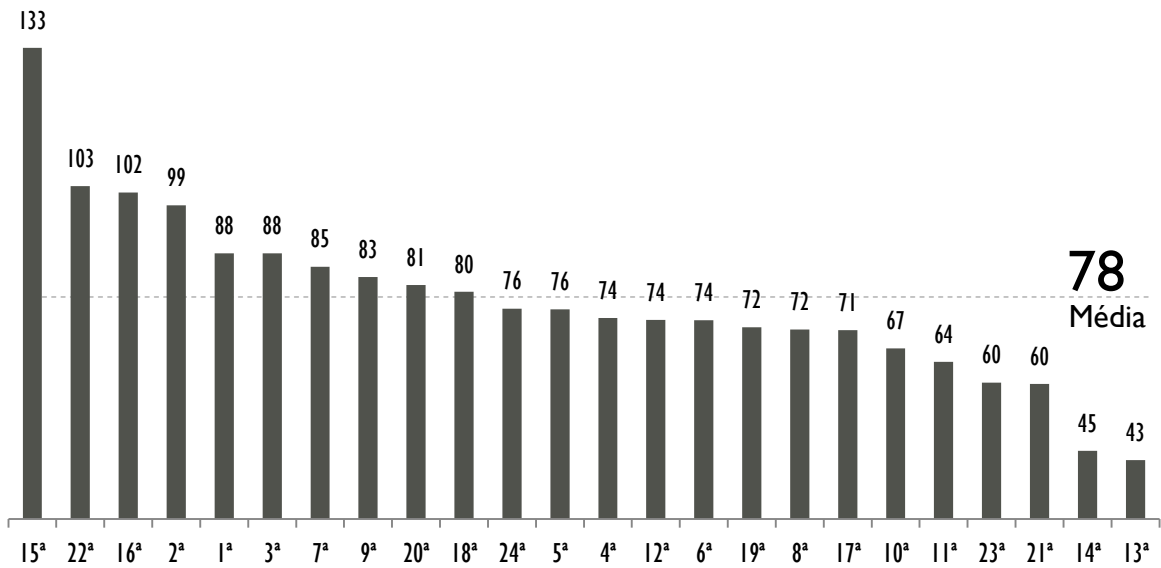
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2008-2017.



Litigiosidade

2017

Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2017.



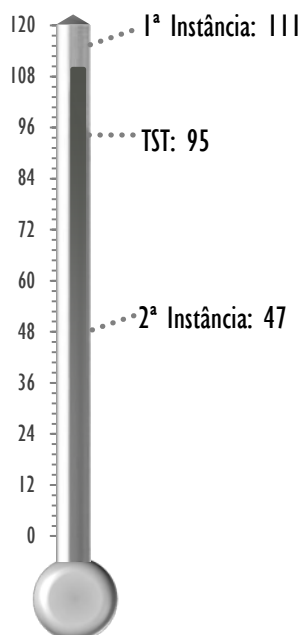
b) Casos Novos por Servidor em Atividade

Cada servidor da Justiça do Trabalho, considerando os servidores do Quadro Permanente, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e os requisitados, recebeu em média 86 processos durante o ano de 2017. No TST, esse quantitativo foi de 95 processos por servidor em atividade; nos TRTs, foi de 47 e nas Varas do Trabalho, de 111 processos.

Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2017.

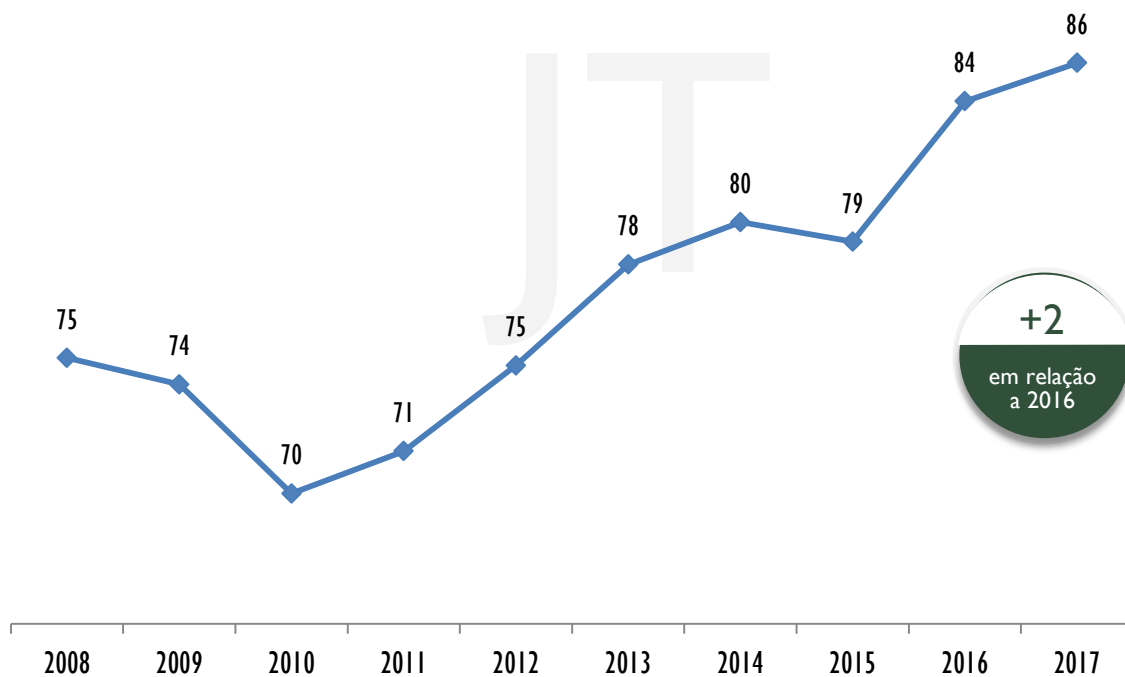


Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2008-2017.

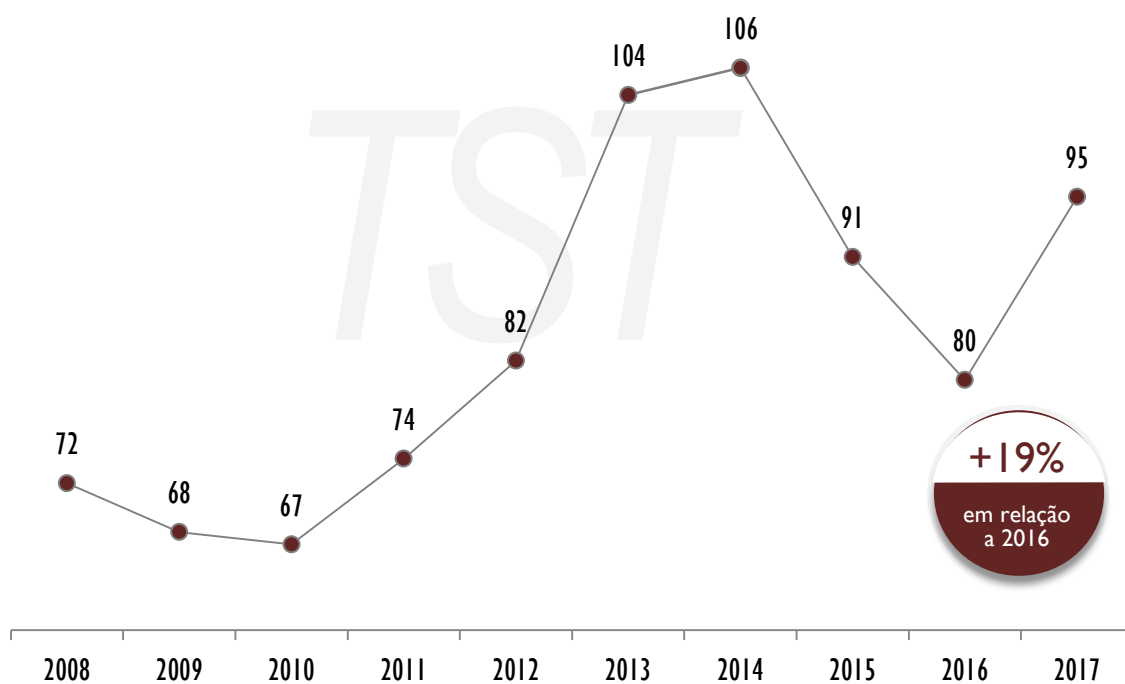


Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2008-2017.

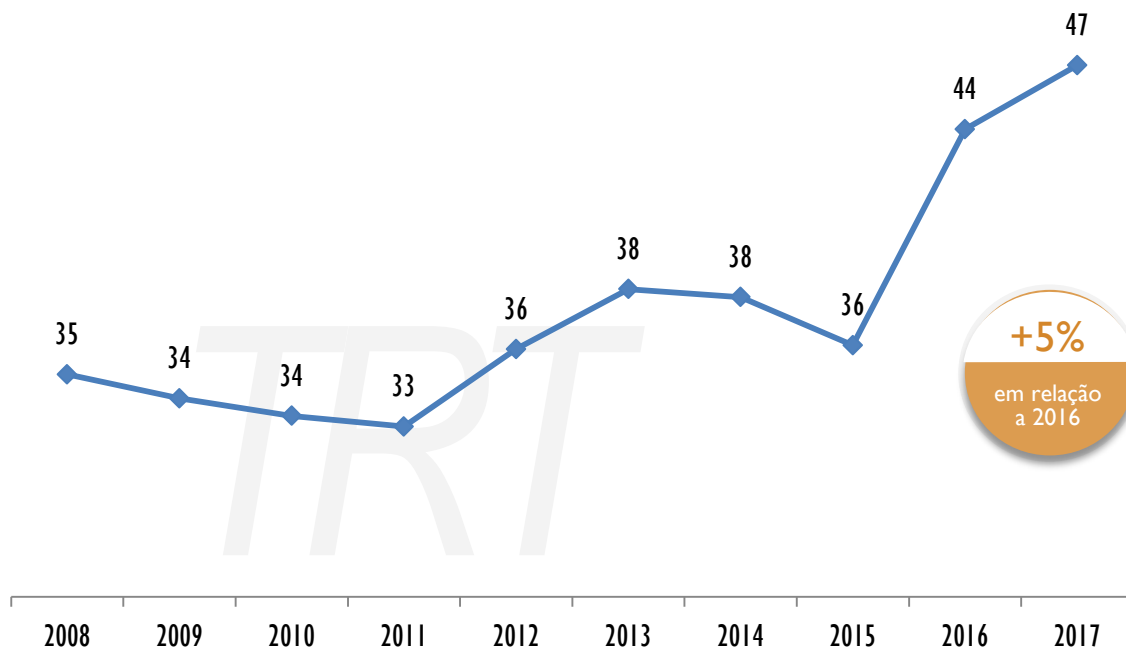


Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2008-2017.

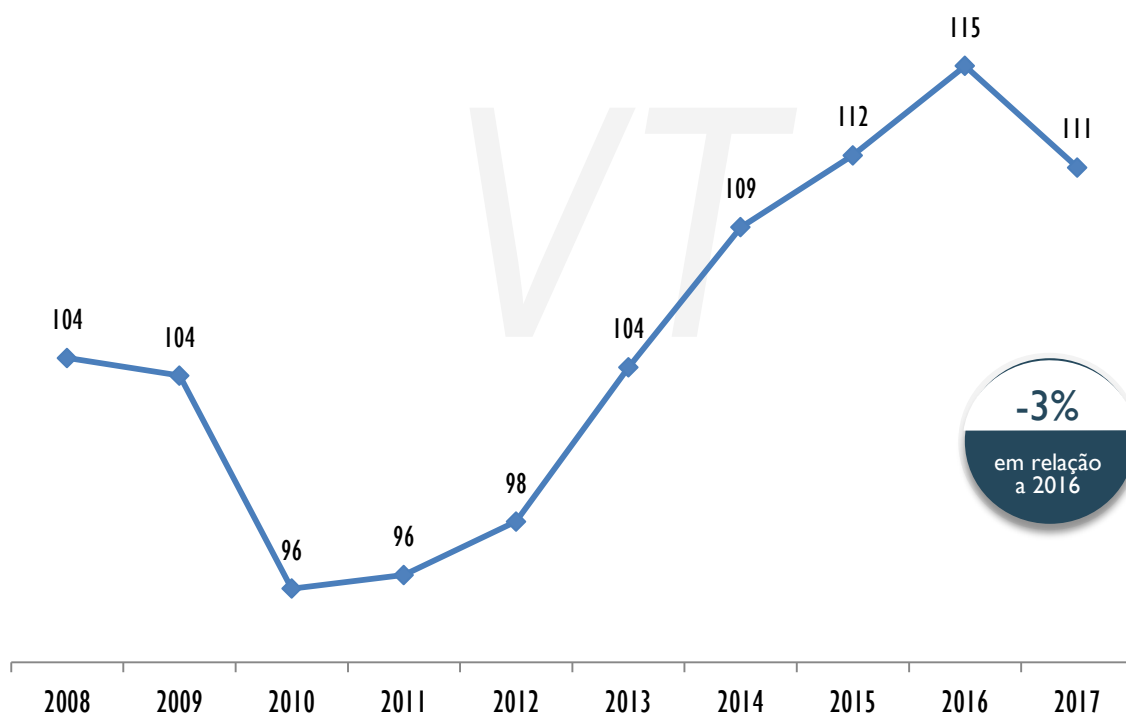
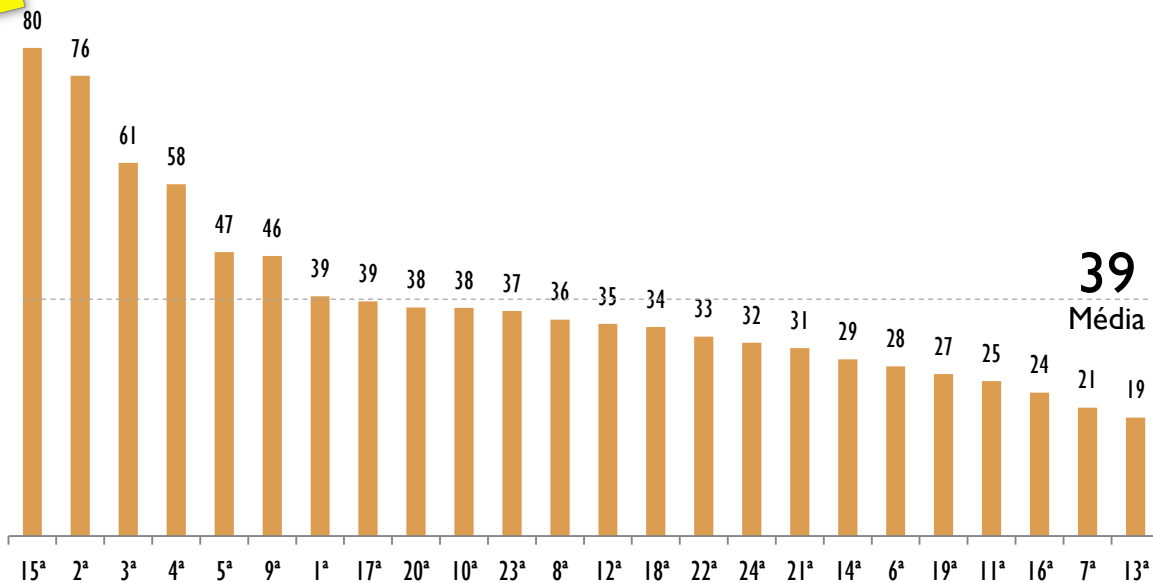


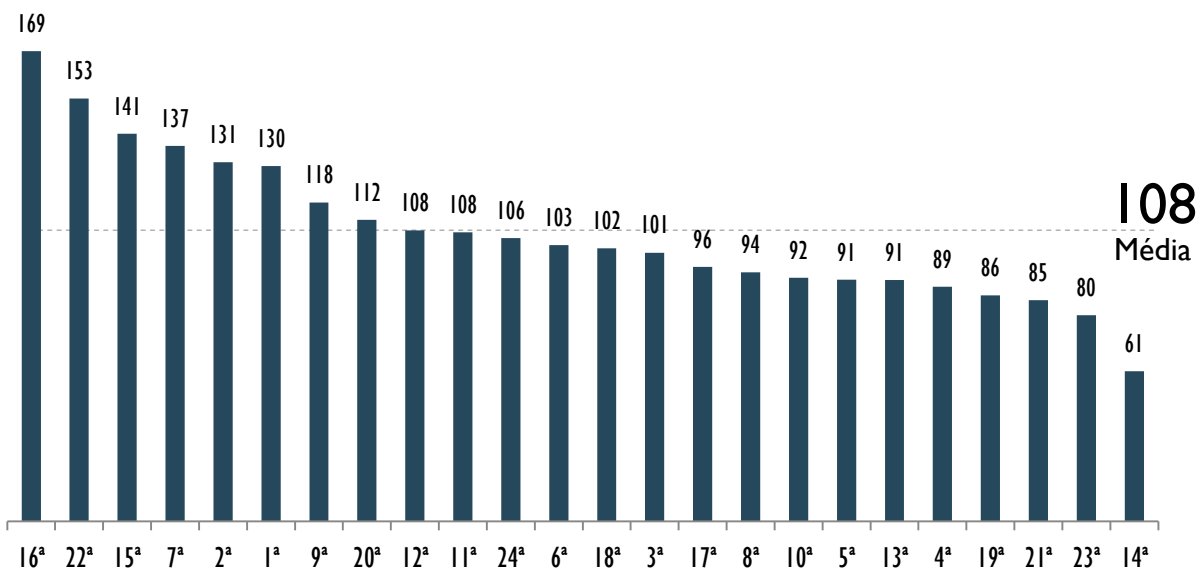


Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2017.



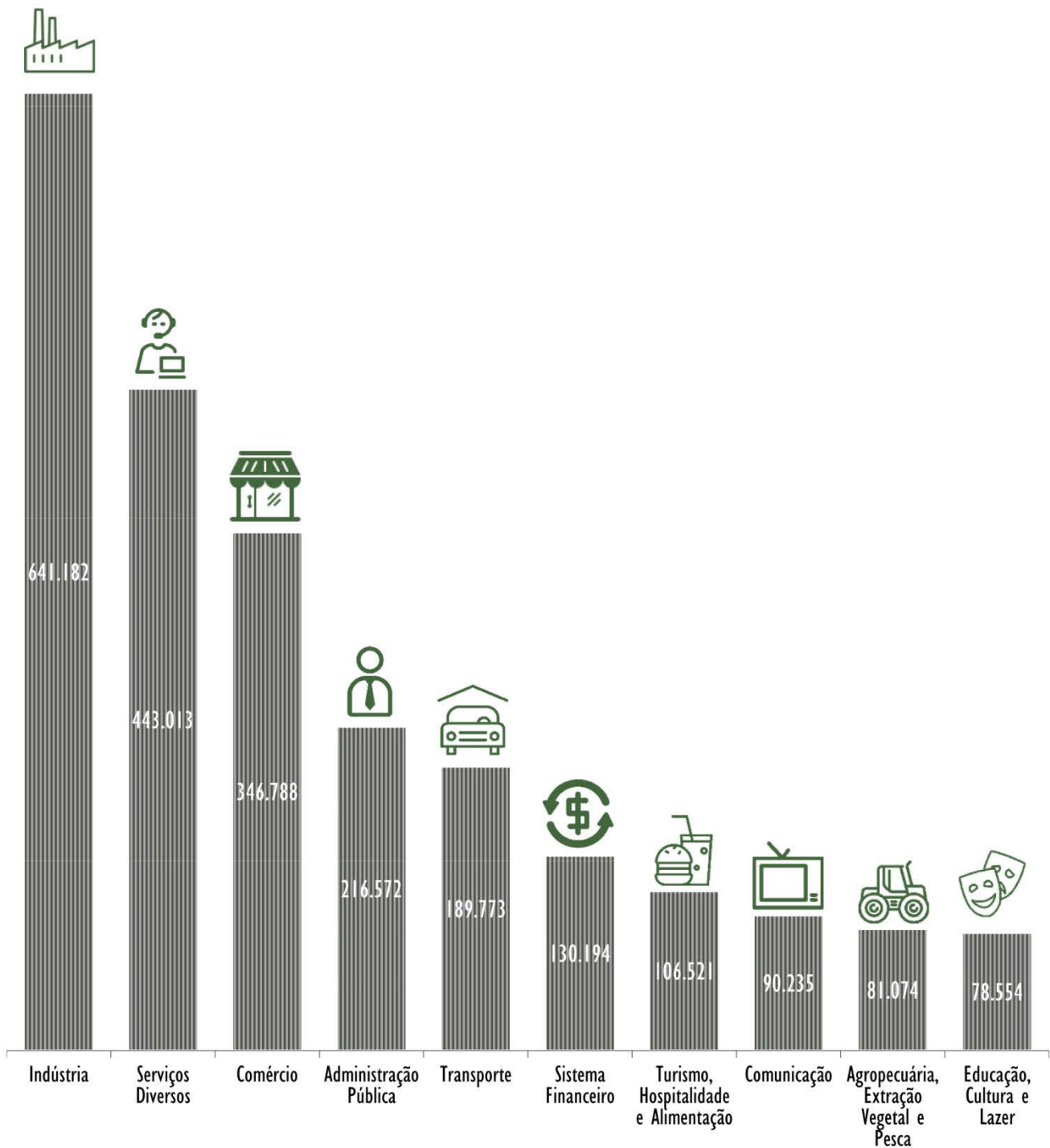
Litigiosidade

Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2017.



3.1.4. Casos Novos por Atividade Econômica

Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho, 2017.



Na Justiça do Trabalho, a Indústria e os Serviços Diversos lideraram o ranking de atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos.

No TST, as atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram a Indústria com 22,4%, a Administração Pública com 16,5%, o Transporte com 9,2% e os Serviços Diversos com 9,0%.

Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2017.



Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2017.



Nos TRTs, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos distribuídos foram a Indústria, com 21,1%, Serviços Diversos, com 12,0%, e o Comércio, com 8,9%. A individualização por TRT demonstra que a Indústria possui mais ações na 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões; os Serviços Diversos na 11ª Região, e a Administração Pública na 10ª, 16ª, 19ª e 22ª Regiões.

Nas Varas, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos foram a Indústria, com 20,8%, os Serviços Diversos, com 14,8%, e o Comércio, com 11,7%. A individualização por Região Judiciária demonstra que a Indústria possui mais ações na 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões, os Serviços Diversos na 1ª, 2ª, 8ª, 10ª e 11ª Regiões e a Administração Pública na 16ª e 22ª Regiões.

Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2017.



3.1.5. Assuntos Mais Recorrentes entre os Casos Novos

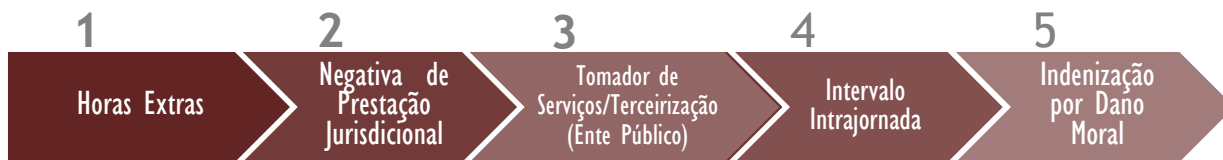
Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho são: Aviso Prévio, com 917.877 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 912.103 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 806.010 processos.

Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2017.



Os assuntos mais recorrentes no Tribunal Superior do Trabalho são: Horas Extras, com 28.608 processos, Negativa de Prestação Jurisdicional, com 20.530 processos, e Tomador de Serviços/Terceirização (Ente Público), com 19.124 processos.

Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2017.



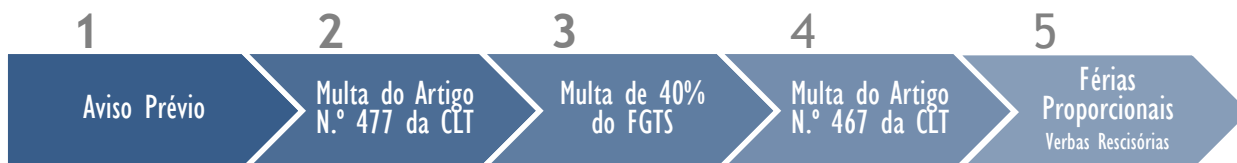
Os assuntos mais recorrentes na 2ª Instância são: Horas Extras, com 162.648 processos, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 157.038 processos, e Aviso Prévio, com 145.730 processos.

Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2017.



Os assuntos mais recorrentes na 1ª Instância são: Aviso Prévio, com 771.364 processos, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 746.972 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 673.809 processos.

Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2017.



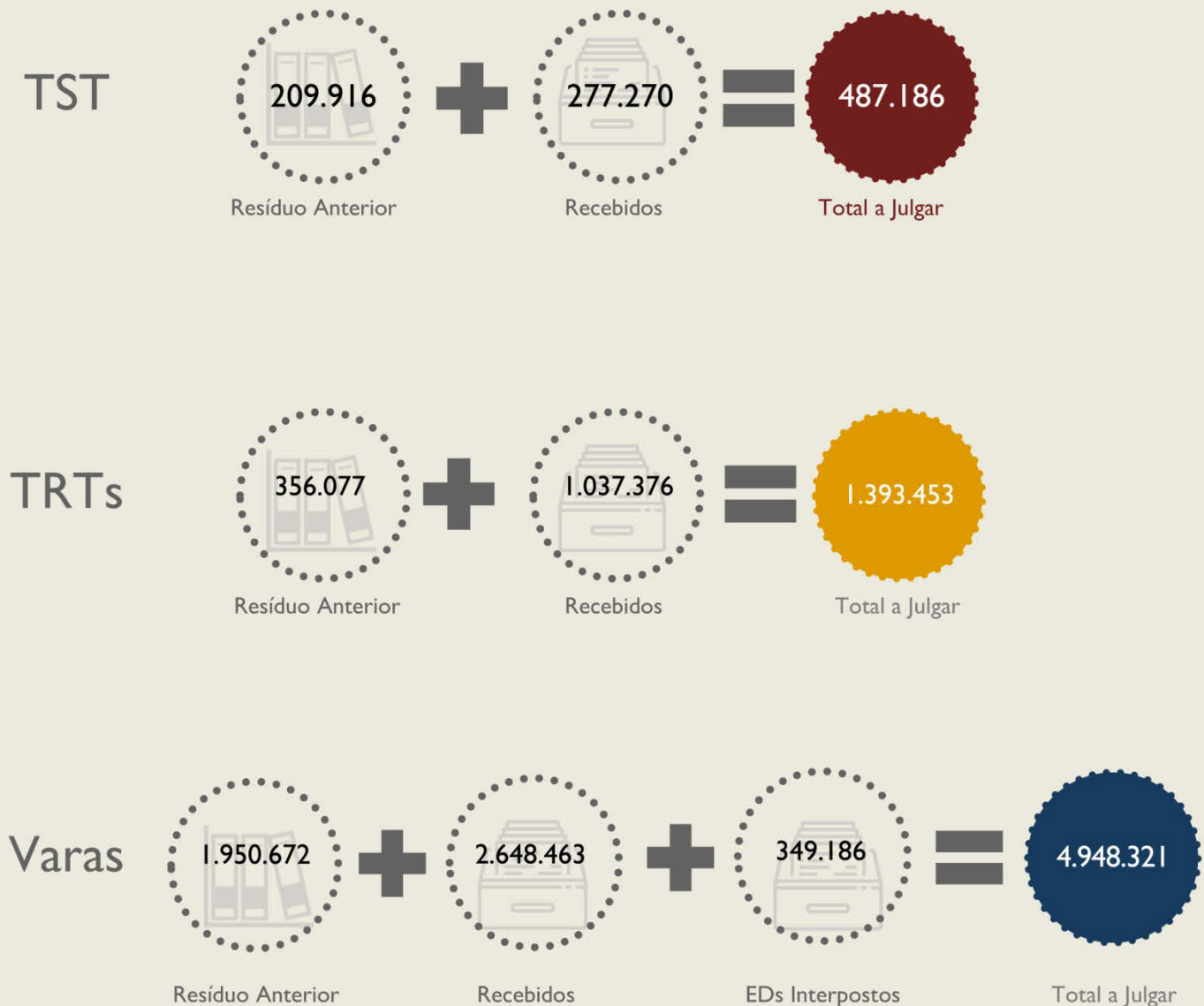
Litigiosidade

3.2. Total a Julgar

No TST, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 487.186 processos para solução. Nos TRTs, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 1.393.453 processos para solução.

Nas Varas, as ações ajuizadas somadas aos pendentes de anos anteriores e aos Embargos de Declaração interpostos, totalizaram 4.948.321 processos na Fase de Conhecimento para solução.

Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



3.2.1. Total a Julgar por Magistrado

O total a julgar por magistrado, na Justiça do Trabalho (excluídos os ocupantes de cargos de Direção), foi de 1.884 processos durante o ano de 2017. No TST, o total a julgar foi de 20.299 processos para cada Ministro, nos TRTs, foi de 2.748 para cada Desembargador e, nas Varas, foi de 1.600 para cada juiz.

Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2017.

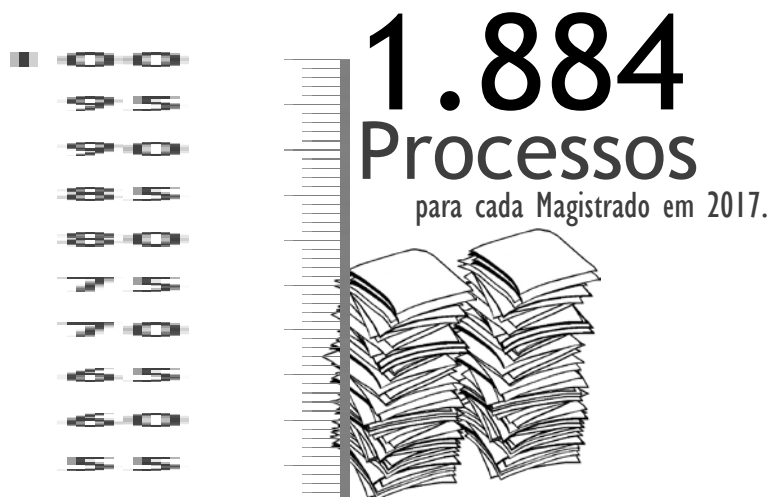
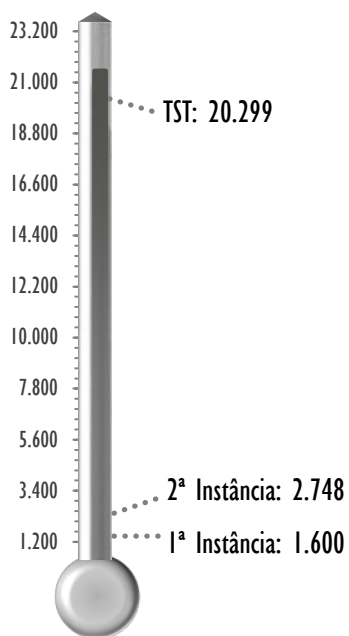
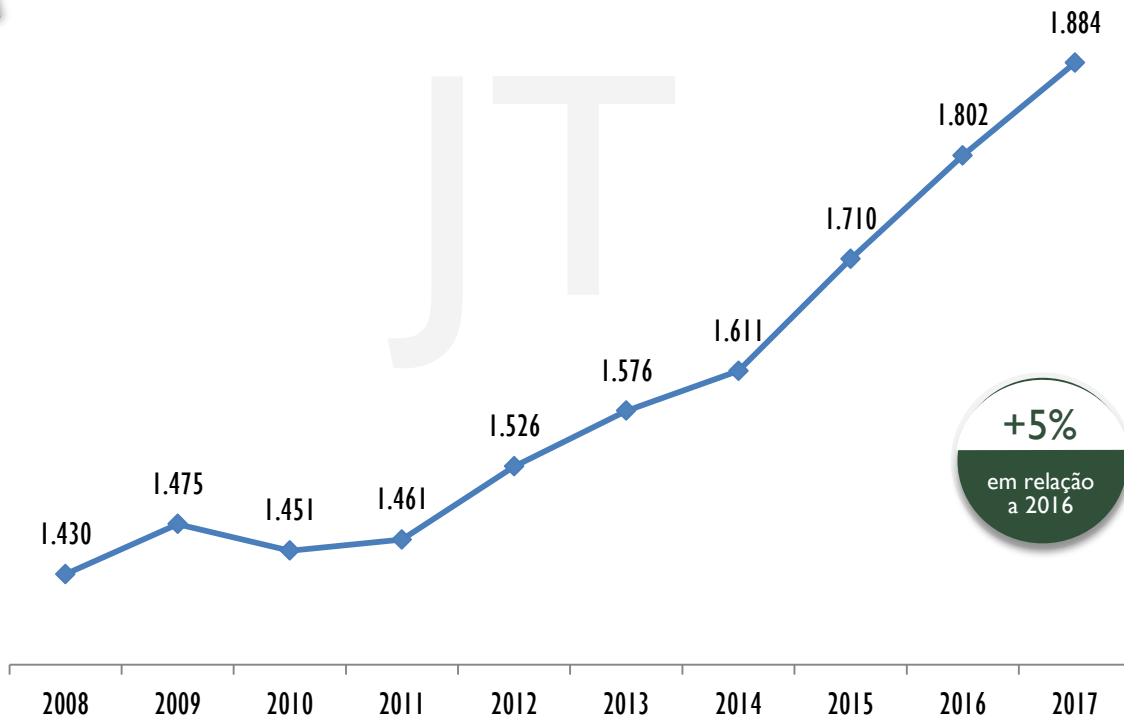


Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2008-2017.

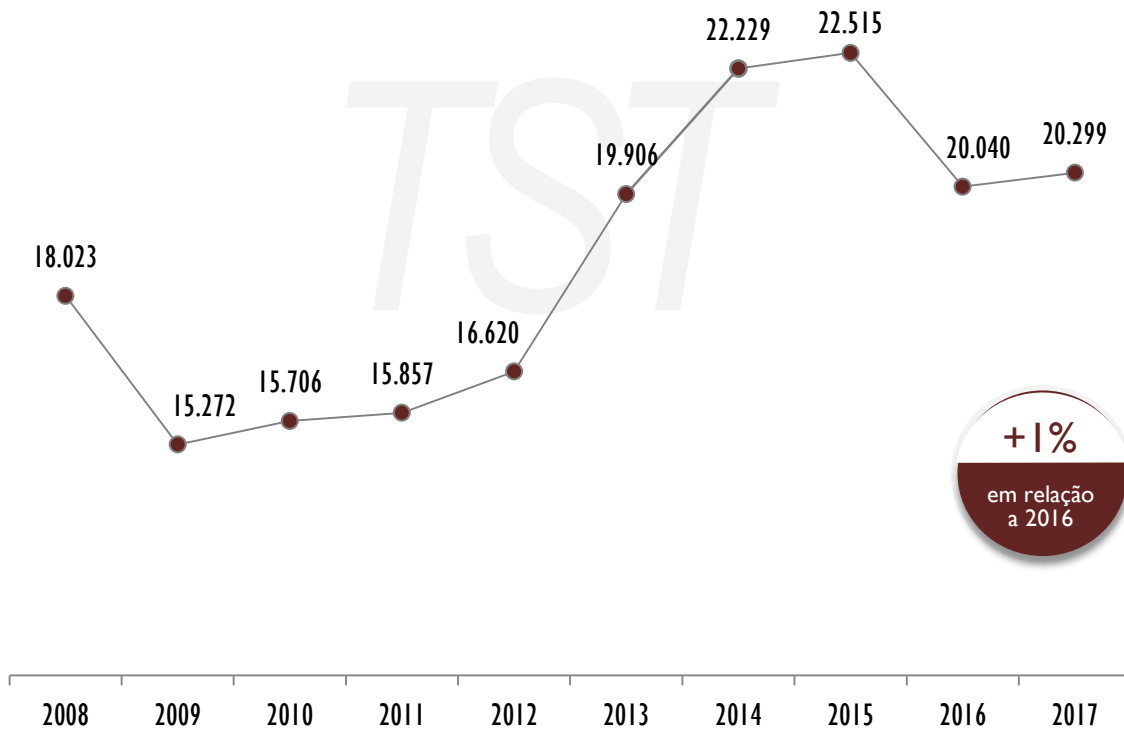


Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2008-2017.

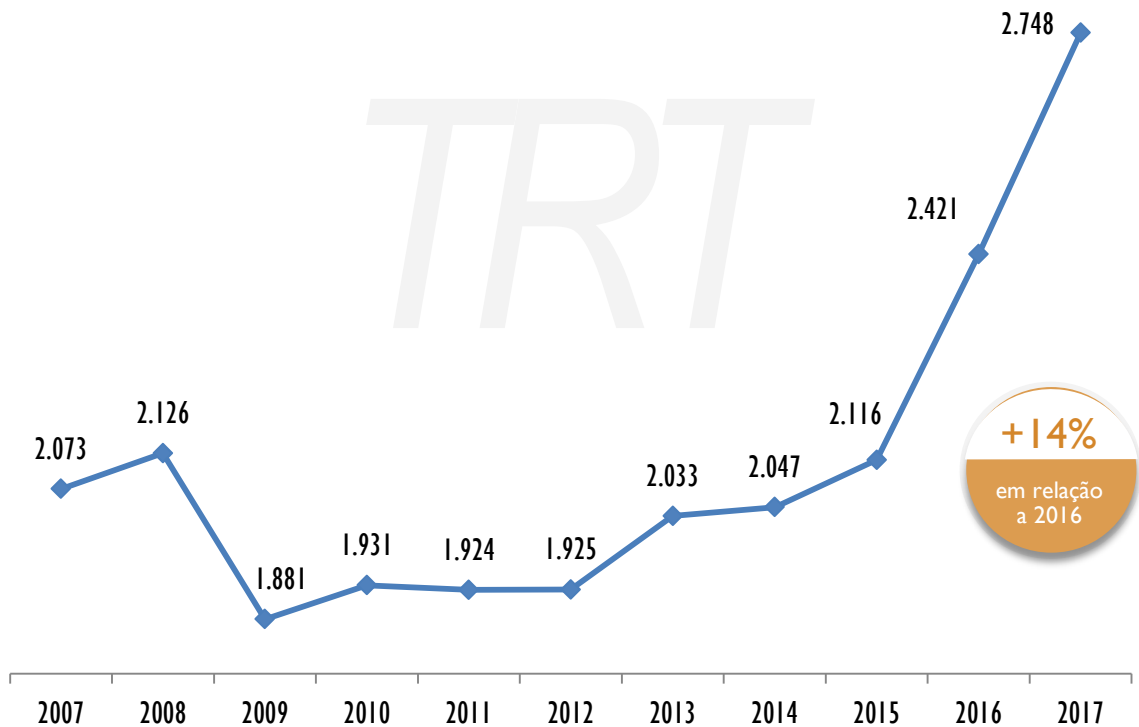


Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2008-2017.

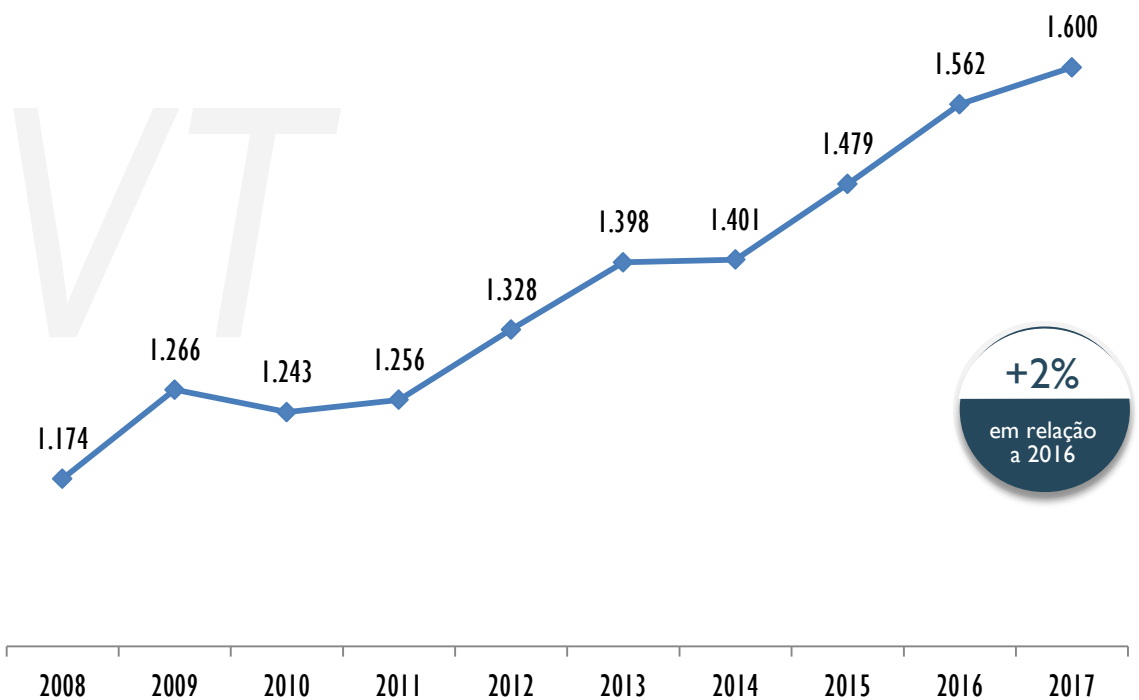
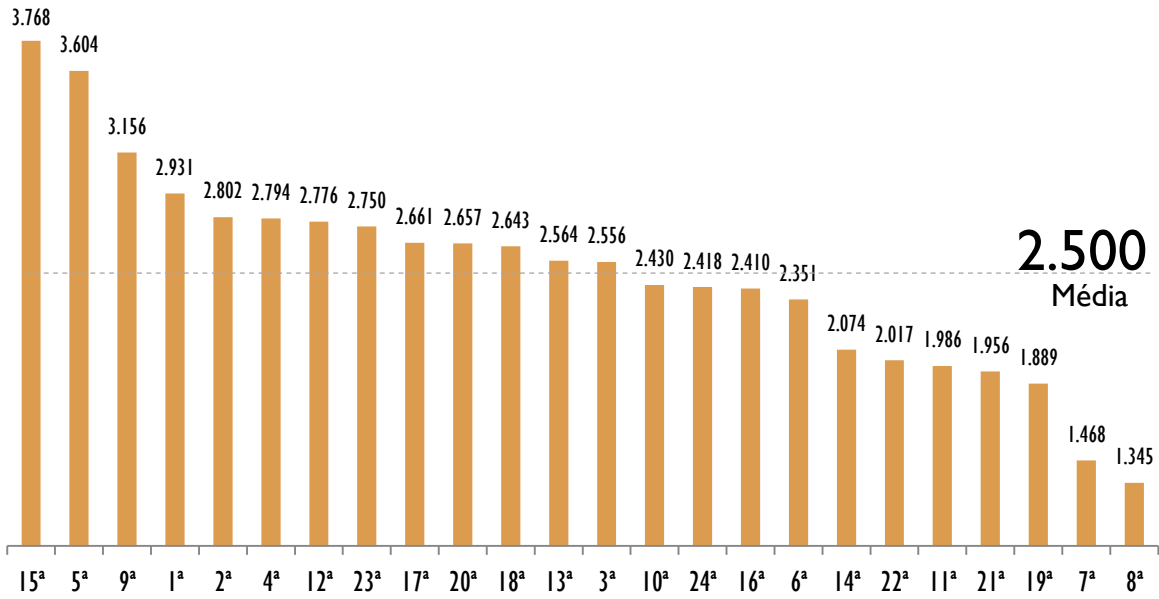


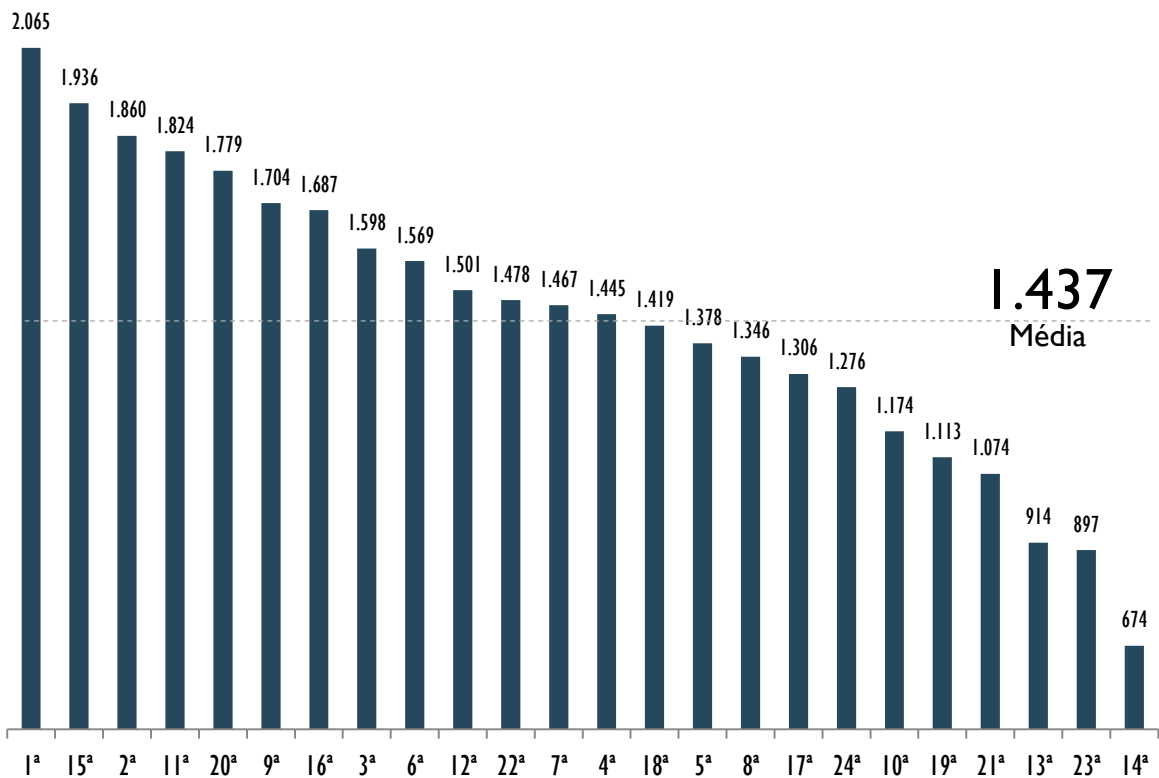


Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2017.



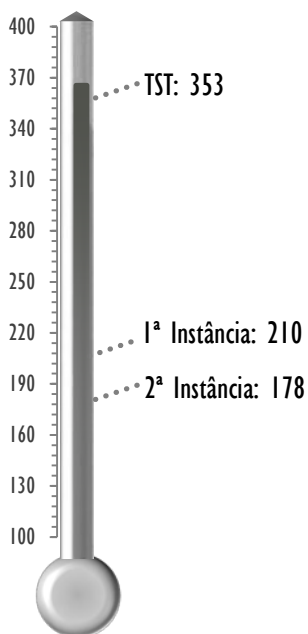
3.2.2. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

O Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 208 processos durante o ano de 2017. No TST, o Total a Julgar foi de 353 processos para cada servidor, nos TRTs, foi de 178, nas Varas, de 210 para cada servidor.

Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2017.

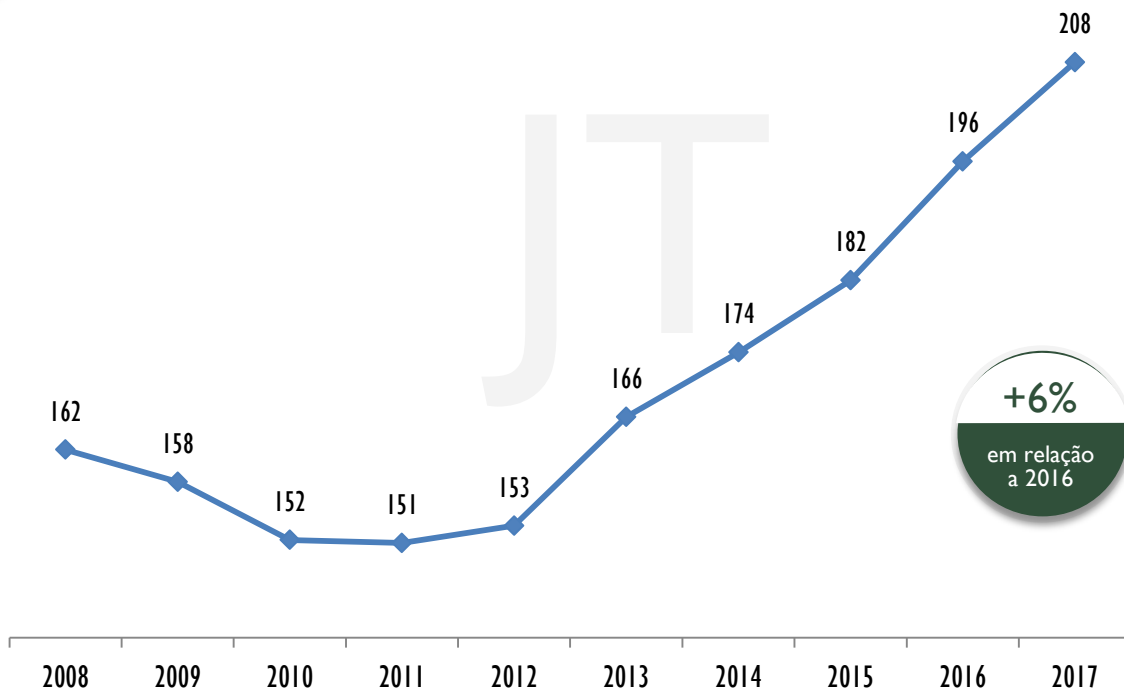


Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2008-2017.

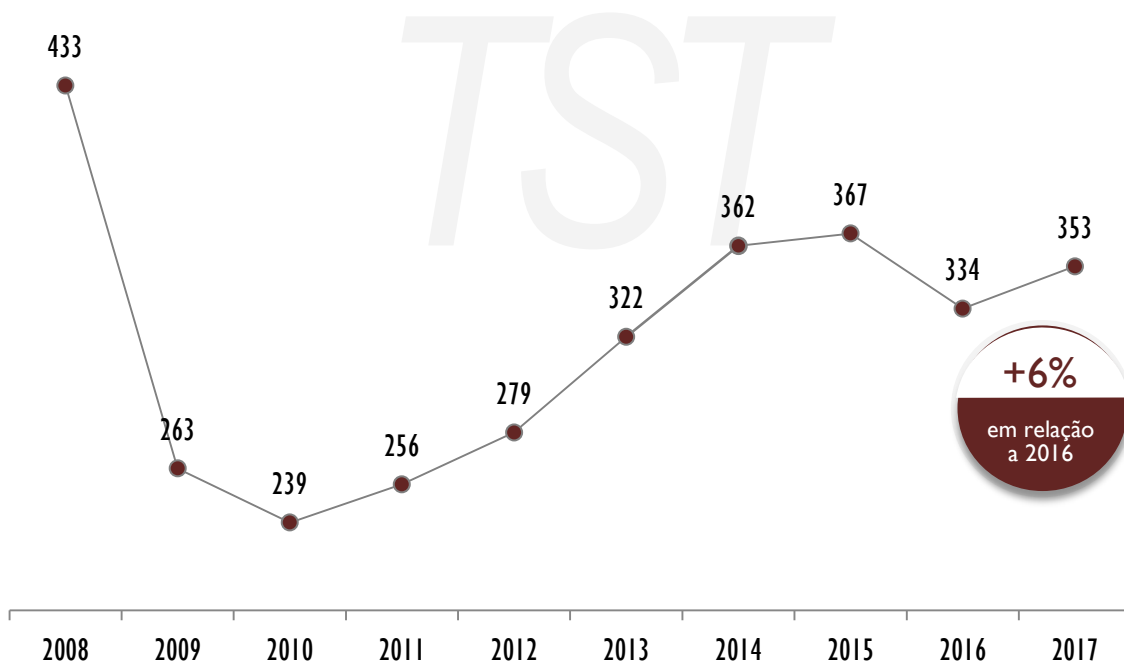
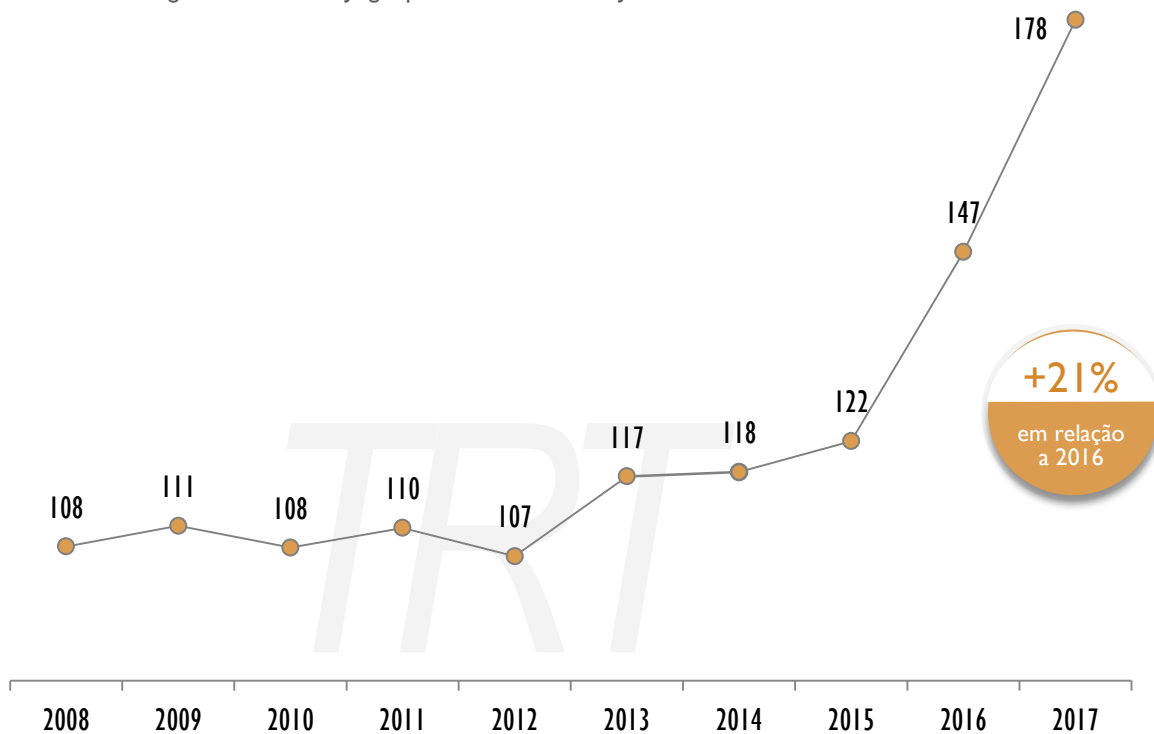
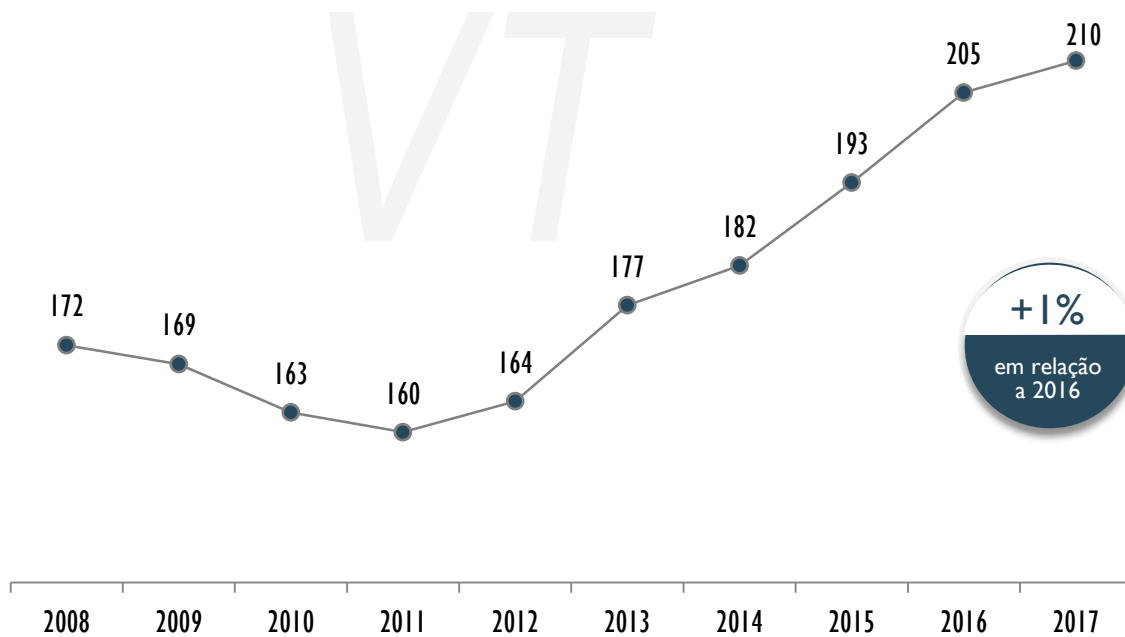


Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2008-2017.



2017

Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2017.

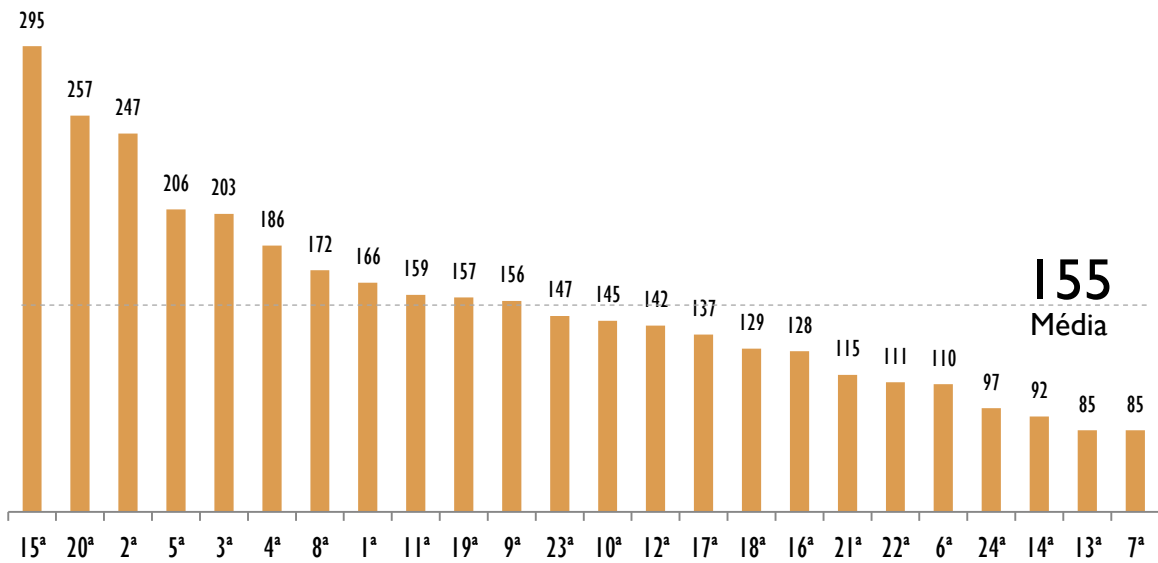
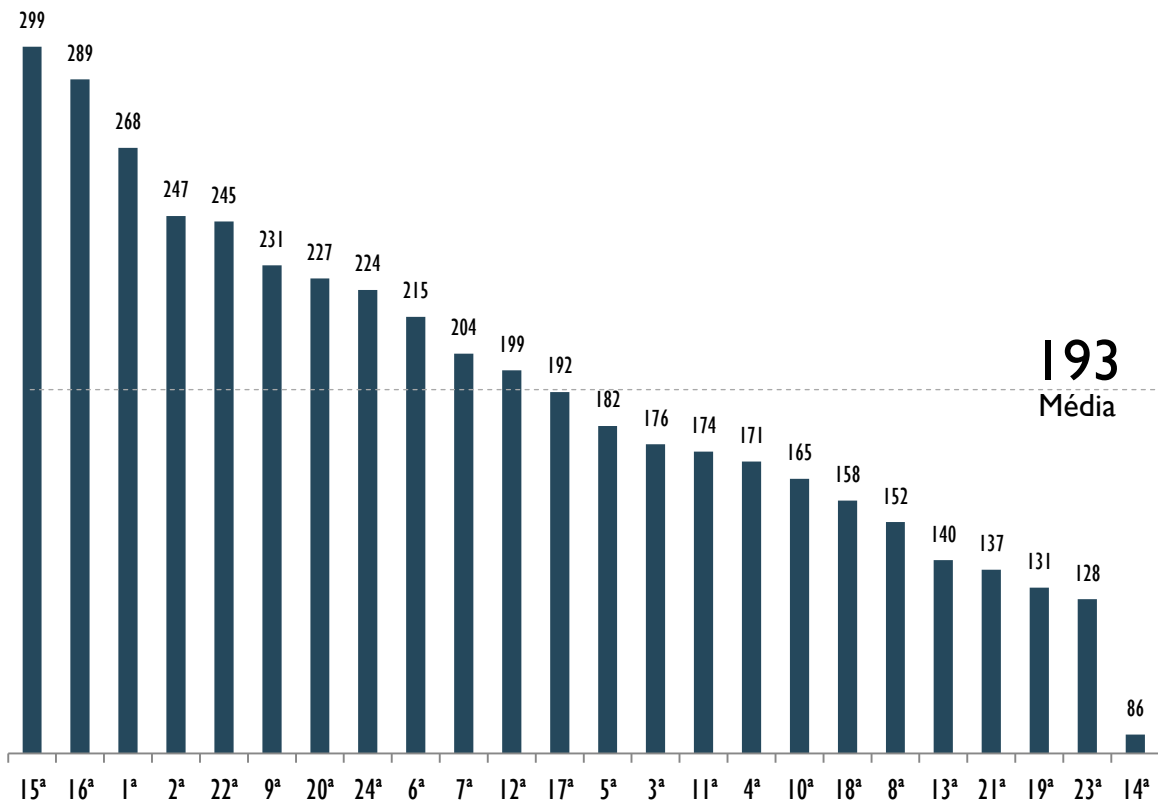


Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2017.



3.3. Produtividade

No TST, foram julgados 285.743 processos, 5,8% a mais que em 2016 e 58,7% do total a julgar. Desse total, 22.544 foram despachos e decisões monocráticas proferidos pela Presidência da Corte em processos de AIRR. Cada um dos demais Ministros julgou, em média, 10.965 processos e, por mês, 1.097. Do total de julgados, 181.372, 63,5%, foram Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e 41.692, 14,6%, foram Recursos de Revista. Durante o ano, o Tribunal julgou 5 Dissídios Coletivos.

Os Órgãos Judicantes do TST realizaram 404 sessões de julgamento no ano; em média, 40 sessões por mês. A média de processos julgados por sessão foi de 427 processos.

Nos TRTs, foram julgados 964.434 processos, 69,2% do total a julgar. A produtividade aumentou 16,0% em relação a 2016. Cada Desembargador julgou, em média, no ano, 1.902 processos e, por mês, 159. Foram julgados 623 Dissídios Coletivos.

Nas Varas, tiveram solução, na Fase de Conhecimento, 2.744.280 processos, 5,0% a mais do que no ano de 2016. Desse quantitativo, 511.272, 18,6%, foram processos do rito sumaríssimo. Os processos solucionados juntamente com os 293.495 EDs julgados representaram 61,4% do total a julgar. Cada Juiz solucionou, em média, na Fase de Conhecimento, por ano, 887 processos e, por mês, 74.

Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2017.



Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



3.3.1. Julgados em Relação ao Total a Julgar

Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2017.

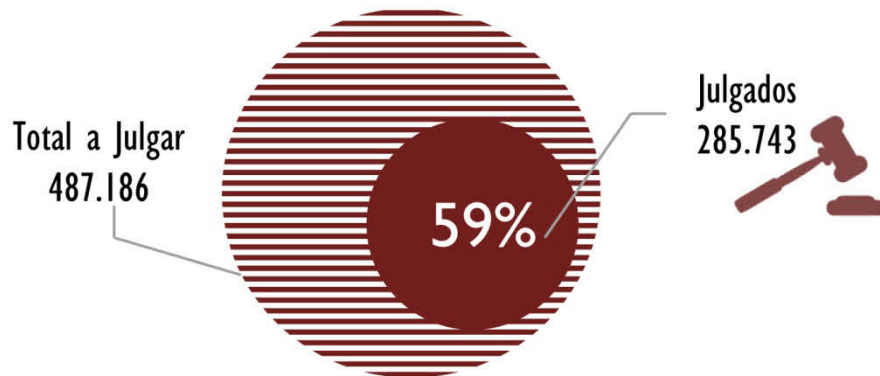


Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2017.



Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2017.

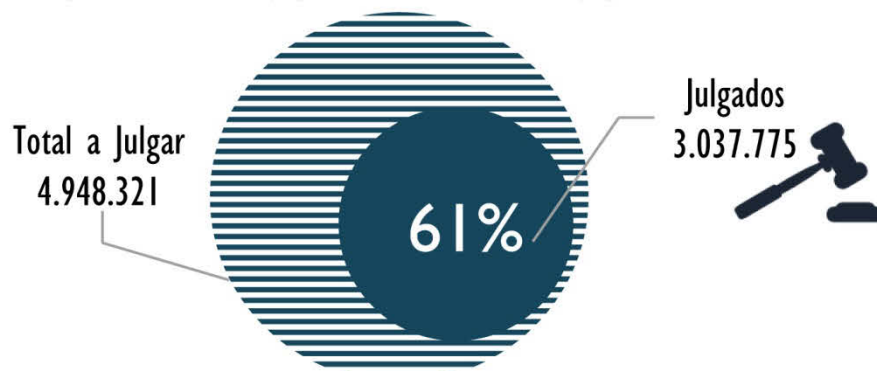


Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2017.

TRT	Julgados	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	101.789	146.558	69,5%
2ª - SP	164.567	252.209	65,3%
3ª - MG	106.997	125.266	85,4%
4ª - RS	86.160	122.933	70,1%
5ª - BA	45.734	90.095	50,8%
6ª - PE	32.087	37.620	85,3%
7ª - CE	11.231	17.614	63,8%
8ª - PA e AP	21.274	26.907	79,1%
9ª - PR	59.567	88.360	67,4%
10ª - DF e TO	24.848	36.450	68,2%
11ª - AM e RR	11.491	23.832	48,2%
12ª - SC	33.109	41.644	79,5%
13ª - PB	15.186	20.509	74,0%
14ª - RO e AC	10.108	12.445	81,2%
15ª - Campinas/SP	121.010	192.193	63,0%
16ª - MA	9.119	14.460	63,1%
17ª - ES	19.728	26.608	74,1%
18ª - GO	24.781	31.712	78,1%
19ª - AL	9.239	11.335	81,5%
20ª - SE	10.073	15.944	63,2%
21ª - RN	11.900	15.649	76,0%
22ª - PI	9.772	12.099	80,8%
23ª - MT	12.467	16.502	75,5%
24ª - MS	12.197	14.509	84,1%
Total	964.434	1.393.453	69,2%

Litigiosidade

Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2017.

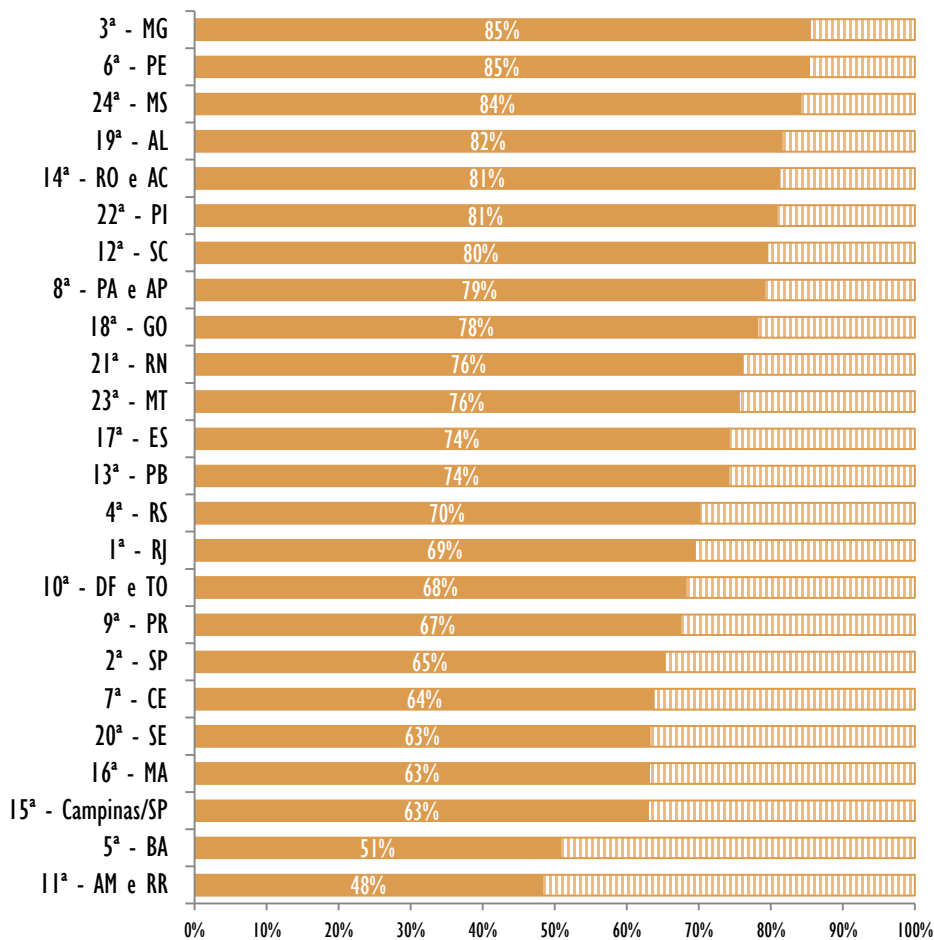
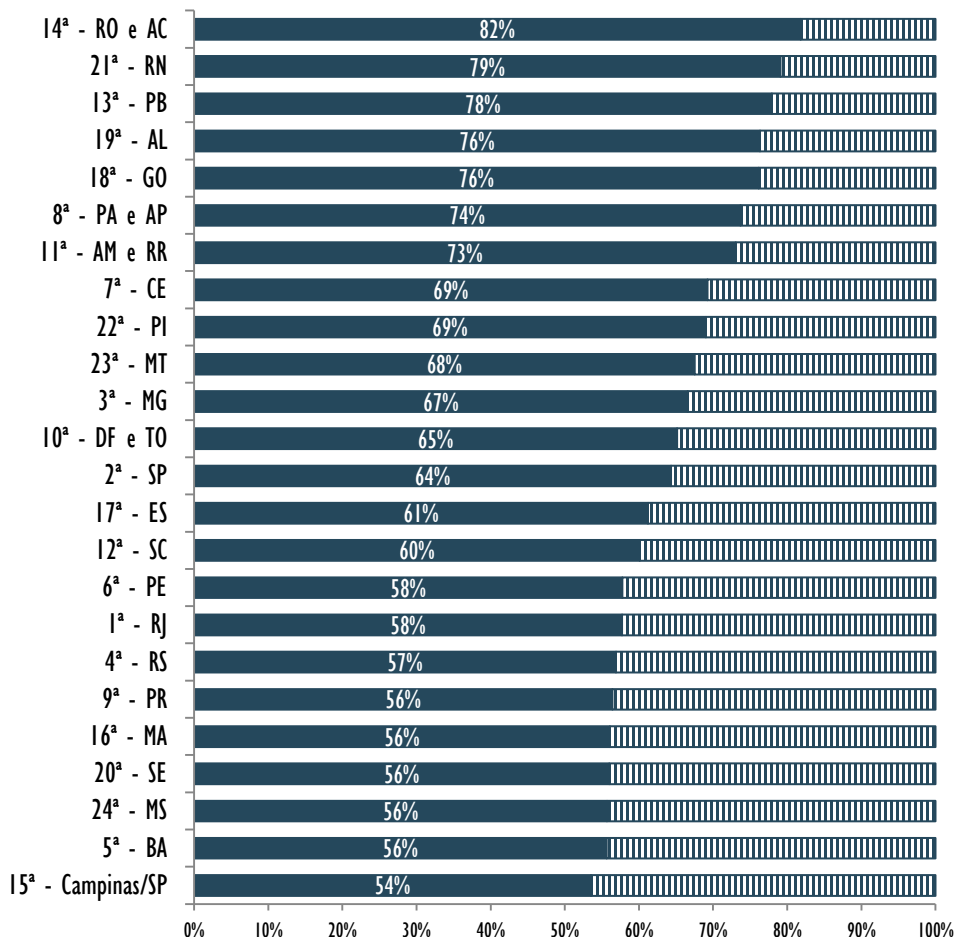


Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2017.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	328.941	569.915	57,7%
2ª - SP	533.703	829.652	64,3%
3ª - MG	287.255	431.421	66,6%
4ª - RS	201.485	354.144	56,9%
5ª - BA	141.049	253.510	55,6%
6ª - PE	124.195	214.987	57,8%
7ª - CE	70.076	101.195	69,2%
8ª - PA e AP	93.258	126.561	73,7%
9ª - PR	173.996	308.415	56,4%
10ª - DF e TO	65.736	100.924	65,1%
11ª - AM e RR	62.629	85.751	73,0%
12ª - SC	101.074	168.165	60,1%
13ª - PB	42.750	54.867	77,9%
14ª - RO e AC	29.790	36.416	81,8%
15ª - Campinas/SP	375.138	700.833	53,5%
16ª - MA	46.359	82.678	56,1%
17ª - ES	43.996	71.855	61,2%
18ª - GO	100.500	131.974	76,2%
19ª - AL	36.520	47.841	76,3%
20ª - SE	28.881	51.593	56,0%
21ª - RN	38.242	48.350	79,1%
22ª - PI	29.592	42.870	69,0%
23ª - MT	44.216	65.489	67,5%
24ª - MS	38.394	68.915	55,7%
Total	3.037.775	4.948.321	61,4%

Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2017.



3.3.2. Julgados em Relação aos Recebidos

Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2017.

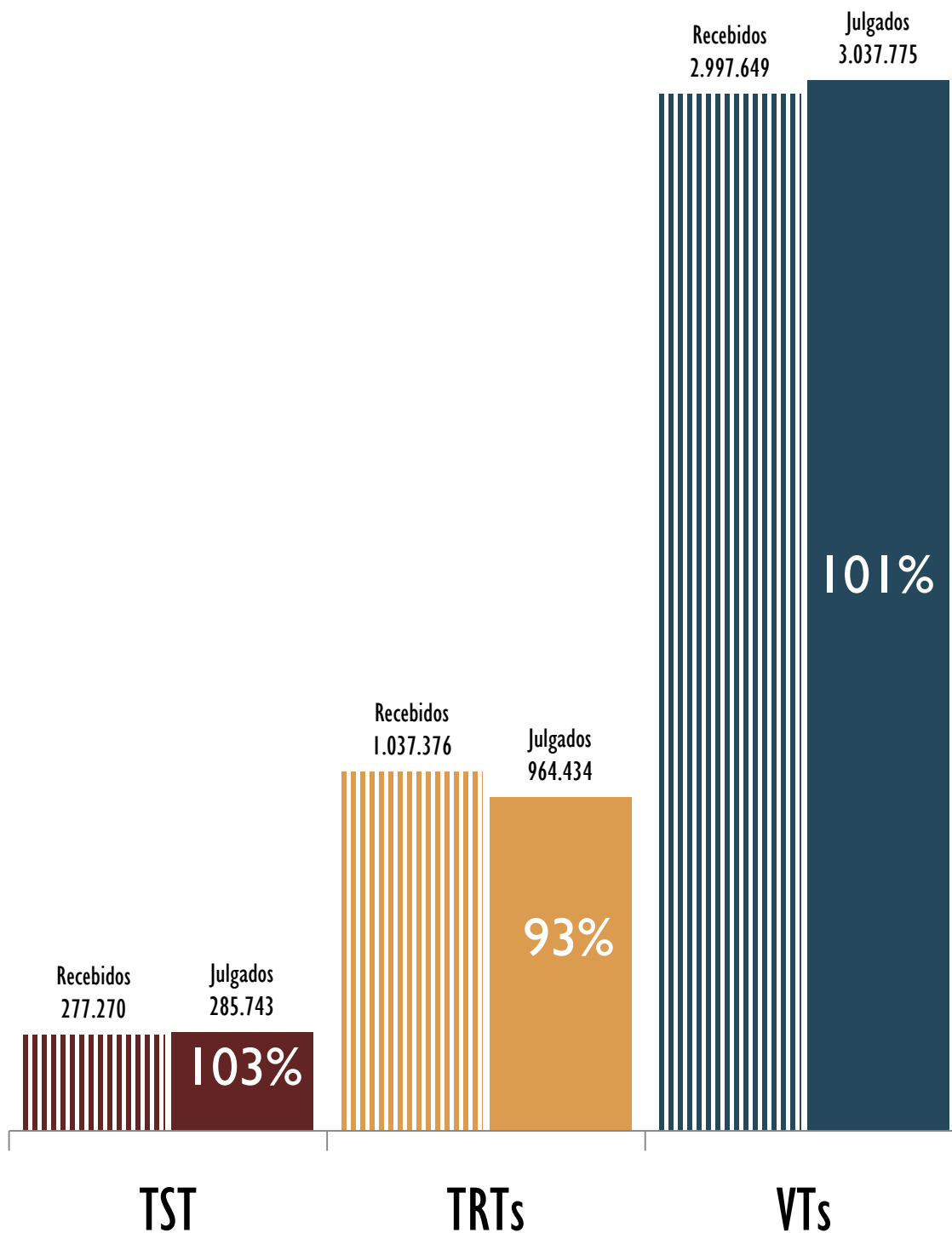


Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2017.

TRT	Julgados	Recebidos	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	101.789	109.506	93,0%
2ª - SP	164.567	175.208	93,9%
3ª - MG	106.997	105.421	101,5%
4ª - RS	86.160	93.468	92,2%
5ª - BA	45.734	58.913	77,6%
6ª - PE	32.087	31.865	100,7%
7ª - CE	11.231	12.883	87,2%
8ª - PA e AP	21.274	22.748	93,5%
9ª - PR	59.567	63.160	94,3%
10ª - DF e TO	24.848	25.666	96,8%
11ª - AM e RR	11.491	16.703	68,8%
12ª - SC	33.109	33.696	98,3%
13ª - PB	15.186	15.022	101,1%
14ª - RO e AC	10.108	10.788	93,7%
15ª - Campinas/SP	121.010	140.123	86,4%
16ª - MA	9.119	9.274	98,3%
17ª - ES	19.728	20.915	94,3%
18ª - GO	24.781	26.089	95,0%
19ª - AL	9.239	8.826	104,7%
20ª - SE	10.073	11.117	90,6%
21ª - RN	11.900	11.961	99,5%
22ª - PI	9.772	10.095	96,8%
23ª - MT	12.467	12.056	103,4%
24ª - MS	12.197	11.873	102,7%
Total	964.434	1.037.376	93,0%

Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2017.

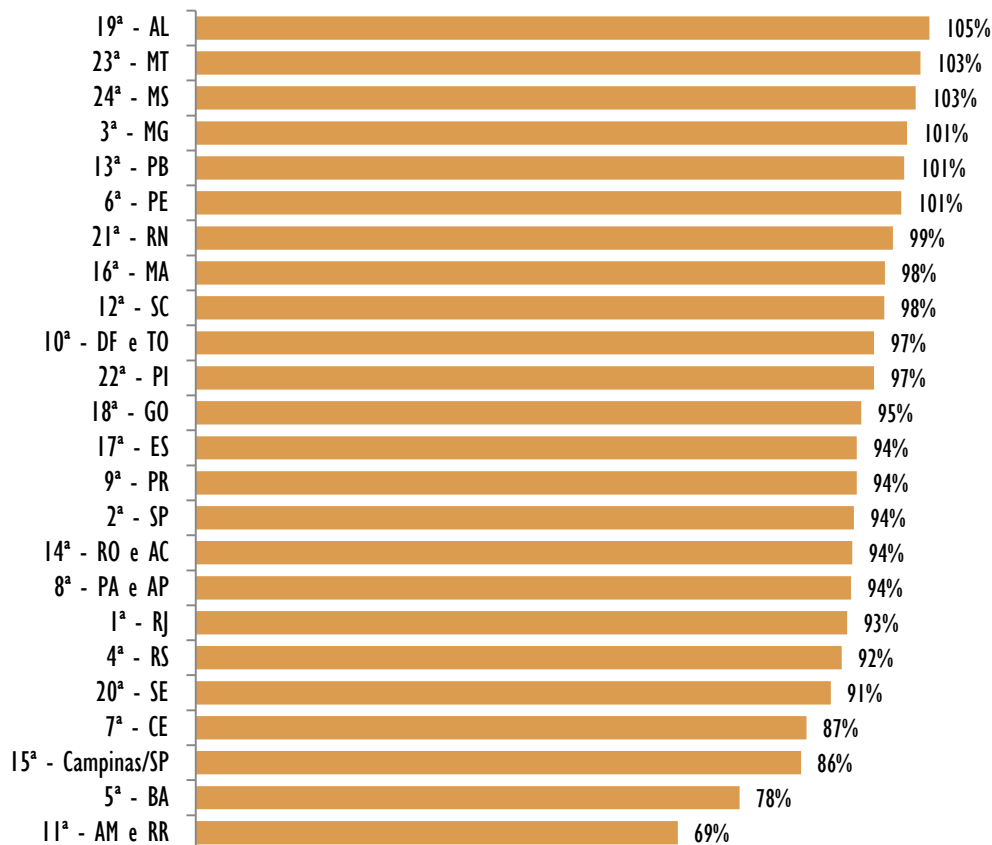
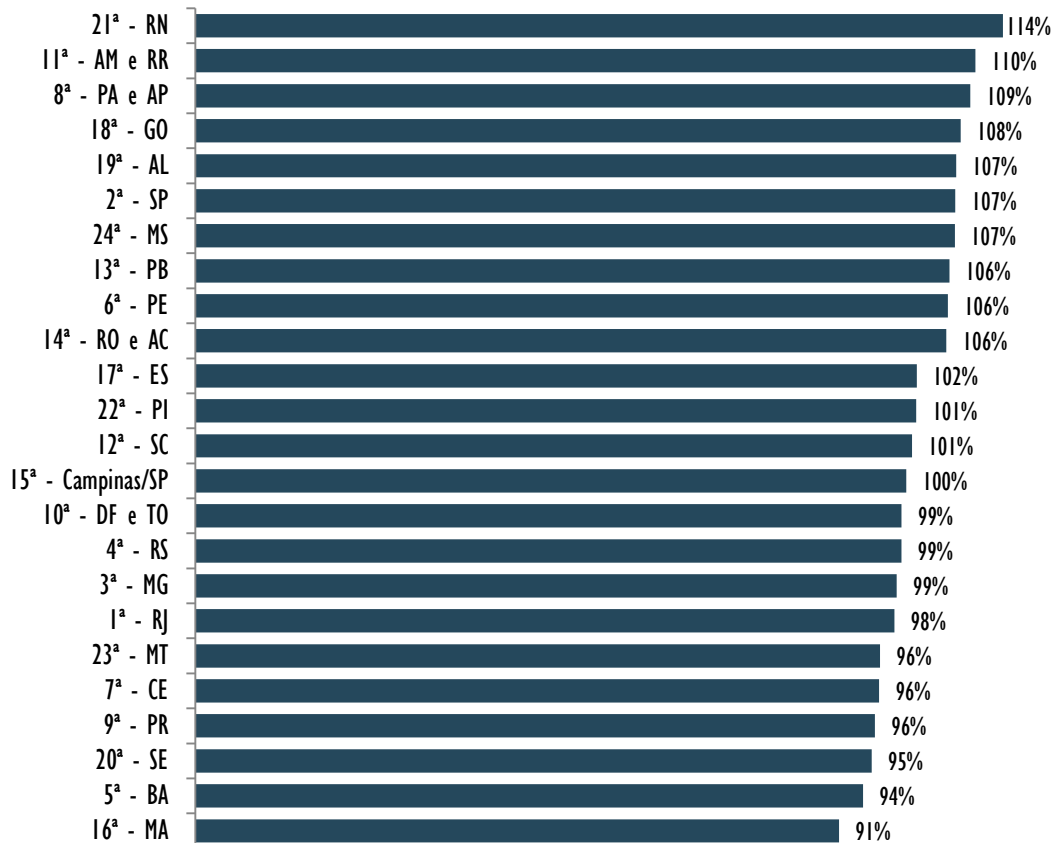


Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2017.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Recebidos (incluídos EDs)	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	328.941	334.240	98,4%
2ª - SP	533.703	498.820	107,0%
3ª - MG	287.255	290.964	98,7%
4ª - RS	201.485	202.722	99,4%
5ª - BA	141.049	150.075	94,0%
6ª - PE	124.195	117.248	105,9%
7ª - CE	70.076	72.798	96,3%
8ª - PA e AP	93.258	85.472	109,1%
9ª - PR	173.996	181.872	95,7%
10ª - DF e TO	65.736	66.120	99,4%
11ª - AM e RR	62.629	57.032	109,8%
12ª - SC	101.074	100.182	100,9%
13ª - PB	42.750	40.273	106,2%
14ª - RO e AC	29.790	28.181	105,7%
15ª - Campinas/SP	375.138	374.874	100,1%
16ª - MA	46.359	51.160	90,6%
17ª - ES	43.996	43.324	101,6%
18ª - GO	100.500	93.264	107,8%
19ª - AL	36.520	34.098	107,1%
20ª - SE	28.881	30.339	95,2%
21ª - RN	38.242	33.642	113,7%
22ª - PI	29.592	29.163	101,5%
23ª - MT	44.216	45.873	96,4%
24ª - MS	38.394	35.913	106,9%
Total	3.037.775	2.997.649	101,3%

Figura 3.65. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2017.



3.3.3. Conciliação nas Varas do Trabalho

O percentual de conciliações no País foi de 45,8%, o nível mais baixo desde 2008. Destaca-se, no entanto, que 570 varas (36,2 % do total de instaladas) apresentaram índice de conciliação maior ou igual a 50,0%. Dentre essas, 165 varas apresentaram índice entre 60,0% e 70,0% e 25, índice superior a 70,0%. O percentual de conciliações, no rito sumaríssimo, foi de 59,4%; no rito ordinário, foi de 41,9%.

Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2017.



Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2008-2017.

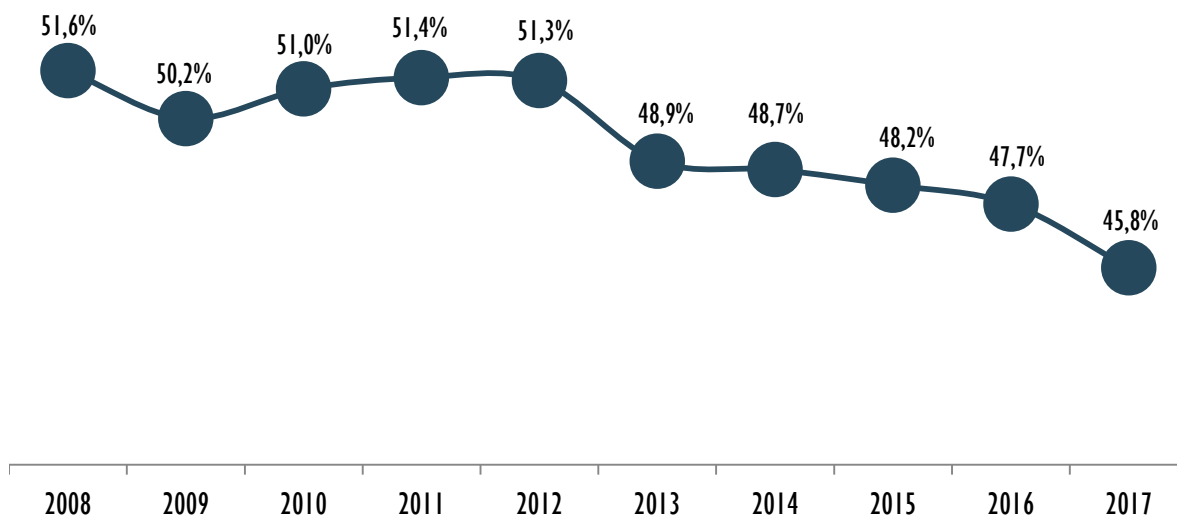
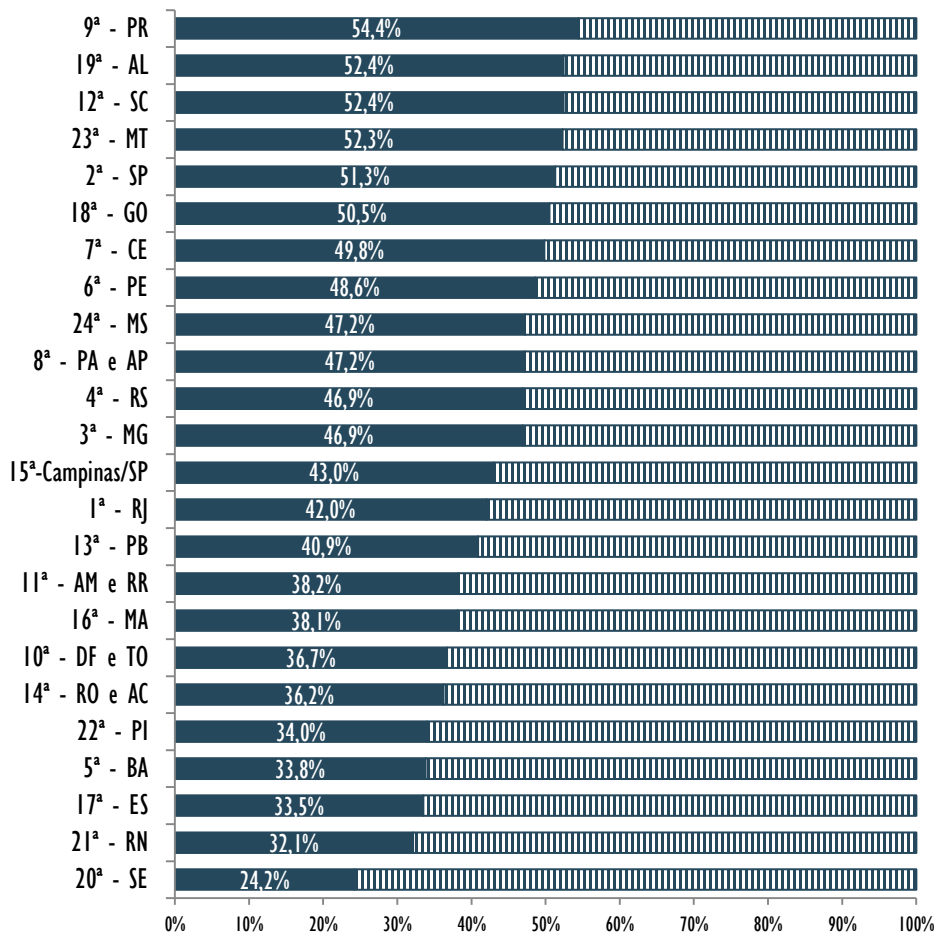


Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2017.

Região Judiciária	Conciliações	Julgados Total (*)	$\frac{\text{Conciliações}}{\text{Julgados Total}}$ (%)
1ª - RJ	100.826	239.792	42,0%
2ª - SP	211.259	411.930	51,3%
3ª - MG	97.413	207.853	46,9%
4ª - RS	79.901	170.489	46,9%
5ª - BA	35.234	104.135	33,8%
6ª - PE	45.624	93.900	48,6%
7ª - CE	27.084	54.394	49,8%
8ª - PA e AP	29.039	61.499	47,2%
9ª - PR	76.450	140.475	54,4%
10ª - DF e TO	17.688	48.184	36,7%
11ª - AM e RR	16.040	42.000	38,2%
12ª - SC	44.916	85.711	52,4%
13ª - PB	13.296	32.526	40,9%
14ª - RO e AC	8.472	23.386	36,2%
15ª - Campinas/SP	131.138	304.914	43,0%
16ª - MA	13.574	35.642	38,1%
17ª - ES	10.520	31.416	33,5%
18ª - GO	39.048	77.372	50,5%
19ª - AL	15.083	28.765	52,4%
20ª - SE	4.835	19.940	24,2%
21ª - RN	9.178	28.577	32,1%
22ª - PI	7.490	22.035	34,0%
23ª - MT	18.706	35.763	52,3%
24ª - MS	15.036	31.826	47,2%
País	1.067.850	2.332.524	45,8%

Nota: (*) Nos Julgados não estão incluídos arquivamentos, desistências e declarações de incompetência.

Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2017.



3.4 Reforma da Decisão

3.4.1. Tribunais Regionais do Trabalho

a) Recursos de Revista

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRT aumentou em relação a 2016, ficando em 68,0%. Destaca-se que essa Taxa voltou a crescer após dois anos consecutivos de redução.

Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2017.

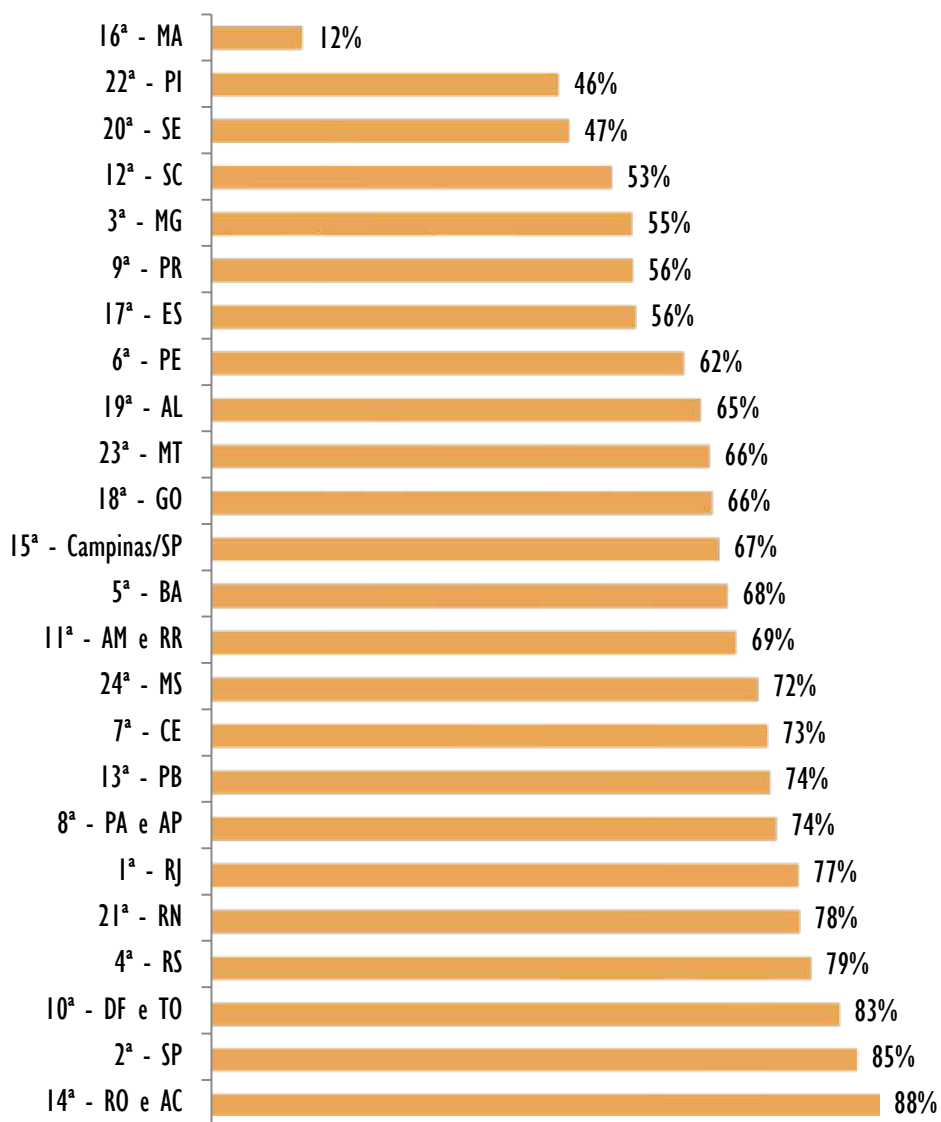


Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2015-2017.

Região Judiciária de Origem	Ano de 2015			Ano de 2016			Ano de 2017		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	2.597	3.300	78,7%	1.644	2.285	71,9%	1.992	2.574	77,4%
2ª	4.906	5.840	84,0%	3.470	4.163	83,4%	3.513	4.130	85,1%
3ª	3.245	5.209	62,3%	2.112	3.853	54,8%	2.020	3.642	55,5%
4ª	5.995	8.646	69,3%	7.880	9.777	80,6%	6.544	8.285	79,0%
5ª	1.589	2.352	67,6%	1.288	1.894	68,0%	1.143	1.681	68,0%
6ª	700	1.331	52,6%	603	925	65,2%	508	816	62,3%
7ª	890	1.410	63,1%	533	816	65,3%	365	498	73,3%
8ª	779	1.111	70,1%	538	803	67,0%	577	775	74,5%
9ª	2.767	5.113	54,1%	2.067	3.959	52,2%	2.432	4.379	55,5%
10ª	576	804	71,6%	515	677	76,1%	774	935	82,8%
11ª	333	515	64,7%	304	463	65,7%	305	441	69,2%
12ª	1.901	3.123	60,9%	1.714	3.369	50,9%	1.511	2.863	52,8%
13ª	528	839	62,9%	330	450	73,3%	352	478	73,6%
14ª	301	472	63,8%	200	336	59,5%	338	384	88,0%
15ª	4.220	5.979	70,6%	3.046	4.524	67,3%	3.150	4.712	66,9%
16ª	161	478	33,7%	87	397	21,9%	66	550	12,0%
17ª	1.093	1.898	57,6%	932	1.842	50,6%	994	1.778	55,9%
18ª	337	577	58,4%	315	547	57,6%	345	523	66,0%
19ª	242	336	72,0%	169	251	67,3%	189	293	64,5%
20ª	225	351	64,1%	212	394	53,8%	139	295	47,1%
21ª	528	766	68,9%	450	693	64,9%	400	516	77,5%
22ª	499	666	74,9%	256	375	68,3%	205	448	45,8%
23ª	194	317	61,2%	168	266	63,2%	149	227	65,6%
24ª	322	457	70,5%	195	307	63,5%	335	465	72,0%
Total	34.928	51.890	67,3%	29.028	43.366	66,9%	28.346	41.688	68,0%

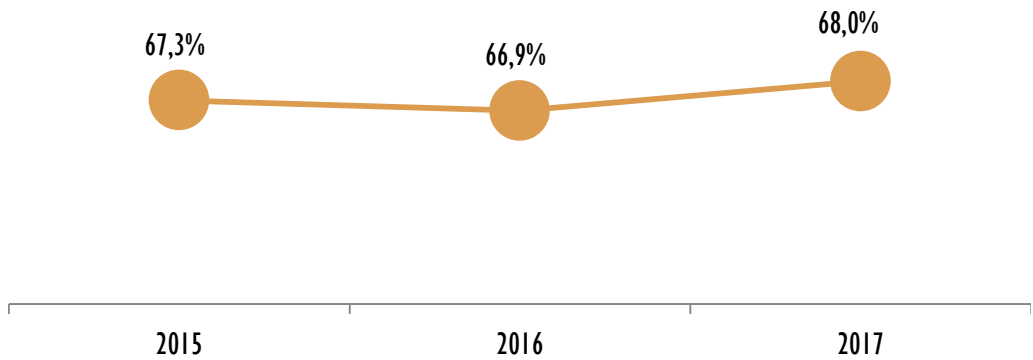
Nota: Não incluídos os processos julgados por despacho.

Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2015-2017.



b) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRTs foi de 18,3%, superior às de 2015 e 2016, que foram de 17,4%.

Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2017.



Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2015-2017.

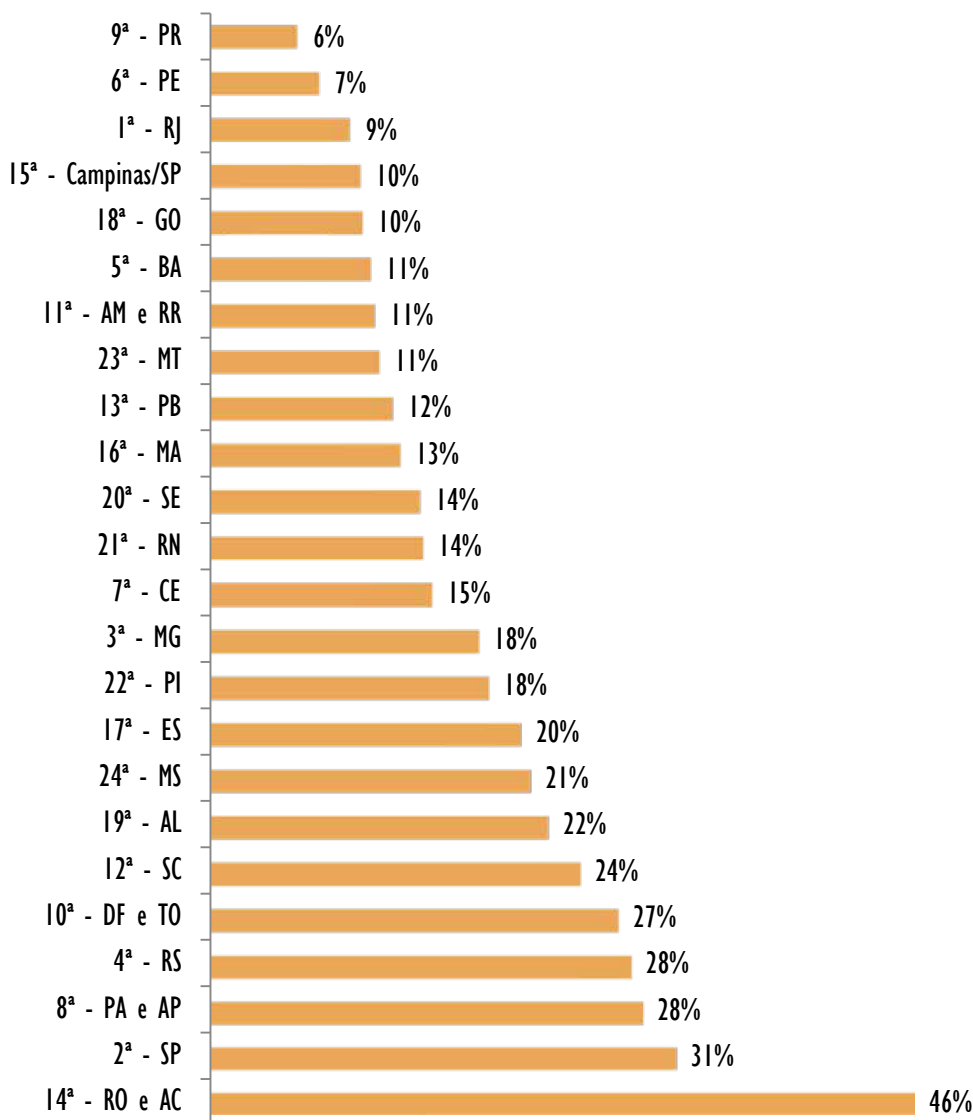
Região Judiciária de Origem	Ano de 2015			Ano de 2016			Ano de 2017		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	30	170	17,6%	22	123	17,9%	11	120	9,2%
2ª	79	419	18,9%	68	337	20,2%	91	297	30,6%
3ª	22	205	10,7%	20	173	11,6%	21	119	17,6%
4ª	84	266	31,6%	46	261	17,6%	67	242	27,7%
5ª	33	159	20,8%	25	143	17,5%	14	133	10,5%
6ª	9	107	8,4%	7	77	9,1%	4	56	7,1%
7ª	2	37	5,4%	6	39	15,4%	7	48	14,6%
8ª	24	83	28,9%	12	71	16,9%	31	109	28,4%
9ª	20	130	15,4%	25	99	25,3%	17	298	5,7%
10ª	7	61	11,5%	19	56	33,9%	11	41	26,8%
11ª	3	24	-	7	39	17,95%	4	37	10,8%
12ª	16	68	23,5%	20	98	20,4%	18	74	24,3%
13ª	5	30	16,7%	6	31	19,4%	3	25	12,0%
14ª	3	34	8,8%	-	14	-	32	69	46,4%
15ª	31	329	9,4%	37	269	13,8%	22	223	9,9%
16ª	6	19	31,6%	3	26	11,5%	2	16	12,5%
17ª	20	107	18,7%	18	113	15,9%	19	93	20,4%
18ª	8	36	22,2%	8	55	14,5%	5	50	10,0%
19ª	7	23	30,4%	5	21	23,8%	4	18	22,2%
20ª	3	22	13,6%	5	37	13,5%	4	29	13,8%
21ª	8	41	19,5%	19	133	14,3%	7	50	14,0%
22ª	15	86	17,4%	34	117	29,1%	13	71	18,3%
23ª	2	53	3,8%	3	37	8,1%	2	18	11,1%
24ª	5	28	17,9%	5	46	10,9%	4	19	21,1%
Total	442	2.537	17,4%	420	2.415	17,4%	413	2.255	18,3%

Notas: 1) Não inclui os processos julgados por despacho.

2) Sinal convencional utilizado:

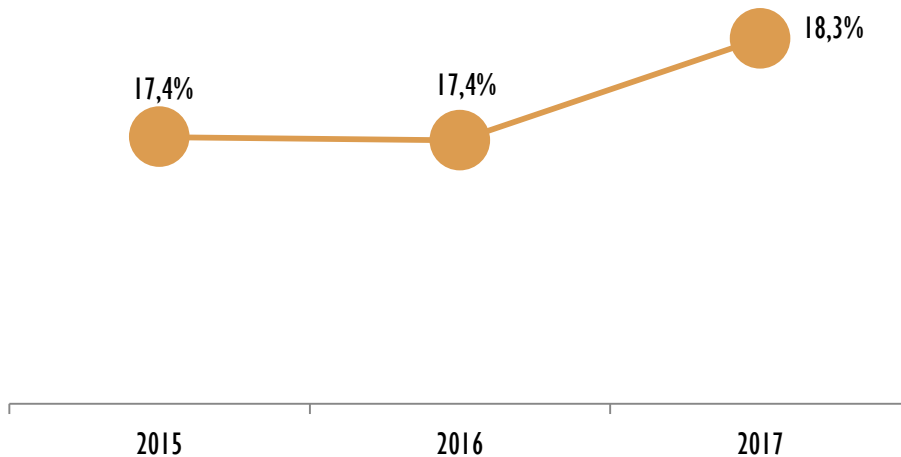
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2015-2017.



3.4.2. Varas do Trabalho

a) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão das Varas do Trabalho, em Recursos Ordinários, alcançou o maior percentual no último triênio: 44,2%. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2017, foram a 4ª Região, com 52,2%, a 24ª Região, com 52,1%, a 17ª Região, com 49,8%, a 20ª Região, com 48,5%, e a 13ª Região, com 48,4%.

Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2017.

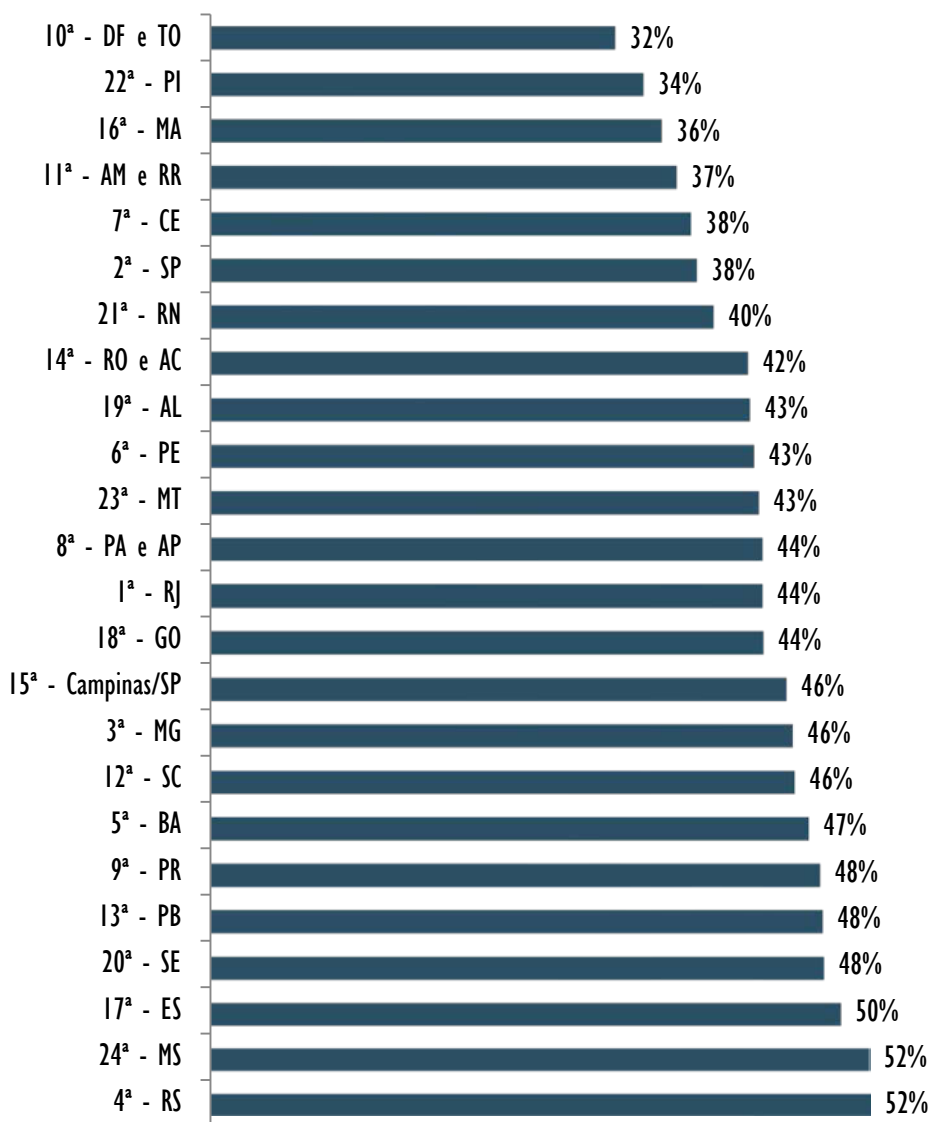


Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2015-2017.

Região Judiciária de Origem	Ano de 2015			Ano de 2016			Ano de 2017		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões (*)	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	25.458	61.191	41,6%	24.450	56.875	43,0%	35.226	80.738	43,6%
2ª	44.338	125.725	35,3%	46.019	127.611	36,1%	58.856	153.115	38,4%
3ª	29.039	67.532	43,0%	29.407	68.364	43,0%	38.960	84.654	46,0%
4ª	33.053	68.498	48,3%	36.855	72.422	50,9%	42.188	80.849	52,2%
5ª	10.986	24.209	45,4%	13.512	30.161	44,8%	17.553	37.117	47,3%
6ª	8.503	18.214	46,7%	9.987	22.252	44,9%	12.003	27.939	43,0%
7ª	2.941	7.459	39,4%	2.634	6.891	38,2%	2.606	6.862	38,0%
8ª	5.380	11.695	46,0%	6.478	14.513	44,6%	7.056	16.177	43,6%
9ª	22.132	48.794	45,4%	24.425	53.485	45,7%	27.679	57.454	48,2%
10ª	4.027	14.569	27,6%	5.857	20.491	28,6%	7.104	22.209	32,0%
11ª	3.254	8.952	36,4%	3.260	8.160	40,0%	3.174	8.616	36,8%
12ª	10.617	24.801	42,8%	12.597	29.491	42,7%	14.759	31.956	46,2%
13ª	3.314	7.515	44,1%	2.943	6.506	45,2%	6.358	13.140	48,4%
14ª	2.805	6.191	45,3%	4.423	10.232	43,2%	3.843	9.046	42,5%
15ª	35.883	84.243	42,6%	37.764	84.997	44,4%	48.295	106.100	45,5%
16ª	3.030	7.959	38,1%	2.944	6.957	42,3%	2.684	7.525	35,7%
17ª	6.094	11.747	51,9%	7.139	14.310	49,9%	7.339	14.731	49,8%
18ª	6.883	17.374	39,6%	7.626	19.149	39,8%	8.537	19.540	43,7%
19ª	2.952	6.216	47,5%	2.629	6.183	42,5%	3.478	8.156	42,6%
20ª	3.000	6.051	49,6%	2.740	6.264	43,7%	3.493	7.204	48,5%
21ª	3.086	8.241	37,5%	2.519	7.191	35,0%	2.901	7.295	39,8%
22ª	2.612	6.553	39,9%	2.548	6.666	38,2%	2.288	6.688	34,2%
23ª	3.150	9.704	32,5%	3.421	9.687	35,3%	4.743	10.943	43,3%
24ª	3.041	7.450	40,8%	4.530	9.328	48,6%	4.646	8.923	52,1%
Total	275.578	660.883	41,7%	296.707	698.186	42,5%	365.769	826.977	44,2%

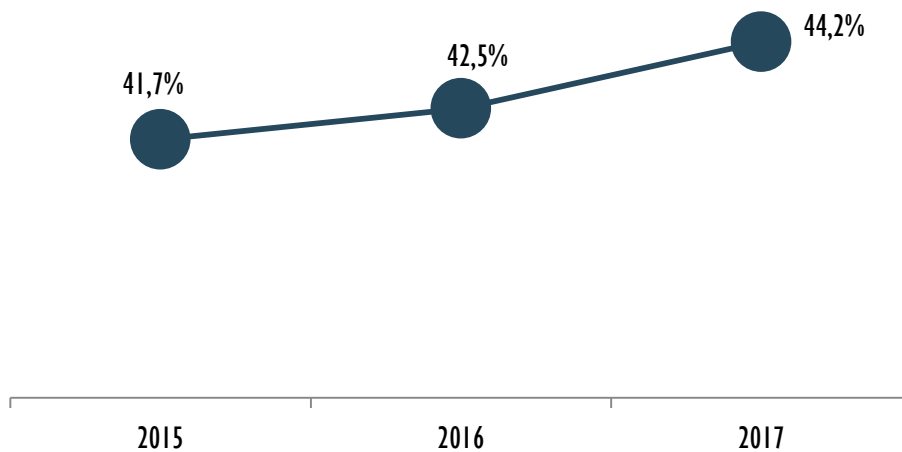
Nota: (*) Nas decisões não são considerados acordos, desistências e arquivamentos.

Figura 3.76. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2015-2017.



3.5. Execução

Em 2017, foram iniciadas e encerradas nas Varas do Trabalho, respectivamente, 843.357 e 671.912 execuções.

Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2017.

Região Judiciária	Resíduo em 2016	Execuções Iniciadas	Total a Executar em 2017	Execuções Encerradas	Resíduo em 2017
1ª - RJ	301.794	106.833	408.627	55.846	341.796
2ª - SP	467.027	104.070	571.097	52.916	520.023
3ª - MG	206.394	66.930	273.324	62.695	209.083
4ª - RS	233.490	59.495	292.985	53.226	235.500
5ª - BA	165.359	46.958	212.317	43.763	158.661
6ª - PE	66.653	41.972	108.625	41.101	82.903
7ª - CE	78.379	22.670	101.049	19.659	80.825
8ª - PA e AP	49.267	27.594	76.861	23.897	53.393
9ª - PR	204.184	44.186	248.370	30.444	211.168
10ª - DF e TO	73.833	20.021	93.854	20.527	77.344
11ª - AM e RR	22.051	14.479	36.530	16.480	20.637
12ª - SC	67.756	31.162	98.918	25.447	72.289
13ª - PB	20.805	13.414	34.219	10.576	25.128
14ª - RO e AC	22.399	10.038	32.437	8.187	24.446
15ª-Campinas/SP	178.990	102.393	281.383	94.064	172.745
16ª - MA	50.715	13.084	63.799	12.195	51.931
17ª - ES	29.516	16.911	46.427	27.869	41.883
18ª - GO	52.761	26.592	79.353	21.145	66.060
19ª - AL	55.563	12.635	68.198	8.971	55.484
20ª - SE	26.943	8.607	35.550	7.661	26.709
21ª - RN	41.552	16.379	57.931	11.594	39.485
22ª - PI	28.365	12.804	41.169	6.264	33.761
23ª - MT	40.556	12.779	53.335	9.225	43.310
24ª - MS	27.669	11.351	39.020	8.160	30.099
País	2.512.021	843.357	3.355.378	671.912	2.674.663

Nota: No Resíduo, estão incluídos os Processos em arquivo provisório.

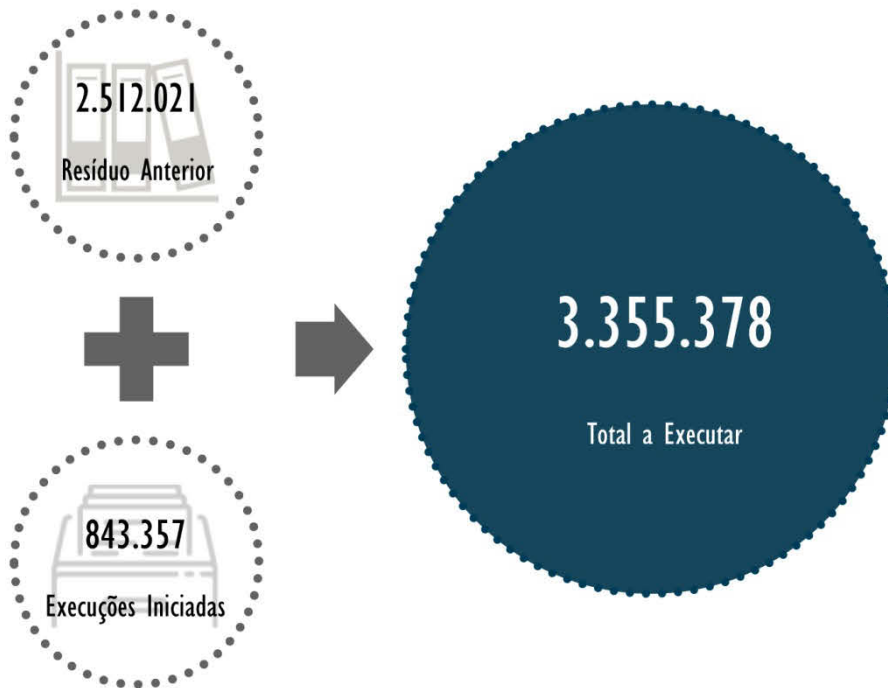
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2017.



3.5.1. Total a Executar

As execuções iniciadas somadas às execuções pendentes de anos anteriores – pendentes de execução e em arquivo provisório – totalizaram 2.981.156 processos.

Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância, 2017.



3.5.2. Total a Executar por Magistrado

O total a executar por magistrado, na Justiça do Trabalho, foi de 1.085 processos; quantitativo 13,1% superior ao do ano anterior.

Figura 3.80. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2008-2017.

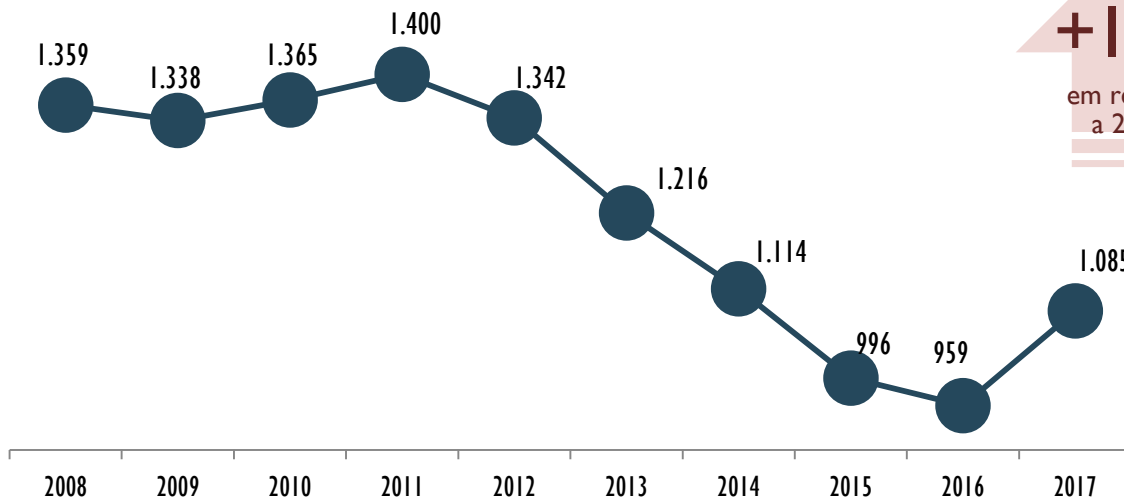
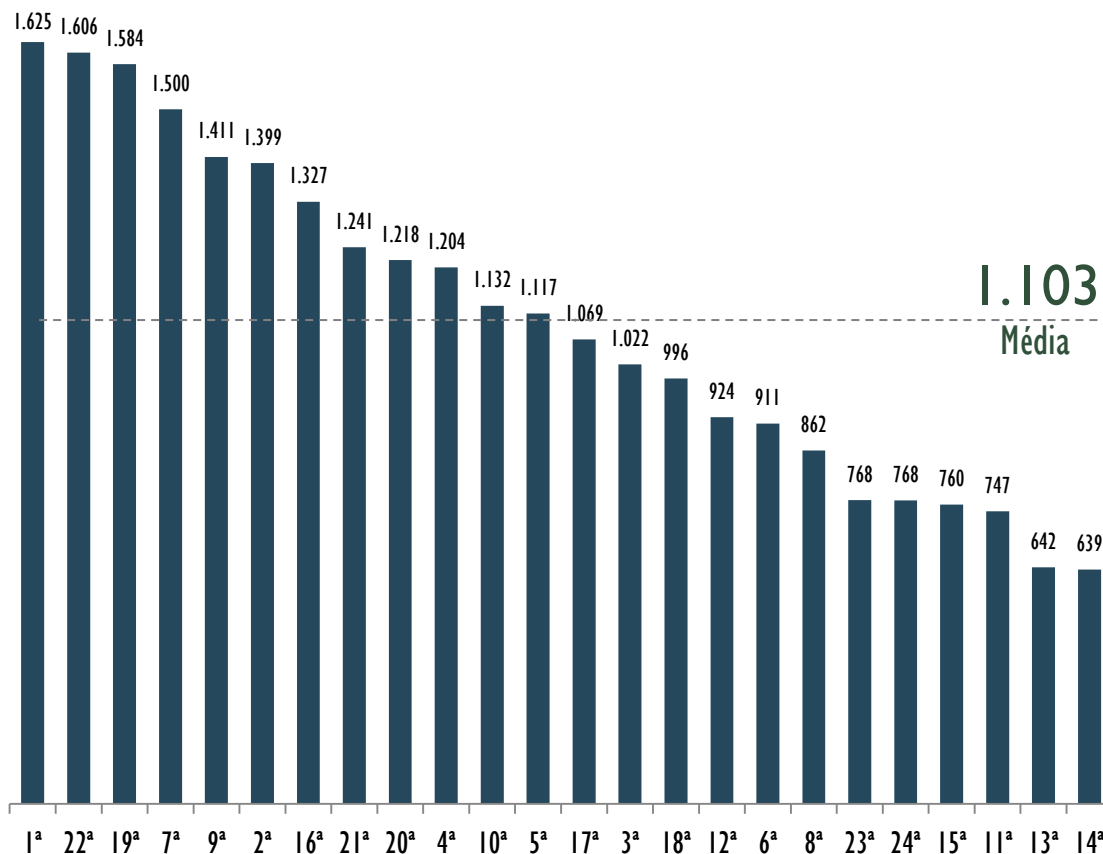


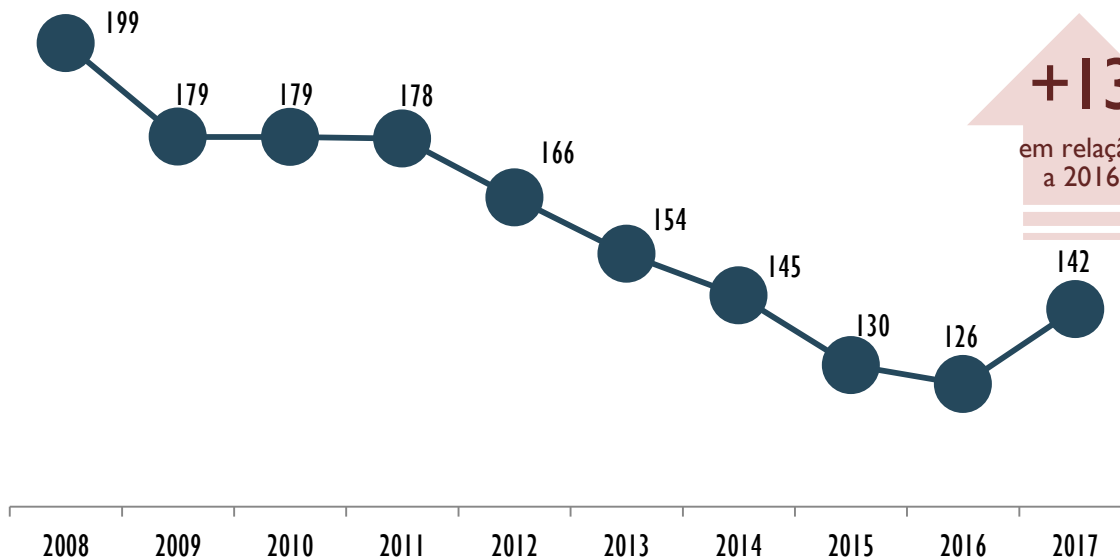
Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2017.



3.5.3. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

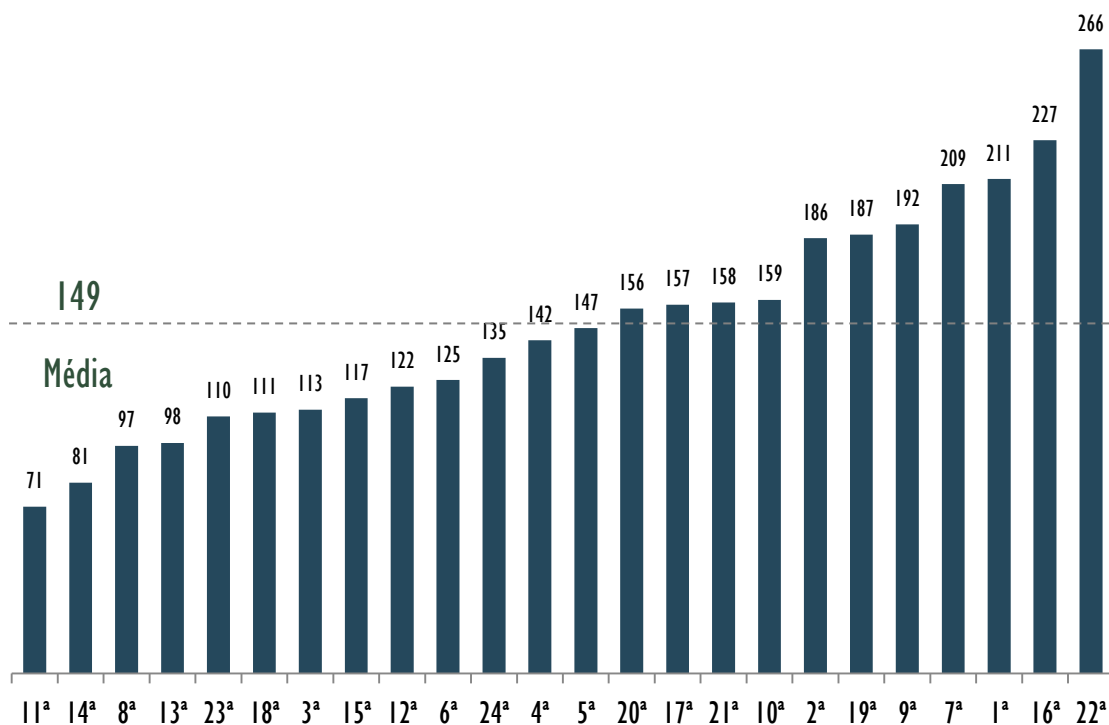
O total a executar por servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 142 processos; quantitativo 12,7% superior ao do ano anterior.

Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária. 1ª Instância. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2017.

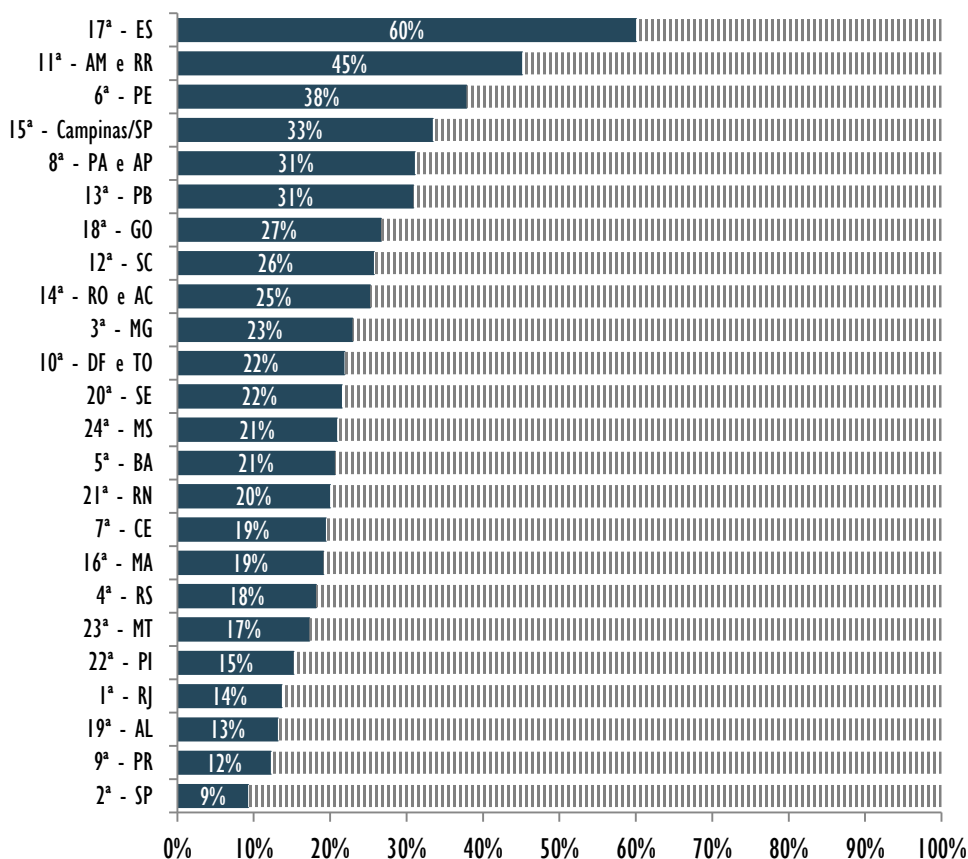


3.5.4. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2017.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Total a Executar	Encerradas em relação ao total a Executar (%)
1ª - RJ	55.846	408.627	13,7%
2ª - SP	52.916	571.097	9,3%
3ª - MG	62.695	273.324	22,9%
4ª - RS	53.226	292.985	18,2%
5ª - BA	43.763	212.317	20,6%
6ª - PE	41.101	108.625	37,8%
7ª - CE	19.659	101.049	19,5%
8ª - PA e AP	23.897	76.861	31,1%
9ª - PR	30.444	248.370	12,3%
10ª - DF e TO	20.527	93.854	21,9%
11ª - AM e RR	16.480	36.530	45,1%
12ª - SC	25.447	98.918	25,7%
13ª - PB	10.576	34.219	30,9%
14ª - RO e AC	8.187	32.437	25,2%
15ª - Campinas/SP	94.064	281.383	33,4%
16ª - MA	12.195	63.799	19,1%
17ª - ES	27.869	46.427	60,0%
18ª - GO	21.145	79.353	26,6%
19ª - AL	8.971	68.198	13,2%
20ª - SE	7.661	35.550	21,5%
21ª - RN	11.594	57.931	20,0%
22ª - PI	6.264	41.169	15,2%
23ª - MT	9.225	53.335	17,3%
24ª - MS	8.160	39.020	20,9%
Total	671.912	3.355.378	20,0%

Figura 3.84. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2017.

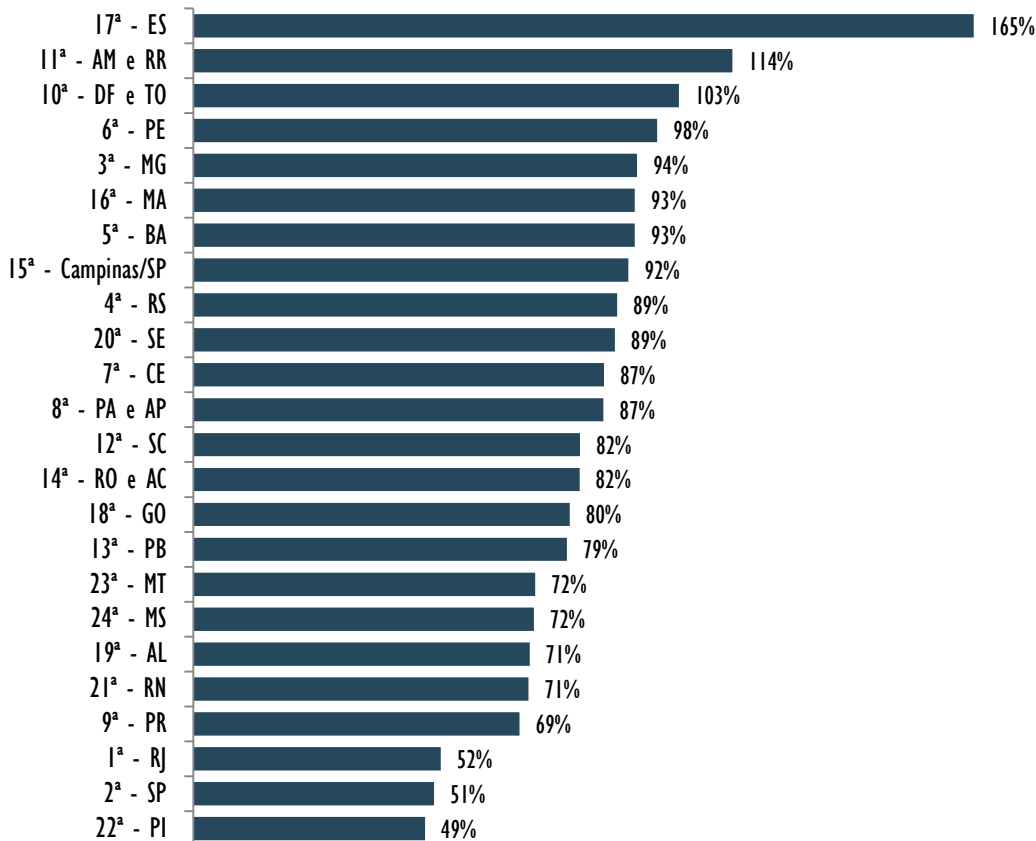


3.5.5. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2017.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Execuções Iniciadas	Encerradas em relação a Iniciadas (%)
1ª - RJ	55.846	106.833	52,3%
2ª - SP	52.916	104.070	50,8%
3ª - MG	62.695	66.930	93,7%
4ª - RS	53.226	59.495	89,5%
5ª - BA	43.763	46.958	93,2%
6ª - PE	41.101	41.972	97,9%
7ª - CE	19.659	22.670	86,7%
8ª - PA e AP	23.897	27.594	86,6%
9ª - PR	30.444	44.186	68,9%
10ª - DF e TO	20.527	20.021	102,5%
11ª - AM e RR	16.480	14.479	113,8%
12ª - SC	25.447	31.162	81,7%
13ª - PB	10.576	13.414	78,8%
14ª - RO e AC	8.187	10.038	81,6%
15ª - Campinas/SP	94.064	102.393	91,9%
16ª - MA	12.195	13.084	93,2%
17ª - ES	27.869	16.911	164,8%
18ª - GO	21.145	26.592	79,5%
19ª - AL	8.971	12.635	71,0%
20ª - SE	7.661	8.607	89,0%
21ª - RN	11.594	16.379	70,8%
22ª - PI	6.264	12.804	48,9%
23ª - MT	9.225	12.779	72,2%
24ª - MS	8.160	11.351	71,9%
Total	671.912	843.357	79,7%

Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2017.



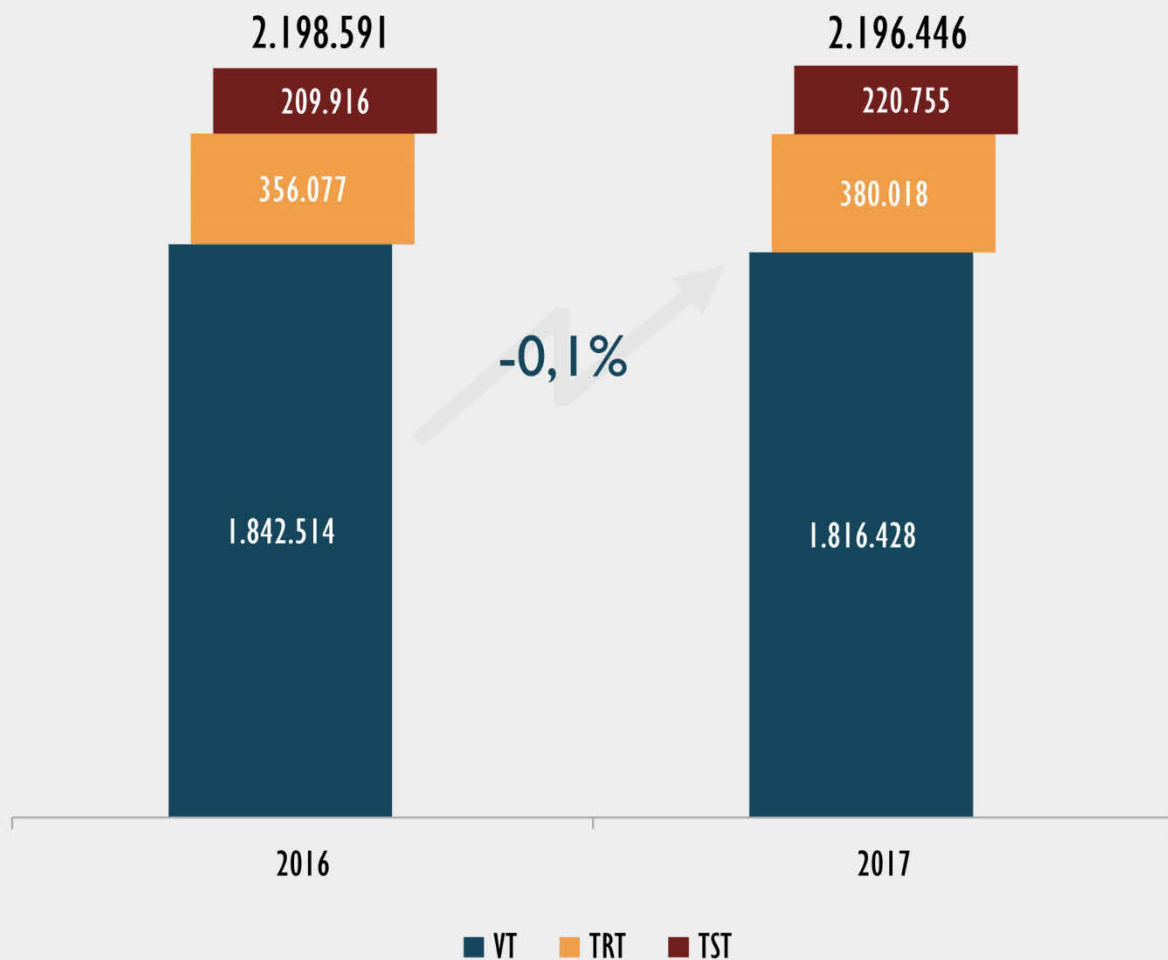
3.6. Resíduo

No TST, o resíduo de processos foi de 220.755, 5,2% a mais que em 2016. Desse total, 32.829 não estavam distribuídos e 187.926 estavam em tramitação nos Órgãos Judicantes; dentre estes últimos, 95,518 (51%) eram AIRR e 43.878 (23%) eram RR.

Nos TRTs, o resíduo fechou o ano com um saldo de 380.018 processos, tendo aumentado 6,7% em relação a 2016.

Nas Varas, o resíduo de processos, na Fase de Conhecimento, fechou o ano em 1.816.428, tendo reduzido 1,4% em relação a 2016. Os processos pendentes de execução fecharam o ano em 1.847.878, quantitativo 7,5% superior ao do ano anterior. Além dos processos pendentes de execução, ficaram em arquivo provisório, 826.785 processos, 34,3% a mais que em 2016.

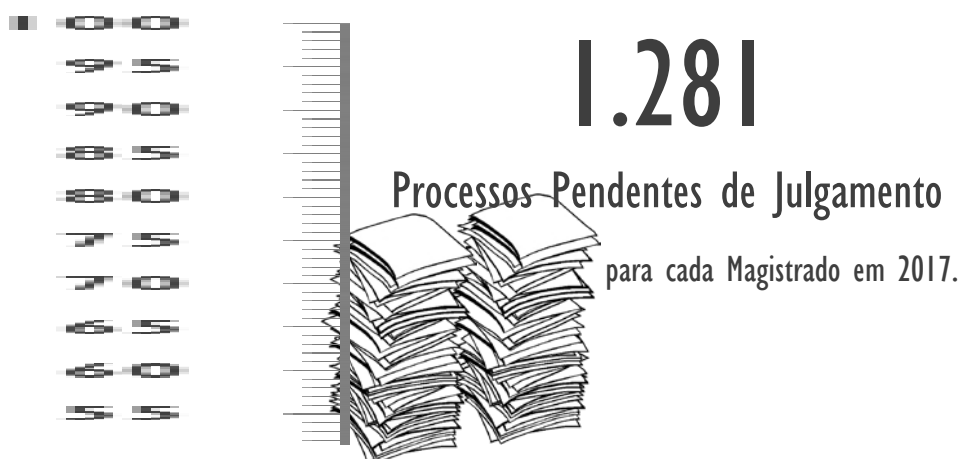
Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2016-2017.



3.6.1. Resíduo por Magistrado

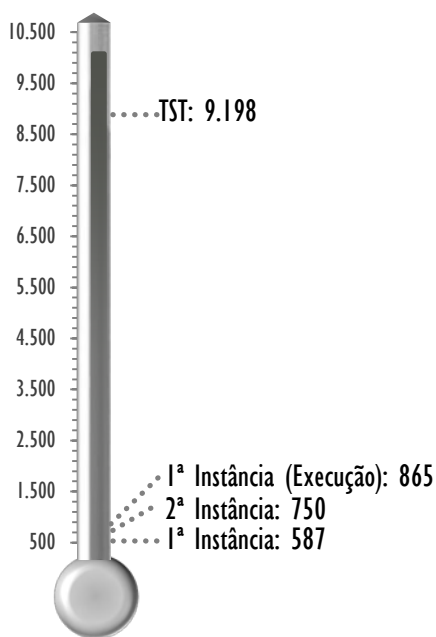
O Resíduo de Processos por Magistrado da Justiça do Trabalho foi de 1.281 processos; quantitativo 3,3% superior ao de 2016. No Tribunal Superior do Trabalho o resíduo foi de 9.198 processos por Ministro. Na 2ª Instância, esse quantitativo foi de 750 processos e na 1ª Instância, de 587 na Fase de Conhecimento e de 865 na Fase de Execução.

Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2017.



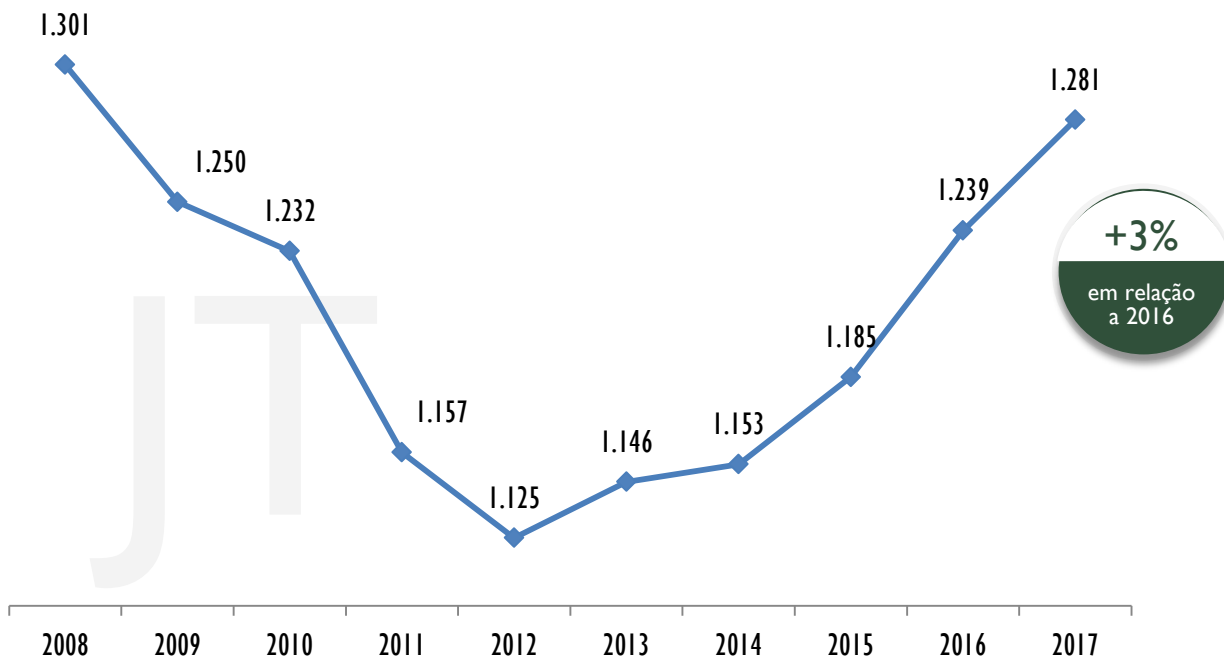
Litigiosidade

Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.



Séries Históricas

Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2008-2017.



Litigiosidade

Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2008-2017.

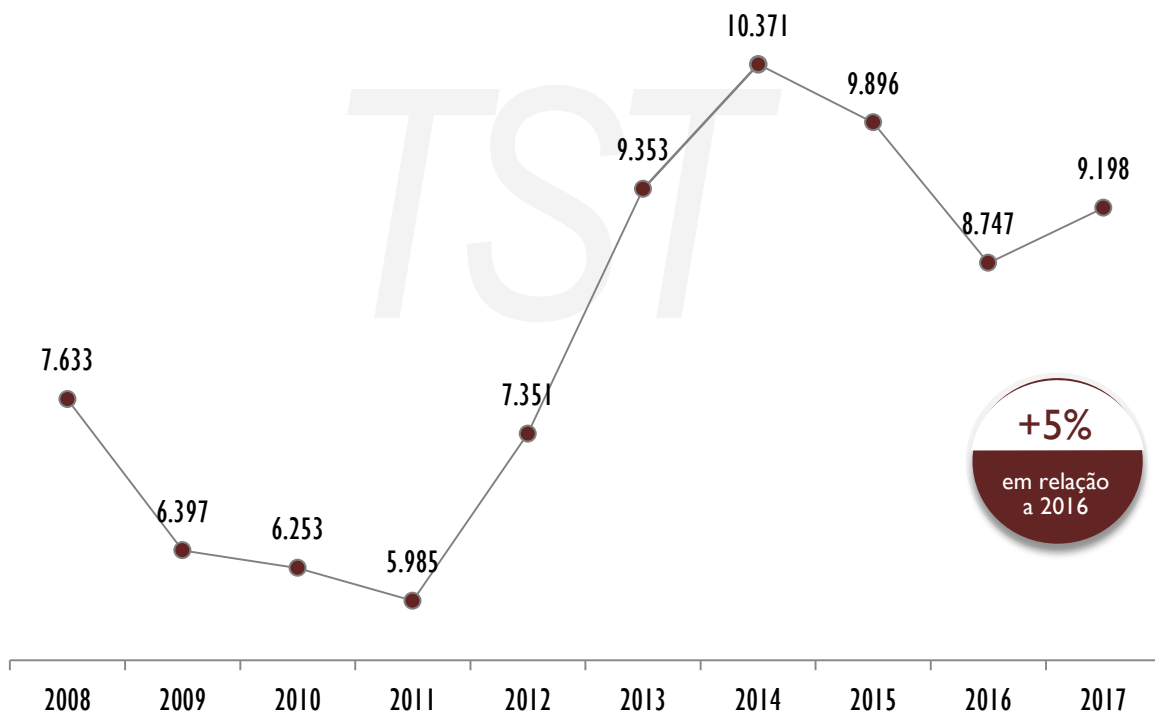


Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2008-2017.

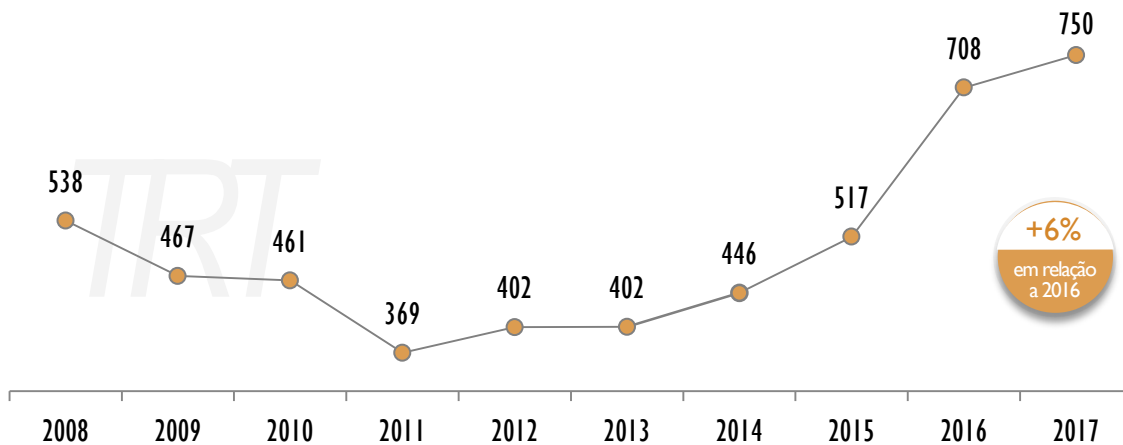


Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2008-2017.

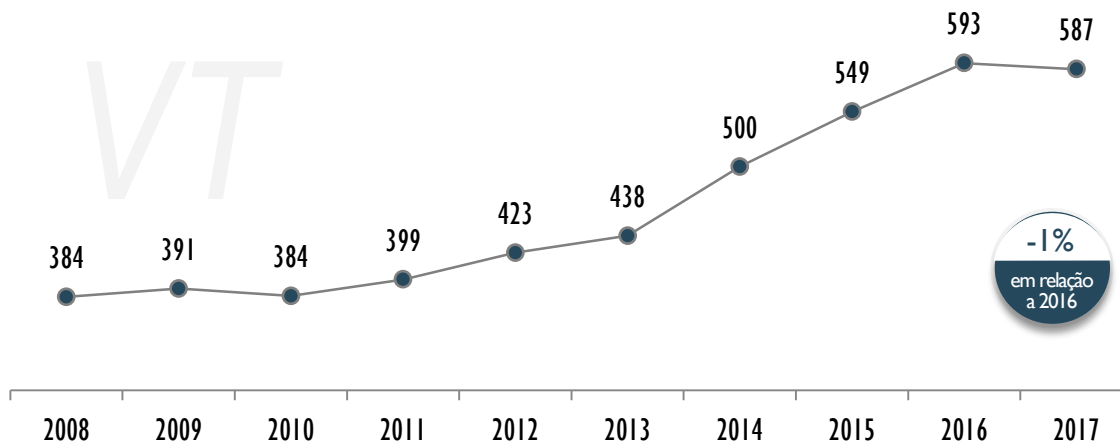


Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2008-2017.

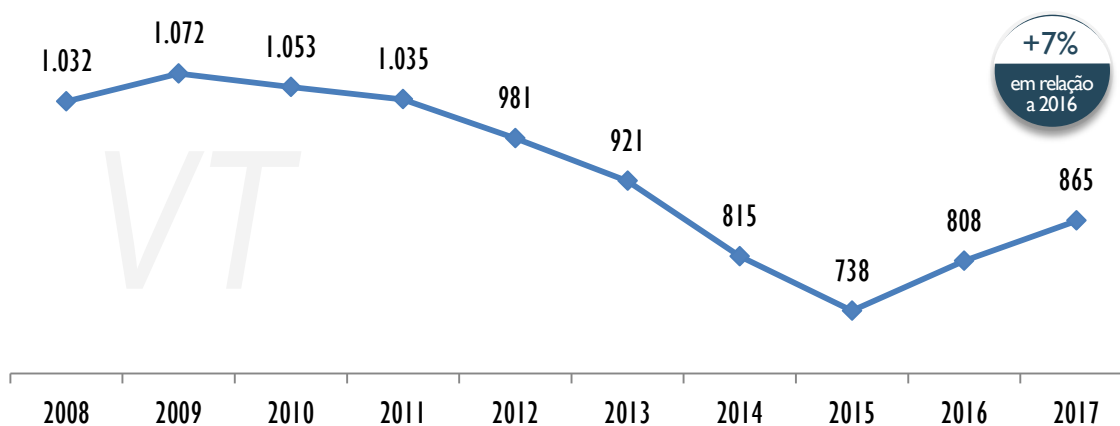
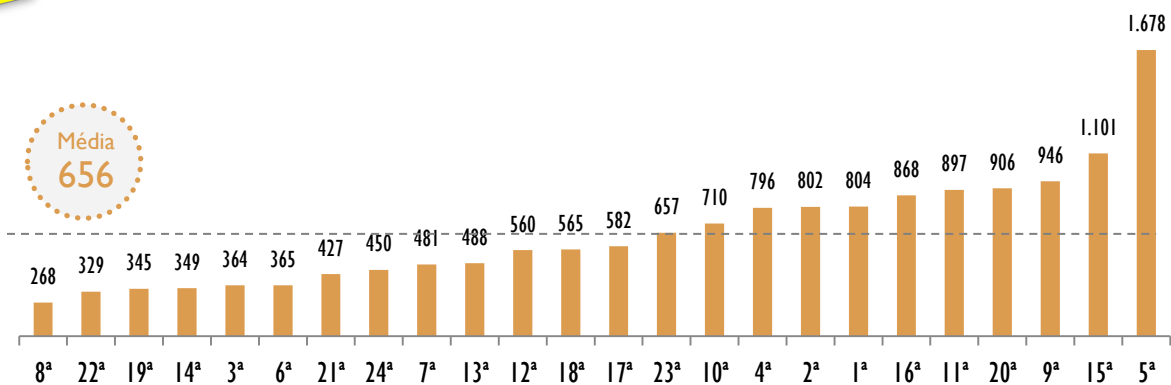




Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2017.



Litigiosidade

Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2017.

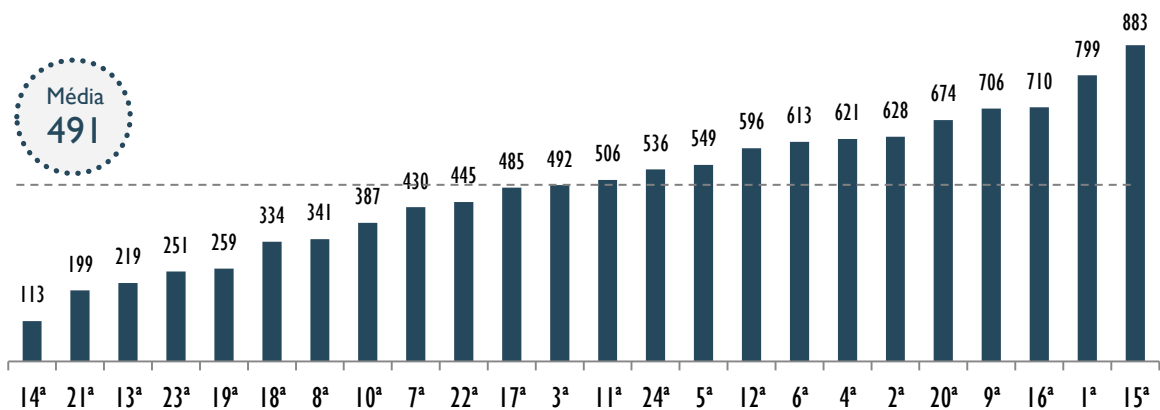
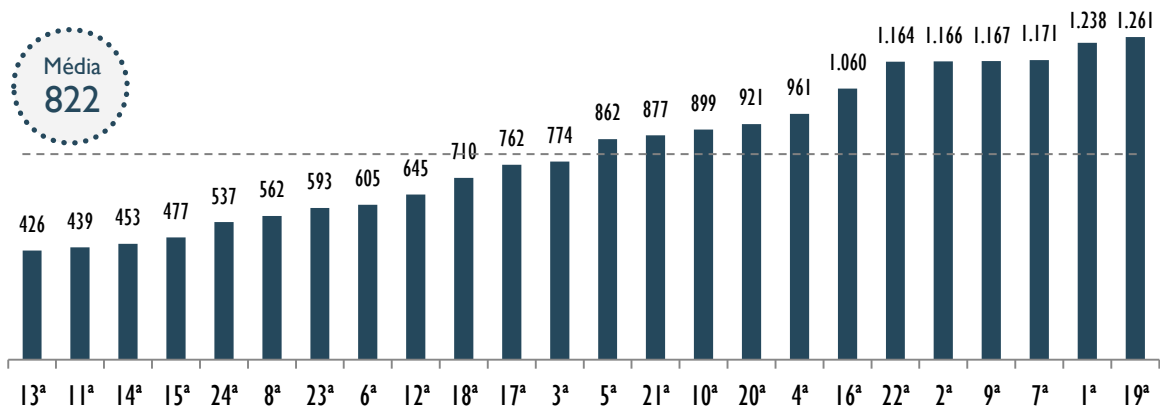


Figura 3.96. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Execução). 2017.



3.7. Prazos

No Tribunal Superior do Trabalho, o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo e a sua baixa é de 1 ano, 7 meses e 26 dias. Para a classe Recursos de Revista, o prazo é de 2 anos, 3 meses e 26 dias e para os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista, de 1 ano e 12 dias.

Nos Tribunais Regionais do Trabalho, após autuado, um processo leva em média 4 meses e 25 dias para ser julgado e mais 14 dias em média para o acórdão ser publicado. O prazo médio da autuação até a baixa é de 8 meses e 24 dias.

Nas Varas do Trabalho, o prazo médio de um Processo de Conhecimento do ajuizamento até a prolação de sentença é de 7 meses e 28 dias. Já o prazo médio do início até o encerramento da Execução é de aproximadamente 2 anos, 9 meses e 22 dias.

Figura 3.97. Prazo Médio de um Processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2017.

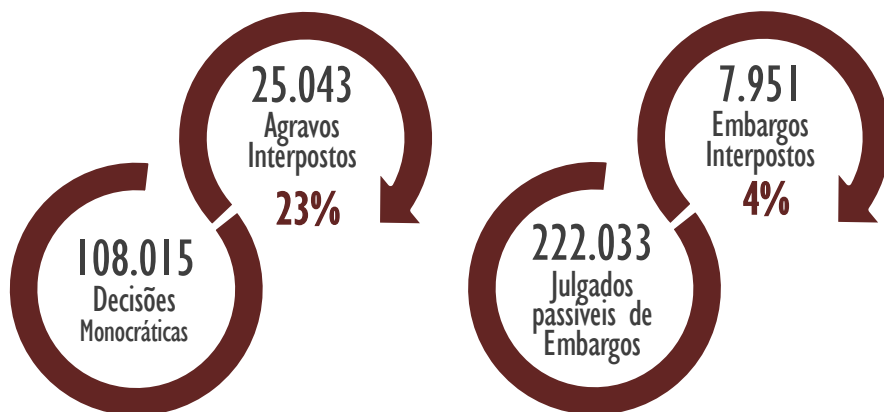


3.8. Recorribilidade

3.8.1. Recorribilidade para a Própria Instância

No TST, 23,2% das decisões monocráticas foram agravadas, 3,7% a menos que em 2016. Houve interposição de Embargos de Declaração em 7,6% das decisões proferidas, 9,7% a menos que no ano anterior. A interposição de Embargos ocorreu em 3,6% dos acórdãos publicados, 8,8% a menos que em 2016.

Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2017.



Nos TRTs, a Recorribilidade Interna foi da ordem de 20,2%. Foram interpostos 193.411 Agravos, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração em 955.473 acórdãos publicados e decisões monocráticas.

Nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 27,6% das 1.264.674 sentenças proferidas.

Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2016.



Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2016.



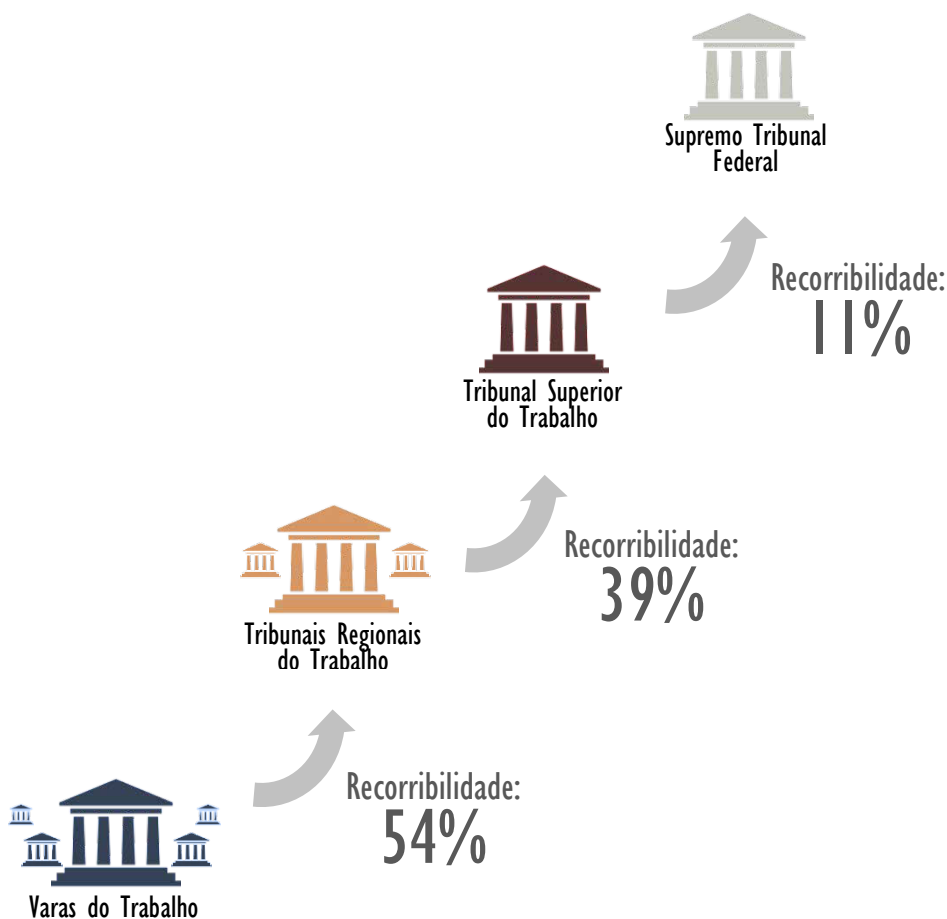
3.8.2. Recorribilidade para a Instância Superior

No TST, a Recorribilidade para o STF foi da ordem de 10,9% dos processos julgados. Foram recebidos 66.464 Recursos Extraordinários, sendo 30 (0,05%) admitidos. Em relação a 2016, houve aumento de 299,7% nos Recursos Extraordinários interpostos. Foram encaminhados ao STF 1.990 Recursos, 109,3% a mais que em 2016.

Nos TRTs, a Recorribilidade para o TST foi da ordem de 38,6% dos acórdãos publicados e decisões monocráticas. Os recursos encaminhados para o TST totalizaram 219.729, sendo 1.954 Recursos Ordinários, 185.855 Agravos de Instrumento e 31.920 Recursos de Revista. Houve aumento de 29,4% nos Recursos de Revista e de 32,8% nos Agravos de Instrumento encaminhados.

Nas Varas, a Recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 54,3% das sentenças proferidas e, na Fase de Execução, foi de 86,8% das decisões em Embargos à Execução. Os recursos interpostos para os TRTs totalizaram 983.309, sendo 768.206 Recursos Ordinários, 50.822 Recursos Adesivos, 25.041 Agravos de Instrumento, 3.532 Reexames Necessários e 135.708 Agravos de Petição. Houve aumento de 7,4% em relação a 2016.

Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2017.



3.9. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

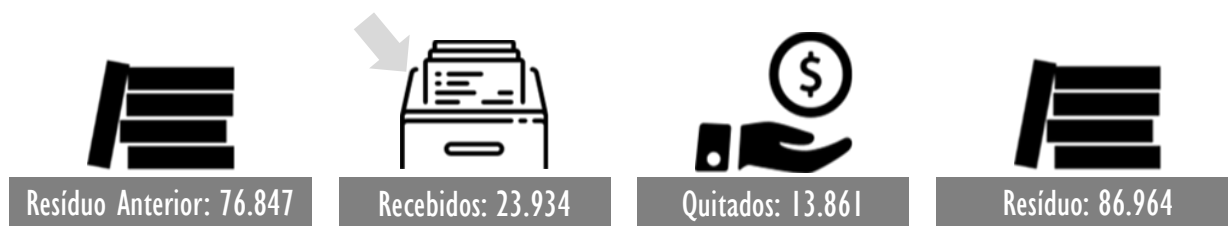
3.9.1. Precatórios

Ao final de 2017, a dívida trabalhista em precatórios totalizava R\$ 13.693.003.192,60; havia 86.964 precatórios pendentes de quitação, dos quais 46.610 (53,6%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 13,2% dos precatórios pendentes de quitação em relação a 2016.

Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2017.

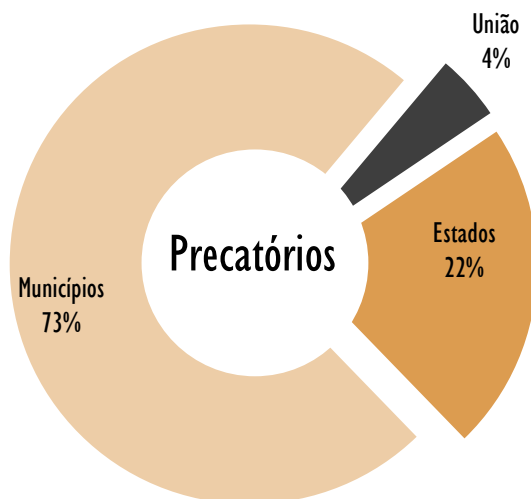
TRT	Recebidos	Quitados	Pendentes de Quitação			Valor (em Reais)
			No Prazo	Prazo Vencido	Total	
1a - RJ	1.126	343	1.663	1.587	3.250	796.964.213,71
2a - SP	2.512	512	5.651	3.446	9.097	3.124.258.466,04
3a - MG	1.018	362	1.418	539	1.957	245.952.213,54
4a - RS	1.912	1.120	2.721	4.554	7.275	1.213.838.891,50
5a - BA	1.375	2.575	4.486	6.005	10.491	965.644.054,07
6a - PE	174	145	66	227	293	343.166.608,54
7a - CE	748	635	1.558	2.600	4.158	426.358.461,60
8a - PA e AP	49	150	97	1.633	1.730	255.861.547,96
9a - PR	1.234	945	2.586	4.270	6.856	981.092.508,05
10a - DF e TO	163	107	250	609	859	288.835.070,36
11a - AM e RR	197	284	276	642	918	36.147.963,32
12a - SC	537	248	1.288	507	1.795	135.205.665,98
13a - PB	270	120	1.367	1.787	3.154	308.189.456,47
14a - RO e AC	467	130	520	453	973	1.000.604.077,62
15a - Campinas/SP	8.738	2.201	10.325	8.449	18.774	1.629.103.840,32
16a - MA	405	800	425	838	1.263	156.374.336,87
17a - ES	457	407	921	1.142	2.063	841.235.499,18
18a - GO	136	329	152	1.748	1.900	155.354.702,38
19a - AL	361	573	779	232	1.011	50.196.884,65
20a - SE	138	180	324	579	903	274.046.255,62
21a - RN	308	655	366	1.527	1.893	153.031.026,91
22a - PI	1.496	896	2.941	2.767	5.708	263.665.727,21
23a - MT	93	68	127	285	412	32.543.738,19
24a - MS	20	76	47	184	231	15.331.982,51
Total	23.934	13.861	40.354	46.610	86.964	13.693.003.192,60

Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2017.



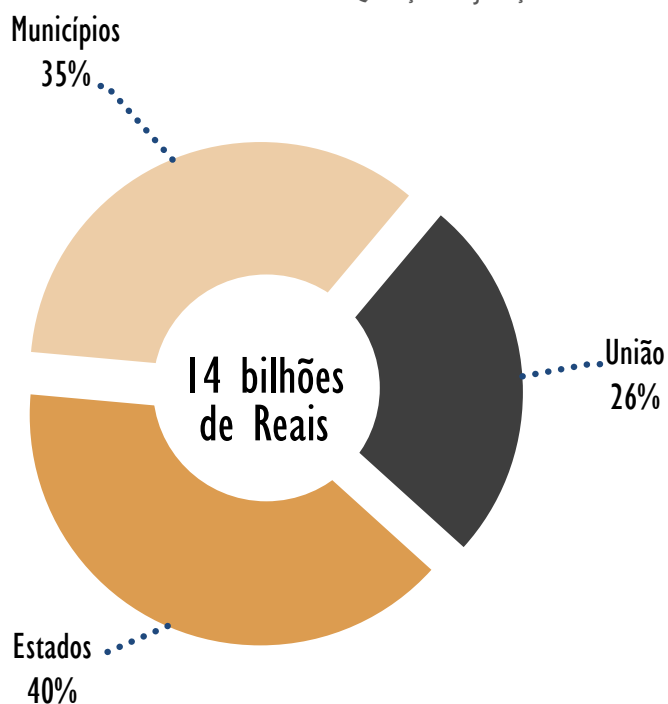
Em 31 de dezembro de 2017, do total de precatórios pendentes de quitação, 4,5% referiam-se à União, 22,2% aos Estados e 73,4% aos Municípios.

Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2017.



Os precatórios pendentes de quitação representavam uma dívida da ordem de 25,6% para a União, 39,7% para os Estados e 34,7% para os Municípios.

Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2017.



3.9.2. Requisições de Pequeno Valor

Os Tribunais Regionais do Trabalho receberam 3.895 Requisições de Pequeno Valor no ano de 2017 e quitaram 3.890, restando pendentes 1.433, das quais 1.052 (73,4%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 4,1% nas Requisições de Pequeno Valor pendentes de quitação em relação a 2016.

As Varas do Trabalho expediram 11.904 Requisições de Pequeno Valor e quitaram 6.102, restando pendentes 16.463, das quais 11.855 (72,0%) estavam com prazo vencido.

Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2017.

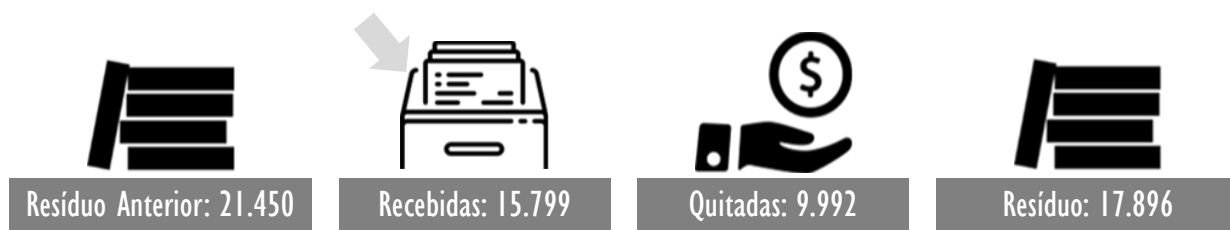
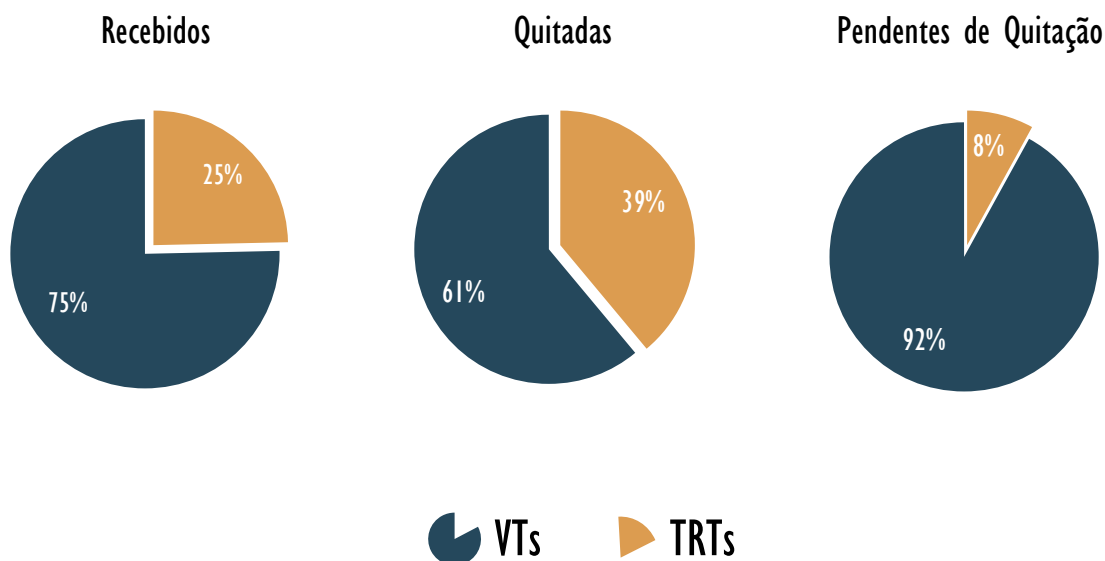


Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2017.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

4.1. Magistrados por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Magistrados/Habitante} = \frac{\text{Magistrados}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.2. Servidores por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Servidores/Habitante} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.3. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2015.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.4. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores Área Judiciária}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.
Magistrados: No TST e nos TRTs, cargos existentes; nas VTs, cargos providos em 31/12/2016.

4.5. Despesa por Habitante

Fórmula:
$$\text{Despesa/Habitante} = \frac{\text{Despesa}}{\text{Habitantes}}$$

Variáveis: Despesa: Despesa orçamentária executada.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.6. Despesa por Caso Novo

Fórmula:
$$\text{Despesa/Casos Novos} = \frac{\text{Despesa}}{\text{Casos Novos}}$$

Variáveis: **Despesa:** Despesa orçamentária executada.

Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

4.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Habitante} = \frac{\text{Casos Novos}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Habitantes: Fonte: IBGE. Estimativas da População.

4.8. Casos Novos por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Magistrado} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.9. Casos Novos por Servidor – Cargos existentes

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Servidor} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Servidores do Quadro Permanente}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.

4.10. Casos Novos por Servidor em Atividade

Fórmula:
$$\text{Casos Novos/Servidores} = \frac{\text{Casos Novos}}{\text{Servidores em Atividade}}$$

Variáveis: **Casos Novos:** Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores em Atividade: Servidores em atividade em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.11. Total a Julgar por Magistrado

4.11.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2015, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.11.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.12. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

4.12.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações originárias, recursos vindos da Instância inferior e recursos internos.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2015, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.12.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações distribuídas, incluídas as com sentença anulada/reformada.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.13. Julgados em Relação ao Total a Julgar

4.13.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados/Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Processos recebidos (casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos) julgados por decisão colegiada ou monocrática.

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência e processos recebidos no ano.

4.13.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados/Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência, incluídos os Embargos de Declaração pendentes, processos recebidos no ano e Embargos de Declaração interpostos.

4.14. Julgados em Relação aos Recebidos

4.14.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados/Recebidos} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.14.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados/Recebidos} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Recebidos} + \text{EDs Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Processos recebidos.

Julgados: Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

4.15. Total a Executar por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Magistrados} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.16. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Servidores} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Servidores Área Judiciária}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.17. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Total a Executar} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Total a Executar}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.
Total a Executar: Processos pendentes de execução e em arquivo provisório no ano anterior ao ano de referência e execuções iniciadas no ano de referência.

4.18. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Iniciadas} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Execuções Iniciadas}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.

4.19. Resíduo por Magistrado

4.19.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Resíduo Atual:** Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.19.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual} + \text{EDs pendentes}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Resíduo Atual: Na fase de conhecimento, refere-se às ações originárias pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência. Na fase de execução, aos processos pendentes de execução, incluídos os processos em arquivo provisório.

EDs Pendentes: Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.

Magistrados: Cargos existentes 31/12/2016.

4.20. Recorribilidade Interna

4.20.1. No TST

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Julgados}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos Interpostos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.20.2. Nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos do art. 557 do CPC, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração interpostos.

Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto recursos internos.

Decisões Monocráticas: Decisões Monocráticas publicadas, exceto recursos internos.

4.20.3. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Embargos de Declaração opostos.

Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

4.21. Recorribilidade Externa

4.21.1. No TST

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RE}{\text{Julgados}}$$

Variáveis: **RE:** Recursos Extraordinários Interpostos.
Julgados: Processos julgados, exceto recursos internos.

4.21.2. Nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RR + RO}{\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}}$$

Variáveis: **RR:** Recursos de Revista interpostos.
RO: Recursos Ordinários interpostos.
Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto Embargos de Declaração.
Decisões Monocráticas: Decisões monocráticas publicadas, exceto Embargos de Declaração.

4.21.3. Nas Varas do Trabalho

a) Fase de Conhecimento

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{RO}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: **RO:** Recursos Ordinários interpostos (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo).
Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

b) Fase de Execução

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Externa} = \frac{AP}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: **AP:** Agravos de Petição interpostos.
Sentenças: Decisões em Embargos à Execução.

Nas tabelas, a informação “Média” refere-se à média aritmética dos Indicadores de cada TRT ou Região Judiciária, enquanto a informação “Instância” refere-se à divisão entre os totais da Instância.

 CESTP 2017

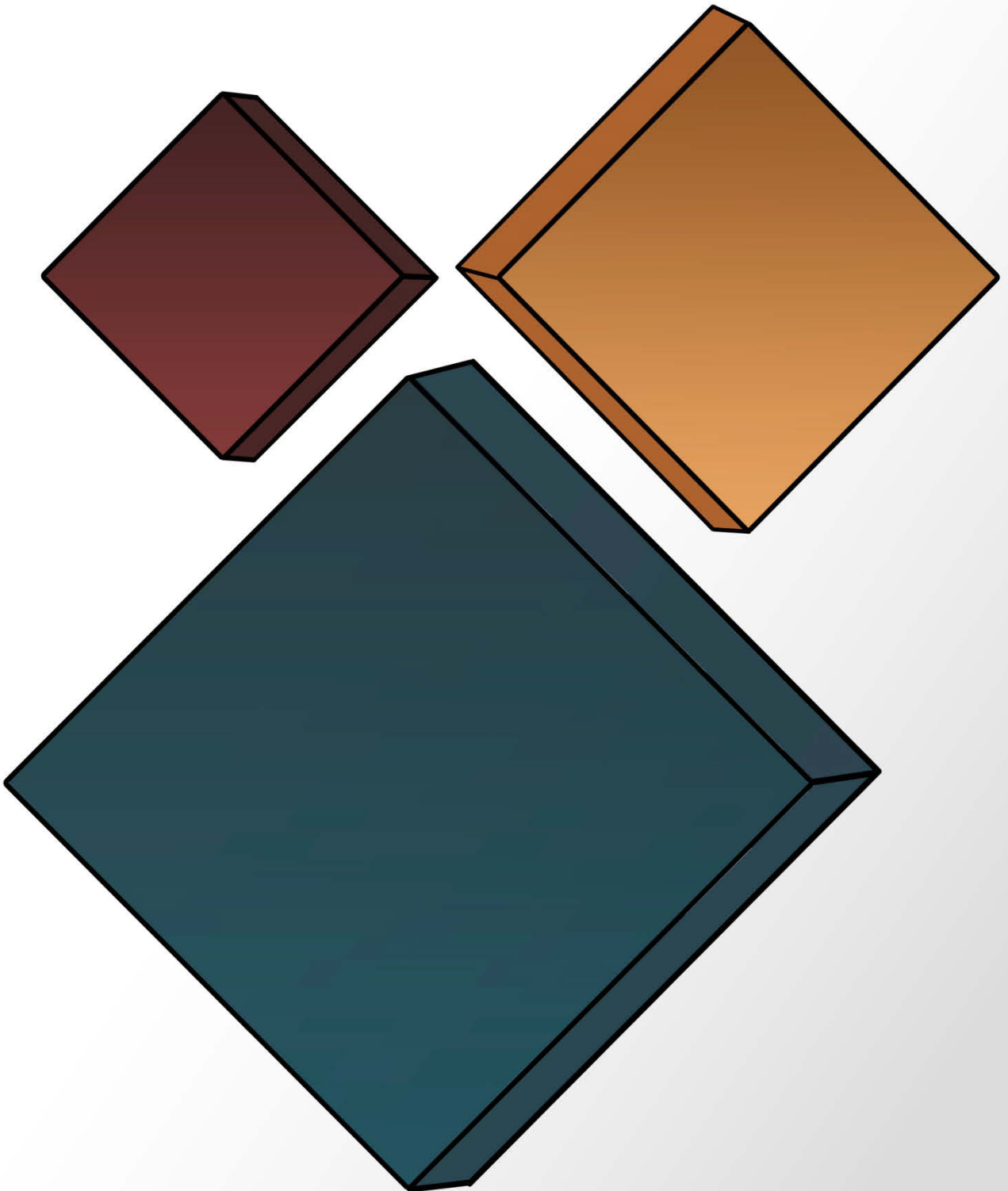
Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica

RELATÓRIO | 2017

DEMONSTRATIVO



JUSTIÇA DO TRABALHO

1.1. SÉRIE HISTÓRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
1.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
1.3. POPULAÇÃO JURISDICIONADA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2.1. SÉRIE HISTÓRICA DE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
2.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
2.3. PROCESSOS RECEBIDOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
2.4. TOTAL A JULGAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
2.5. SESSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
2.6. PROCESSOS JULGADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25
2.7. RESÍDUO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
2.8. PRAZOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
2.9. VALORES ARRECADADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
2.10. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO STF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
2.11. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL POR CLASSE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

3.1. SÉRIE HISTÓRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47
3.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49
3.3. PRAZOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
3.4. VALORES ARRECADADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69
3.5. PRESIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70
3.6. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO TST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71
3.7. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75

VARAS DO TRABALHO

4.1 VARAS DO TRABALHO - DADOS GERAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
4.2 SÉRIE HISTÓRICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85
4.3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86
4.4 AUDIÊNCIA REALIZADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116
4.5 PRAZOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117
4.6 VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121
4.7 VALORES ARRECADADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122
4.8 RECURSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRTs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124
4.9 REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127



1

Seção

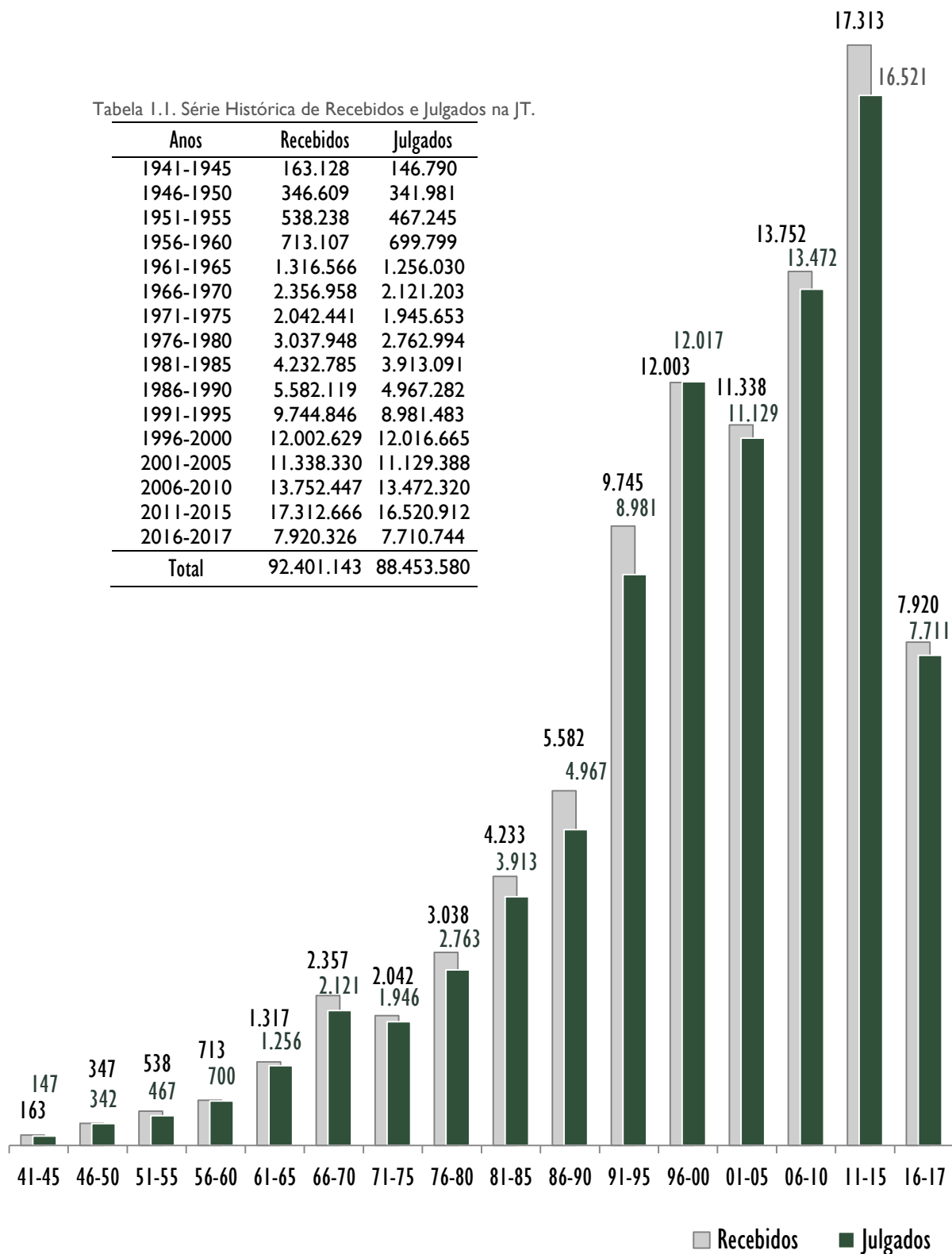
Justiça do Trabalho

I.1 Série Histórica

Figura I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos).

Tabela I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na JT.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	163.128	146.790
1946-1950	346.609	341.981
1951-1955	538.238	467.245
1956-1960	713.107	699.799
1961-1965	1.316.566	1.256.030
1966-1970	2.356.958	2.121.203
1971-1975	2.042.441	1.945.653
1976-1980	3.037.948	2.762.994
1981-1985	4.232.785	3.913.091
1986-1990	5.582.119	4.967.282
1991-1995	9.744.846	8.981.483
1996-2000	12.002.629	12.016.665
2001-2005	11.338.330	11.129.388
2006-2010	13.752.447	13.472.320
2011-2015	17.312.666	16.520.912
2016-2017	7.920.326	7.710.744
Total	92.401.143	88.453.580



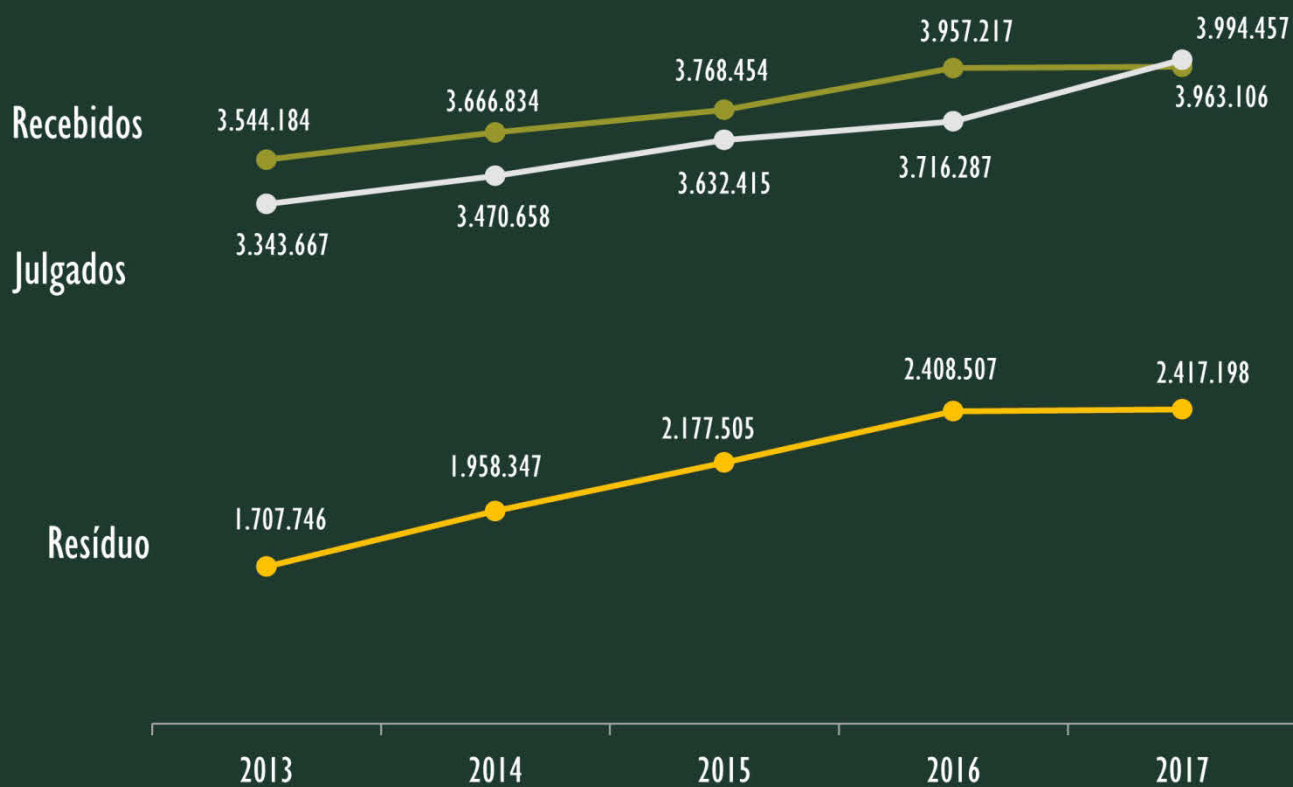
I.2 Movimentação Processual

Tabela I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2013-2017.

Anos	TST			TRT		
	Recebidos	Julgados	Resíduo	Recebidos	Julgados	Resíduo
2013	301.329	253.547	224.461	820.685	796.427	202.340
2014	309.033	284.586	248.895	827.110	757.892	224.173
2015	291.454	305.271	237.503	840.319	769.575	260.242
2016	243.447	270.130	209.916	957.519	831.506	356.077
2017	277.270	285.743	220.755	1.037.376	964.434	380.018

Nota: Os processos julgados incluem as conciliações.

Figura I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2013-2017.



VT			
Recebidos	Julgados ⁽¹⁾	Resíduo	
		Conhecimento	Execução
2.422.170	2.293.693	1.280.945	2.673.748
2.530.691	2.428.180	1.485.279	2.423.254
2.636.681	2.519.594	1.679.760	2.256.665
2.756.251	2.614.651	1.842.514	2.512.021
2.648.463	2.744.280	1.816.428	2.674.663

Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2017.

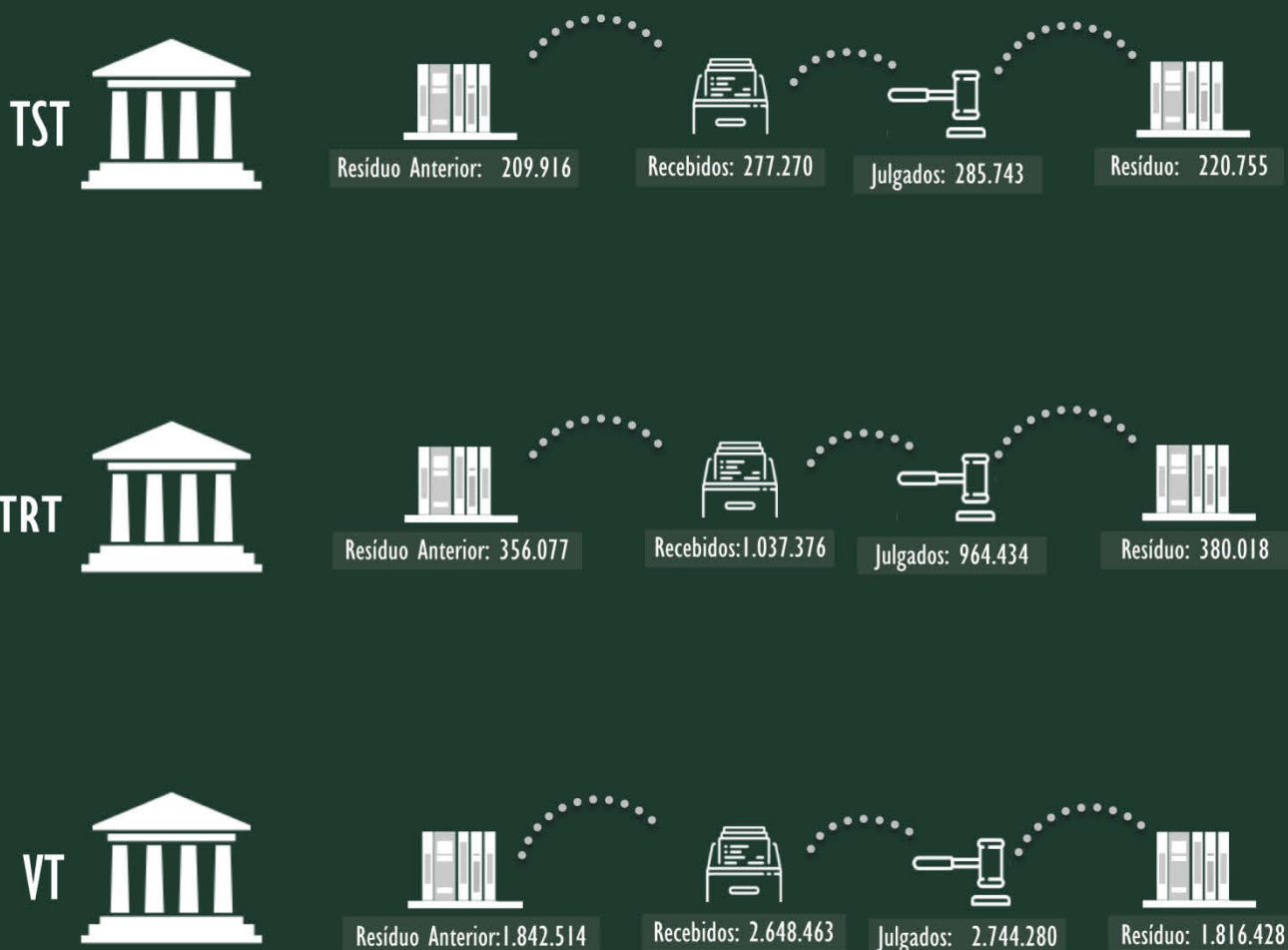
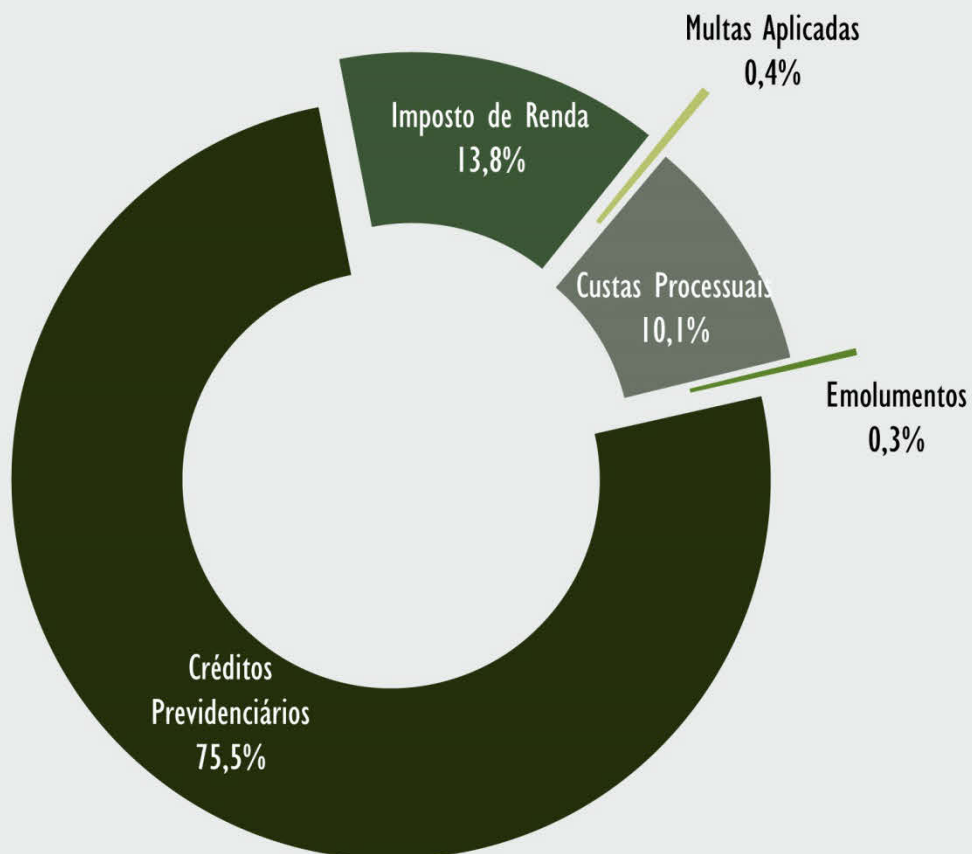


Tabela I.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2017.

Instância	Custas Processuais		Emolumentos		Créditos Previdenciários	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TST *	2.465.579,38	99,3%	41.706,00	1,7%	-	-
TRT	28.603.461,37	65,3%	942.151,83	2,2%	13.023.219,28	29,7%
VT	330.315.332,46	9,3%	9.524.538,57	0,3%	2.694.796.023,50	76,1%
Total	361.384.373,21	10,1%	10.508.396,40	0,3%	2.707.819.242,78	75,5%

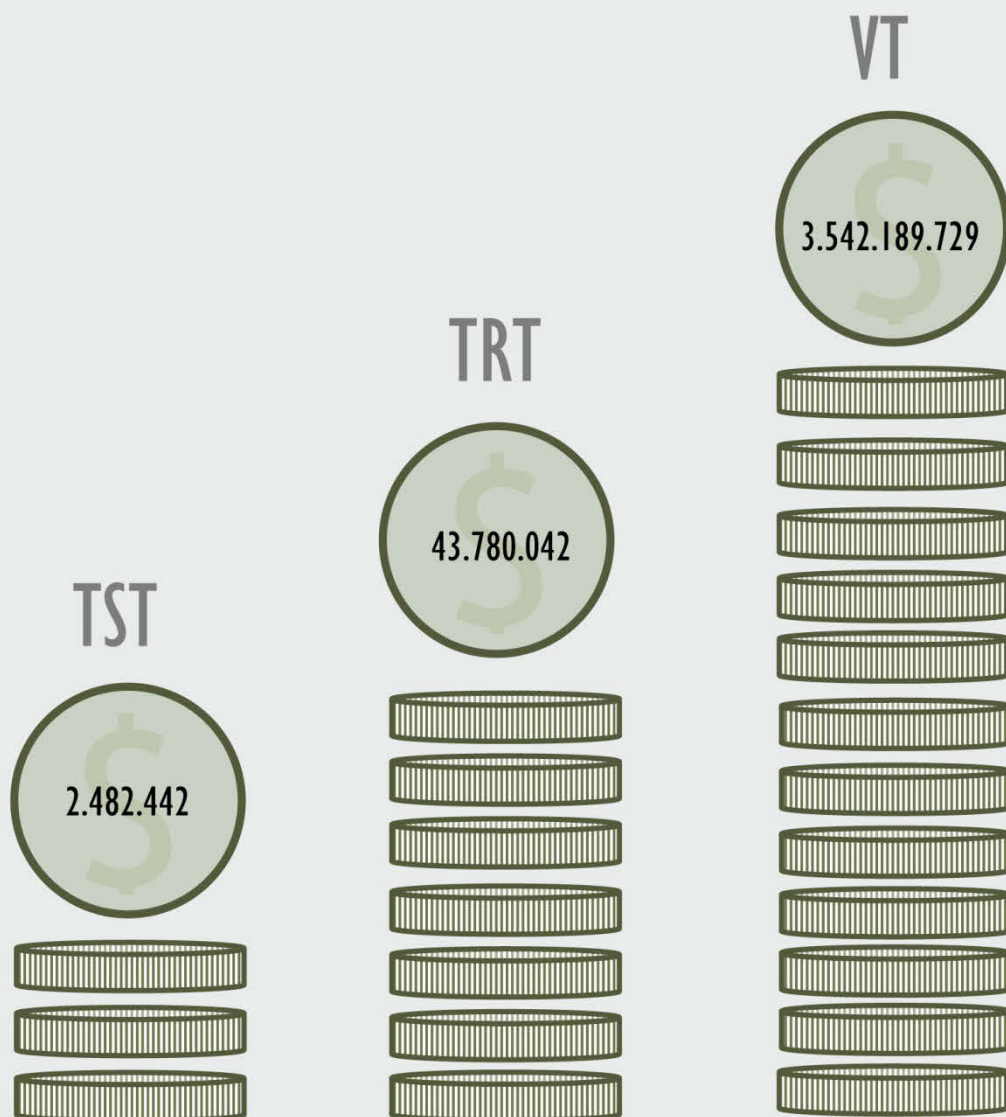
Notas: 1) % calculado sobre o total da Instância.
2) * Valores restituídos no TST: R\$ 24.842,95.

Figura I.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2017.



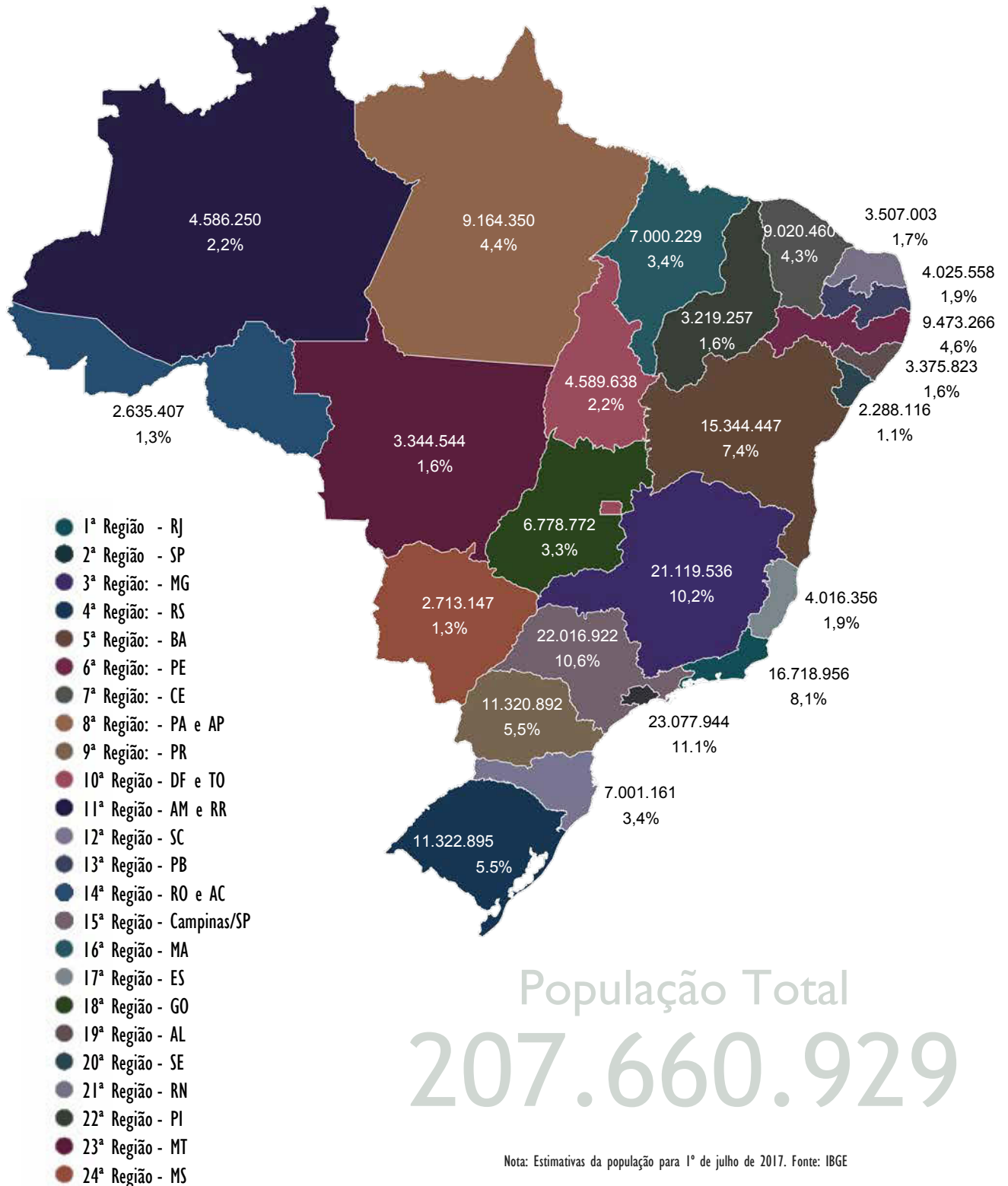
Imposto de Renda		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização		Total	
Valor	%	Valor	%	Valor	%
-	-	-	-	2.507.285,37	101,0%
1.211.209,35	2,8%	-	-	43.780.041,83	100,0%
493.806.338,98	13,9%	13.747.495,55	0,4%	3.542.189.729,06	100,0%
495.017.548,33	13,8%	13.747.495,55	0,4%	3.588.477.056,26	100,0%

Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais).2017.



I.3. População Jurisdicionada

Figura I.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2017.



2

Seção

Tribunal
Superior do
Trabalho

2.1. Série Histórica

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2017.

Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2017.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	3.192	3.098
1946-1950	12.935	10.272
1951-1955	14.653	16.463
1956-1960	29.334	27.365
1961-1965	45.551	43.588
1966-1970	40.554	38.025
1971-1975	48.243	40.934
1976-1980	76.551	62.996
1981-1985	77.926	85.667
1986-1990	92.063	104.367
1991-1995	240.481	189.826
1996-2000	571.352	477.273
2001-2005	602.540	538.800
2006-2010	904.201	990.521
2011-2015	1.350.831	1.285.322
2016-2017	520.717	555.873
Total	4.631.124	4.470.390

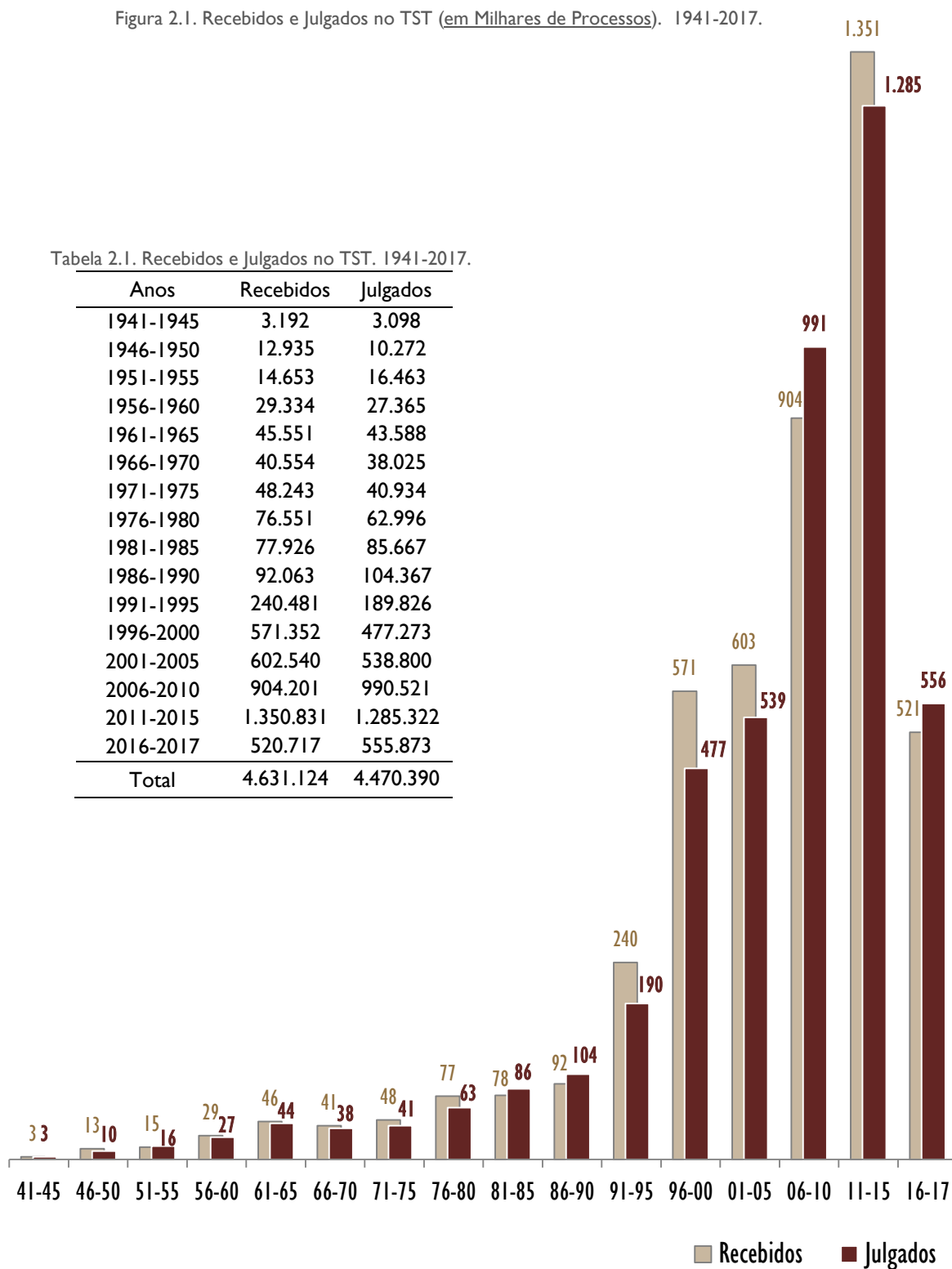
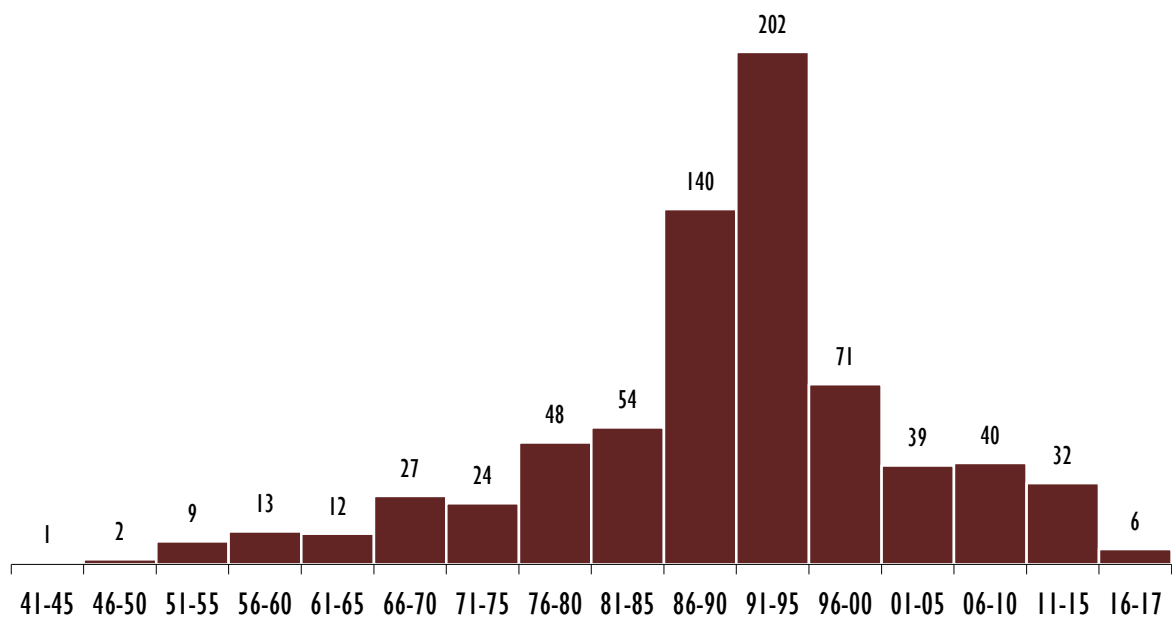


Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2017.



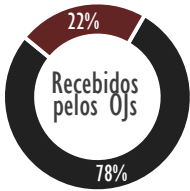
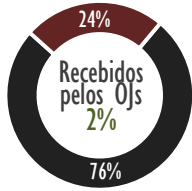
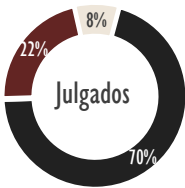
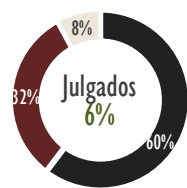
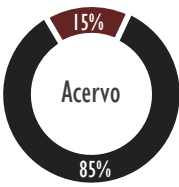
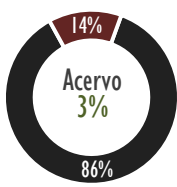
Anos	Julgados
1941-1945	1
1946-1950	2
1951-1955	9
1956-1960	13
1961-1965	12
1966-1970	27
1971-1975	24
1976-1980	48
1981-1985	54
1986-1990	140
1991-1995	202
1996-2000	71
2001-2005	39
2006-2010	40
2011-2015	32
2016-2017	6
Total	720

Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2017.



2.2. Movimentação Processual

Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST.

	2016		2017	
	243.477	Recebidos pelo TST	277.270	
	181.634	■ Casos Novos	206.869	
	49.702	■ Recursos Internos	56.412	
	12.111	■ Provimento do AI	13.989	
	239.765	Recebidos pelos Órgãos Judicantes	244.183	
	186.012	■ Por Sorteio, Prevenção e Dependência	184.373	
	53.753	■ Recursos Internos e por Vinculação	59.810	
	270.130	Julgados	285.743	
	190.082	■ Em Sessão	172.358	
	59.225	■ Por Despacho	90.795	
	20.823	■ Pela Presidência	22.590	
	177.851	Acórdãos Publicados	158.438	-11%
	202.561	Baixados	220.780	9%
	248.247	Acervo	255.363	
	209.916	■ Resíduo Pendente de Julgamento	220.755	
	38.331	■ Processos Julgados e Não Baixados	34.608	
	88.147	Recursos para o STF (Pendentes)	79.232	-10%

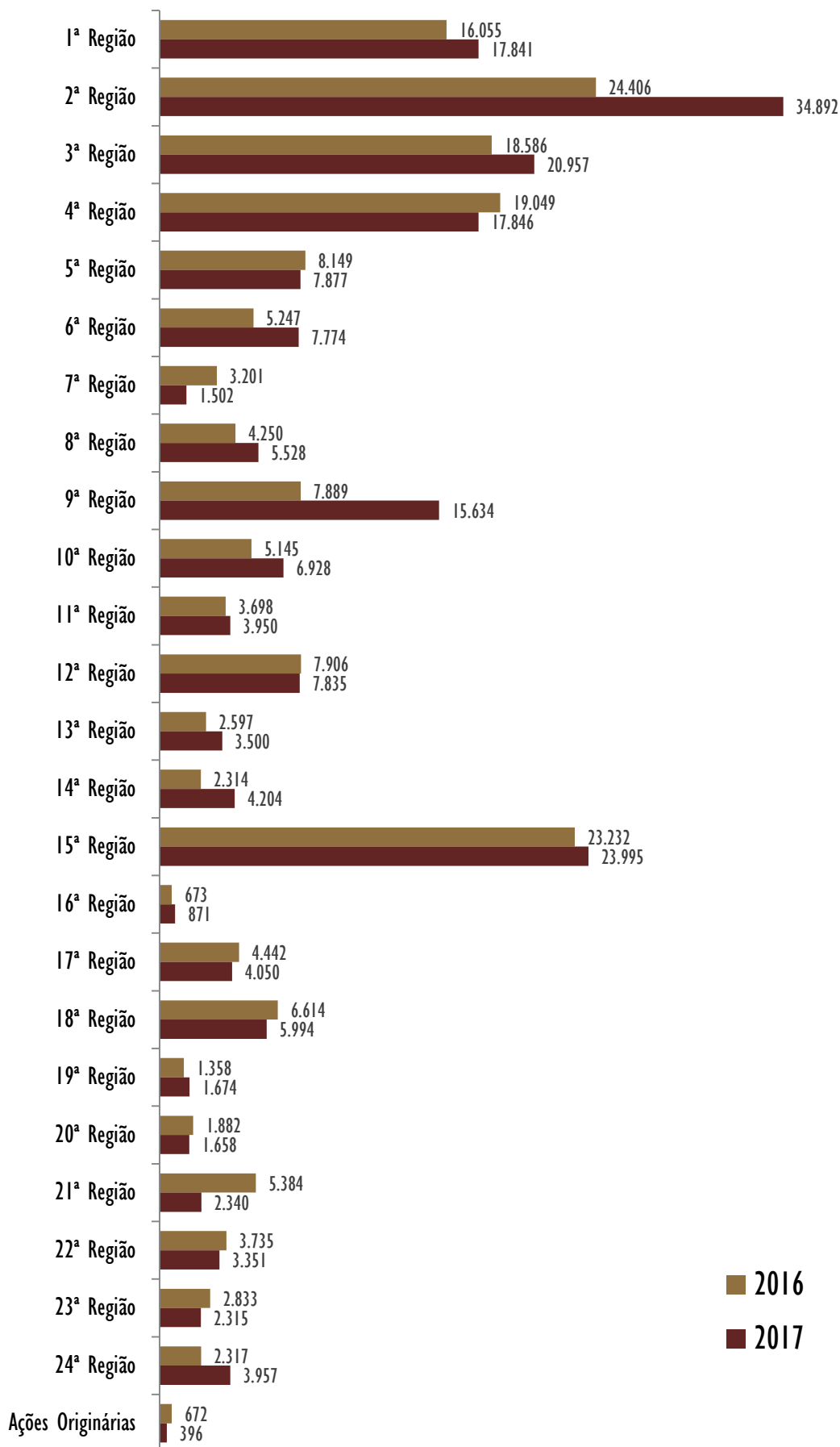
TST

2.3. Processos Recebidos

Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST por Origem. 2016-2017.

Origem	2016		2017		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
1ª Região	16.055	6,6%	17.841	6,4%	11,1%
2ª Região	24.406	10,0%	34.892	12,6%	43,0%
3ª Região	18.586	7,6%	20.957	7,6%	12,8%
4ª Região	19.049	7,8%	17.846	6,4%	-6,3%
5ª Região	8.149	3,3%	7.877	2,8%	-3,3%
6ª Região	5.247	2,2%	7.774	2,8%	48,2%
7ª Região	3.201	1,3%	1.502	0,5%	-53,1%
8ª Região	4.250	1,7%	5.528	2,0%	30,1%
9ª Região	7.889	3,2%	15.634	5,6%	98,2%
10ª Região	5.145	2,1%	6.928	2,5%	34,7%
11ª Região	3.698	1,5%	3.950	1,4%	6,8%
12ª Região	7.906	3,2%	7.835	2,8%	-0,9%
TRT 13ª Região	2.597	1,1%	3.500	1,3%	34,8%
14ª Região	2.314	1,0%	4.204	1,5%	81,7%
15ª Região	23.232	9,5%	23.995	8,7%	3,3%
16ª Região	673	0,3%	871	0,3%	29,4%
17ª Região	4.442	1,8%	4.050	1,5%	-8,8%
18ª Região	6.614	2,7%	5.994	2,2%	-9,4%
19ª Região	1.358	0,6%	1.674	0,6%	23,3%
20ª Região	1.882	0,8%	1.658	0,6%	-11,9%
21ª Região	5.384	2,2%	2.340	0,8%	-56,5%
22ª Região	3.735	1,5%	3.351	1,2%	-10,3%
23ª Região	2.833	1,2%	2.315	0,8%	-18,3%
24ª Região	2.317	1,0%	3.957	1,4%	70,8%
<i>Subtotal</i>	180.962	74,3%	206.473	74,5%	14,1%
TST Ações Originárias	672	0,3%	396	0,1%	-41,1%
Recursos Internos	49.702	20,4%	56.412	20,3%	13,5%
RR, RO e ARR (Provimento do AI)	12.111	5,0%	13.989	5,0%	15,5%
<i>Subtotal</i>	62.485	25,7%	70.797	25,5%	13,3%
Total	243.447	100,0%	277.270	100,0%	13,9%

Figura 2.3. Casos Novos no TST por Origem. 2016-2017.



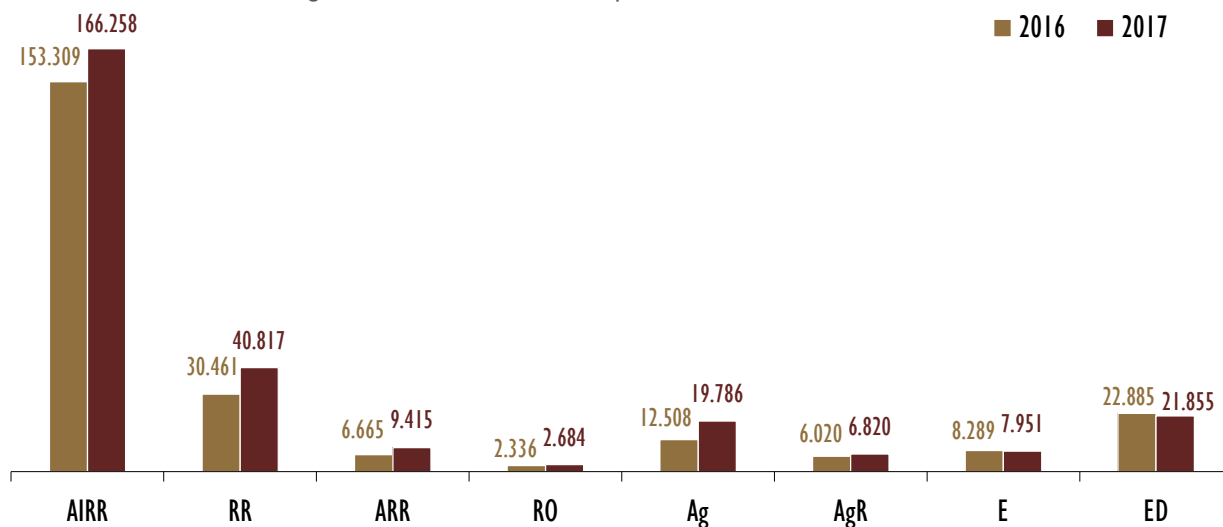
TST

Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST por Classe. 2016-2017.

Processos	2016		2017		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	266	0,1%	106	0,1%	-60,2%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	153.309	84,4%	166.258	80,4%	8,4%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	63	0,0%	1.055	0,5%	1574,6%	
Cautelar Inominada	56	0,0%	-	0,0%	..	
Conflito de Competência	97	0,1%	62	0,0%	-36,1%	
Dissídio Coletivo	9	0,0%	4	0,0%	-55,6%	
Dissídio Coletivo de Greve	5	0,0%	2	0,0%	-60,0%	
Efeito Suspensivo	35	0,0%	26	0,0%	-25,7%	
Mandado de Segurança	97	0,1%	48	0,0%	-50,5%	
Petição	64	0,0%	41	0,0%	-35,9%	
Recurso Administrativo	4	0,0%	5	0,0%	25,0%	
Recurso de Revista	19.486	10,7%	28.741	13,9%	47,5%	
Recurso de Revista com Agravo	5.538	3,0%	7.505	3,6%	35,5%	
Recurso Ordinário	2.327	1,3%	2.681	1,3%	15,2%	
Reexame Necessário	20	0,0%	50	0,0%	150,0%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	75	0,0%	34	0,0%	0,0%	
Outros	183	0,1%	251	0,1%	37,2%	
Subtotal	181.634	100,0%	206.869	100,0%	13,9%	
Recursos Internos	Agravo	12.508	25,2%	19.786	35,1%	58,2%
	Agravo Regimental	6.020	12,1%	6.820	12,1%	13,3%
	Embargos	8.289	16,7%	7.951	14,1%	-4,1%
	Embargos de Declaração	22.885	46,0%	21.855	38,7%	-4,5%
	Subtotal	49.702	100,0%	56.412	100,0%	13,5%
Recurso Ordinário, Recurso de Revista e Recurso de Revista com Agravo (Provimento do AI)	12.111		13.989		13,5%	
Total	243.447		277.270		13,9%	

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplicada dado numérico.

Figura. 2.4. Processos Recebidos por Classe no TST. 2016-2017.



Nota: Para as classes RR, ARR e RO estão incluídos os recursos decorrentes do provimento do AI.

Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2016-2017.

Atividade Econômica	2016		2017		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
Administração Pública	28.614	15,8%	34.071	16,5%	19,1%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	3.967	2,2%	5.254	2,5%	32,4%
Comércio	15.896	8,8%	17.170	8,3%	8,0%
Comunicação	10.278	5,7%	13.115	6,3%	27,6%
Educação, Cultura e Lazer	6.666	3,7%	7.551	3,7%	13,3%
Empresas de Processamento de Dados	722	0,4%	890	0,4%	23,3%
Indústria	45.985	25,3%	46.401	22,4%	0,9%
Seguridade Social	7.610	4,2%	9.392	4,5%	23,4%
Serviços Diversos	17.059	9,4%	18.618	9,0%	9,1%
Serviços Urbanos	12.149	6,7%	15.474	7,5%	27,4%
Sistema Financeiro	15.746	8,7%	17.191	8,3%	9,2%
Transporte	14.680	8,1%	19.053	9,2%	29,8%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	1.550	0,9%	1.841	0,9%	18,8%
Outras	712	0,4%	848	0,4%	19,1%
Total	181.634	100,0%	206.869	100,0%	13,9%

Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2016-2017.

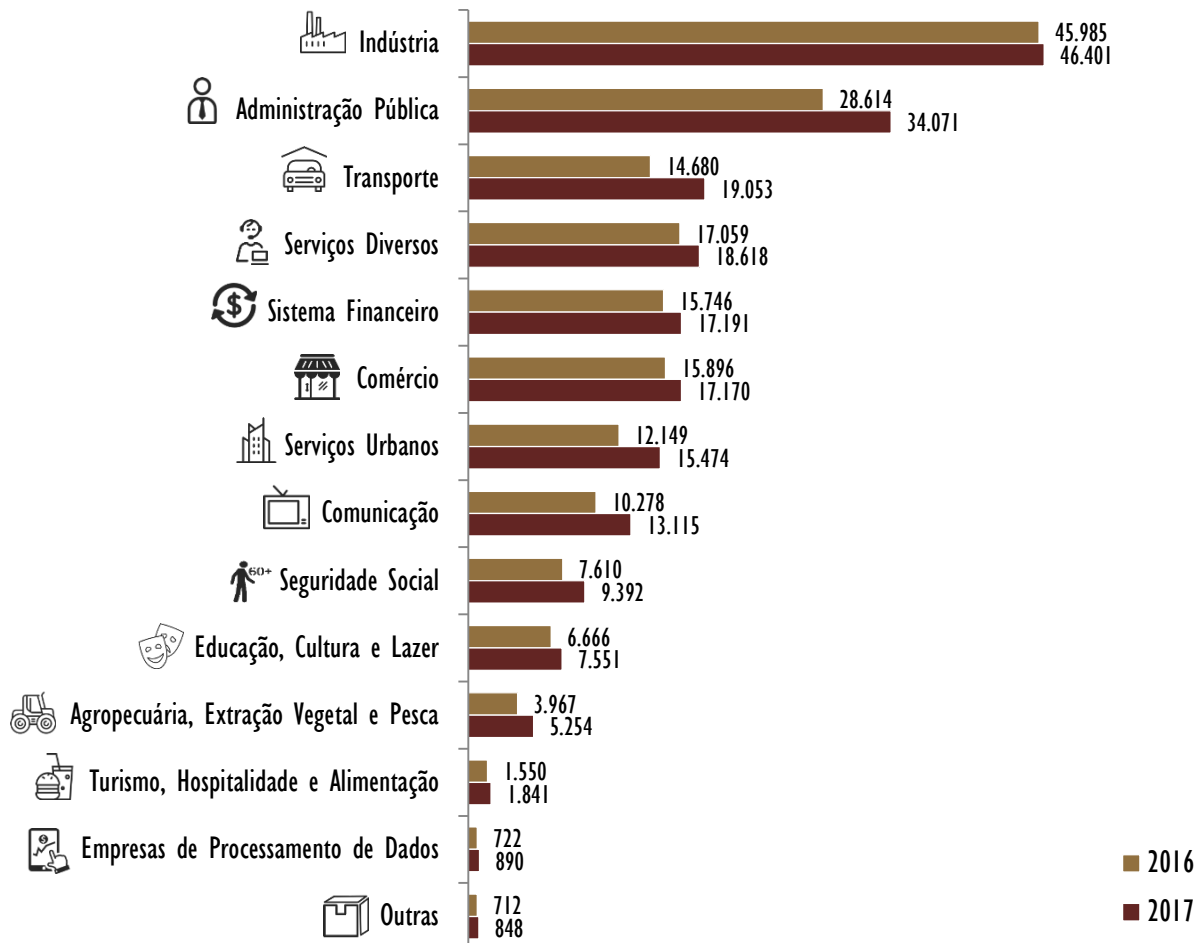


Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST (Processos em Tramitação em 31/12/2017).



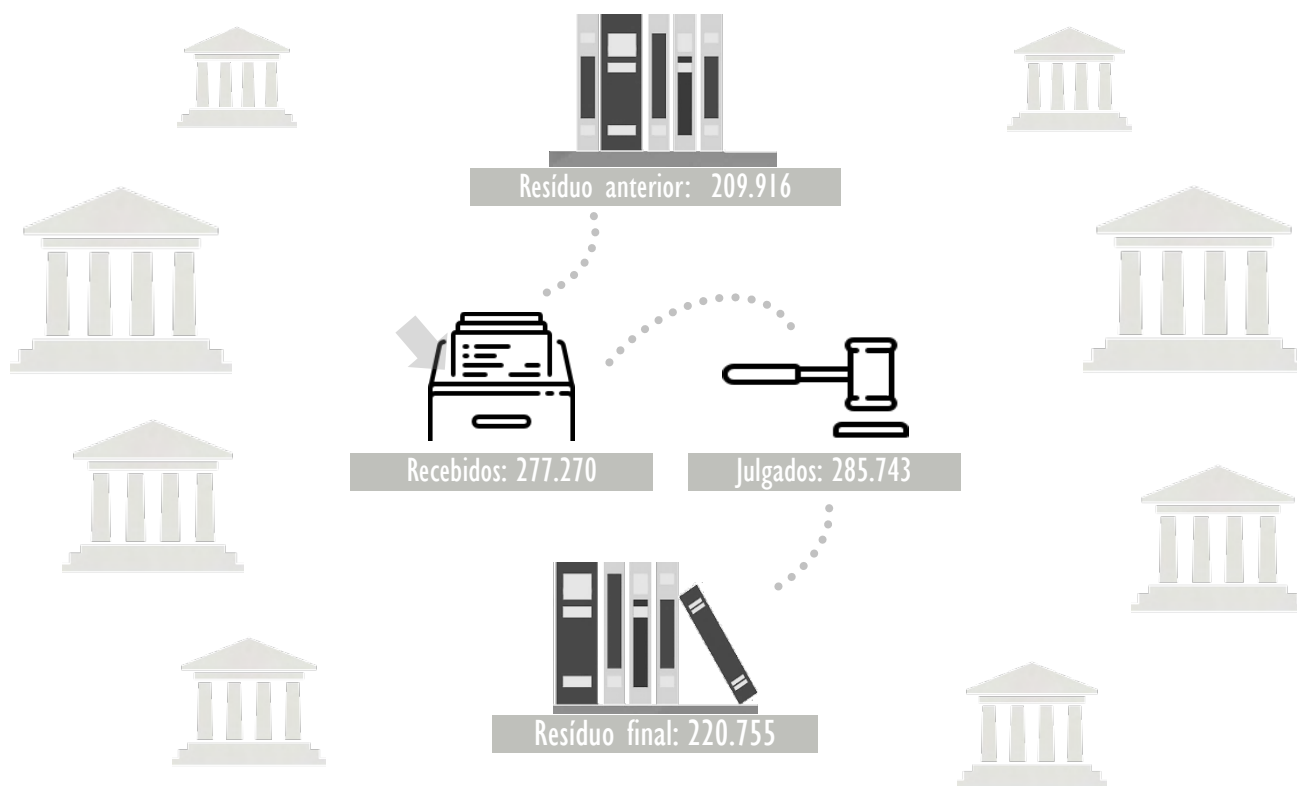
TST

2.4. Total a Julgar

Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2017.

Total a Julgar					Julgados	Processos Pendentes de Julgamento (Resíduo)
Resíduo de 2016	Recebidos			Total		
	Casos Novos	Recursos Internos e RR, RO e ARR (Provimento AI)	Subtotal			
209.916	206.869	70.401	277.270	487.186	285.743	220.755

Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2017.



TST

2.5. Sessões

Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2017.

Órgão	Ordinárias	Extraordinárias	Total	Média de Processos Julgados por Sessão
TP e OE	18	-	18	235
SDC	10	-	10	39
SDI	SESDI1	-	36	168
	SESDI2	-	36	74
1ª Turma	36	1	37	344
2ª Turma	33	5	38	704
3ª Turma	33	3	36	652
4ª Turma	34	1	35	571
5ª Turma	36	2	38	478
6ª Turma	35	2	37	557
7ª Turma	38	1	39	393
8ª Turma	35	9	44	500
Total	380	24	404	427

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2017.

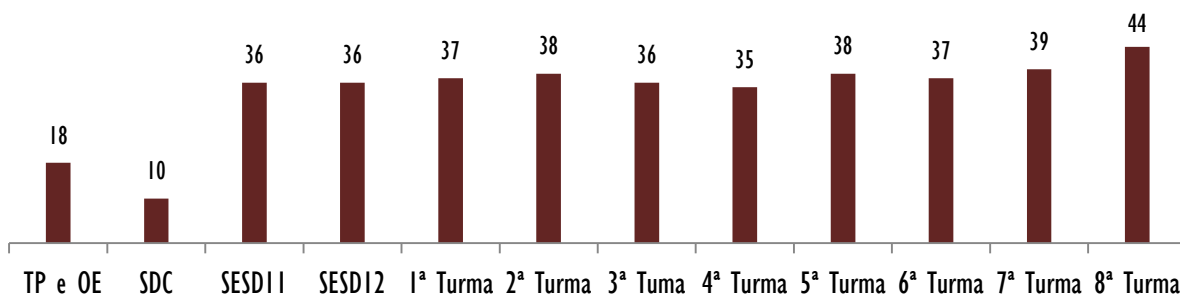
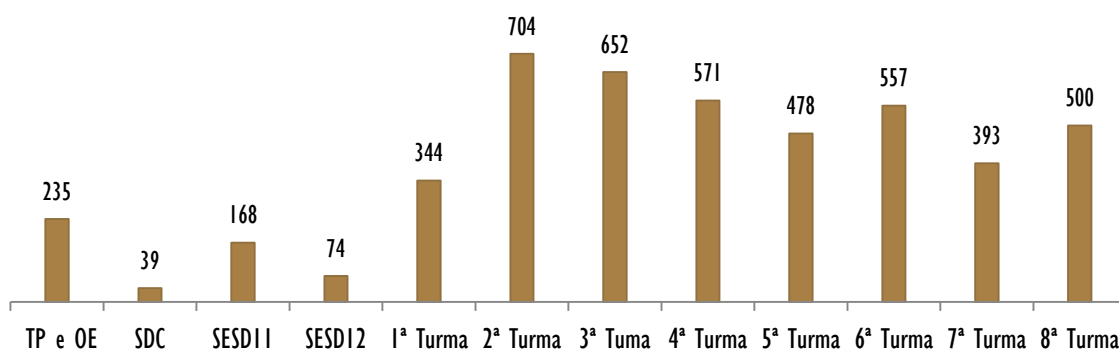


Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2017.



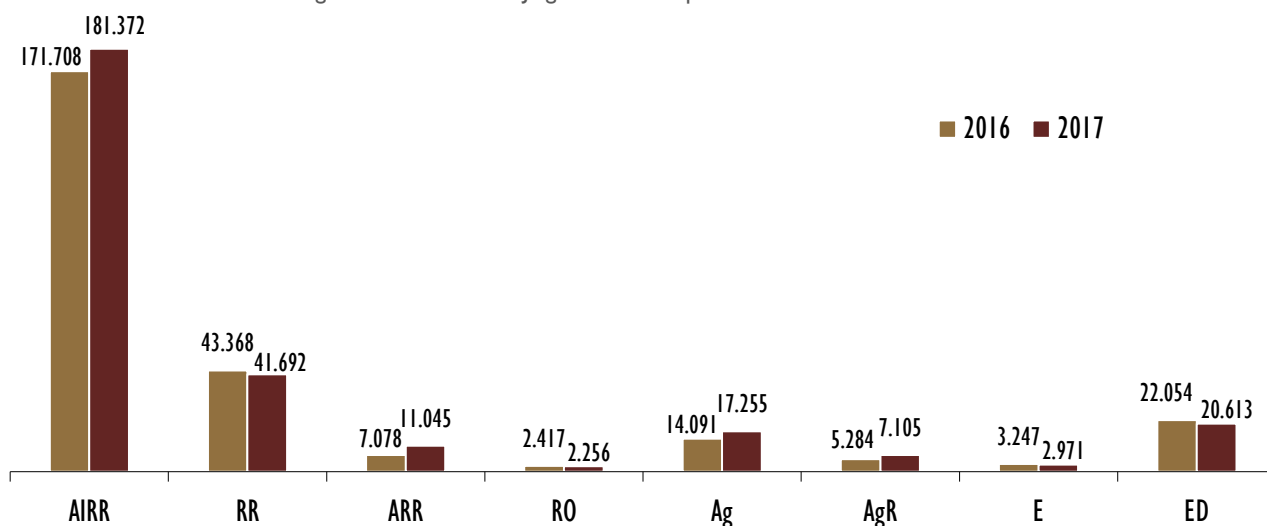
2.6. Processos Julgados

Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2016-2017.

Classe	2016		2017		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	288	0,1%	201	0,1%	-30,2%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	171.708	63,6%	181.372	63,5%	5,6%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	63	0,0%	891	0,3%	1.314,3%	
Cautelar Inominada	109	0,0%	29	0,0%	-73,4%	
Conflito de Competência	65	0,0%	29	0,0%	-55,4%	
Dissídio Coletivo	1	0,0%	4	0,0%	300,0%	
Dissídio Coletivo de Greve	-	-	1	0,0%	..	
Efeito Suspensivo	4	0,0%	4	0,0%	0,0%	
Mandado de Segurança	90	0,0%	38	0,0%	-57,8%	
Petição	26	0,0%	12	0,0%	-53,8%	
Recurso Administrativo	9	0,0%	4	0,0%	-55,6%	
Recurso de Revista	43.368	16,1%	41.692	14,6%	-3,9%	
Recurso de Revista com Agravo	7.078	2,6%	11.045	3,9%	56,0%	
Recurso Ordinário	2.417	0,9%	2.256	0,8%	-6,7%	
Reexame Necessário	4	0,0%	4	0,0%	0,0%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	64	0,0%	37	0,0%	-42,2%	
Outros	160	0,1%	180	0,1%	12,5%	
<i>Subtotal</i>	225.454	83,5%	237.799	83,2%	5,5%	
Recursos Internos	Agravo	14.091	5,2%	17.255	6,0%	22,5%
	Agravo Regimental	5.284	2,0%	7.105	2,5%	34,5%
	Embargos	3.247	1,2%	2.971	1,0%	-8,5%
	Embargos de Declaração	22.054	8,2%	20.613	7,2%	-6,5%
	<i>Subtotal</i>	44.676	16,5%	47.944	16,8%	7,3%
Total	270.130	100,0%	285.743	100,0%	5,8%	

Nota: Sinais convencionados utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento
 .. Não se aplica dado numérico

Figura 2.10. Processos Julgados no TST por Classe. 2016-2017.



Tipo	Classe	GP	TP e OE	SDC	SESDI 1	SESDI 2
Em Sessão	Ação Rescisória	-	2	-	-	65
	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	-	-	-	-	-
	Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	-	5	1	-	672
	Cautelar Inominada	-	1	-	-	-
	Dissídios Coletivos	-	-	3	-	-
	Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-
	Mandado de Segurança	-	4	-	-	-
	Recurso de Revista	-	-	-	10	1
	Recurso de Revista com Agravo	-	-	-	-	-
	Recurso Ordinário	-	88	263	-	1.549
	Ag - Agravo	-	3.475	1	614	13
	AgR - Agravo Regimental	-	54	6	2.354	61
	Embargos de Declaração	-	572	87	812	265
	Embargos	-	2	-	2.266	-
Outros	-	25	31	4	34	
	<i>Subtotal</i>	-	<i>4.228</i>	<i>392</i>	<i>6.060</i>	<i>2.660</i>
Por Despacho	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	22.544	-	-	-	-
	Recurso de Revista	-	-	-	1	-
	Outros	46	230	61	840	664
	<i>Subtotal</i>	<i>22.590</i>	<i>230</i>	<i>61</i>	<i>841</i>	<i>664</i>
Total		22.590	4.458	453	6.901	3.324

Nota: Sinal convencional utilizado
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2017.

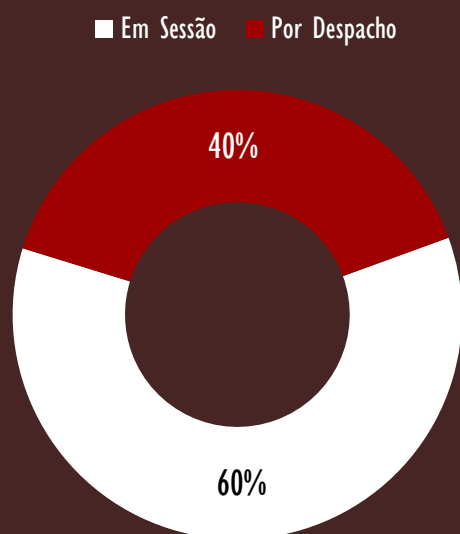
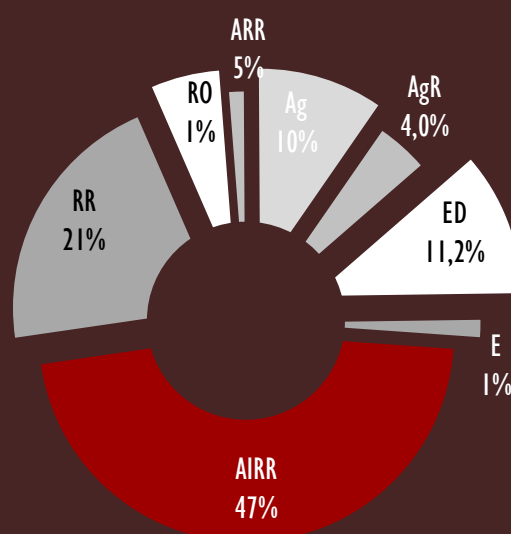


Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2017.



1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	7ª Turma	8ª Turma	Total
-	-	-	-	-	-	-	-	67
2.877	14.232	11.605	11.676	9.104	10.953	7.382	12.042	79.871
1	-	-	1	1	-	-	-	681
-	1	-	2	1	1	-	-	6
-	-	-	-	-	-	-	-	3
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	4
3.131	5.971	5.038	4.185	4.990	4.541	3.744	4.006	35.617
420	1.162	1.742	1.108	766	1.612	545	1.782	9.137
-	3	6	11	1	4	1	6	1.932
3.431	2.135	1.716	695	877	822	1.460	1.441	16.680
1.557	296	648	276	397	404	414	344	6.811
1.318	2.944	2.719	2.021	2.009	2.265	1.770	2.393	19.175
-	-	-	-	-	-	-	-	2.268
-	5	2	1	1	2	-	1	106
12.735	26.749	23.476	19.976	18.147	20.604	15.316	22.015	172.358
23.477	11.498	5.512	4.298	8.205	7.518	12.097	6.352	101.501
1.754	1.396	414	341	406	630	899	234	6.075
892	854	436	279	374	405	518	210	5.809
26.123	13.748	6.362	4.918	8.985	8.553	13.514	6.796	113.385
38.858	40.497	29.838	24.894	27.132	29.157	28.830	28.811	285.743

Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2017.

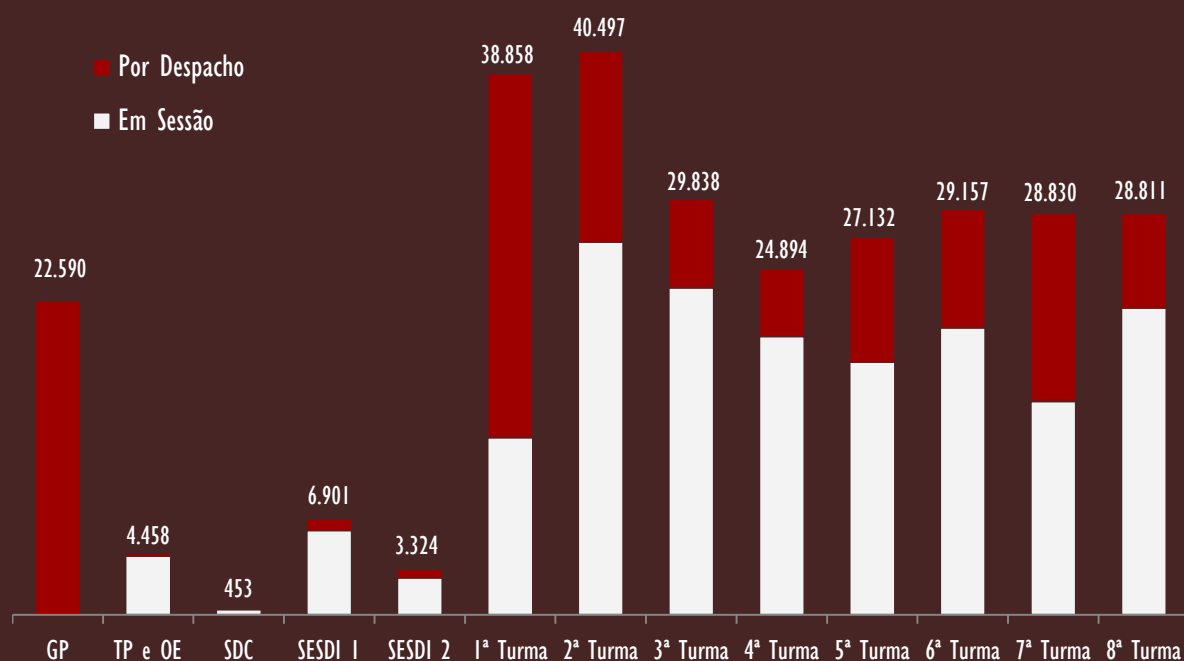
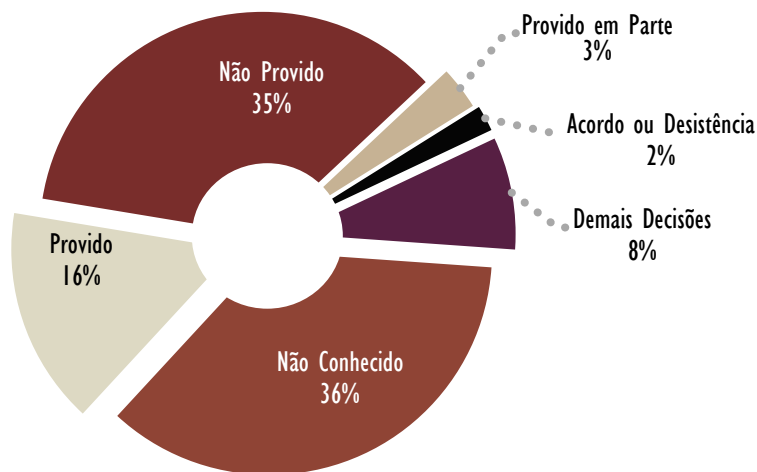


Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2017.

Classe	Não Conhecido	Provido	Não Provido	Provido em Parte	Procedente	Improcedente	Acordo ou Desistência	Extinto	Prejudicado	Outras	Total
Ação Rescisória	-	1	-	-	5	39	2	13	-	141	201
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	9	8	662	1	-	1	27	2	-	181	891
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	84.724	12.995	62.925	119	-	-	2.796	4	29	18.048	181.640
Cautelar Inominada	-	-	-	-	1	-	-	7	-	21	29
Conflito de Competência	4	-	-	-	-	-	-	-	-	25	29
Dissídios Coletivos	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	4
Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Efeito Suspensivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Mandado de Segurança	-	-	-	-	-	3	1	1	-	33	38
Processo Administrativo	-	-	6	-	-	-	-	-	-	2	8
Protesto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recurso Administrativo	-	2	1	-	-	-	-	-	-	1	4
Recurso de Revista	10.485	21.506	354	6.841	-	1	1.192	26	75	1.795	42.275
Recurso de Revista com Agravo	2.227	5.527	2.455	1.618	-	-	458	10	59	828	13.182
Recurso Ordinário	209	289	1.001	124	-	140	70	156	4	263	2.256
Reexame Necessário	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1	4
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	-	11	10	4	-	2	1	7	-	2	37
Outros	2	1	-	1	2	5	1	18	-	155	185
Subtotal	97.660	40.341	67.414	8.710	8	192	4.549	244	167	21.503	240.788
Agravo	2.385	888	13.177	17	-	-	359	3	1	438	17.268
Agravo Regimental	1.041	266	5.480	5	-	1	100	6	4	218	7.121
Embargos	1.582	738	241	27	-	-	222	-	3	178	2.991
Embargos de Declaração	642	3.227	15.939	195	-	-	140	2	3	547	20.695
Subtotal	5.650	5.119	34.837	244	-	1	821	11	11	1.381	48.075
Total	103.310	45.460	102.251	8.954	8	193	5.370	255	178	22.884	288.863

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2017.



Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

2.7. Resíduo

Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2016-2017.

Resíduo		2016		2017		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Processos Distribuídos	Com o Relator	167.952	80,0%	150.252	68,1%	-10,5%
	Com o Revisor	9	0,0%	9	0,0%	0,0%
	Nas Secretarias dos Órgãos de Judicantes	20.253	9,6%	33.526	15,2%	65,5%
	Em Vista Regimental	347	0,2%	233	0,1%	-32,9%
	Em Diligência	109	0,1%	58	0,0%	-46,8%
	Na PGT	958	0,5%	1.700	0,8%	77,5%
	Outros Distribuídos	1.836	0,9%	2.148	1,0%	17,0%
	<i>Subtotal</i>	191.464	91,2%	187.926	85,1%	-1,8%
Processos Não Distribuídos	Na CCP	1.332	0,6%	2.731	1,2%	105,0%
	Na CPE	2.901	1,4%	5.617	2,5%	93,6%
	Na CCADP	7.801	3,7%	18.008	8,2%	130,8%
	Na Presidência	3.945	1,9%	2.898	1,3%	-26,5%
	Na SEGJUD	130	0,1%	1.322	0,6%	916,9%
	Outros Não Distribuídos	2.343	1,1%	2.253	1,0%	-3,8%
	<i>Subtotal</i>	18.452	8,8%	32.829	14,9%	77,9%
Total	209.916	100,0%	220.755	100,0%	5,2%	

Figura 2.15. Resíduo no TST. 2017.

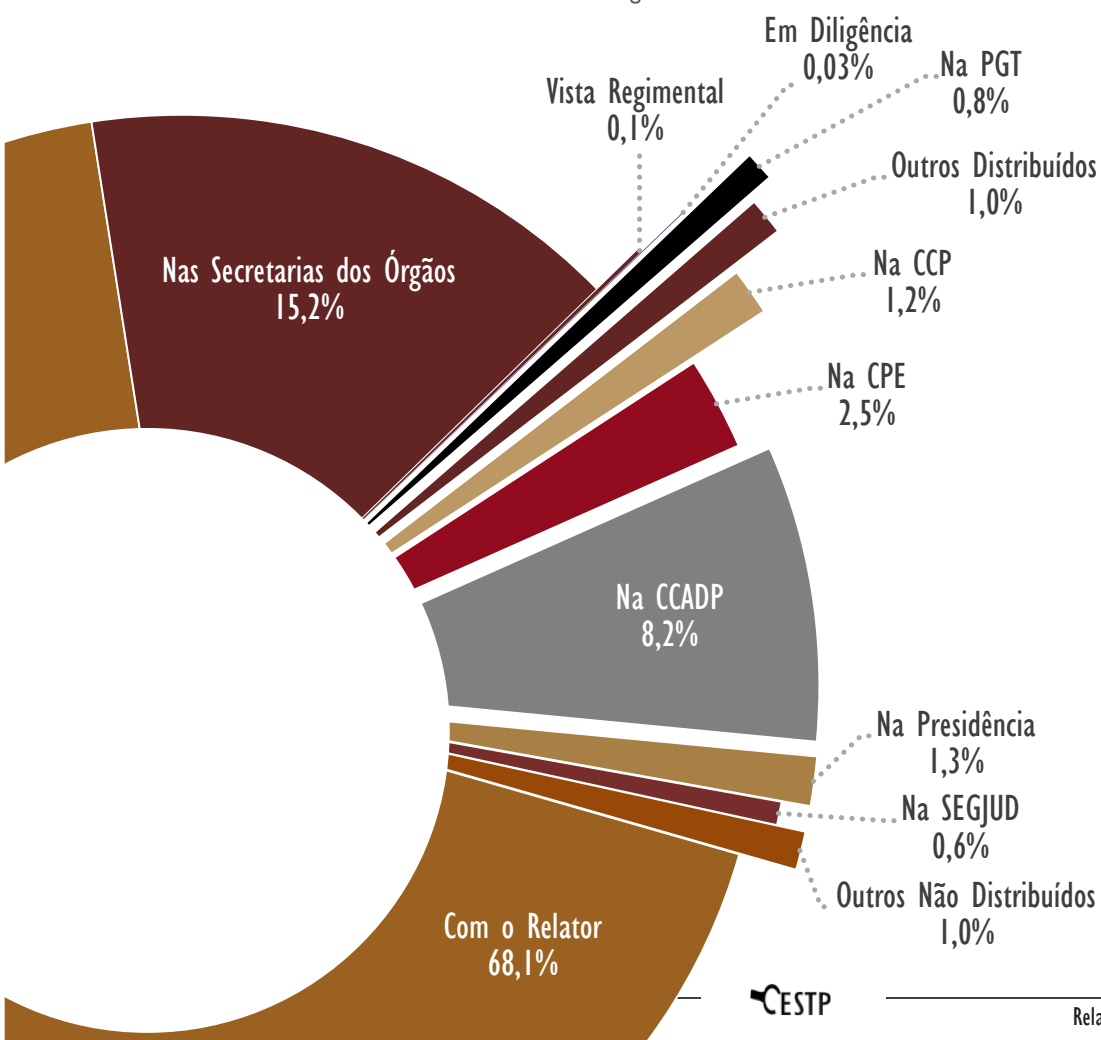
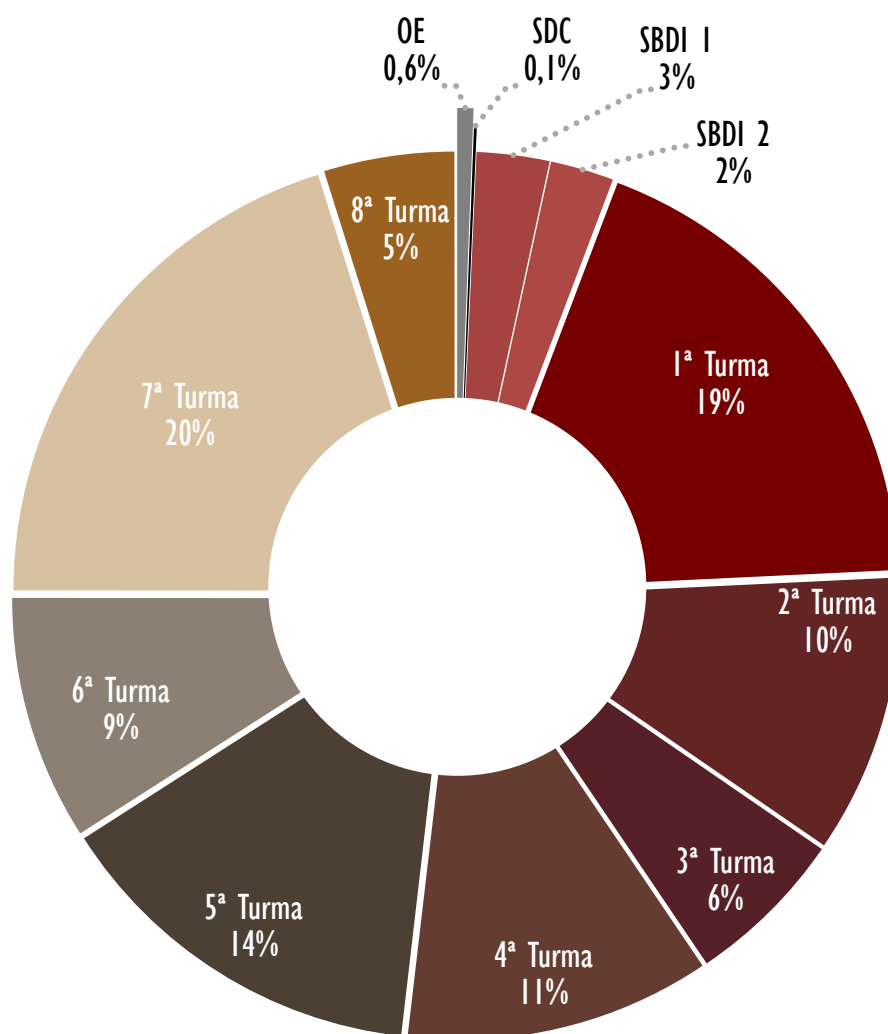


Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2017.

Classe	TP	OE	SDC	SDI		Turmas								Total	%
				SBDI 1	SBDI 2	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
AIRR	-	-	-	-	-	17.434	8.497	4.961	13.057	13.197	9.368	23.844	5.160	95.518	51%
RR	-	-	-	1	-	10.889	5.266	2.120	5.074	6.836	3.829	8.510	1.353	43.878	23%
ARR	-	-	-	-	-	4.940	3.543	1.788	2.447	3.398	2.081	3.955	1.275	23.427	12%
Outros	7	1.128	197	5.070	4.442	1.430	2.131	2.311	699	3.046	1.776	1.537	1.329	25.103	13%
Total	7	1.128	197	5.071	4.442	34.693	19.437	11.180	21.277	26.477	17.054	37.846	9.117	187.926	100%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

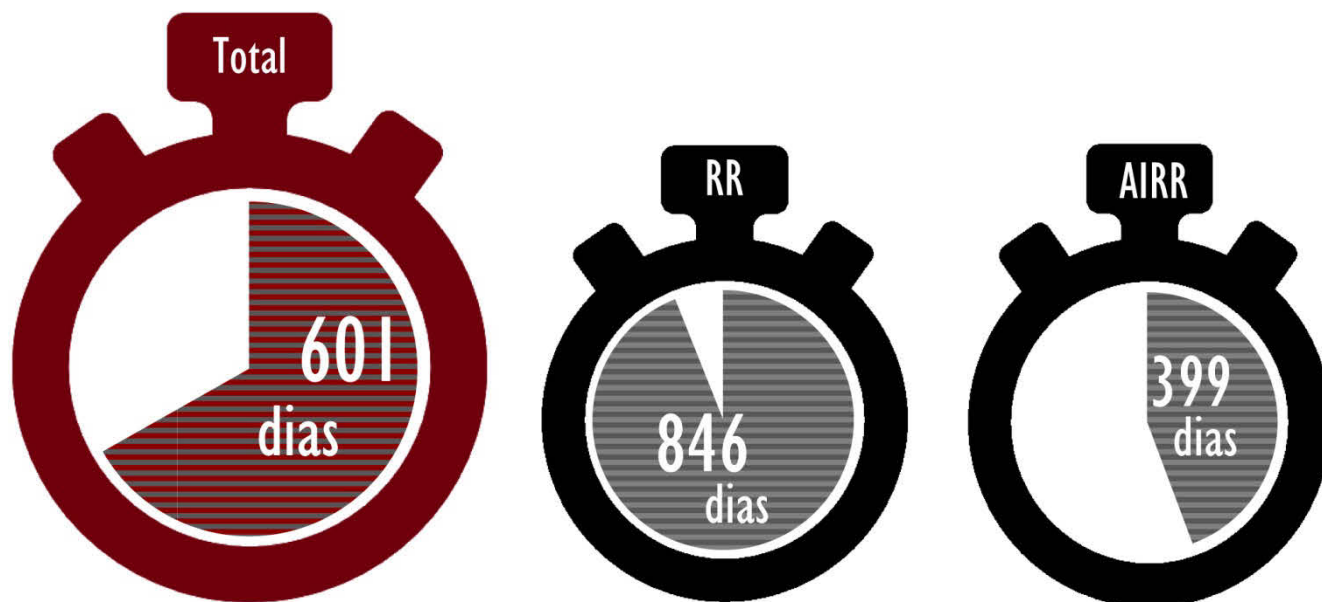
Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2017.



TST

2.8. Prazos

Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2017.



2.9. Valores Arrecadados

Figura 2.18. Arrecadação no TST. 2017.



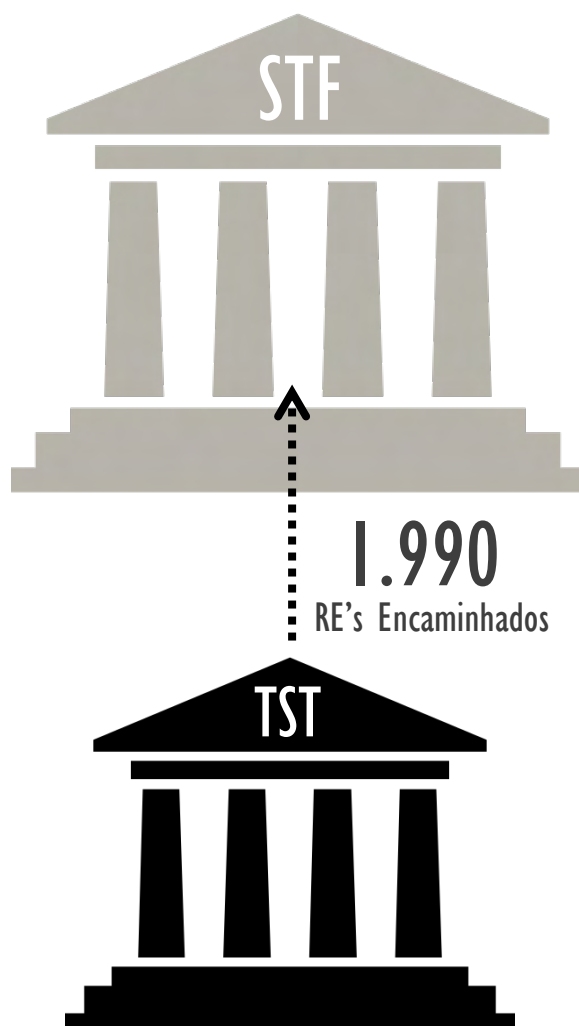
2.10. Recursos de Competência do STF

Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2016-2017.

Recursos Extraordinários		2016		2017		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Recebidos		16.628	..	66.464	..	299,7%
Despachados	Admitidos	40	0,1%	30	0,1%	-25,0%
	Denegados	11.308	35,8%	22.005	45,4%	94,6%
	Sobrestados	19.242	60,9%	8.979	18,5%	-53,3%
	Despachos por Repercussão Geral	993	3,1%	17.429	36,0%	1.655,2%
	Total	31.583	100,0%	48.443	100,0%	53,4%
Encaminhados ao STF		951	..	1.990	..	109,3%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2017.



2.11. Movimentação Processual por Classe

2.11.1. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista

Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2017.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial
SDC
SESDI I
SESDI 2
1ª Turma	17.927	2.877	23.477	26.354	14.358	2.869	168	39	17.434
2ª Turma	19.081	14.232	11.498	25.730	5.553	2.706	151	87	8.497
3ª Turma	17.976	11.605	5.512	17.117	2.782	1.924	178	77	4.961
4ª Turma	17.378	11.676	4.298	15.974	9.887	2.937	174	59	13.057
5ª Turma	19.072	9.104	8.205	17.309	11.199	1.675	242	81	13.197
6ª Turma	18.001	10.953	7.518	18.471	6.601	2.346	164	257	9.368
7ª Turma	18.042	7.382	12.097	19.479	21.945	1.635	160	104	23.844
8ª Turma	17.046	12.042	6.352	18.394	2.607	2.322	167	64	5.160
<i>Subtotal</i>	144.523	79.871	78.957	158.828	74.932	18.414	1.404	768	95.518
Presidência	22.544	22.544
Total	144.523	79.871	101.501	181.372	74.932	18.414	1.404	768	95.518

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 .. Não se aplica a dado numérico.
 ... Dado numérico não disponível.

Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2017.

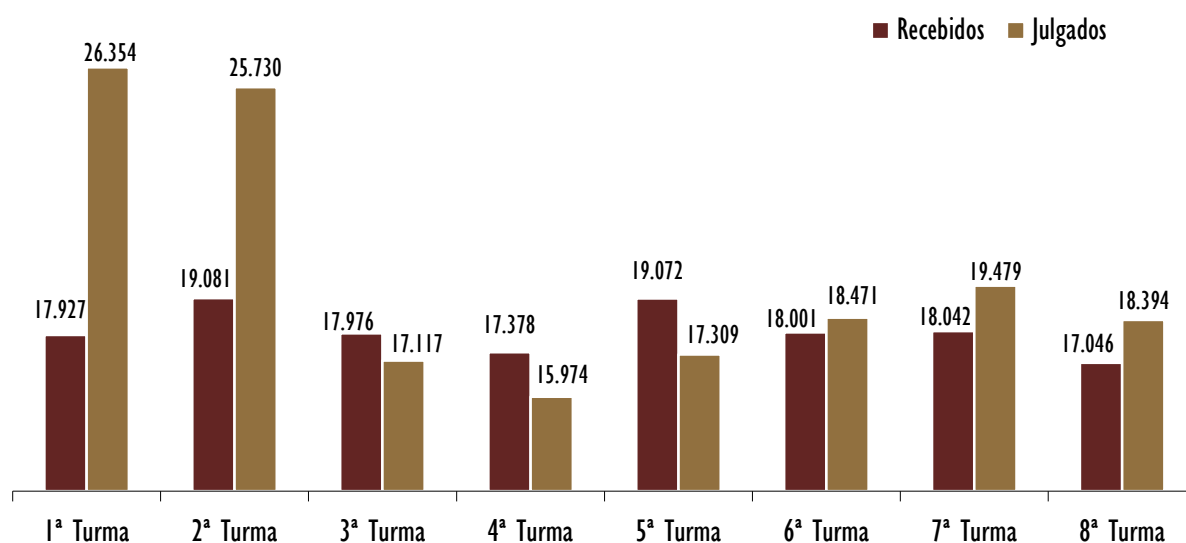


Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2017.

TRT de Origem	Não Conhecido		Provido		Não Provido		Outras		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1ª	8.521	49,4%	1.536	8,9%	5.601	32,4%	1.604	9,3%	17.262	9,5%
2ª	16.193	47,1%	2.596	7,6%	11.894	34,6%	3.689	10,7%	34.372	18,9%
3ª	8.180	48,6%	601	3,6%	5.500	32,7%	2.535	15,1%	16.816	9,3%
4ª	5.075	42,6%	1.246	10,5%	4.216	35,4%	1.374	11,5%	11.911	6,6%
5ª	3.271	47,8%	494	7,2%	2.338	34,2%	738	10,8%	6.841	3,8%
6ª	3.400	49,3%	320	4,6%	2.483	36,0%	697	10,1%	6.900	3,8%
7ª	728	48,5%	111	7,4%	519	34,6%	143	9,5%	1.501	0,8%
8ª	1.978	49,0%	271	6,7%	1.419	35,2%	366	9,1%	4.034	2,2%
9ª	5.116	45,5%	817	7,3%	3.949	35,2%	1.351	12,0%	11.233	6,2%
10ª	2.288	39,3%	744	12,8%	2.102	36,1%	691	11,9%	5.825	3,2%
11ª	1.629	46,0%	256	7,2%	1.286	36,3%	374	10,6%	3.545	2,0%
12ª	2.766	44,7%	364	5,9%	2.312	37,3%	749	12,1%	6.191	3,4%
13ª	1.290	45,4%	222	7,8%	1.019	35,9%	310	10,9%	2.841	1,6%
14ª	1.487	40,7%	491	13,4%	947	25,9%	729	20,0%	3.654	2,0%
15ª	10.826	45,6%	1.408	5,9%	8.769	36,9%	2.744	11,6%	23.747	13,1%
16ª	181	46,2%	24	6,1%	158	40,3%	29	7,4%	392	0,2%
17ª	1.474	42,4%	226	6,5%	1.313	37,8%	460	13,2%	3.473	1,9%
18ª	3.440	52,1%	239	3,6%	2.019	30,6%	910	13,8%	6.608	3,6%
19ª	774	52,0%	74	5,0%	486	32,7%	154	10,3%	1.488	0,8%
20ª	712	46,8%	76	5,0%	541	35,6%	192	12,6%	1.521	0,8%
21ª	1.295	43,4%	248	8,3%	1.135	38,1%	303	10,2%	2.981	1,6%
22ª	1.704	53,4%	161	5,0%	1.066	33,4%	259	8,1%	3.190	1,8%
23ª	1.127	47,7%	115	4,9%	872	36,9%	249	10,5%	2.363	1,3%
24ª	1.269	43,0%	355	12,0%	981	33,3%	344	11,7%	2.949	1,6%
Total	84.724	46,6%	12.995	7,2%	62.925	34,6%	20.994	11,6%	181.638	100,0%

Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2017.

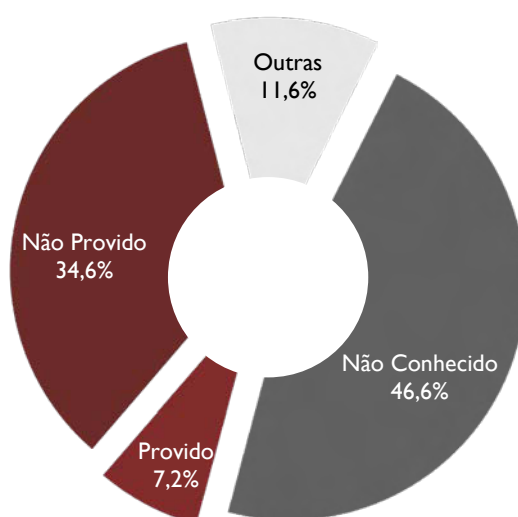
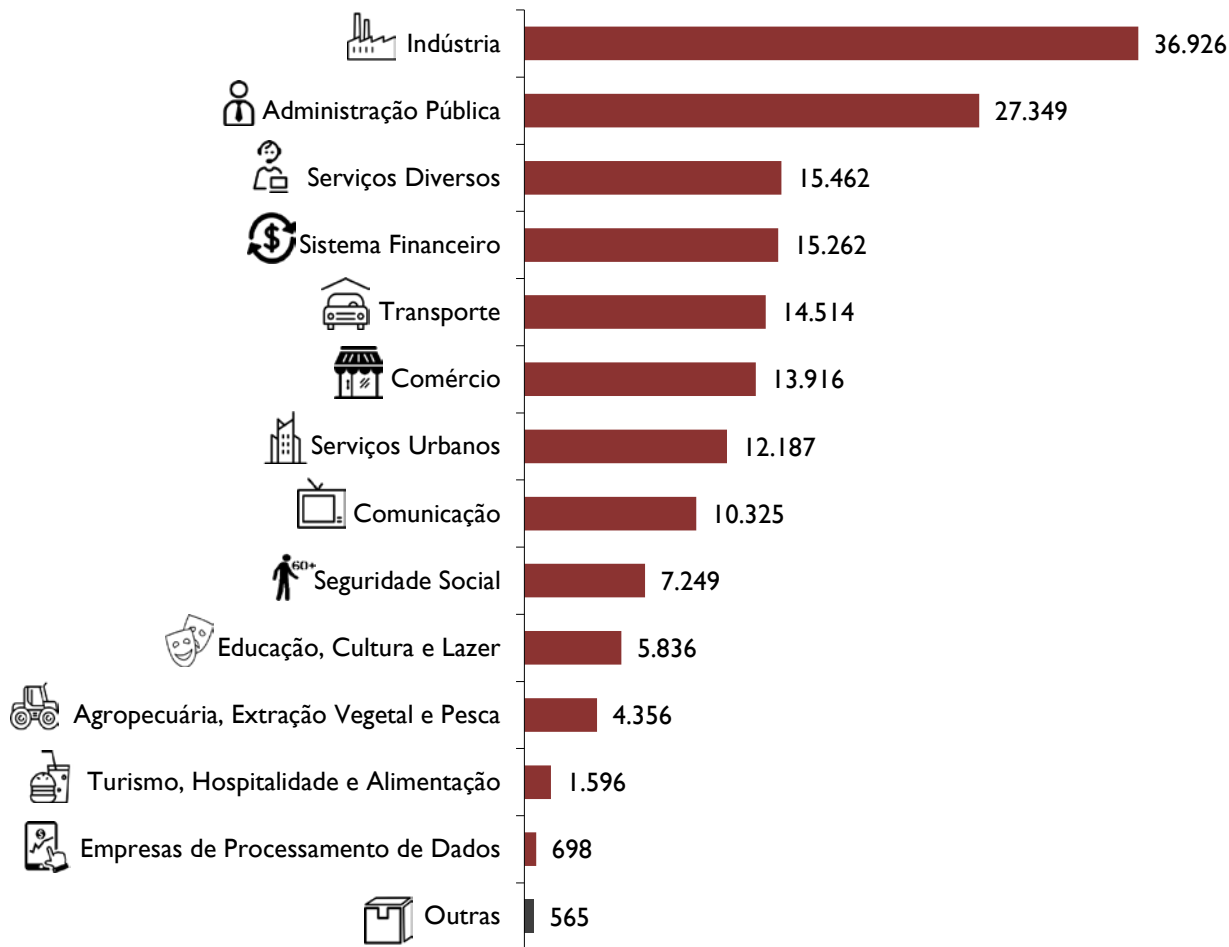


Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2017.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	27.349	16,5%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	4.356	2,6%
Comércio	13.916	8,4%
Comunicação	10.325	6,2%
Educação, Cultura e Lazer	5.836	3,5%
Empresas de Processamento de Dados	698	0,4%
Indústria	36.926	22,2%
Seguridade Social	7.249	4,4%
Serviços Diversos	15.462	9,3%
Serviços Urbanos	12.187	7,3%
Sistema Financeiro	15.262	9,2%
Transporte	14.514	8,7%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	1.596	1,0%
Outras	565	0,3%
Total	166.258	100,0%

Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2017.



TST

Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.

Anos	Recebidos	Julgados
2008	139.718	135.382
2009	116.151	146.664
2010	110.091	116.199
2011	127.425	112.591
2012	136.721	141.421
2013	175.273	150.138
2014	186.150	182.110
2015	167.953	192.374
2016	153.310	171.708
2017	166.258	181.372

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.



TST

2.11.2. Recurso de Revista

Tabela 2.19. Recursos de Revista. Movimentação Processual no TST. 2017.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial
SDC
SESDI I	-	10	1	11	-	1	-	-	1
SESDI 2	-	1	-	1	-	-	-	-	-
1ª Turma	2.408	3.131	1.754	4.885	10.480	351	13	45	10.889
2ª Turma	4.386	5.971	1.396	7.367	4.093	1.065	6	102	5.266
3ª Turma	3.755	5.038	414	5.452	1.314	741	7	58	2.120
4ª Turma	3.222	4.185	341	4.526	4.470	544	11	49	5.074
5ª Turma	5.102	4.990	406	5.396	5.463	1.264	54	55	6.836
6ª Turma	3.597	4.541	630	5.171	2.868	737	5	219	3.829
7ª Turma	2.839	3.744	899	4.643	8.039	386	4	81	8.510
8ª Turma	3.126	4.006	234	4.240	1.057	250	6	40	1.353
Total	28.435	35.617	6.075	41.692	37.784	5.339	106	649	43.878

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.24. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2017.

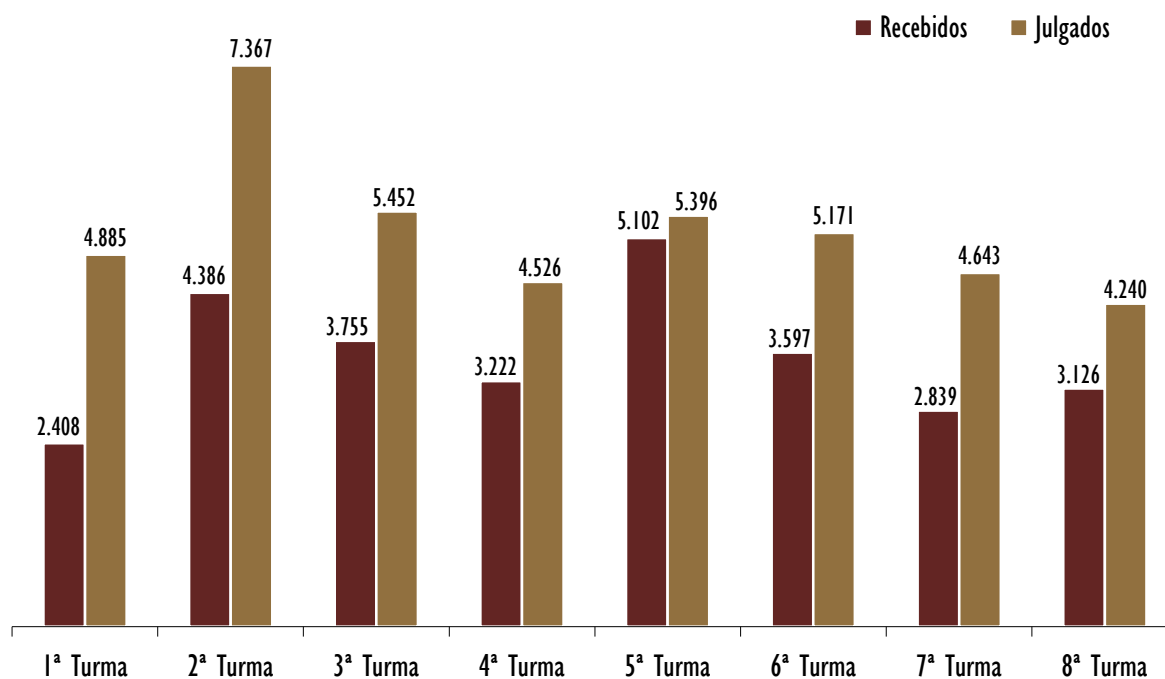
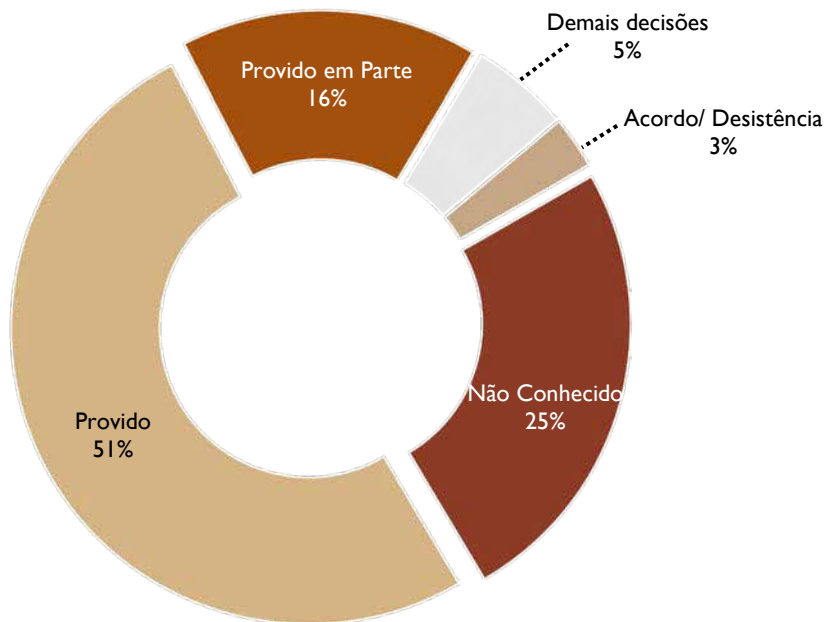


Tabela 2.20. Recursos de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2017.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	10.485	24,8%
Provido	21.506	50,9%
Não Provido	354	0,8%
Provido em Parte	6.841	16,2%
Procedente	-	-
Improcedente	1	0,0%
Acordo / Desistência	1.192	2,8%
Extinto	26	0,1%
Prejudicado	75	0,2%
Outras	1.795	4,2%
Total	42.275	100,0%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.25. Recursos de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2017.

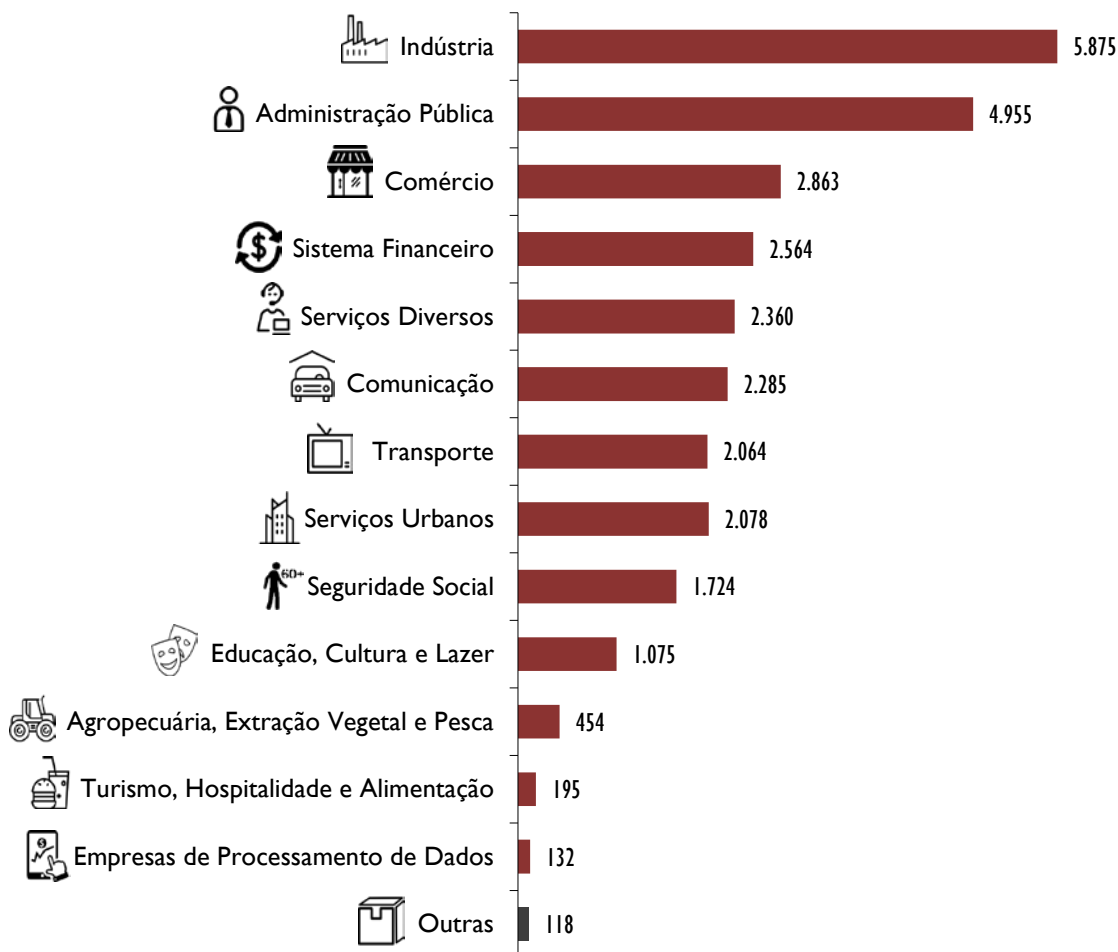


Nota: Desconsiderados valores menores que 1%.

Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2017.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	4.955	17,2%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	454	1,6%
Comércio	2.863	10,0%
Comunicação	2.285	8,0%
Educação, Cultura e Lazer	1.075	3,7%
Empresas de Processamento de Dados	132	0,5%
Indústria	5.875	20,4%
Seguridade Social	1.724	6,0%
Serviços Diversos	2.360	8,2%
Serviços Urbanos	2.078	7,2%
Sistema Financeiro	2.564	8,9%
Transporte	2.064	7,2%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	195	0,7%
Outras	118	0,4%
Total	28.741	100,0%

Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2017.



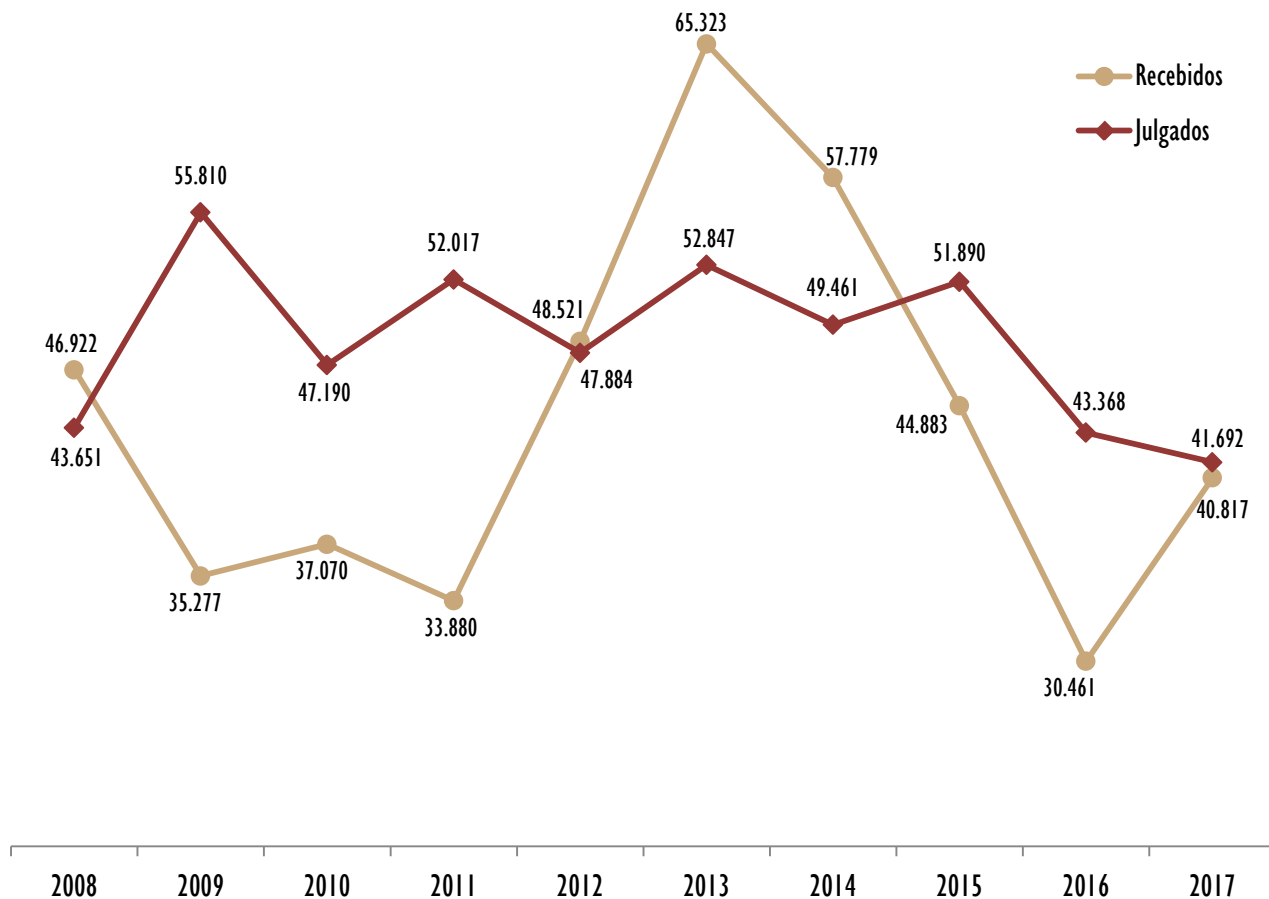
TST

Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.

Anos	Recebidos	Julgados
2008	46.922	43.651
2009	35.277	55.810
2010	37.070	47.190
2011	33.880	52.017
2012	48.521	47.884
2013	65.323	52.847
2014	57.779	49.461
2015	44.883	51.890
2016	30.461	43.368
2017	40.817	41.692

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.



TST

2.11.3. Recurso Ordinário

Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2017.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Pleno e OE	141	88	2	90	63	63	-	2	128
SDC	326	263	30	293	106	65	3	1	175
SESDII
SESDI2	2.227	1.549	227	1.776	3.557	194	29	29	3.809
1ª Turma	13		12	12	1	-	-	-	1
2ª Turma	7	3	12	15	16	-	-	-	16
3ª Turma	7	6	7	13	6	-	-	-	6
4ª Turma	10	11	2	13	5	6	-	-	11
5ª Turma	7	1	16	17	20	2	-	-	22
6ª Turma	11	4	3	7	8	1	1	-	10
7ª Turma	11	1	12	13	11	-	-	4	15
8ª Turma	12	6	1	7	10	2	-	-	12
Total	2.772	1.932	324	2.256	3.803	333	33	36	4.205

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.28. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2017.

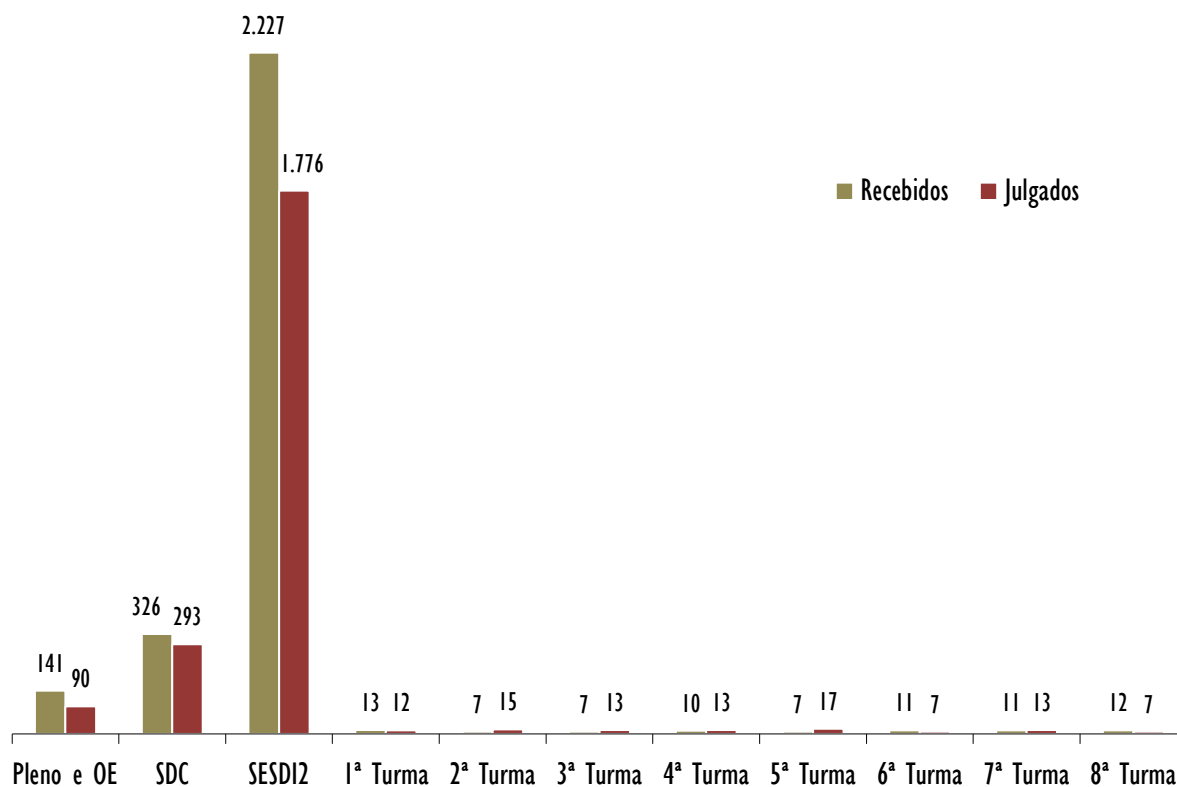
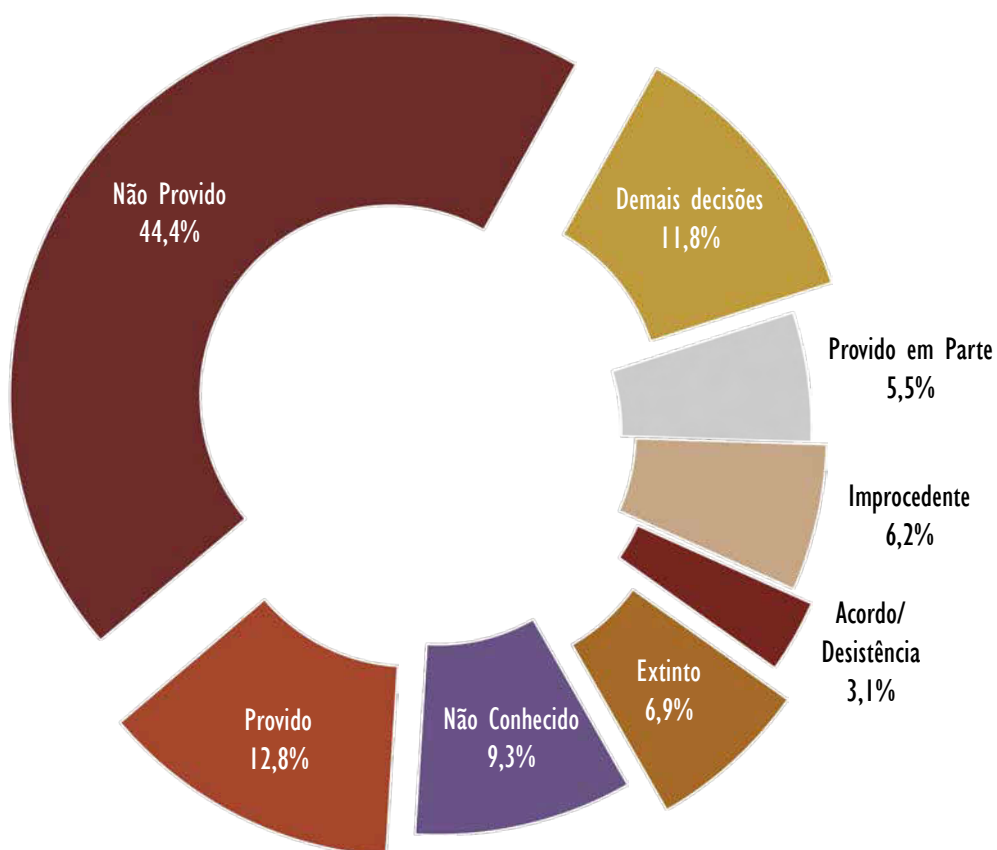


Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2017.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	209	9,3%
Provido	289	12,8%
Não Provido	1.001	44,4%
Provido em Parte	124	5,5%
Procedente	-	-
Improcedente	140	6,2%
Acordo / Desistência	70	3,1%
Extinto	156	6,9%
Prejudicado	4	0,2%
Outras	263	11,7%
Total	2.256	100,0%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2017.



Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2017.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	344	12,8%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	21	0,8%
Comércio	151	5,6%
Comunicação	126	4,7%
Educação, Cultura e Lazer	91	3,4%
Empresas de Processamento de Dados	11	0,4%
Indústria	525	19,6%
Seguridade Social	142	5,3%
Serviços Diversos	196	7,3%
Serviços Urbanos	102	3,8%
Sistema Financeiro	466	17,4%
Transporte	464	17,3%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	28	1,0%
Outras	14	0,5%
Total	2.681	100,0%

Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2017.

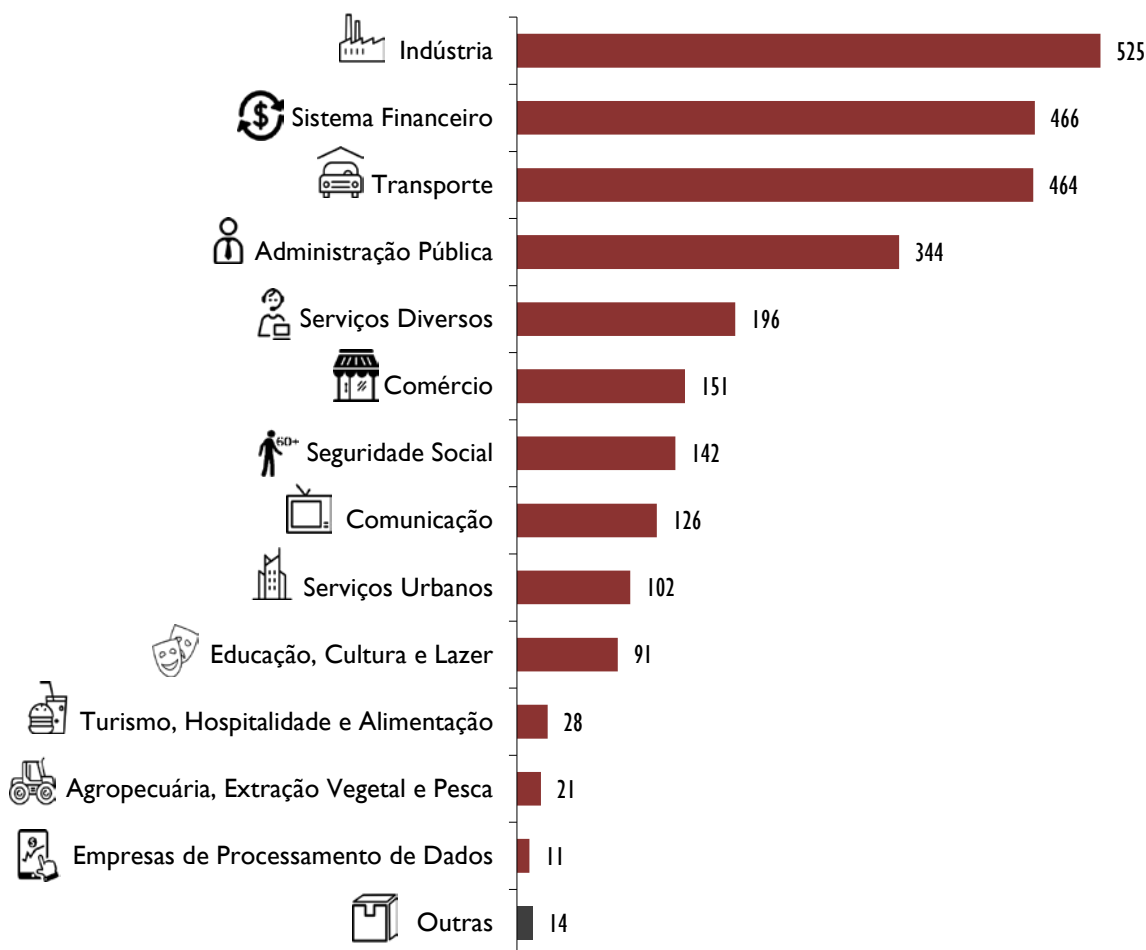
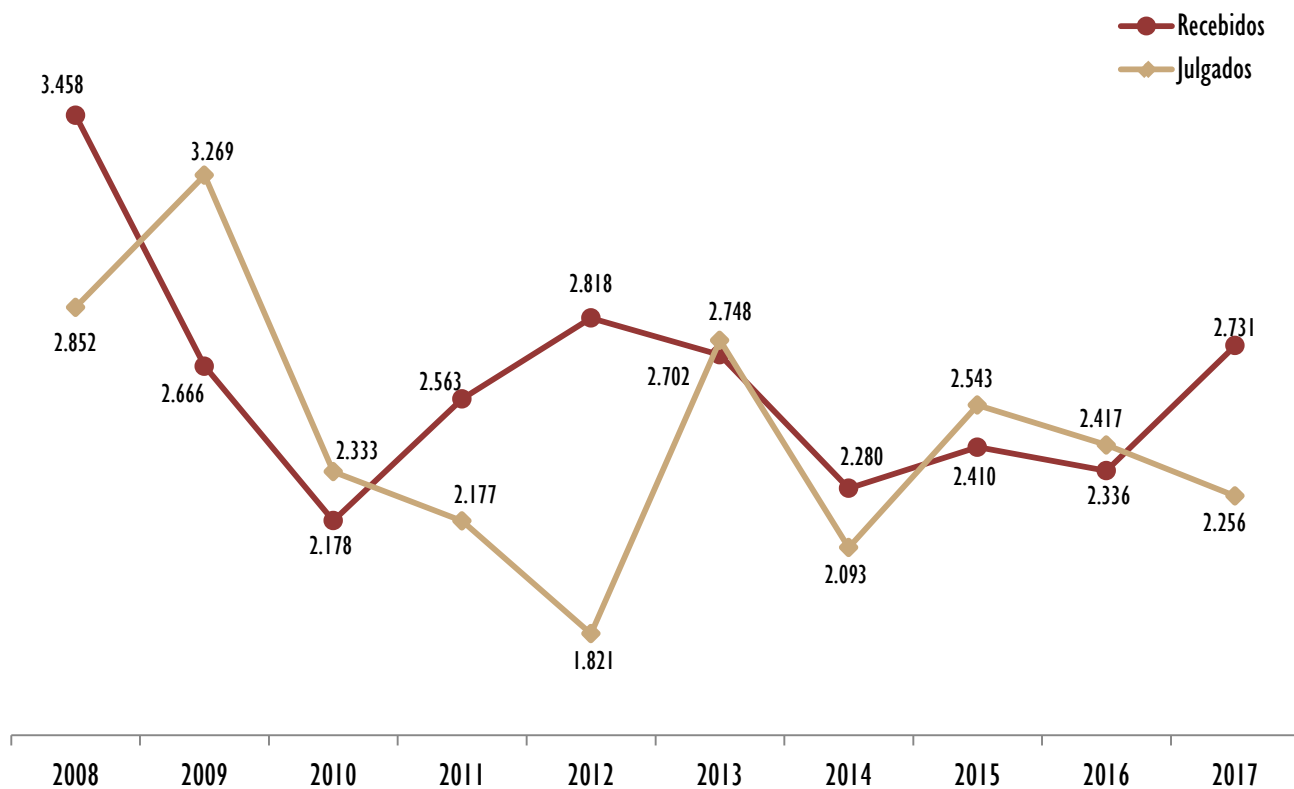


Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.

Anos	Quantidade	
	Recebidos	Julgados
2008	3.458	2.852
2009	2.666	3.269
2010	2.178	2.333
2011	2.563	2.177
2012	2.818	1.821
2013	2.702	2.748
2014	2.280	2.093
2015	2.410	2.543
2016	2.336	2.417
2017	2.731	2.256

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2008-2017.



TST

3

Seção

Tribunais Regionais do Trabalho

3.1. Série Histórica

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos). 1941-2017.

Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2017.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	14.956	14.279
1946-1950	23.822	22.863
1951-1955	30.101	31.046
1956-1960	52.764	46.284
1961-1965	79.021	71.352
1966-1970	97.291	100.580
1971-1975	141.209	134.395
1976-1980	213.609	209.376
1981-1985	374.303	363.656
1986-1990	556.652	536.043
1991-1995	1.502.993	1.300.986
1996-2000	1.926.768	2.007.548
2001-2005	2.283.176	2.288.822
2006-2010	3.181.040	3.155.461
2011-2015	3.995.173	3.862.244
2016-2017	1.994.895	1.795.940
Total	16.467.773	15.940.875

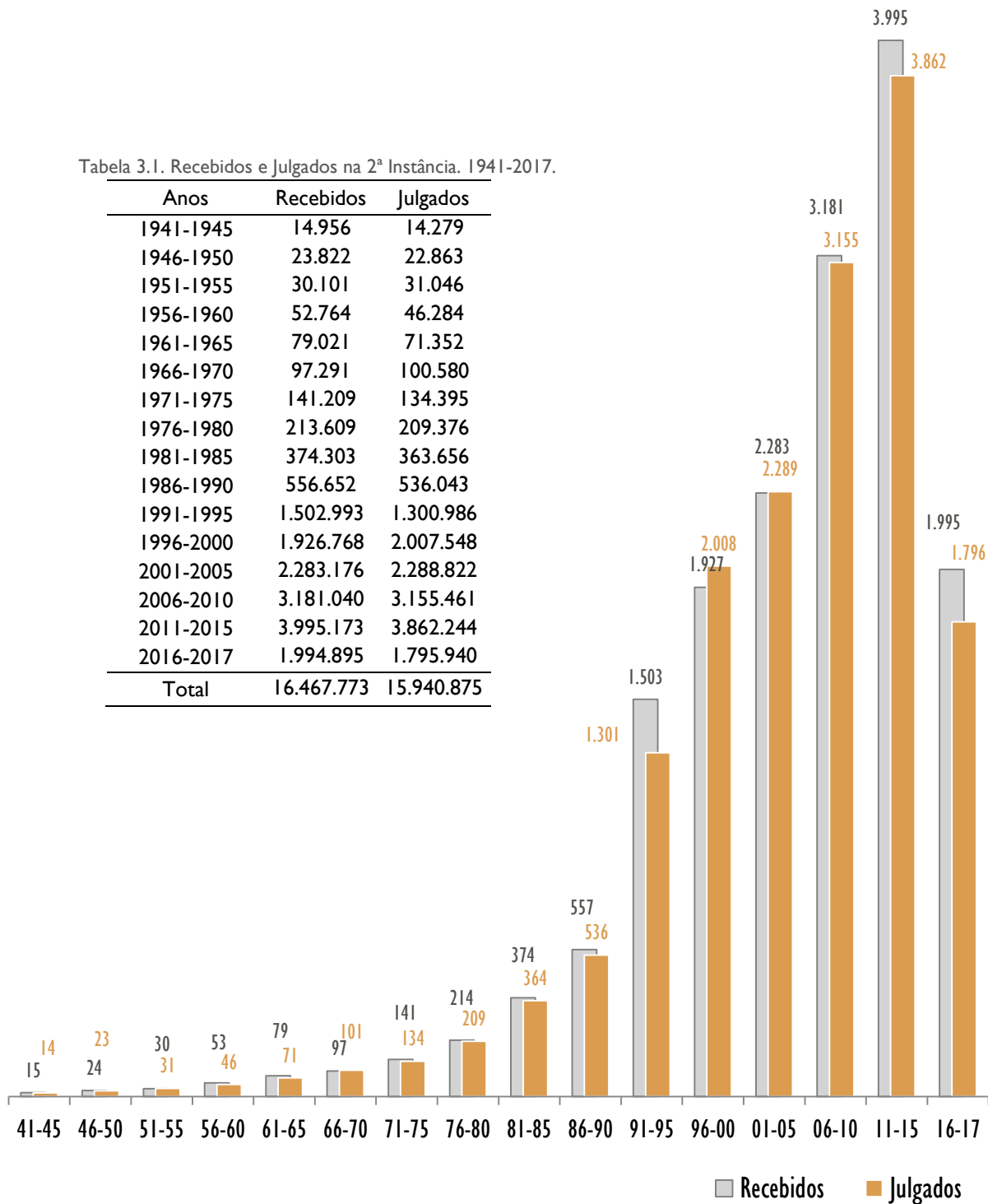
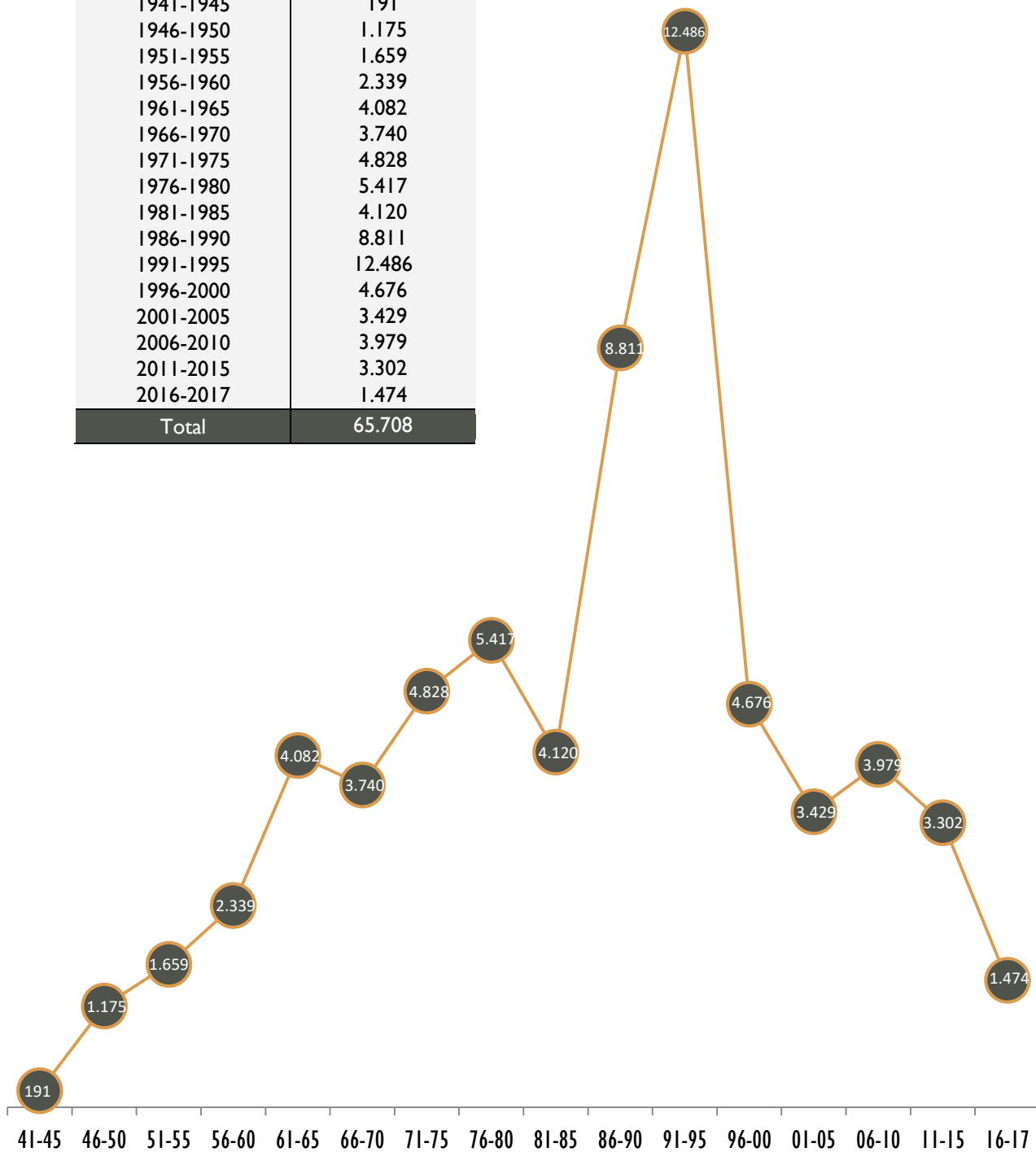


Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2017.

Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2017.

Anos	Julgados
1941-1945	191
1946-1950	1.175
1951-1955	1.659
1956-1960	2.339
1961-1965	4.082
1966-1970	3.740
1971-1975	4.828
1976-1980	5.417
1981-1985	4.120
1986-1990	8.811
1991-1995	12.486
1996-2000	4.676
2001-2005	3.429
2006-2010	3.979
2011-2015	3.302
2016-2017	1.474
Total	65.708



3.2. Movimentação Processual

Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2017.

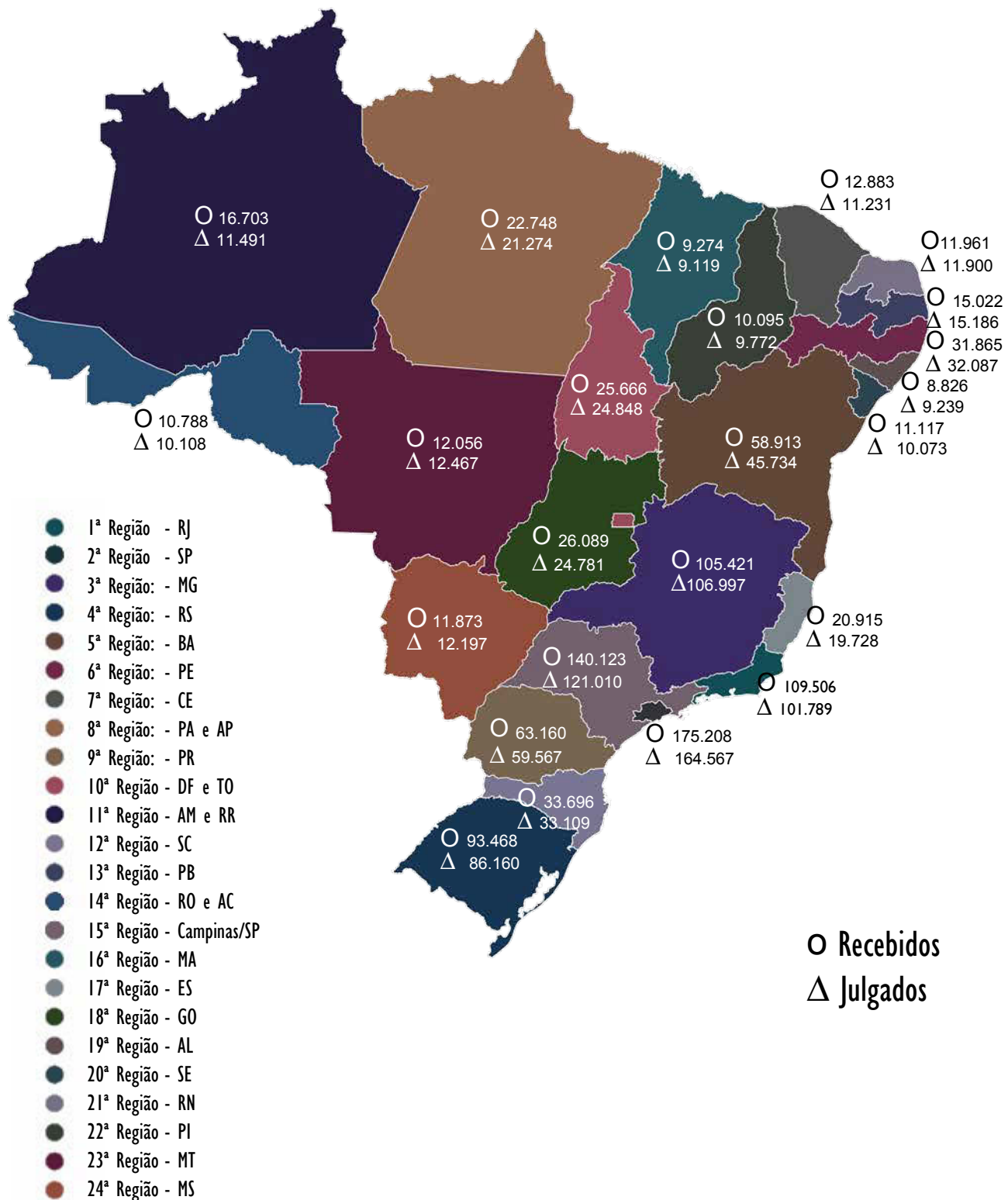


Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2017.

TRT	Resíduo de 2016	Recebidos pelos TRTs		Total a Julgar	Julgados		Resíduo de 2017	
		Quantidade	%		Quantidade	%	Quantidade	%
1ª - RJ	37.052	109.506	10,6%	146.558	101.789	10,6%	40.217	11%
2ª - SP	77.001	175.208	16,9%	252.209	164.567	17,1%	72.219	19%
3ª - MG	19.845	105.421	10,2%	125.266	106.997	11,1%	17.858	5%
4ª - RS	29.465	93.468	9,0%	122.933	86.160	8,9%	35.032	9%
5ª - BA	31.182	58.913	5,7%	90.095	45.734	4,7%	41.958	11%
6ª - PE	5.755	31.865	3,1%	37.620	32.087	3,3%	5.834	2%
7ª - CE	4.731	12.883	1,2%	17.614	11.231	1,2%	5.771	2%
8ª - PA e AP	4.159	22.748	2,2%	26.907	21.274	2,2%	5.358	1%
9ª - PR	25.200	63.160	6,1%	88.360	59.567	6,2%	26.490	7%
10ª - DF e TO	10.784	25.666	2,5%	36.450	24.848	2,6%	10.654	3%
11ª - AM e RR	7.129	16.703	1,6%	23.832	11.491	1,2%	10.764	3%
12ª - SC	7.948	33.696	3,2%	41.644	33.109	3,4%	8.405	2%
13ª - PB	5.487	15.022	1,4%	20.509	15.186	1,6%	3.904	1%
14ª - RO e AC	1.657	10.788	1,0%	12.445	10.108	1,0%	2.092	1%
15ª - Campinas/SP	52.070	140.123	13,5%	192.193	121.010	12,5%	56.134	15%
16ª - MA	5.186	9.274	0,9%	14.460	9.119	0,9%	5.205	1%
17ª - ES	5.693	20.915	2,0%	26.608	19.728	2,0%	5.819	2%
18ª - GO	5.623	26.089	2,5%	31.712	24.781	2,6%	6.775	2%
19ª - AL	2.509	8.826	0,9%	11.335	9.239	1,0%	2.071	1%
20ª - SE	4.827	11.117	1,1%	15.944	10.073	1,0%	5.434	1%
21ª - RN	3.688	11.961	1,2%	15.649	11.900	1,2%	3.412	1%
22ª - PI	2.004	10.095	1,0%	12.099	9.772	1,0%	1.973	1%
23ª - MT	4.446	12.056	1,2%	16.502	12.467	1,3%	3.942	1%
24ª - MS	2.636	11.873	1,1%	14.509	12.197	1,3%	2.697	1%
Total	356.077	1.037.376	100%	1.393.453	964.434	100%	380.018	100%

Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2017.

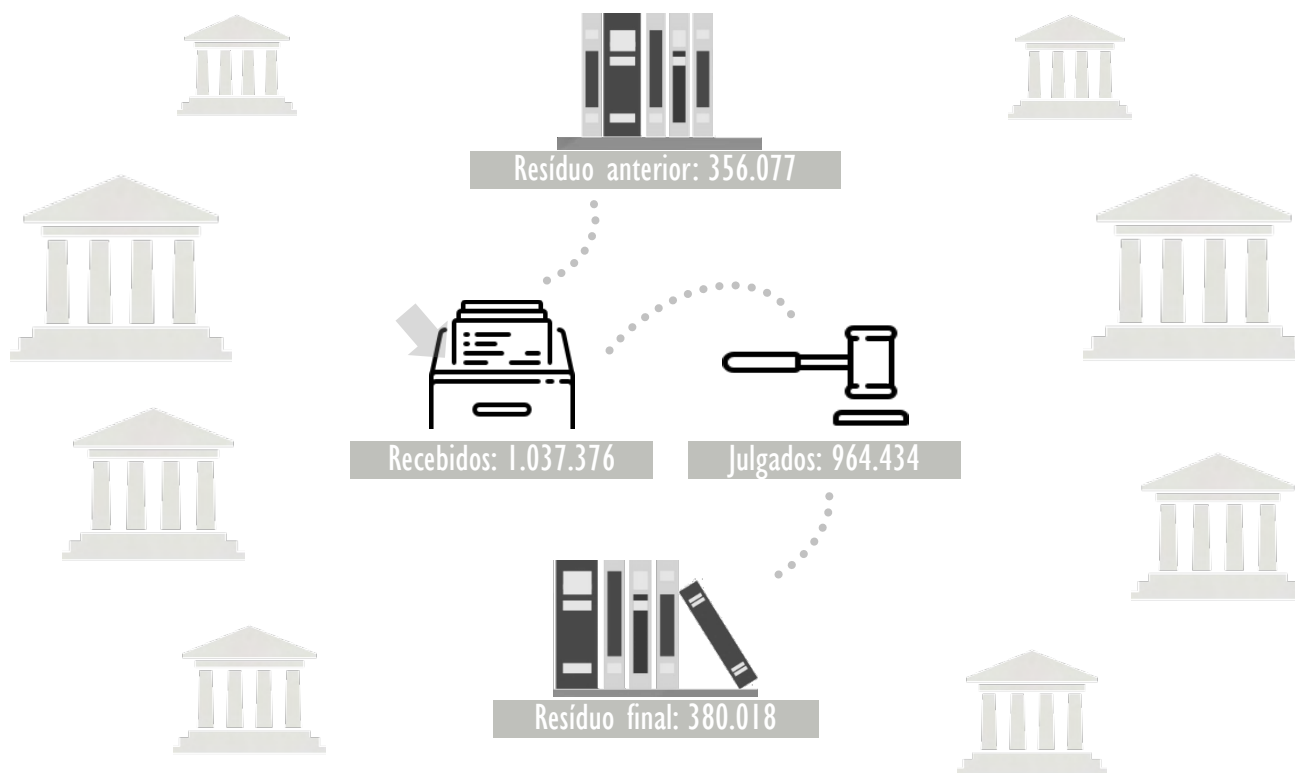


Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2017.

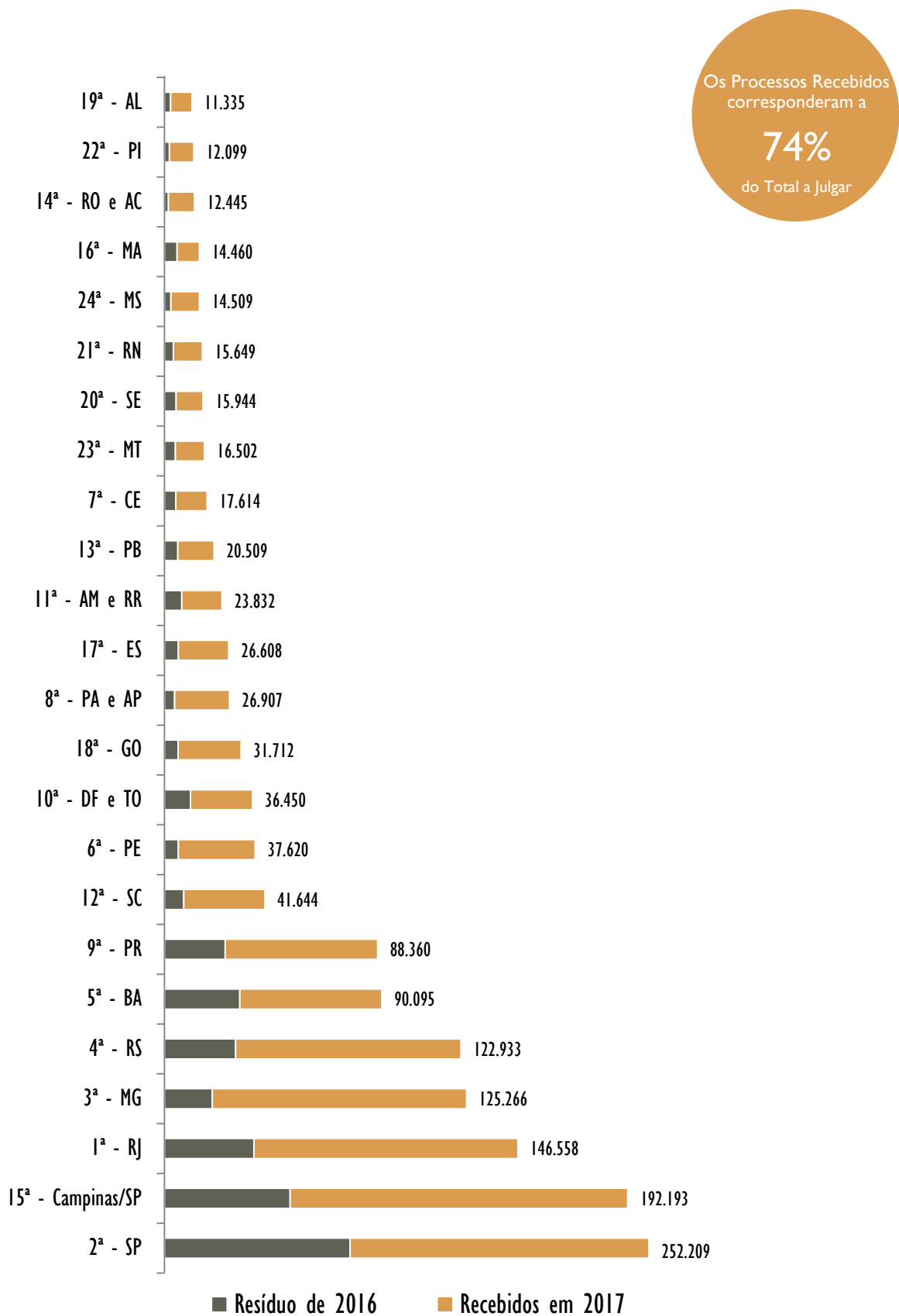


Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2017.

TRT	Ações Originárias e Recursos				Recursos Internos	Total
	Casos Novos exceto eletrônicos	Casos Novos eletrônicos	Recebidos para novo julgamento	Subtotal		
1ª - RJ	13.970	70.837	179	84.986	24.520	109.506
2ª - SP	42.853	99.072	1.019	142.944	32.264	175.208
3ª - MG	12.011	71.094	1.212	84.317	21.104	105.421
4ª - RS	1.734	75.489	1.797	79.020	14.448	93.468
5ª - BA	5.400	40.406	581	46.387	12.526	58.913
6ª - PE	2.050	24.060	93	26.203	5.662	31.865
7ª - CE	164	10.693	40	10.897	1.986	12.883
8ª - PA e AP	5.262	13.574	116	18.952	3.796	22.748
9ª - PR	2.418	46.571	210	49.199	13.961	63.160
10ª - DF e TO	4.683	14.088	19	18.790	6.876	25.666
11ª - AM e RR	48	14.339	9	14.396	2.307	16.703
12ª - SC	5.309	23.367	170	28.846	4.850	33.696
13ª - PB	14	12.120	7	12.141	2.881	15.022
14ª - RO e AC	215	8.970	7	9.192	1.596	10.788
15ª - Campinas/SP	13.370	103.932	891	118.193	21.930	140.123
16ª - MA	433	7.722	12	8.167	1.107	9.274
17ª - ES	1.934	13.412	97	15.443	5.472	20.915
18ª - GO	1.028	21.161	66	22.255	3.834	26.089
19ª - AL	422	6.418	17	6.857	1.969	8.826
20ª - SE	404	8.050	27	8.481	2.636	11.117
21ª - RN	166	10.139	16	10.321	1.640	11.961
22ª - PI	44	8.561	3	8.608	1.487	10.095
23ª - MT	139	9.243	13	9.395	2.661	12.056
24ª - MS	791	9.151	33	9.975	1.898	11.873
Total	114.862	722.469	6.634	843.965	193.411	1.037.376

Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2017.

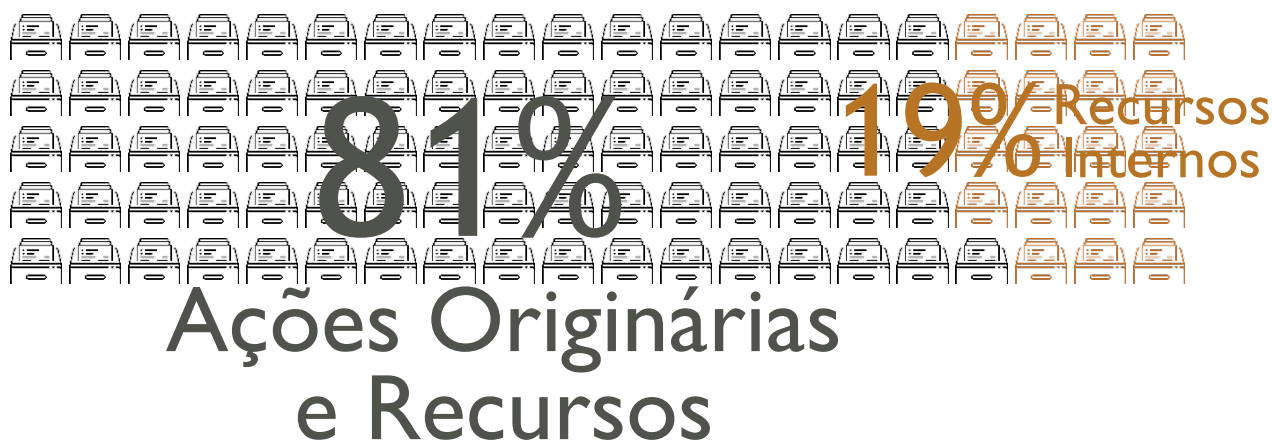


Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2017.

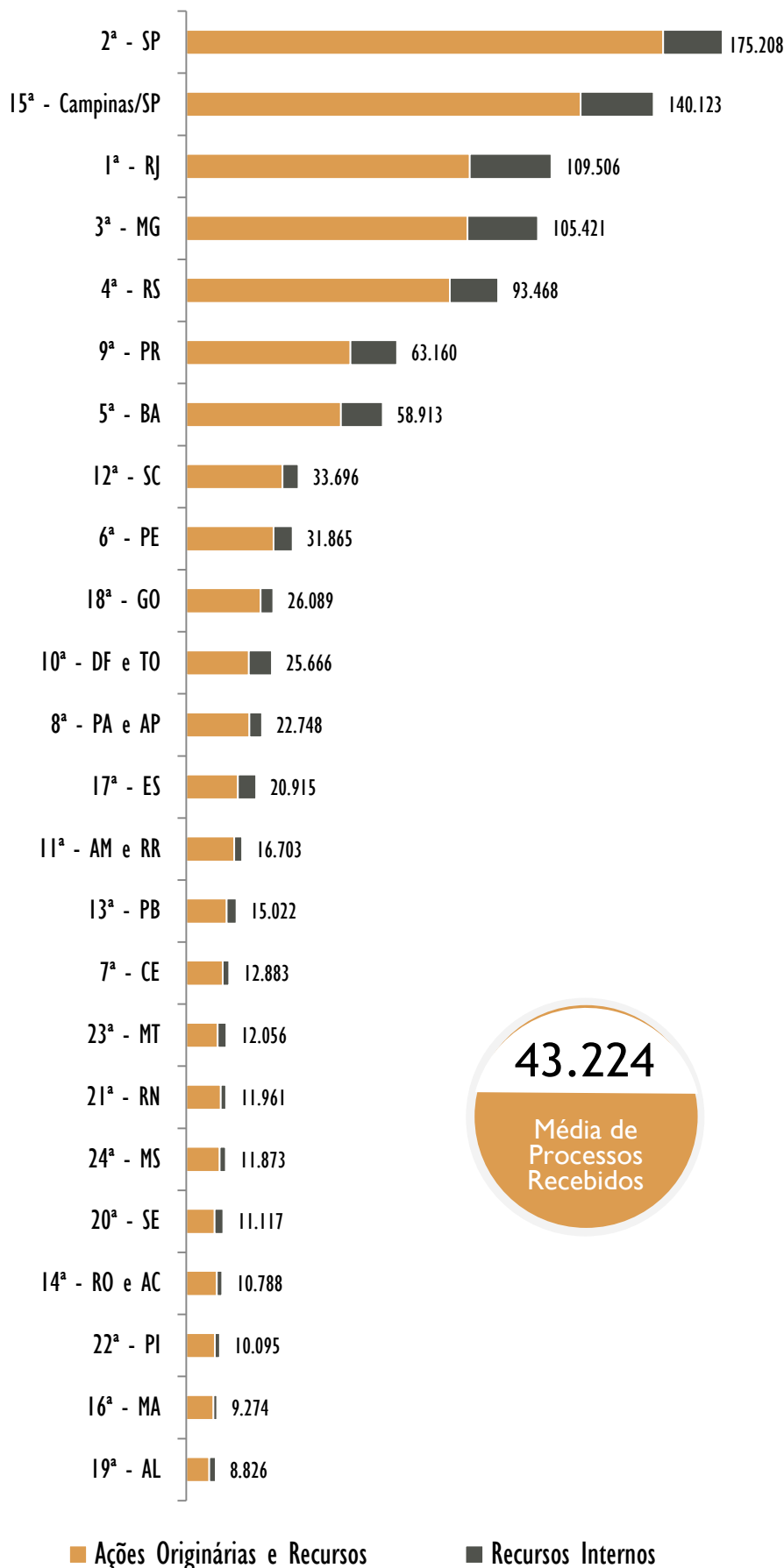


Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2017.

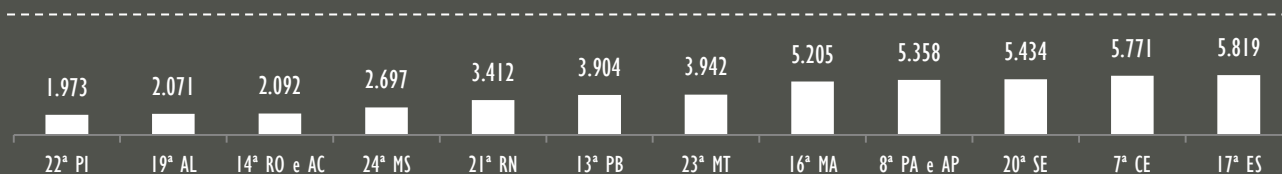
TRT	Pendente de Autuação	Pendentes de Remessa ao MPT	No MPT	Pendentes de Distribuição	Pendentes de Conclusão ao Relator	Com o Relator	
						No Prazo	Prazo Vencido
1ª - RJ	105	-	368	795	312	6.938	5.675
2ª - SP	-	-	1.237	8	1.656	16.345	7.298
3ª - MG	19	25	803	85	174	6.867	395
4ª - RS	1	-	548	11	323	17.583	1.311
5ª - BA	-	4	1.477	236	650	19.575	1.895
6ª - PE	-	7	176	84	68	1.964	412
7ª - CE	41	5	258	14	62	1.157	1.015
8ª - PA e AP	22	8	95	96	142	2.965	94
9ª - PR	98	-	608	188	420	13.316	1.037
10ª - DF e TO	-	-	183	-	76	3.600	1.302
11ª - AM e RR	223	-	63	-	69	3.560	3.652
12ª - SC	-	-	9	124	106	2.221	83
13ª - PB	-	-	45	209	14	1.240	463
14ª - RO e AC	20	-	50	6	14	771	48
15ª - Campinas/SP	228	1	5.948	48	494	24.462	649
16ª - MA	-	-	443	20	105	821	1.562
17ª - ES	51	-	168	8	45	1.880	3
18ª - GO	-	-	90	-	62	2.890	1.224
19ª - AL	3	-	52	1	64	737	475
20ª - SE	-	-	204	9	28	2.191	425
21ª - RN	-	1	112	11	28	883	690
22ª - PI	-	-	211	184	38	728	181
23ª - MT	-	-	87	29	31	2.484	39
24ª - MS	4	4	67	10	24	1.279	13
Total	815	55	13.302	2.176	5.005	136.457	29.941

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2017.

15.834

Resíduo Médio



Em Diligência	Com o Revisor		Suspensos ou Sobrestados	Aguardando Pauta	Incluídos em Pauta e Pendentes de Julgamento	Em Vista Regimental		Outros	Total
	No Prazo	Prazo Vencido				No Prazo	Prazo Vencido		
797	-	-	1.793	10.828	3.933	2	4	8.667	40.217
1.576	3.425	150	3.875	15.834	5.558	-	-	15.257	72.219
381	76	-	2.921	3.041	874	-	-	2.197	17.858
368	-	-	1.066	10.398	1.130	2	-	2.291	35.032
807	-	-	3.174	7.089	1.002	40	16	5.993	41.958
293	-	-	210	1.419	1.084	-	34	83	5.834
51	334	26	175	1.545	1.088	-	-	-	5.771
22	-	-	67	708	108	-	-	1.031	5.358
1.002	778	356	1.449	4.739	487	39	5	1.968	26.490
36	3	8	1.330	2.127	1.058	1	22	908	10.654
60	-	1	930	623	734	-	-	849	10.764
248	1	-	636	2.898	1.345	-	1	733	8.405
64	3	-	246	880	210	-	3	527	3.904
3	-	-	50	964	40	-	-	126	2.092
331	-	-	1.337	16.231	4.090	4	2	2.309	56.134
102	5	-	36	731	126	-	2	1.252	5.205
35	-	-	157	2.287	547	-	-	638	5.819
270	2	2	216	1.167	415	-	-	437	6.775
14	1	-	4	264	145	1	1	309	2.071
92	-	-	840	898	144	-	-	603	5.434
53	1	-	286	719	579	-	-	49	3.412
28	-	-	66	329	50	-	-	158	1.973
137	-	-	119	301	585	-	1	129	3.942
53	9	-	77	502	655	-	-	-	2.697
6.823	4.638	543	21.060	86.522	25.987	89	91	46.514	380.018

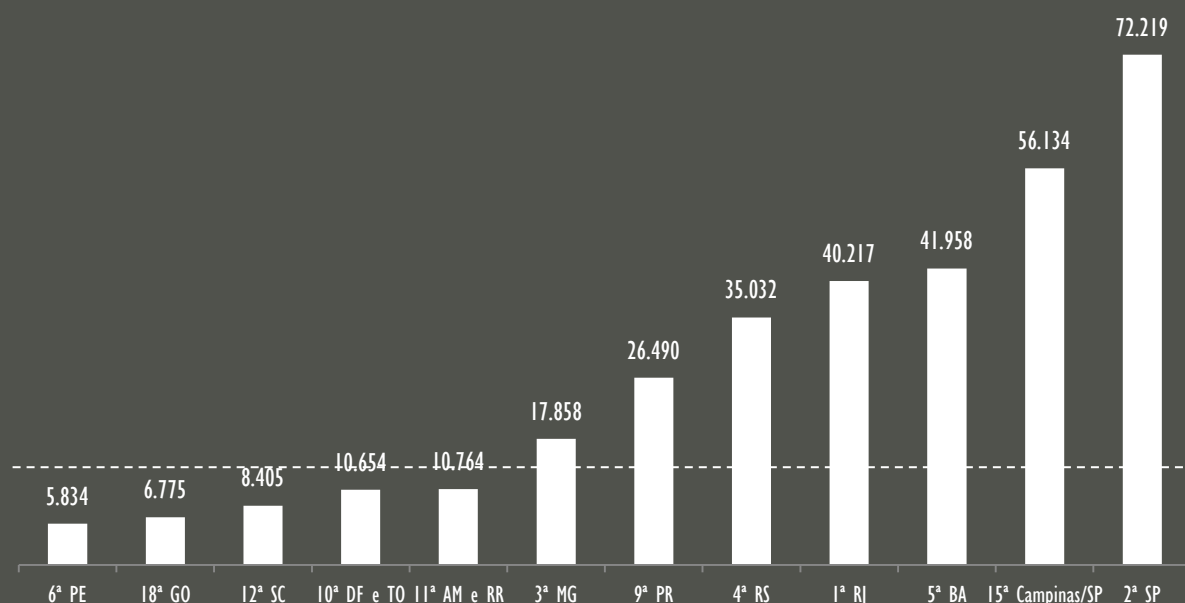


Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2015-2017.

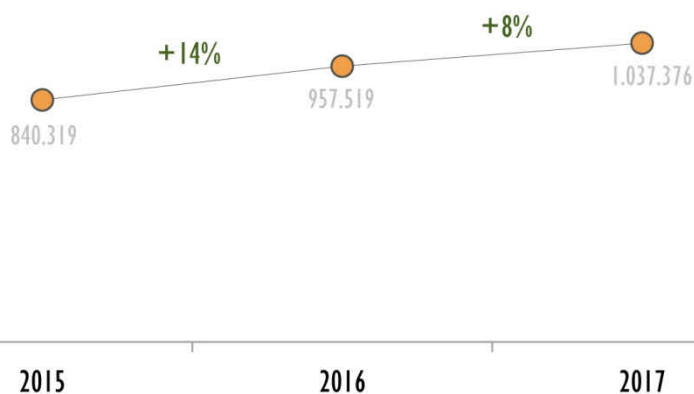


Tabela 3.6. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2015-2017.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	80.239	89.672	109.506	+12%	+22%
2ª - SP	136.403	176.587	175.208	+29%	-1%
3ª - MG	91.807	99.719	105.421	+9%	+6%
4ª - RS	76.234	87.383	93.468	+15%	+7%
5ª - BA	43.860	51.919	58.913	+18%	+13%
6ª - PE	25.386	28.367	31.865	+12%	+12%
7ª - CE	11.196	12.663	12.883	+13%	+2%
8ª - PA e AP	16.253	19.842	22.748	+22%	+15%
9ª - PR	53.902	59.020	63.160	+9%	+7%

Séries
Históricas

TRT

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	20.005	25.382	25.666	+27%	+1%
11ª - AM e RR	14.260	14.076	16.703	-1%	+19%
12ª - SC	28.529	31.101	33.696	+9%	+8%
13ª - PB	11.435	13.493	15.022	+18%	+11%
14ª - RO e AC	8.071	10.405	10.788	+29%	+4%
15ª - Campinas/SP	116.249	122.728	140.123	+6%	+14%
16ª - MA	9.160	7.622	9.274	-17%	+22%
17ª - ES	18.207	20.827	20.915	+14%	+0,4%
18ª - GO	20.604	24.114	26.089	+17%	+8%
19ª - AL	6.336	7.847	8.826	+24%	+12%
20ª - SE	8.547	10.139	11.117	+19%	+10%
21ª - RN	11.756	11.954	11.961	+2%	+0,1%
22ª - PI	9.803	9.487	10.095	-3%	+6%
23ª - MT	11.689	11.959	12.056	+2%	+1%
24ª - MS	10.388	11.213	11.873	+8%	+6%

TRT

Séries Históricas

Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2015-2017.

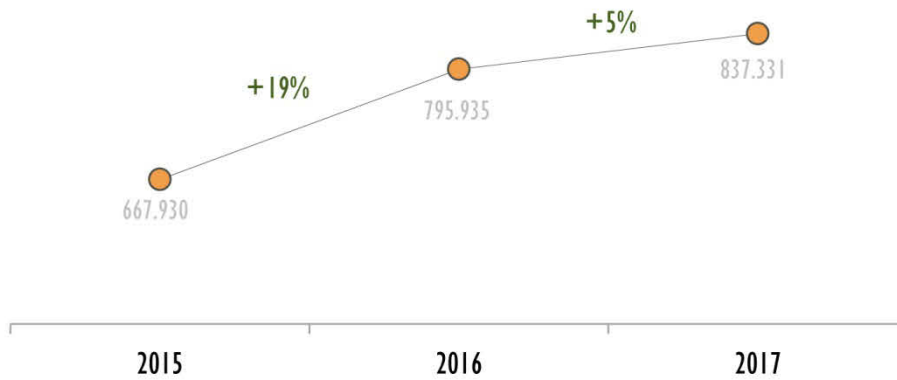


Tabela 3.7. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2015-2017.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	63.293	72.868	84.807	+15%	+16%
2ª - SP	106.267	150.945	141.925	+42%	-6%
3ª - MG	72.779	81.864	83.105	+12%	+2%
4ª - RS	61.339	72.720	77.223	+19%	+6%
5ª - BA	34.138	41.828	45.806	+23%	+10%
6ª - PE	20.117	23.873	26.110	+19%	+9%
7ª - CE	9.038	10.655	10.857	+18%	+2%
8ª - PA e AP	13.632	16.609	18.836	+22%	+13%
9ª - PR	42.722	47.669	48.989	+12%	+3%

TRT

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	15.722	20.366	18.771	+30%	-8%
11ª - AM e RR	9.937	12.246	14.387	+23%	+17%
12ª - SC	22.170	24.822	28.676	+12%	+16%
13ª - PB	9.178	11.580	12.134	+26%	+5%
14ª - RO e AC	7.006	9.322	9.185	+33%	-1%
15ª - Campinas/SP	93.100	103.525	117.302	+11%	+13%
16ª - MA	7.797	6.573	8.155	-16%	+24%
17ª - ES	13.165	15.197	15.346	+15%	+1%
18ª - GO	17.763	20.957	22.189	+18%	+6%
19ª - AL	5.248	6.792	6.840	+29%	+1%
20ª - SE	7.062	7.931	8.454	+12%	+7%
21ª - RN	9.873	10.342	10.305	+5%	-0,4%
22ª - PI	7.869	7.804	8.605	-1%	+10%
23ª - MT	9.706	9.983	9.382	+3%	-6%
24ª - MS	9.009	9.464	9.942	+5%	+5%



Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2015-2017.

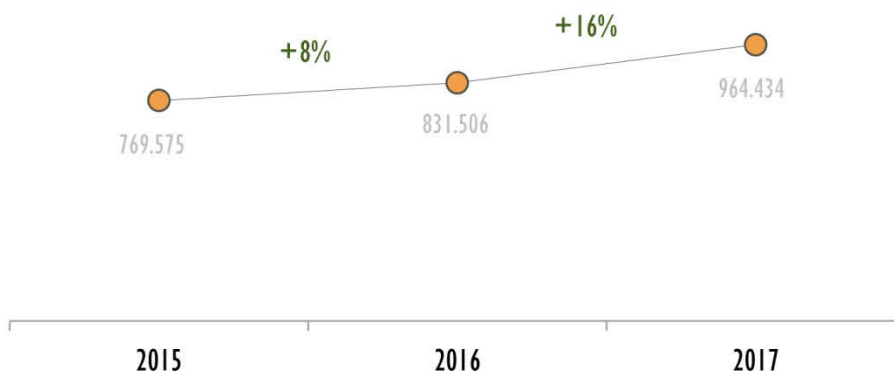


Tabela 3.8. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2015-2017.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	73.826	75.457	101.789	+2%	+35%
2ª - SP	132.953	138.550	164.567	+4%	+19%
3ª - MG	89.570	92.656	106.997	+3%	+15%
4ª - RS	68.339	75.025	86.160	+10%	+15%
5ª - BA	34.342	39.787	45.734	+16%	+15%
6ª - PE	24.520	27.149	32.087	+11%	+18%
7ª - CE	11.148	11.932	11.231	+7%	-6%
8ª - PA e AP	16.393	19.409	21.274	+18%	+10%
9ª - PR	45.121	51.943	59.567	+15%	+15%

TRT

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	16.859	22.294	24.848	+32%	+11%
11ª - AM e RR	10.327	11.057	11.491	+7%	+4%
12ª - SC	25.832	30.408	33.109	+18%	+9%
13ª - PB	9.925	9.324	15.186	-6%	+63%
14ª - RO e AC	7.430	10.174	10.108	+37%	-1%
15ª - Campinas/SP	103.680	106.081	121.010	+2%	+14%
16ª - MA	9.218	8.607	9.119	-7%	+6%
17ª - ES	16.518	20.305	19.728	+23%	-3%
18ª - GO	19.678	23.642	24.781	+20%	+5%
19ª - AL	6.104	6.768	9.239	+11%	+37%
20ª - SE	7.945	8.913	10.073	+12%	+13%
21ª - RN	10.137	9.591	11.900	-5%	+24%
22ª - PI	9.151	9.966	9.772	+9%	-2%
23ª - MT	11.357	10.919	12.467	-4%	+14%
24ª - MS	9.202	11.549	12.197	+26%	+6%

TRT

Séries Históricas

Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2015-2017.



Tabela 3.9. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2015-2017.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	28.737	37.052	40.217	+29%	+9%
2ª - SP	49.335	77.001	72.219	+56%	-6%
3ª - MG	13.918	19.845	17.858	+43%	-10%
4ª - RS	19.414	29.465	35.032	+52%	+19%
5ª - BA	20.232	31.182	41.958	+54%	+35%
6ª - PE	4.899	5.755	5.834	+17%	+1%
7ª - CE	4.123	4.731	5.771	+15%	+22%
8ª - PA e AP	4.196	4.159	5.358	-1%	+29%
9ª - PR	19.596	25.200	26.490	+29%	+5%

TRT

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	7.963	10.784	10.654	+35%	-1%
11ª - AM e RR	5.094	7.129	10.764	+40%	+51%
12ª - SC	8.975	7.948	8.405	-11%	+6%
13ª - PB	4.084	5.487	3.904	+34%	-29%
14ª - RO e AC	1.381	1.657	2.092	+20%	+26%
15ª - Campinas/SP	35.268	52.070	56.134	+48%	+8%
16ª - MA	6.493	5.186	5.205	-20%	+0,4%
17ª - ES	5.000	5.693	5.819	+14%	+2%
18ª - GO	5.387	5.623	6.775	+4%	+20%
19ª - AL	1.508	2.509	2.071	+66%	-17%
20ª - SE	3.623	4.827	5.434	+33%	+13%
21ª - RN	2.635	3.688	3.412	+40%	-7%
22ª - PI	2.043	2.004	1.973	-2%	-2%
23ª - MT	3.588	4.446	3.942	+24%	-11%
24ª - MS	2.750	2.636	2.697	-4%	+2%

Tabela 3.10. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2017.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	2.190	2.036	804
2ª - SP	1.947	1.829	802
3ª - MG	2.151	2.184	364
4ª - RS	2.124	1.958	796
5ª - BA	2.357	1.829	1.678
6ª - PE	1.992	2.005	365
7ª - CE	1.074	936	481
8ª - PA e AP	1.137	1.064	268
9ª - PR	2.256	2.127	946
10ª - DF e TO	1.711	1.657	710
11ª - AM e RR	1.392	958	897
12ª - SC	2.246	2.207	560
13ª - PB	1.878	1.898	488
14ª - RO e AC	1.798	1.685	349
15ª - Campinas/SP	2.748	2.373	1.101
16ª - MA	1.546	1.520	868
17ª - ES	2.092	1.973	582
18ª - GO	2.174	2.065	565
19ª - AL	1.471	1.540	345
20ª - SE	1.853	1.679	906
21ª - RN	1.495	1.488	427
22ª - PI	1.683	1.629	329
23ª - MT	2.009	2.078	657
24ª - MS	1.979	2.033	450
Média	2.046	1.902	750

Nota: Para cálculo das médias, foram desconsiderados os cargos de direção.

Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2017.

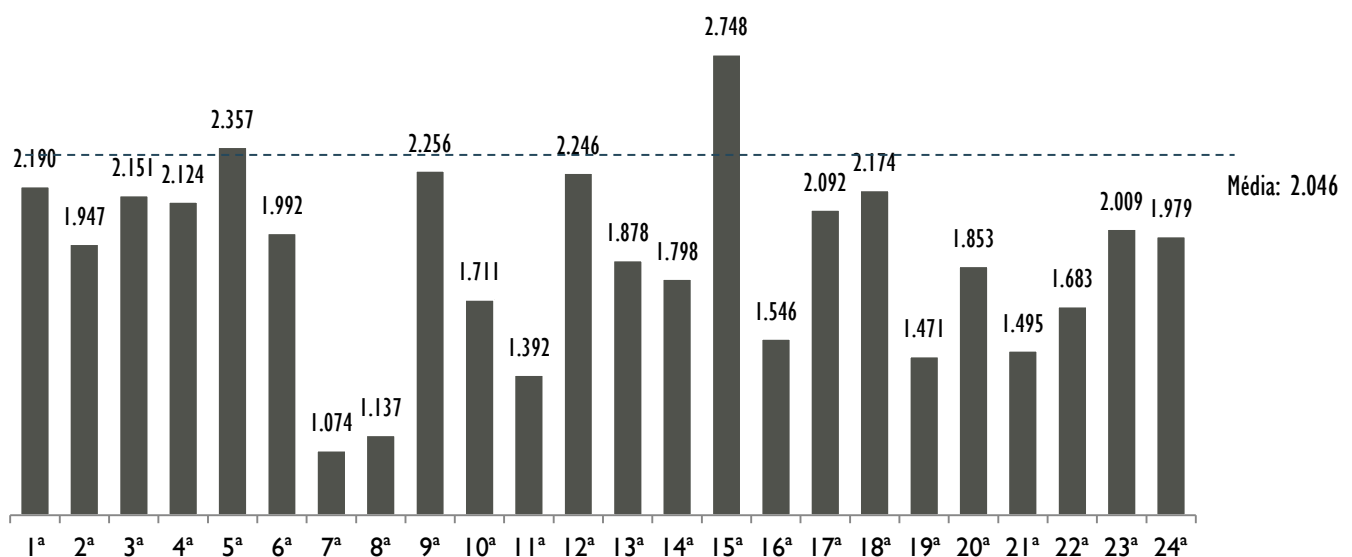


Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2017.

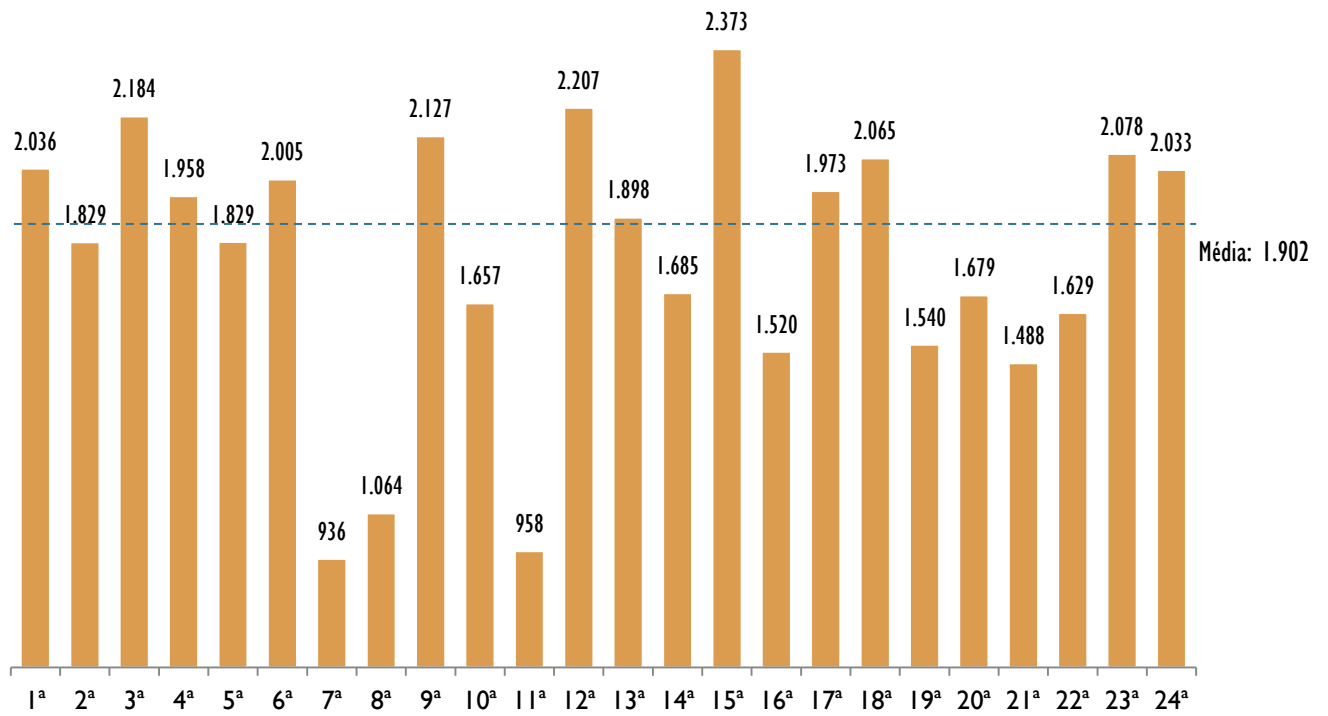


Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2017.

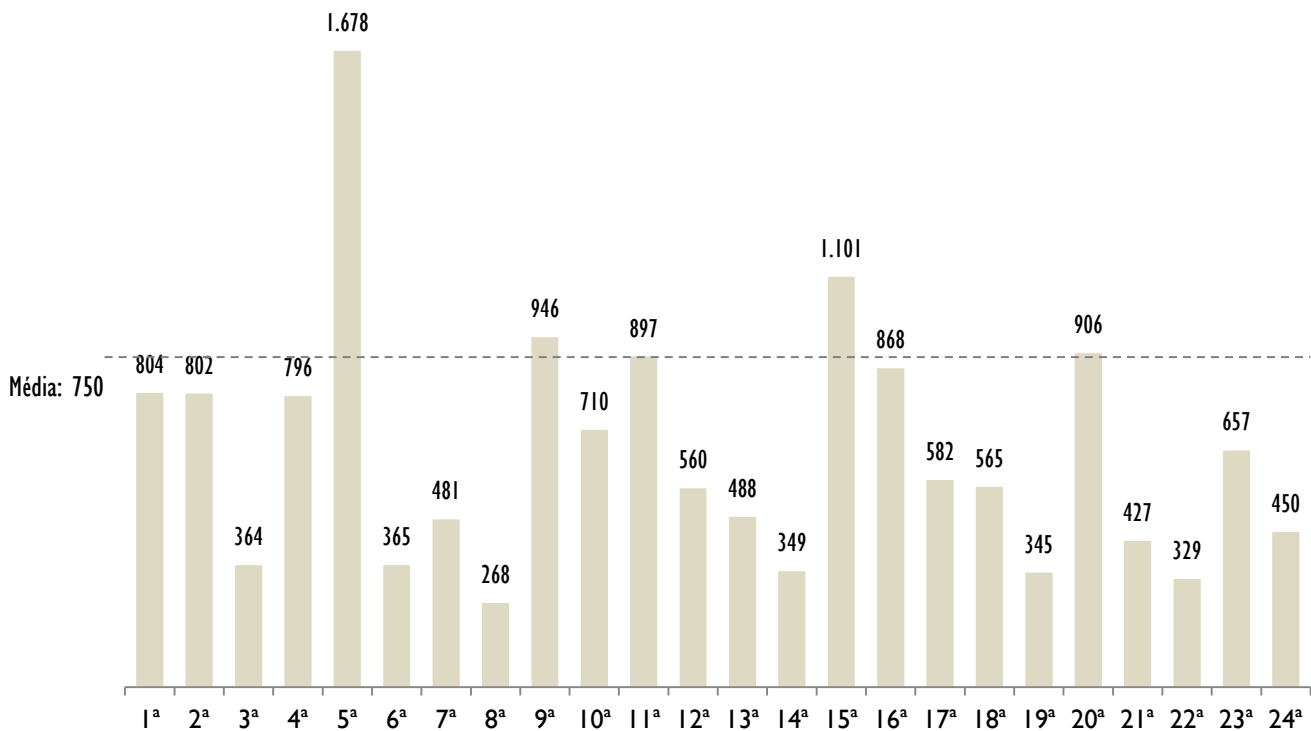









Tabela 3.11. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2017.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	5,3	0,1	10,8	4,6	2,7	1,1	15,1
2ª - SP	3,8	0,2	10,2	4,5	1,7	0,9	15,8
3ª - MG	3,6	2,0	8,9	3,5	1,8	0,7	23,0
4ª - RS	6,5	0,9	9,3	3,6	1,9	0,8	24,8
5ª - BA	13,3	1,2	9,1	2,9	2,6	0,4	19,8
6ª - PE	5,8	1,7	8,7	2,7	1,5	1,0	19,1
7ª - CE	13,8	1,0	8,6	2,7	1,9	1,0	18,4
8ª - PA e AP	2,5	4,2	6,7	2,4	4,2	0,2	14,3
9ª - PR	9,3	2,3	9,9	4,8	2,2	0,5	25,5
10ª - DF e TO	10,4	0,8	7,8	5,6	2,0	1,4	3,9
11ª - AM e RR	4,7	0,2	3,7	1,1	0,8	0,8	20,6
12ª - SC	6,3	0,9	8,7	3,8	1,9	0,7	25,7
13ª - PB	11,3	1,2	13,0	5,8	2,1	0,6	20,3
14ª - RO e AC	9,7	1,2	4,9	2,0	1,2	0,3	41,7
15ª - Campinas/SP	19,6	4,5	7,2	2,4	1,9	0,4	24,6
16ª - MA	45,0	0,8	3,9	1,1	6,0	0,5	7,6
17ª - ES	5,7	0,6	11,1	3,3	2,0	0,2	21,3
18ª - GO	2,2	2,9	8,5	3,4	1,7	0,7	33,1
19ª - AL	19,7	1,5	9,6	4,5	1,9	0,7	18,1
20ª - SE	9,1	1,3	8,5	6,0	1,1	0,7	23,9
21ª - RN	6,1	0,9	6,4	4,6	1,5	0,5	26,5
22ª - PI	44,9	0,9	2,9	2,7	2,7	0,2	7,9
23ª - MT	2,3	4,5	9,9	3,3	1,2	0,3	33,5
24ª - MS	1,3	6,3	7,8	2,9	1,5	0,4	46,2
Total	8,8	1,7	8,9	3,6	2,0	0,7	21,1

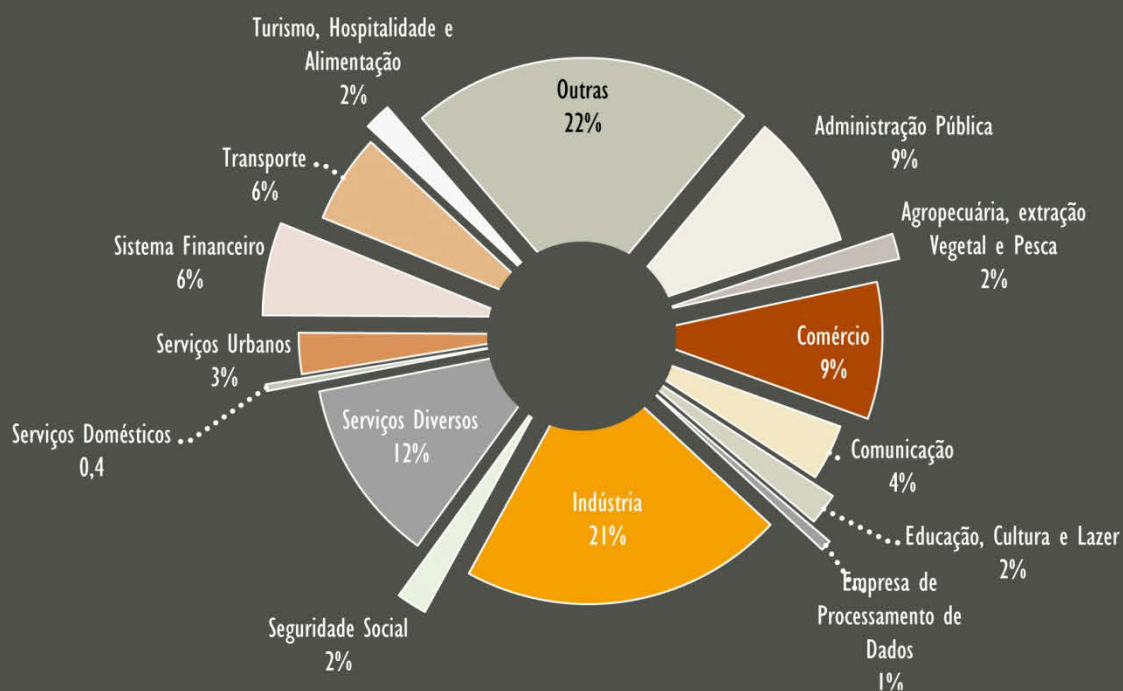
Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos Casos Novos;
2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2017.



60+	Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
2,9	16,7	0,5	3,2	6,5	7,5	1,8	21,0	100,0	
2,0	11,8	0,4	1,1	5,7	7,7	3,1	31,1	100,0	
1,3	8,6	0,5	1,6	9,9	6,3	1,4	27,1	100,0	
3,7	11,8	0,5	4,2	6,8	4,6	1,4	19,3	100,0	
2,7	15,5	0,3	2,6	6,9	4,8	1,8	16,0	100,0	
1,1	9,5	0,4	5,8	10,1	5,6	1,1	25,8	100,0	
1,6	12,0	0,8	3,0	9,8	3,0	2,0	20,3	100,0	
0,6	12,4	0,4	4,6	3,2	5,5	1,0	37,5	100,0	
3,2	10,6	0,3	2,8	6,4	5,4	1,7	15,0	100,0	
0,6	9,1	0,4	3,4	6,9	3,6	1,1	43,1	100,0	
2,6	24,8	0,3	10,4	3,3	5,8	0,7	20,2	100,0	
1,1	8,0	0,4	2,0	4,0	6,7	2,0	28,0	100,0	
1,7	13,5	1,1	4,0	8,8	3,7	1,9	11,2	100,0	
0,6	11,6	0,3	3,7	3,4	4,1	0,5	14,8	100,0	
1,5	11,4	0,4	1,3	3,7	4,6	1,3	15,2	100,0	
1,7	11,1	0,5	1,3	3,2	2,2	0,6	14,6	100,0	
2,2	18,2	0,4	1,8	6,7	7,8	1,9	16,7	100,0	
0,6	9,4	0,6	4,1	3,7	5,1	1,7	22,3	100,0	
0,8	8,6	0,3	3,5	6,4	2,6	1,2	20,6	100,0	
4,9	12,6	0,4	3,0	4,3	4,4	1,1	18,5	100,0	
0,8	14,3	0,6	8,0	3,8	4,0	2,9	19,1	100,0	
0,4	4,8	0,4	3,4	4,4	1,0	0,3	23,0	100,0	
1,5	12,6	0,3	1,1	5,8	8,7	1,5	13,3	100,0	
0,6	7,5	0,3	2,3	2,9	6,0	0,8	13,3	100,0	
2,0	12,0	0,4	2,7	6,1	5,8	1,8	22,4	100,0	

Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2017.

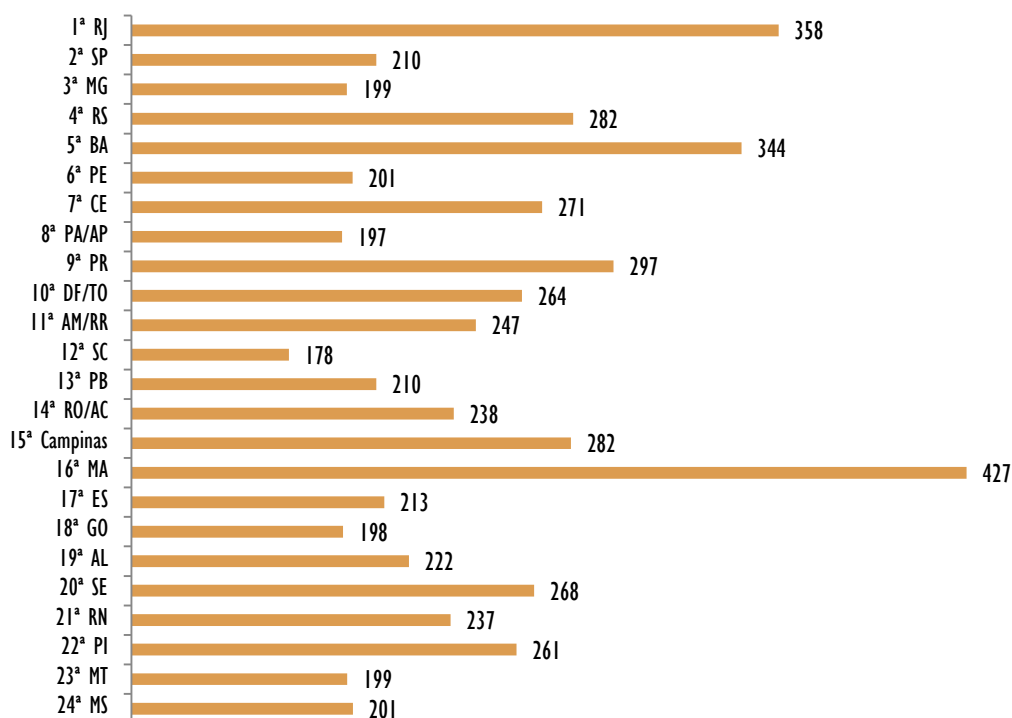


3.3. Prazos

Tabela 3.12. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2017.

TRT	Da Autuação até o Julgamento			Do Julgamento até a Publicação do Acórdão	Da Autuação até a Baixa		
	Ações Originárias	Recursos	Média		Ações Originárias	Recursos	Média
1ª - RJ	159,9	143,0	143,4	21,7	585,4	350,5	357,8
2ª - SP	148,6	166,4	166,0	12,1	371,8	204,2	210,0
3ª - MG	88,0	81,9	82,0	8,3	164,4	200,0	199,2
4ª - RS	130,8	161,8	160,9	8,4	183,9	287,1	282,3
5ª - BA	191,5	254,7	252,5	12,5	310,8	346,1	344,2
6ª - PE	121,3	81,6	82,7	6,9	333,8	196,6	201,2
7ª - CE	137,8	143,5	143,2	15,2	246,9	272,2	270,9
8ª - PA e AP	186,1	117,5	121,7	9,7	262,7	193,0	197,4
9ª - PR	214,6	186,3	187,3	22,9	286,4	297,7	297,2
10ª - DF e TO	133,8	177,1	175,8	19,9	386,2	258,6	263,5
11ª - AM e RR	124,8	173,4	171,2	8,7	227,7	247,4	246,6
12ª - SC	107,0	101,1	101,3	19,4	159,3	178,6	177,8
13ª - PB	105,5	125,3	124,9	32,3	240,9	208,9	210,0
14ª - RO e AC	78,6	68,6	69,0	8,4	176,1	241,4	238,4
15ª - Campinas/SP	106,5	153,7	152,3	18,0	286,0	281,4	281,5
16ª - MA	412,3	230,7	243,4	39,8	498,5	421,4	426,9
17ª - ES	98,2	120,2	119,4	14,1	223,1	212,4	212,9
18ª - GO	119,4	112,8	113,1	10,3	238,6	195,5	197,8
19ª - AL	134,0	116,4	117,0	9,3	303,4	218,2	221,9
20ª - SE	124,9	154,7	153,3	18,7	277,4	267,4	268,0
21ª - RN	100,0	120,9	120,0	9,8	284,6	234,9	237,3
22ª - PI	140,9	64,7	68,3	9,6	448,9	247,6	261,4
23ª - MT	457,7	169,8	181,4	18,2	299,5	195,2	199,3
24ª - MS	93,3	90,9	91,0	7,7	161,8	202,8	201,4
Total	150,0	144,5	144,6	14,5	305,6	251,5	253,6

Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2017.



3.4. Valores Arrecadados

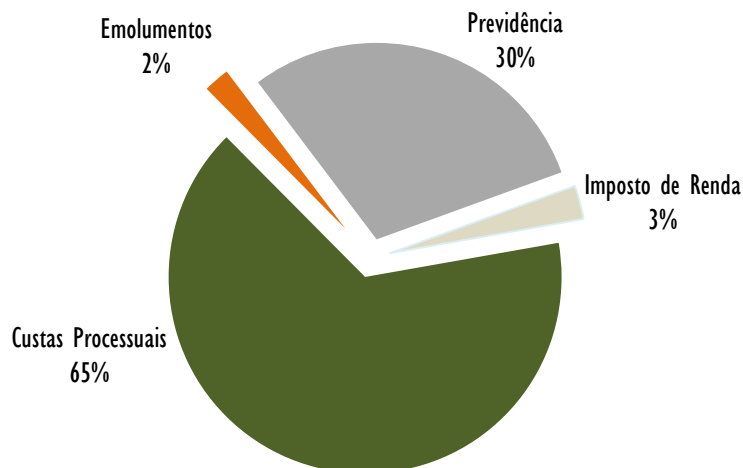
Tabela 3.13. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2017.

TRT	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Total
1ª - RJ	829.406,67	58.700,95	-	-	888.107,62
2ª - SP	34.831,11	-	-	-	34.831,11
3ª - MG	13.912.869,47	869.705,26	5.298.909,89	570.455,63	20.651.940,25
4ª - RS	3.617.061,50	4.942,83	-	-	3.622.004,33
5ª - BA	1.368.296,57	11,06	-	-	1.368.307,63
6ª - PE	548.206,07	25,19	-	-	548.231,26
7ª - CE	2.948,56	22,12	-	-	2.970,68
8ª - PA e AP	2.280.515,97	1.708,77	-	-	2.282.224,74
9ª - PR	1.177.369,70	2.960,64	-	-	1.180.330,34
10ª - DF e TO	3.417,34	-	-	-	3.417,34
11ª - AM e RR	405.839,05	-	36.756,00	-	442.595,05
12ª - SC	359.276,35	705,53	-	-	359.981,88
13ª - PB	143.074,83	-	-	-	143.074,83
14ª - RO e AC	547.953,18	166,05	-	-	548.119,23
15ª - Campinas/SP	2.270.352,83	216,60	-	-	2.270.569,43
16ª - MA	1.339,10	-	456,80	-	1.795,90
17ª - ES	777.619,93	-	-	-	777.619,93
18ª - GO	10.902,73	2.186,83	-	-	13.089,56
19ª - AL	12.006,19	-	-	-	12.006,19
20ª - SE	96.945,08	-	-	-	96.945,08
21ª - RN	13.755,98	-	3.694,22	-	17.450,20
22ª - PI	185.968,12	800,00	7.681.015,26	640.753,72	8.508.537,10
23ª - MT	-	-	-	-	-
24ª - MS	3.505,04	-	2.387,11	-	5.892,15
Total	28.603.461,37	942.151,83	13.023.219,28	1.211.209,35	43.780.041,83

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2017.



3.5. Presidência

Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2015-2017

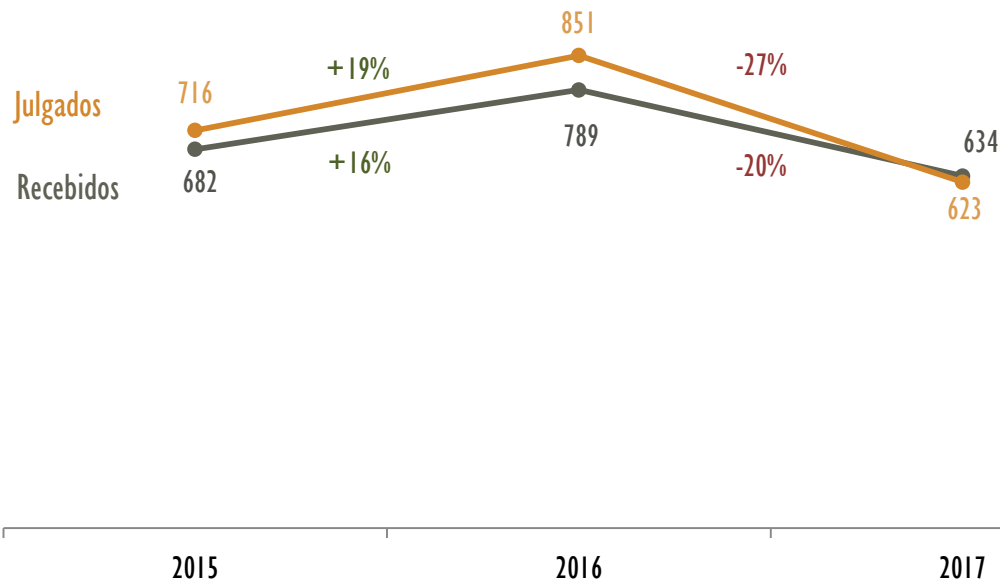


Tabela 3.14. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2017.

TRT	Recebidos	Audiências	Julgados
1ª - RJ	42	88	37
2ª - SP	221	187	188
3ª - MG	18	-	17
4ª - RS	69	129	83
5ª - BA	13	15	24
6ª - PE	5	7	4
7ª - CE	14	15	6
8ª - PA e AP	22	39	25
9ª - PR	16	37	21
10ª - DF e TO	13	39	17
11ª - AM e RR	16	27	9
12ª - SC	39	3	32
13ª - PB	12	-	9
14ª - RO e AC	5	6	6
15ª - Campinas/SP	62	98	73
16ª - MA	4	-	3
17ª - ES	17	-	25
18ª - GO	6	-	11
19ª - AL	9	20	9
20ª - SE	4	6	3
21ª - RN	13	42	8
22ª - PI	8	-	8
23ª - MT	6	-	5
24ª - MS	...	-	...
Total	634	754	623

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

... Dado numérico não disponível.

3.6. Recursos de Competência do TST

Tabela 3.15. Recursos Remetidos ao TST. 2017.

TRT	Recurso de Revista	Recurso Ordinário	Reexame Necessário	Agravo de Instrumento	Total	
					Quantidade	%
1ª - RJ	2.226	148	-	21.097	23.471	10,7%
2ª - SP	1.160	255	-	31.629	33.044	15,0%
3ª - MG	3.102	106	-	15.762	18.970	8,6%
4ª - RS	9.568	20	-	16.271	25.859	11,8%
5ª - BA	1.527	196	-	6.220	7.943	3,6%
6ª - PE	454	-	-	8.598	9.052	4,1%
7ª - CE	191	99	-	1.274	1.564	0,7%
8ª - PA e AP	696	154	-	6.388	7.238	3,3%
9ª - PR	3.940	57	-	11.009	15.006	6,8%
10ª - DF e TO	526	37	-	4.699	5.262	2,4%
11ª - AM e RR	175	38	-	4.197	4.410	2,0%
12ª - SC	1.311	26	-	3.631	4.968	2,3%
13ª - PB	349	20	-	3.359	3.728	1,7%
14ª - RO e AC	33	117	-	4.796	4.946	2,3%
15ª - Campinas/SP	2.560	305	-	23.557	26.422	12,0%
16ª - MA	753	12	-	215	980	0,4%
17ª - ES	1.206	101	-	3.687	4.994	2,3%
18ª - GO	292	48	-	5.044	5.384	2,5%
19ª - AL	325	25	-	1.461	1.811	0,8%
20ª - SE	338	29	-	1.743	2.110	1,0%
21ª - RN	178	41	-	2.359	2.578	1,2%
22ª - PI	544	106	-	3.102	3.752	1,7%
23ª - MT	105	10	-	2.638	2.753	1,3%
24ª - MS	361	4	-	3.119	3.484	1,6%
Total	31.920	1.954	-	185.855	219.729	100,0%

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2017.

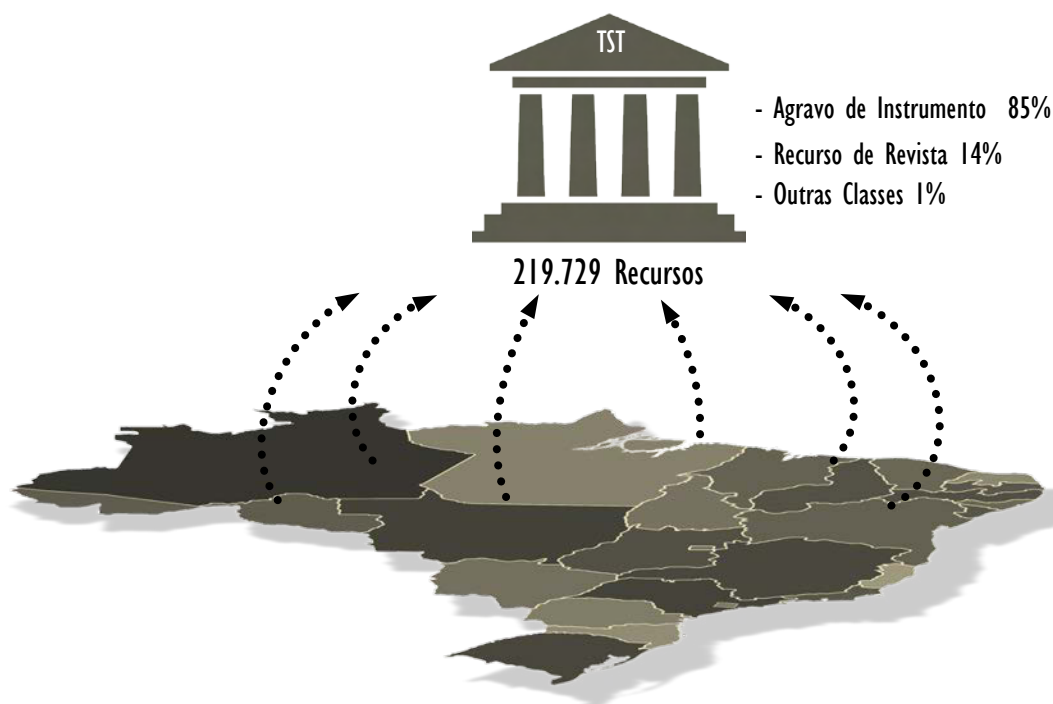


Tabela 3.16. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2017.

TRT	RRs Despachados nos TRTs						Total
	Baixados	% ¹	Não Admitidos	% ¹	Admitidos	% ¹	
1 ^a - RJ	2.875	6,6%	38.581	88,3%	2.226	5,1%	43.682
2 ^a - SP	1.213	2,5%	45.309	95,0%	1.160	2,4%	47.682
3 ^a - MG	1.024	3,0%	29.923	87,9%	3.102	9,1%	34.049
4 ^a - RS	3.346	11,6%	15.946	55,3%	9.568	33,2%	28.860
5 ^a - BA	188	1,7%	9.498	84,7%	1.527	13,6%	11.213
6 ^a - PE	58	0,6%	9.451	94,9%	454	4,6%	9.963
7 ^a - CE	94	2,9%	2.955	91,2%	191	5,9%	3.240
8 ^a - PA e AP	383	5,3%	6.156	85,1%	696	9,6%	7.235
9 ^a - PR	262	1,3%	15.982	79,2%	3.940	19,5%	20.184
10 ^a - DF e TO	38	0,4%	8.319	93,7%	526	5,9%	8.883
11 ^a - AM e RR	220	4,4%	4.580	92,1%	175	3,5%	4.975
12 ^a - SC	-	-	5.919	81,9%	1.311	18,1%	7.230
13 ^a - PB	56	1,1%	4.670	92,0%	349	6,9%	5.075
14 ^a - RO e AC	91	2,1%	4.275	97,2%	33	0,8%	4.399
15 ^a - Campinas/SP	1.312	3,7%	31.512	89,1%	2.560	7,2%	35.384
16 ^a - MA	30	1,3%	1.537	66,3%	753	32,5%	2.320
17 ^a - ES	276	4,6%	4.564	75,5%	1.206	19,9%	6.046
18 ^a - GO	657	8,5%	6.774	87,7%	292	3,8%	7.723
19 ^a - AL	2	0,1%	2.014	86,0%	325	13,9%	2.341
20 ^a - SE	85	3,4%	2.112	83,3%	338	13,3%	2.535
21 ^a - RN	70	1,9%	3.492	93,4%	178	4,8%	3.740
22 ^a - PI	83	2,1%	3.415	84,5%	544	13,5%	4.042
23 ^a - MT	50	1,5%	3.214	95,4%	105	3,1%	3.369
24 ^a - MS	215	4,3%	4.457	88,6%	361	7,2%	5.033
Total	12.628	4,1%	264.655	85,6%	31.920	10,3%	309.203

Notas: 1) %¹: Percentual calculado sobre o total de RR despachados em cada TRT.

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

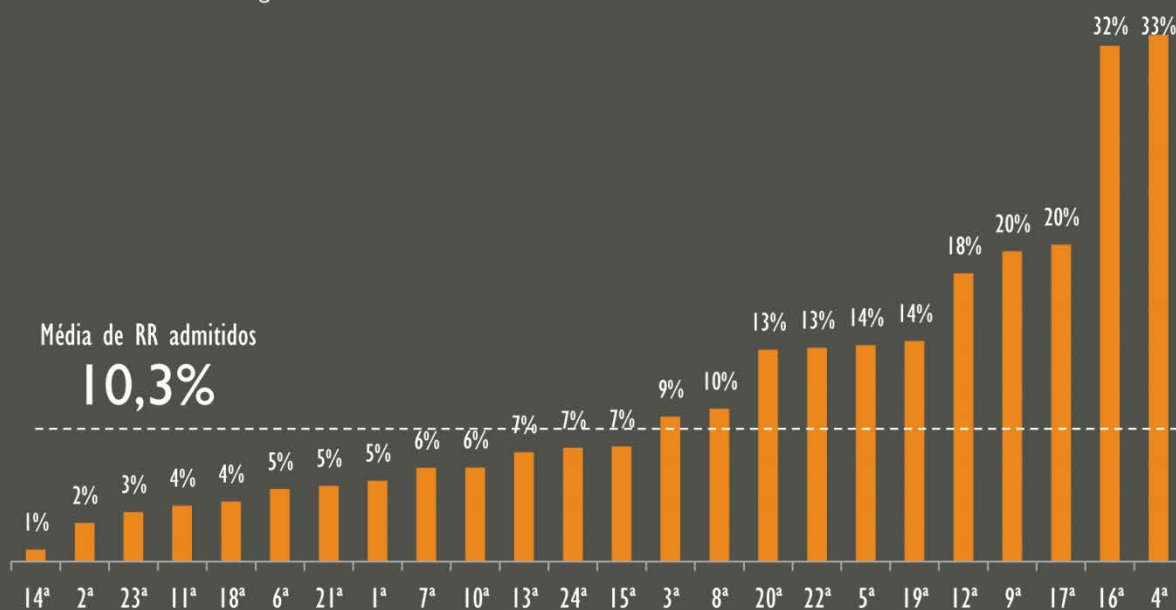
Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2^a Instância. 2017.

Tabela 3.17. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST, 2017.

TRT de Origem	RRs não Admitidos	AIRRs Recebidos no TST*	% ¹	AIRRs Providos no TST*	% ²
1ª - RJ	38.581	10.253	26,6%	1.560	15,2%
2ª - SP	45.309	33.300	73,5%	2.773	8,3%
3ª - MG	29.923	18.424	61,6%	663	3,6%
4ª - RS	15.946	9.930	62,3%	1.504	15,1%
5ª - BA	9.498	6.423	67,6%	542	8,4%
6ª - PE	9.451	7.304	77,3%	331	4,5%
7ª - CE	2.955	1.255	42,5%	111	8,8%
8ª - PA e AP	6.156	2.799	45,5%	295	10,5%
9ª - PR	15.982	10.703	67,0%	997	9,3%
10ª - DF e TO	8.319	6.425	77,2%	763	11,9%
11ª - AM e RR	4.580	3.731	81,5%	246	6,6%
12ª - SC	5.919	5.631	95,1%	420	7,5%
13ª - PB	4.670	3.197	68,5%	223	7,0%
14ª - RO e AC	4.275	4.050	94,7%	439	10,8%
15ª - Campinas/SP	31.512	20.961	66,5%	1.521	7,3%
16ª - MA	1.537	244	15,9%	26	10,7%
17ª - ES	4.564	2.818	61,7%	260	9,2%
18ª - GO	6.774	5.518	81,5%	252	4,6%
19ª - AL	2.014	1.360	67,5%	77	5,7%
20ª - SE	2.112	1.370	64,9%	86	6,3%
21ª - RN	3.492	2.030	58,1%	263	13,0%
22ª - PI	3.415	2.829	82,8%	167	5,9%
23ª - MT	3.214	2.082	64,8%	117	5,6%
24ª - MS	4.457	3.621	81,2%	357	9,9%
Total	264.655	166.258	62,8%	13.993	8,4%

Notas: 1) *: Dados informados pela Seção de Acompanhamento Estatístico do TST.
 2) %¹: Percentual calculado sobre o total de RRs não admitidos em cada TRT.
 3) %²: Percentual calculado sobre o total de AIRRs recebidos de cada TRT.

Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Providos no TST, 2017.

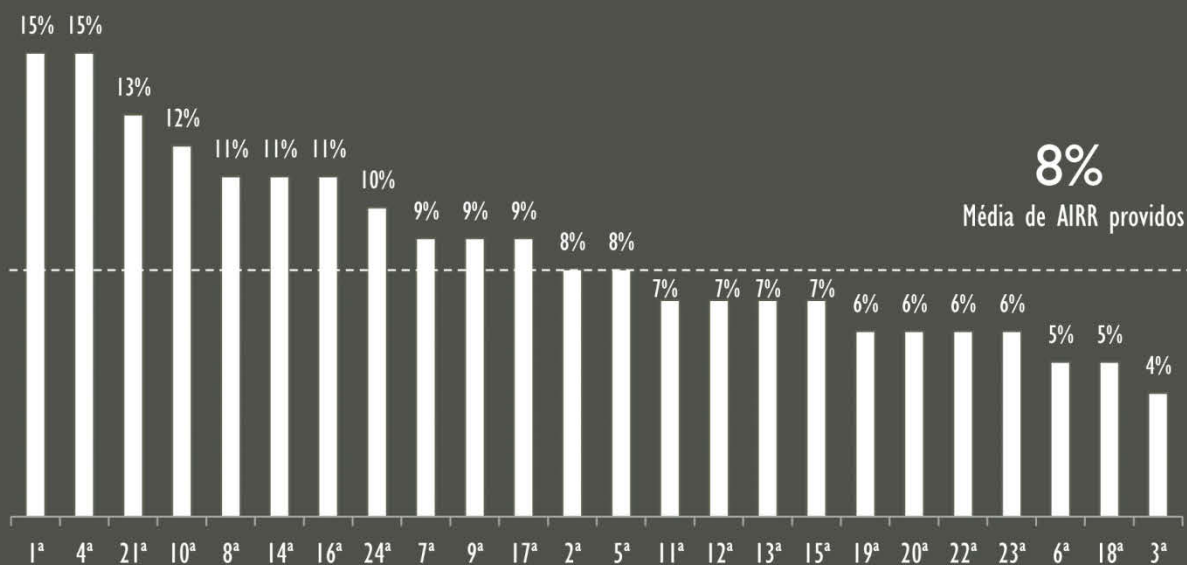
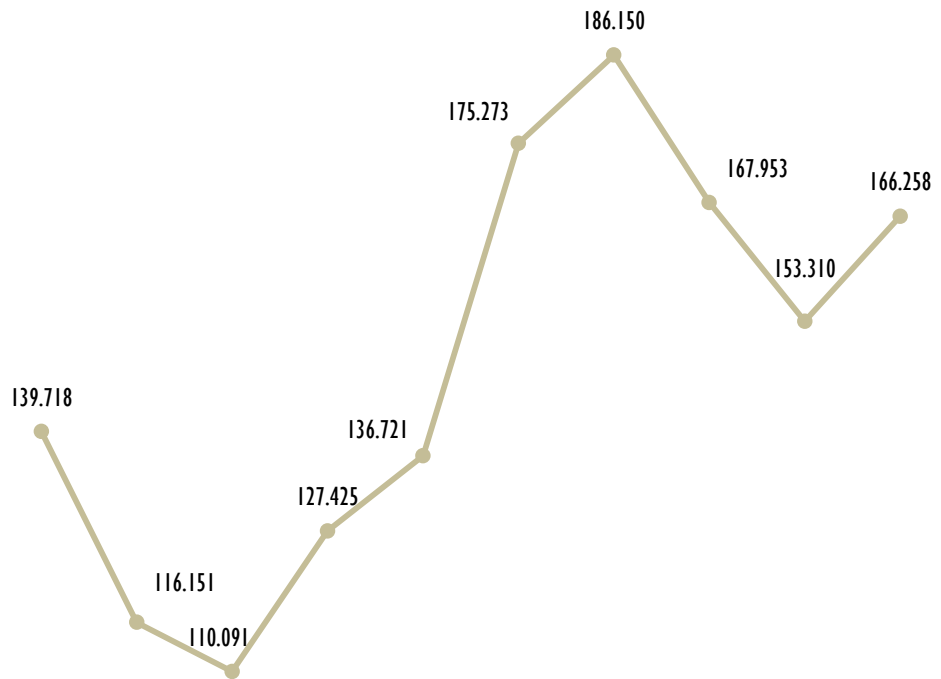


Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2008-2017.

Agravos de Instrumento em RR

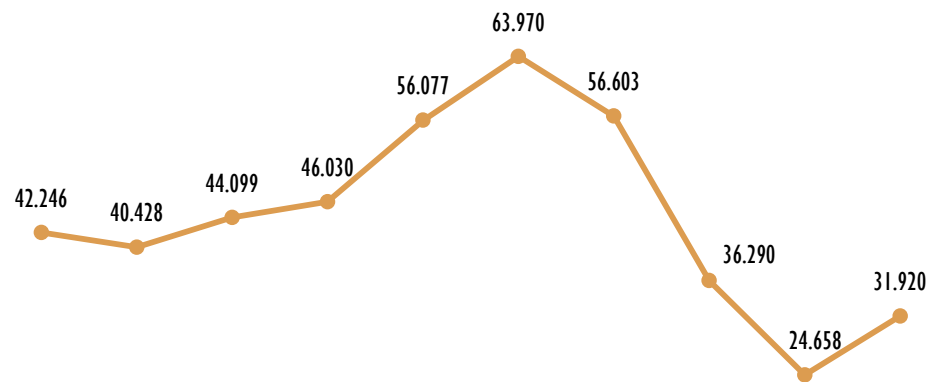


Após sucessivas reduções, houve

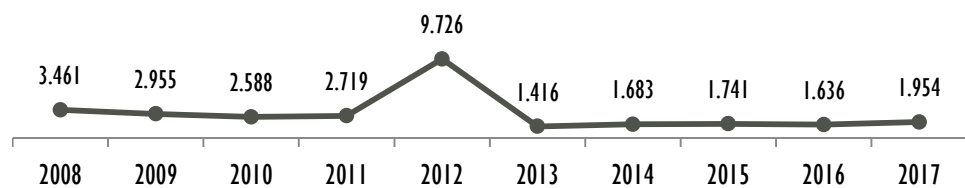
aumentos

nos quantitativo de Agravos de Instrumento recebidos no TST e de Recursos de Revista admitidos no TRT.

RR admitidos no TRT



RO admitidos no TRT



3.7. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Tabela 3.18. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2017.

TRT	Recebidos			Quitados			Pendentes de Quitação		
	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total
1ª - RJ	1.126	561	1.687	343	401	744	3.250	32	3.282
2ª - SP	2.512	190	2.702	512	86	598	9.097	494	9.591
3ª - MG	1.018	505	1.523	362	419	781	1.957	71	2.028
4ª - RS	1.912	494	2.406	1.120	510	1.630	7.275	42	7.317
5ª - BA	1.375	106	1.481	2.575	64	2.639	10.491	234	10.725
6ª - PE	174	63	237	145	66	211	293	-	293
7ª - CE	748	39	787	635	6	641	4.158	4	4.162
8ª - PA e AP	49	35	84	150	13	163	1.730	378	2.108
9ª - PR	1.234	227	1.461	945	191	1.136	6.856	63	6.919
10ª DF e TO	163	474	637	107	1.080	1.187	859	-	859
11ª - AM e RR	197	20	217	284	58	342	918	7	925
12ª - SC	537	66	603	248	79	327	1.795	-	1.795
13ª - PB	270	129	399	120	-	120	3.154	-	3.154
14ª - RO e AC	467	156	623	130	120	250	973	-	973
15ª - Campinas/SP	8.738	206	8.944	2.201	212	2.413	18.774	7	18.781
16ª - MA	405	16	421	800	9	809	1.263	1	1.264
17ª - ES	457	40	497	407	45	452	2.063	14	2.077
18ª - GO	136	96	232	329	66	395	1.900	79	1.979
19ª - AL	361	93	454	573	129	702	1.011	-	1.011
20ª - SE	138	79	217	180	68	248	903	-	903
21ª - RN	308	20	328	655	34	689	1.893	5	1.898
22ª - PI	1.496	-	1.496	896	-	896	5.708	-	5.708
23ª - MT	93	142	235	68	144	212	412	2	414
24ª - MS	20	138	158	76	90	166	231	-	231
Total	23.934	3.895	27.829	13.861	3.890	17.751	86.964	1.433	88.397

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2017.

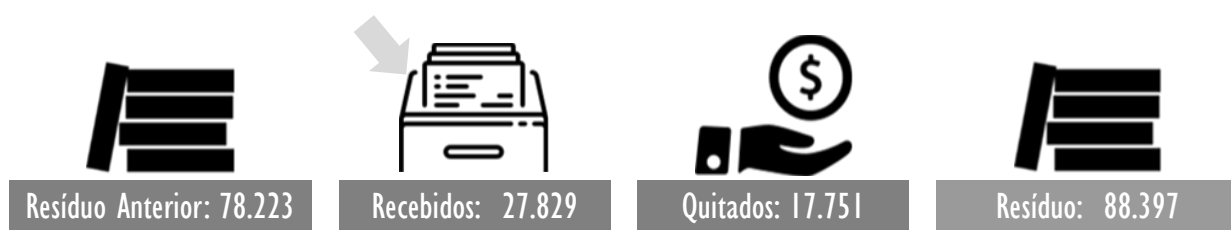


Tabela 3.19. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2017.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	859	267	1.126	154	407	561	1.687
2ª - SP	955	1.557	2.512	85	105	190	2.702
3ª - MG	843	175	1.018	272	233	505	1.523
4ª - RS	1.205	707	1.912	216	278	494	2.406
5ª - BA	1.198	177	1.375	13	93	106	1.481
6ª - PE	117	57	174	40	23	63	237
7ª - CE	737	11	748	20	19	39	787
8ª - PA e AP	43	6	49	12	23	35	84
9ª - PR	1.030	204	1.234	121	106	227	1.461
10ª DF e TO	71	92	163	390	84	474	637
11ª - AM e RR	171	26	197	4	16	20	217
12ª - SC	479	58	537	54	12	66	603
13ª - PB	178	92	270	45	84	129	399
14ª - RO e AC	359	108	467	75	81	156	623
15ª - Campinas/SP	7.085	1.653	8.738	120	86	206	8.944
16ª - MA	394	11	405	11	5	16	421
17ª - ES	347	110	457	13	27	40	497
18ª - GO	44	92	136	34	62	96	232
19ª - AL	357	4	361	88	5	93	454
20ª - SE	84	54	138	7	72	79	217
21ª - RN	302	6	308	13	7	20	328
22ª - PI	1.428	68	1.496	-	-	-	1.496
23ª - MT	73	20	93	17	125	142	235
24ª - MS	15	5	20	107	31	138	158
Total	18.374	5.560	23.934	1.911	1.984	3.895	27.829

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2017.

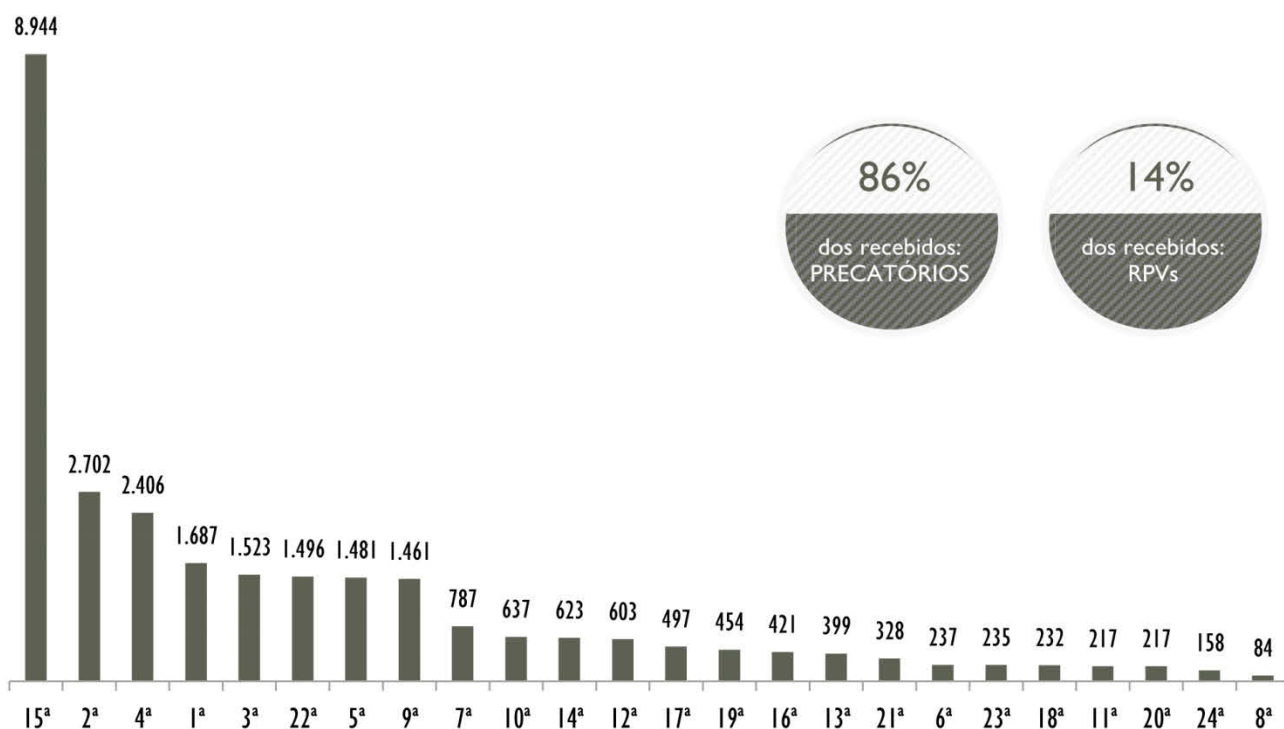


Tabela 3.20. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2017.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	205	138	343	92	309	401	744
2ª - SP	261	251	512	58	28	86	598
3ª - MG	248	114	362	215	204	419	781
4ª - RS	723	397	1.120	218	292	510	1.630
5ª - BA	2.435	140	2.575	3	61	64	2.639
6ª - PE	138	7	145	47	19	66	211
7ª - CE	630	5	635	6	-	6	641
8ª - PA e AP	147	3	150	6	7	13	163
9ª - PR	897	48	945	91	100	191	1.136
10ª DF e TO	61	46	107	347	733	1.080	1.187
11ª - AM e RR	259	25	284	13	45	58	342
12ª - SC	206	42	248	62	17	79	327
13ª - PB	93	27	120	-	-	-	120
14ª - RO e AC	118	12	130	60	60	120	250
15ª - Campinas/SP	1.833	368	2.201	120	92	212	2.413
16ª - MA	792	8	800	6	3	9	809
17ª - ES	305	102	407	10	35	45	452
18ª - GO	40	289	329	27	39	66	395
19ª - AL	512	61	573	114	15	129	702
20ª - SE	175	5	180	7	61	68	248
21ª - RN	653	2	655	12	22	34	689
22ª - PI	785	111	896	-	-	-	896
23ª - MT	52	16	68	16	128	144	212
24ª - MS	54	22	76	59	31	90	166
Total	11.622	2.239	13.861	1.589	2.301	3.890	17.751

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2017.

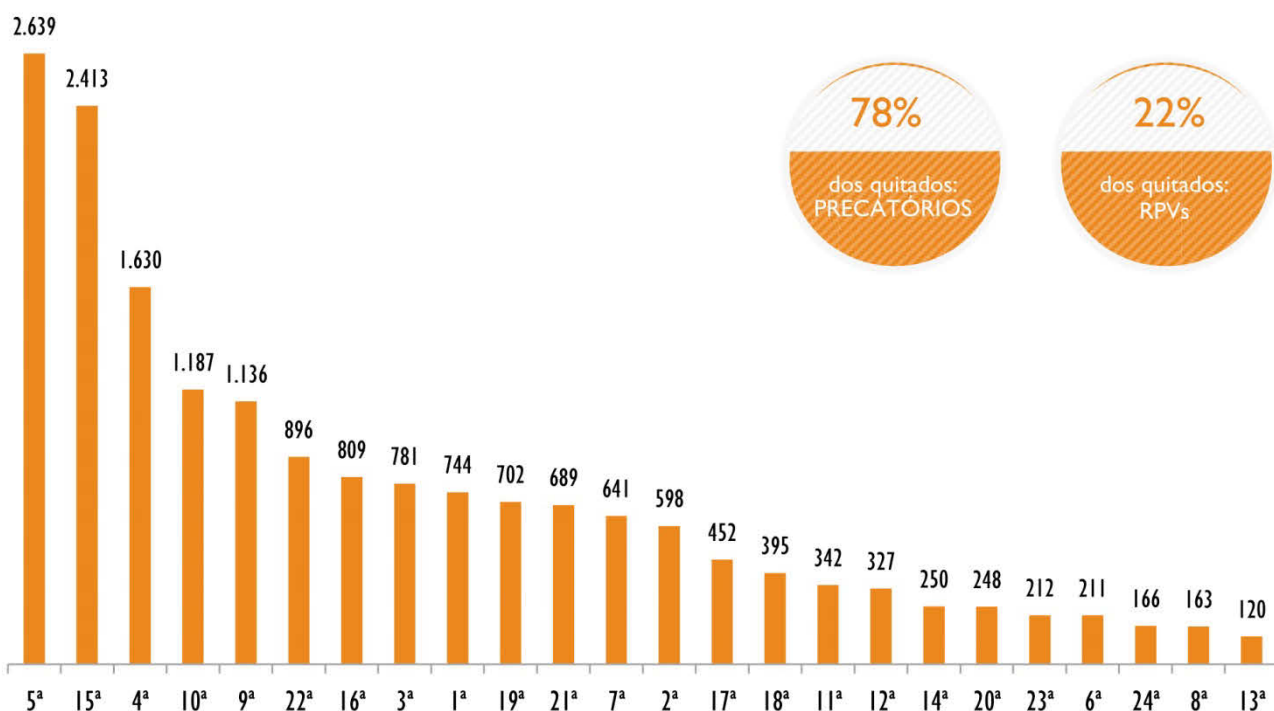
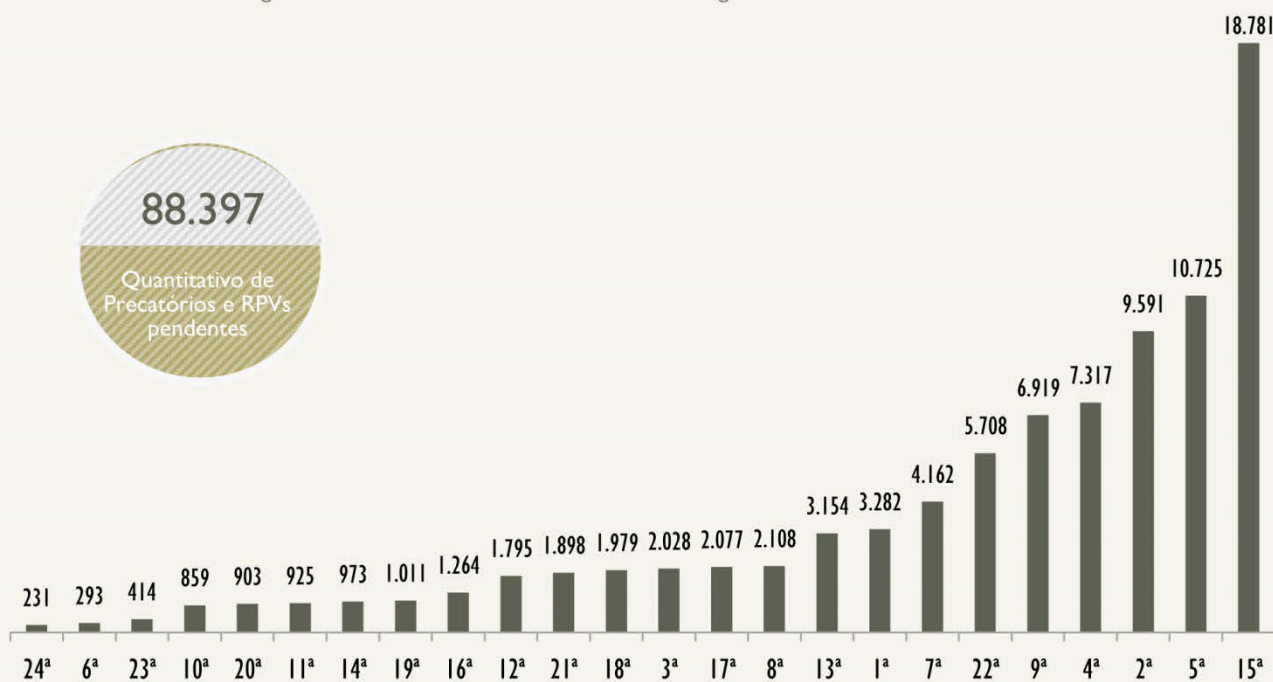


Tabela 3.21. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2017.

TRT	Precatórios			
	No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)
1ª - RJ	1.663	1.587	3.250	796.964.213,71
2ª - SP	5.651	3.446	9.097	3.124.258.466,04
3ª - MG	1.418	539	1.957	245.952.213,54
4ª - RS	2.721	4.554	7.275	1.213.838.891,50
5ª - BA	4.486	6.005	10.491	965.644.054,07
6ª - PE	66	227	293	343.166.608,54
7ª - CE	1.558	2.600	4.158	426.358.461,60
8ª - PA e AP	97	1.633	1.730	255.861.547,96
9ª - PR	2.586	4.270	6.856	981.092.508,05
10ª DF e TO	250	609	859	288.835.070,36
11ª - AM e RR	276	642	918	36.147.963,32
12ª - SC	1.288	507	1.795	135.205.665,98
13ª - PB	1.367	1.787	3.154	308.189.456,47
14ª - RO e AC	520	453	973	1.000.604.077,62
15ª - Campinas/SP	10.325	8.449	18.774	1.629.103.840,32
16ª - MA	425	838	1.263	156.374.336,87
17ª - ES	921	1.142	2.063	841.235.499,18
18ª - GO	152	1.748	1.900	155.354.702,38
19ª - AL	779	232	1.011	50.196.884,65
20ª - SE	324	579	903	274.046.255,62
21ª - RN	366	1.527	1.893	153.031.026,91
22ª - PI	2.941	2.767	5.708	263.665.727,21
23ª - MT	127	285	412	32.543.738,19
24ª - MS	47	184	231	15.331.982,51
Total	40.354	46.610	86.964	13.693.003.192,60

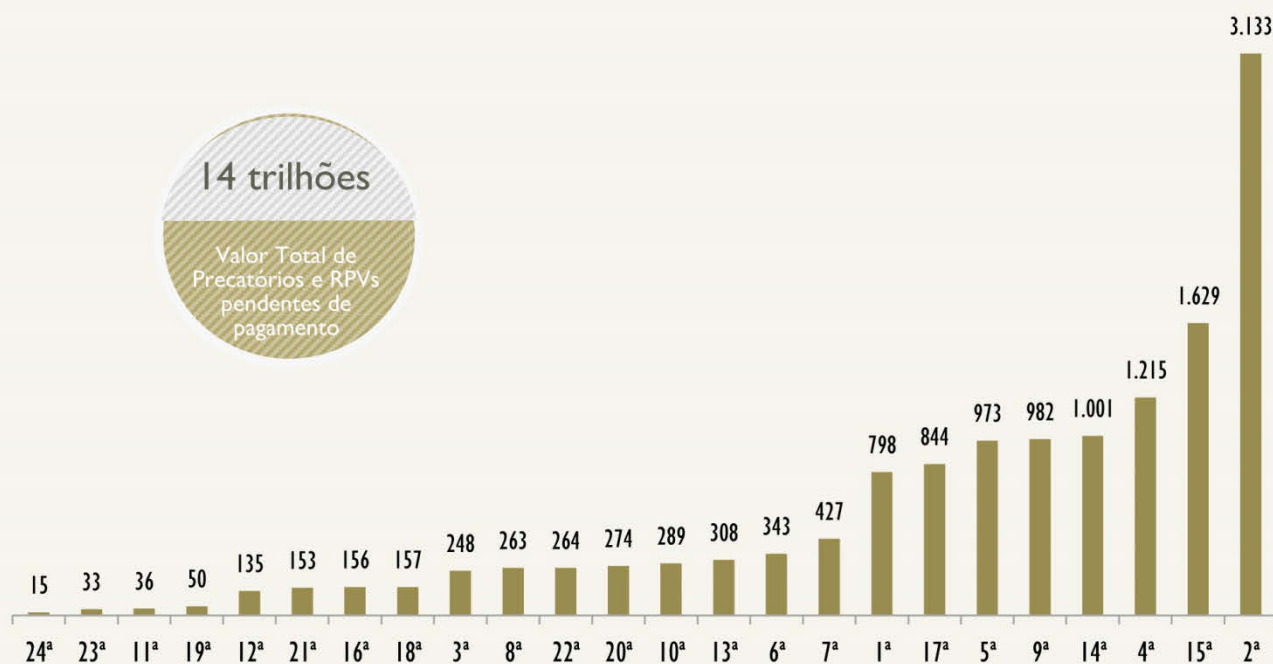
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2017.



Requisições de Pequeno Valor				Total	
No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)	Qtde.	Valor (em Reais)
32	-	32	875.896,98	3.282	R\$ 797.840.110,69
14	480	494	9.114.343,49	9.591	R\$ 3.133.372.809,53
61	10	71	1.884.640,01	2.028	R\$ 247.836.853,55
42	-	42	990.543,85	7.317	R\$ 1.214.829.435,35
119	115	234	7.727.798,45	10.725	R\$ 973.371.852,52
-	-	-	-	293	R\$ 343.166.608,54
-	4	4	149.305,95	4.162	R\$ 426.507.767,55
32	346	378	7.504.481,71	2.108	R\$ 263.366.029,67
44	19	63	599.320,33	6.919	R\$ 981.691.828,38
-	-	-	-	859	R\$ 288.835.070,36
7	-	7	107.593,15	925	R\$ 36.255.556,47
-	-	-	-	1.795	R\$ 135.205.665,98
-	-	-	-	3.154	R\$ 308.189.456,47
-	-	-	-	973	R\$ 1.000.604.077,62
7	-	7	95.012,22	18.781	R\$ 1.629.198.852,54
-	1	1	7.161,62	1.264	R\$ 156.381.498,49
3	11	14	2.288.686,45	2.077	R\$ 843.524.185,63
18	61	79	1.232.488,05	1.979	R\$ 156.587.190,43
-	-	-	-	1.011	R\$ 50.196.884,65
-	-	-	-	903	R\$ 274.046.255,62
1	4	5	-	1.898	R\$ 153.031.026,91
-	-	-	-	5.708	R\$ 263.665.727,21
1	1	2	18.535,37	414	R\$ 32.562.273,56
-	-	-	-	231	R\$ 15.331.982,51
381	1.052	1.433	32.595.807,63	88.397	R\$ 13.725.599.000,23

Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento (em Milhões de Reais). 2017.



4

Seção

Varas do Trabalho

4.1. Varas do Trabalho – Dados Gerais

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2017.

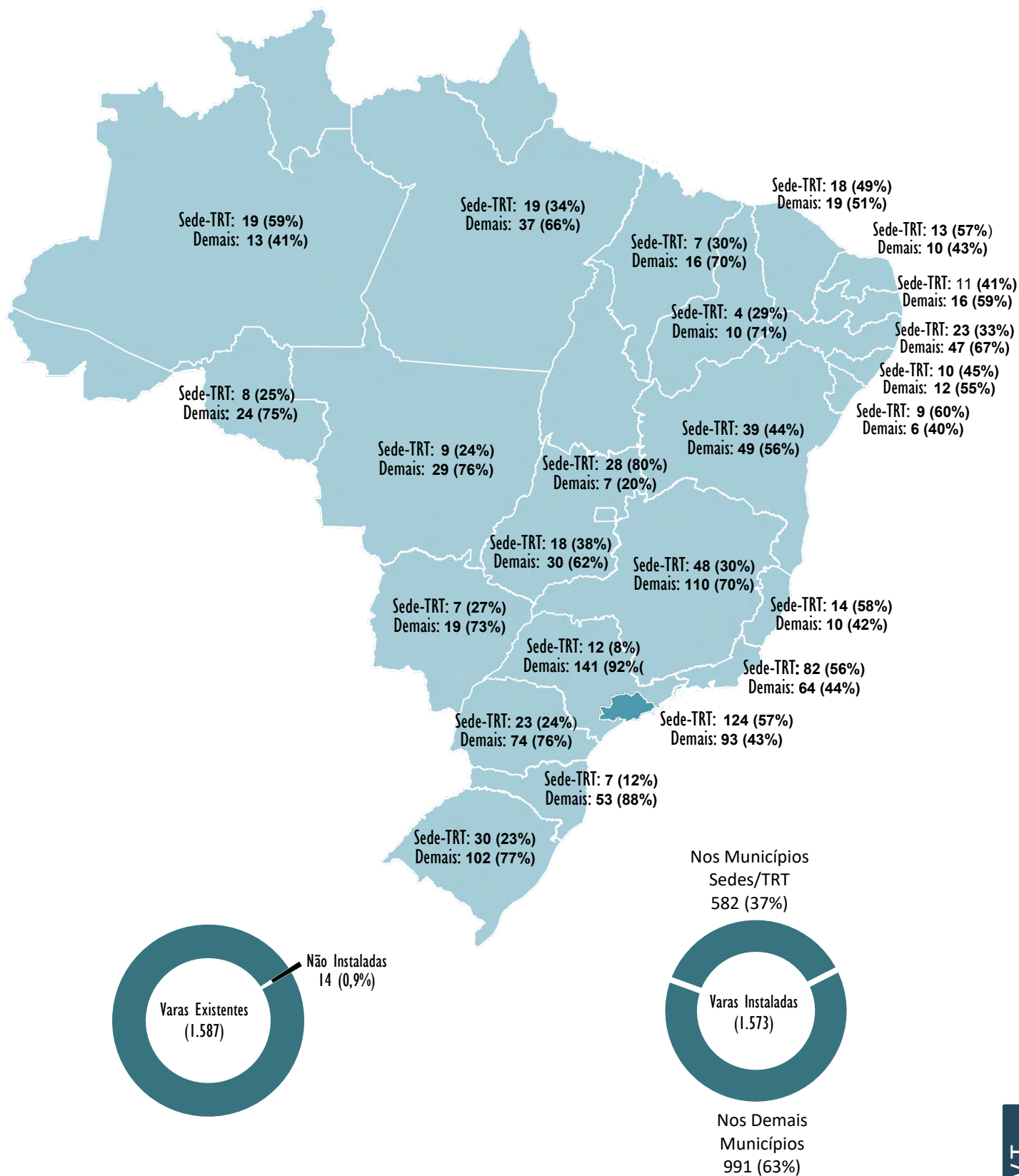


Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2017.



Notas:

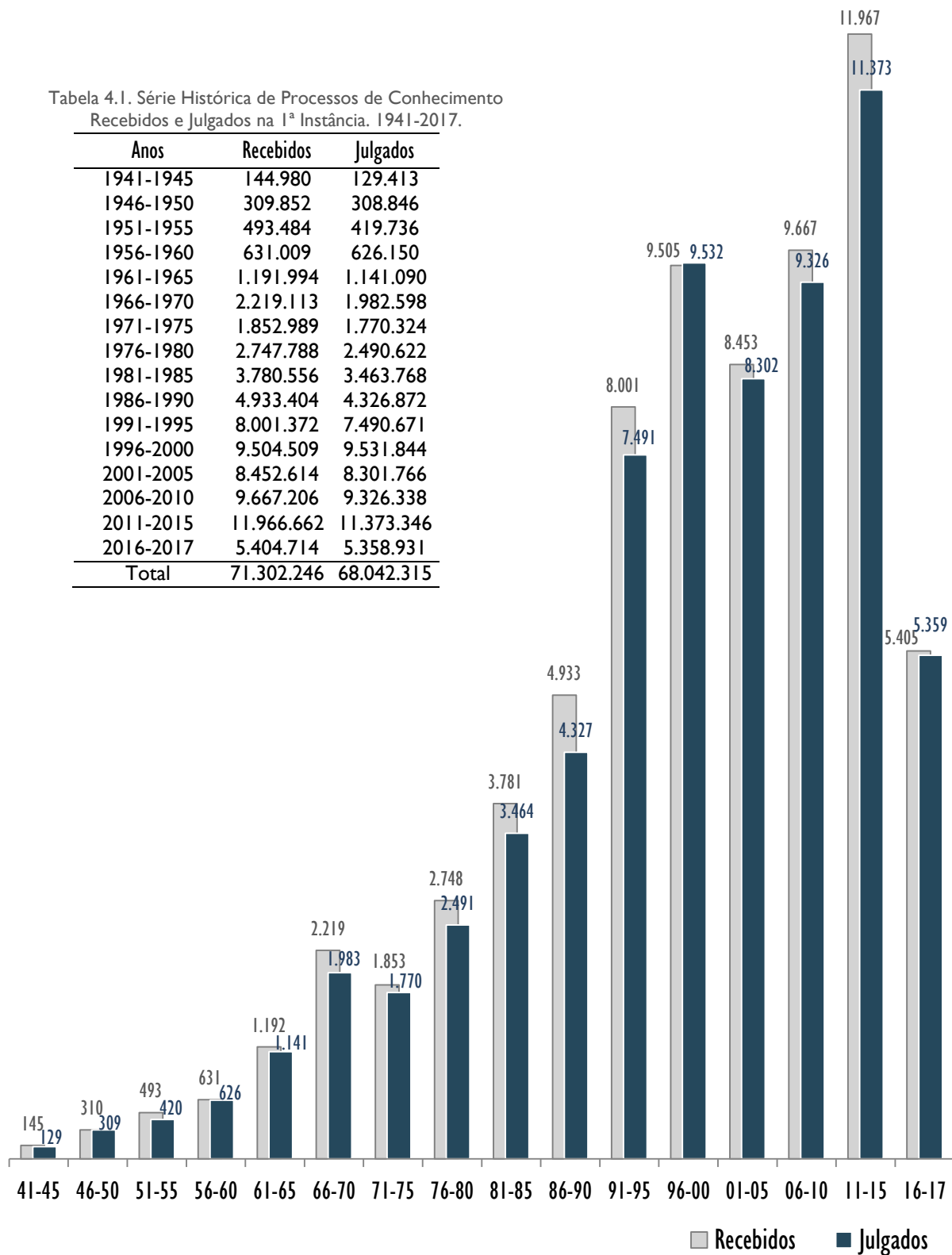
- 1) Número de municípios existentes obtido no site do IBGE;
- 2) Todos os municípios do País têm jurisdição trabalhista;
- 3) Percentual calculado sobre o número de municípios existentes.

4.2. Série Histórica

Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos).

Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância. 1941-2017.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	144.980	129.413
1946-1950	309.852	308.846
1951-1955	493.484	419.736
1956-1960	631.009	626.150
1961-1965	1.191.994	1.141.090
1966-1970	2.219.113	1.982.598
1971-1975	1.852.989	1.770.324
1976-1980	2.747.788	2.490.622
1981-1985	3.780.556	3.463.768
1986-1990	4.933.404	4.326.872
1991-1995	8.001.372	7.490.671
1996-2000	9.504.509	9.531.844
2001-2005	8.452.614	8.301.766
2006-2010	9.667.206	9.326.338
2011-2015	11.966.662	11.373.346
2016-2017	5.404.714	5.358.931
Total	71.302.246	68.042.315



4.3. Movimentação Processual

Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2017.

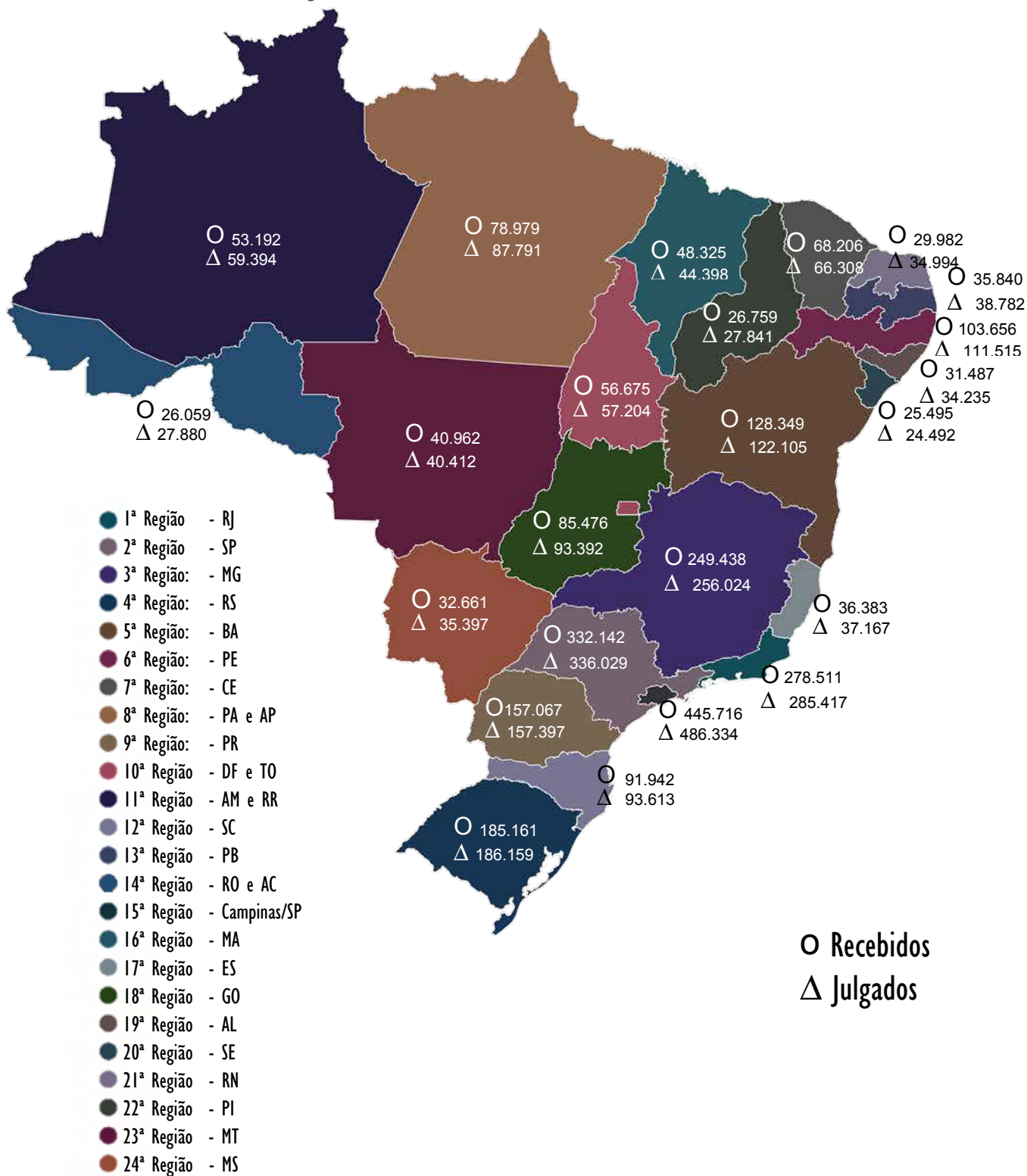


Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2017.

Região Judiciária	Resíduo de 2016	Recebidos				Total a Solucionar em 2017	Julgados		Resíduo de 2017		
		Casos Novos	%	Com Sentença Anulada/ Reformada	Total		%	Qtde.	%	Qtde.	%
1ª - RJ	219.463	276.436	10,5%	2.075	278.511	10,5%	497.974	285.417	10,4%	220.494	12,1%
2ª - SP	308.019	441.127	16,8%	4.589	445.716	16,8%	753.735	486.334	17,7%	279.901	15,4%
3ª - MG	134.447	246.813	9,4%	2.625	249.438	9,4%	383.885	256.024	9,3%	132.889	7,3%
4ª - RS	146.528	184.992	7,0%	169	185.161	7,0%	331.689	186.159	6,8%	152.176	8,4%
5ª - BA	91.933	127.705	4,9%	644	128.349	4,8%	220.282	122.105	4,4%	100.968	5,6%
6ª - PE	86.846	102.950	3,9%	706	103.656	3,9%	190.502	111.515	4,1%	83.947	4,6%
7ª - CE	26.650	67.781	2,6%	425	68.206	2,6%	94.856	66.308	2,4%	29.684	1,6%
8ª - PA e AP	40.042	78.384	3,0%	595	78.979	3,0%	119.021	87.791	3,2%	32.440	1,8%
9ª - PR	123.928	156.727	6,0%	340	157.067	5,9%	280.995	157.397	5,7%	127.764	7,0%
10ª - DF e TO	32.358	56.304	2,1%	371	56.675	2,1%	89.033	57.204	2,1%	33.293	1,8%
11ª - AM e RR	28.146	53.132	2,0%	60	53.192	2,0%	81.338	59.394	2,2%	23.797	1,3%
12ª - SC	66.185	91.515	3,5%	427	91.942	3,5%	158.127	93.613	3,4%	66.696	3,7%
13ª - PB	13.859	35.814	1,4%	26	35.840	1,4%	49.699	38.782	1,4%	12.926	0,7%
14ª - RO e AC	7.963	25.708	1,0%	351	26.059	1,0%	34.022	27.880	1,0%	6.091	0,3%
15ª - Campinas/SP	315.807	329.732	12,5%	2.410	332.142	12,5%	647.949	336.029	12,2%	319.693	17,6%
16ª - MA	30.226	48.217	1,8%	108	48.325	1,8%	78.551	44.398	1,6%	34.778	1,9%
17ª - ES	26.514	35.859	1,4%	524	36.383	1,4%	62.897	37.167	1,4%	26.678	1,5%
18ª - GO	37.116	85.056	3,2%	420	85.476	3,2%	122.592	93.392	3,4%	31.078	1,7%
19ª - AL	12.946	31.384	1,2%	103	31.487	1,2%	44.433	34.235	1,2%	11.395	0,6%
20ª - SE	17.767	25.357	1,0%	138	25.495	1,0%	43.262	24.492	0,9%	19.548	1,1%
21ª - RN	13.234	29.884	1,1%	98	29.982	1,1%	43.216	34.994	1,3%	8.940	0,5%
22ª - PI	13.075	26.706	1,0%	53	26.759	1,0%	39.834	27.841	1,0%	12.912	0,7%
23ª - MT	17.218	40.740	1,5%	222	40.962	1,5%	58.180	40.412	1,5%	18.312	1,0%
24ª - MS	32.244	32.519	1,2%	142	32.661	1,2%	64.905	35.397	1,3%	30.028	1,7%
Total	1.842.514	2.630.842	100,0%	17.621	2.648.463	100,0%	4.490.977	2.744.280	100,0%	1.816.428	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2017.

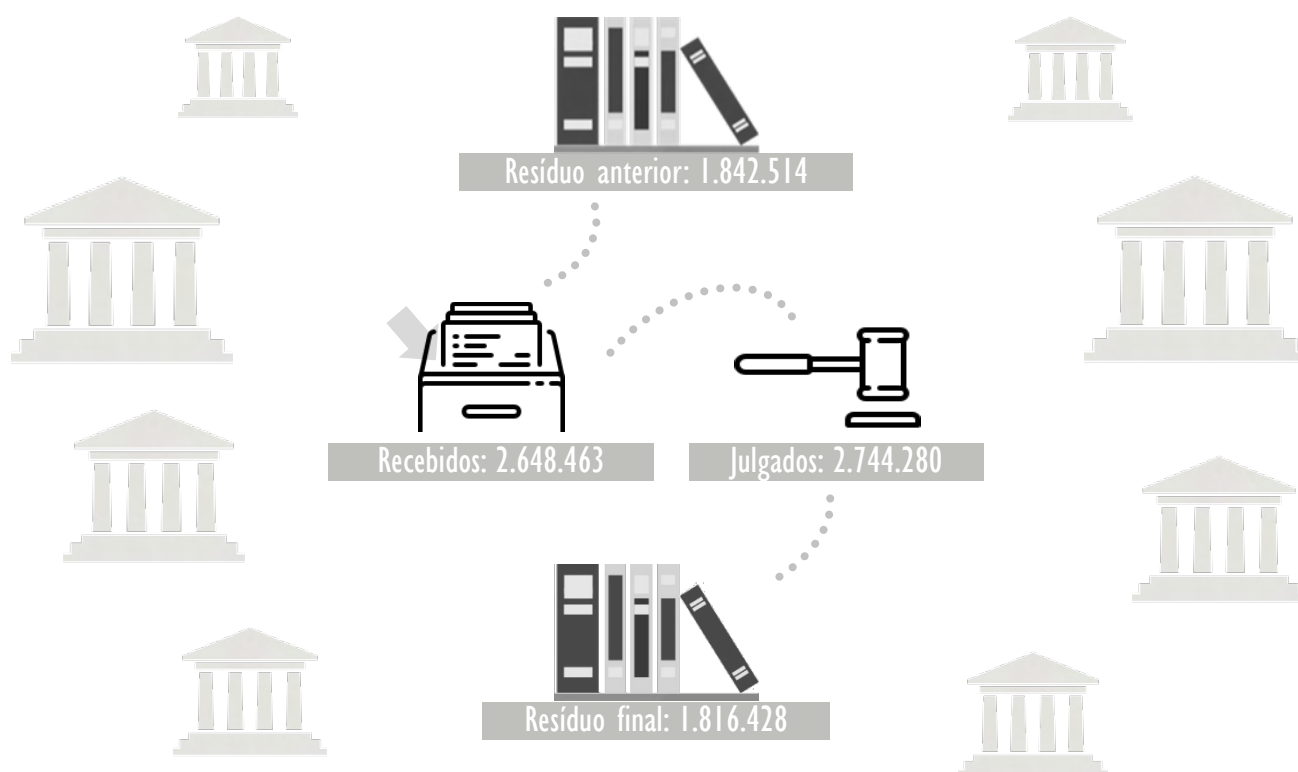


Figura 4.6. Total a Julgar na 1ª Instância. 2017.

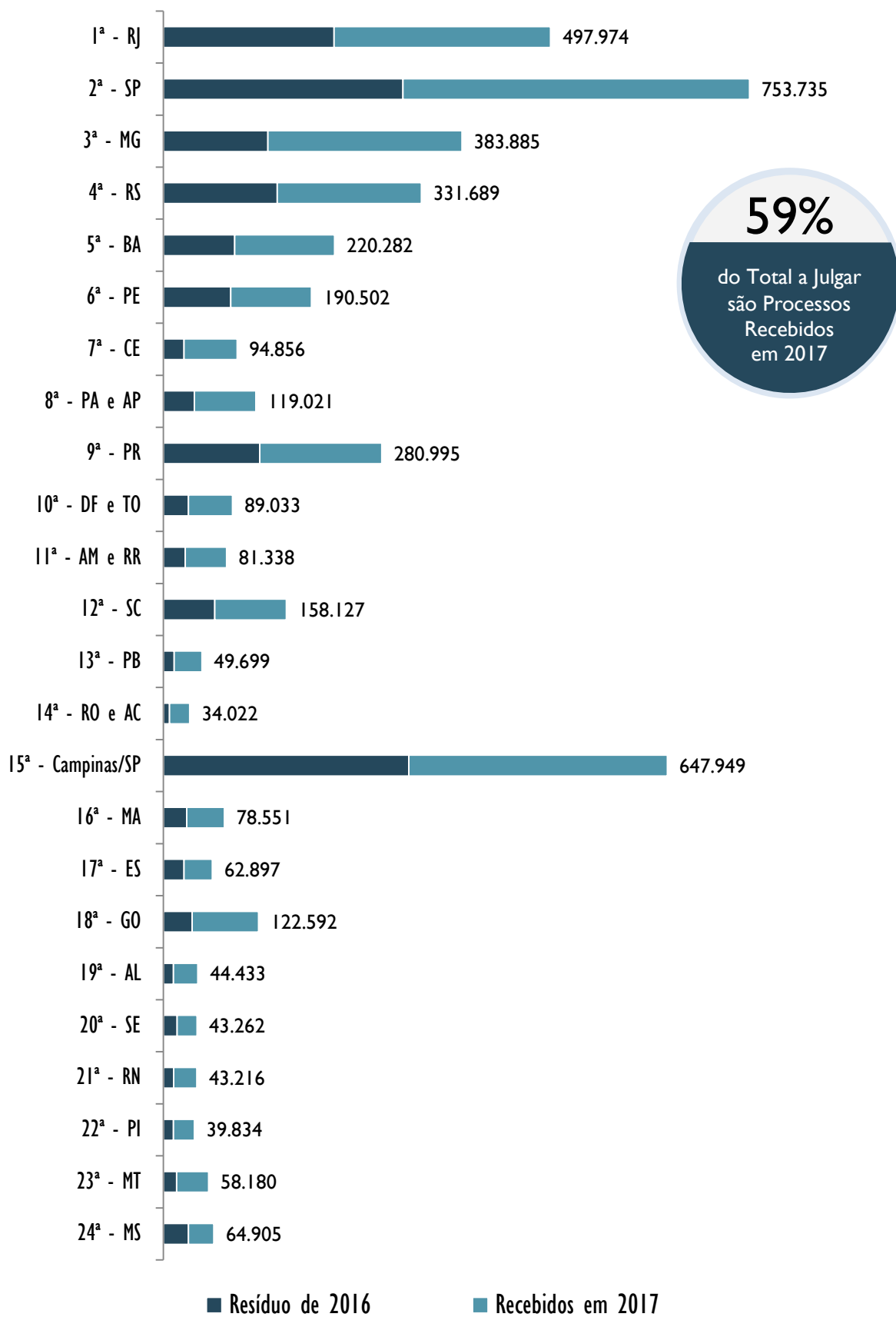


Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2017.

Região Geográfica/ Unidade da Federação		Recebidos		Julgados	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	AC	6.283	3,7%	6.984	0,3%
	AM	47.660	27,9%	52.815	1,9%
	AP	12.899	7,5%	16.289	0,6%
	PA	66.080	38,7%	71.502	2,6%
	RO	19.776	11,6%	20.896	0,8%
	RR	5.532	3,2%	6.579	0,2%
	TO	12.739	7,5%	12.900	0,5%
	<i>Subtotal</i>	170.969	6,5%	187.965	6,8%
Nordeste	AL	31.487	6,3%	34.235	1,2%
	BA	128.349	25,8%	122.105	4,4%
	CE	68.206	13,7%	66.308	2,4%
	MA	48.325	9,7%	44.398	1,6%
	PB	35.840	7,2%	38.782	1,4%
	PE	103.656	20,8%	111.515	4,1%
	PI	26.759	5,4%	27.841	1,0%
	RN	29.982	6,0%	34.994	1,3%
	SE	25.495	5,1%	24.492	0,9%
<i>Subtotal</i>	498.099	18,8%	504.670	18,4%	
Centro-Oeste	DF	43.936	21,6%	44.304	1,6%
	GO	85.476	42,1%	93.392	3,4%
	MS	32.661	16,1%	35.397	1,3%
	MT	40.962	20,2%	40.412	1,5%
	<i>Subtotal</i>	203.035	7,7%	213.505	7,8%
Sudeste	ES	36.383	2,7%	37.167	1,4%
	MG	249.438	18,6%	256.024	9,3%
	RJ	278.511	20,8%	285.417	10,4%
	SP	777.858	58,0%	822.363	30,0%
	<i>Subtotal</i>	1.342.190	50,7%	1.400.971	51,1%
Sul	PR	157.067	36,2%	157.397	5,7%
	RS	185.161	42,6%	186.159	6,8%
	SC	91.942	21,2%	93.613	3,4%
	<i>Subtotal</i>	434.170	16,4%	437.169	15,9%
Total		2.648.463	100,0%	2.744.280	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2017.

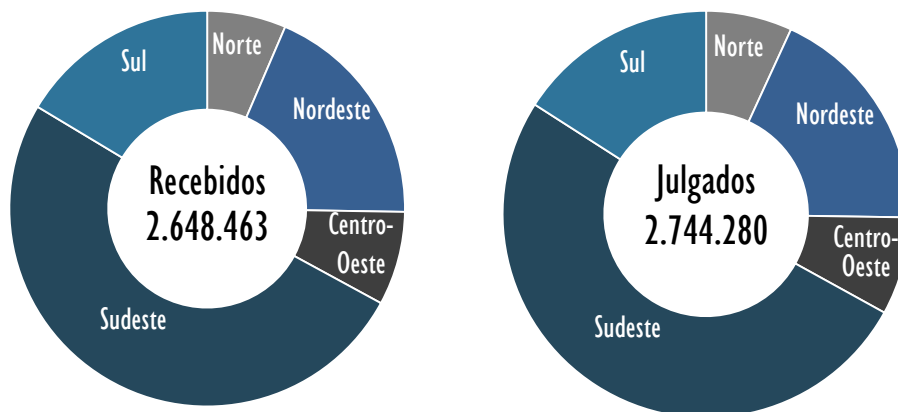


Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2017.

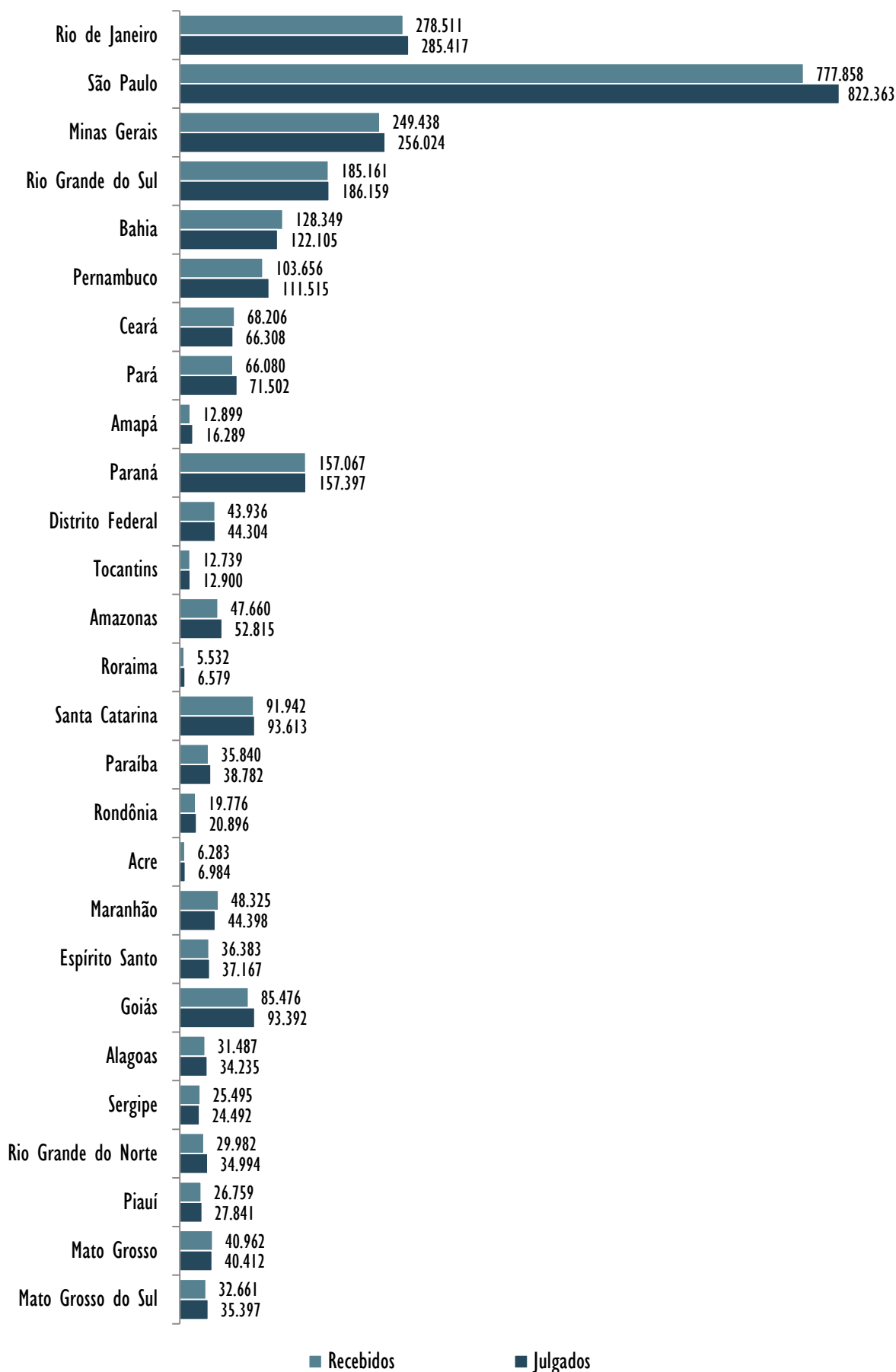




Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

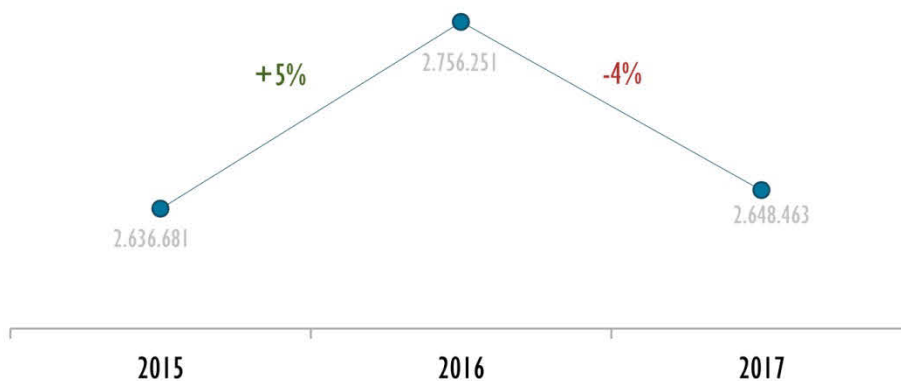


Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	255.464	276.581	278.511	+8%	+1%
2ª - SP	454.013	482.248	445.716	+6%	-8%
3ª - MG	265.595	272.433	249.438	+3%	-8%
4ª - RS	181.236	187.342	185.161	+3%	-1%
5ª - BA	117.397	122.112	128.349	+4%	+5%
6ª - PE	109.302	108.578	103.656	-1%	-5%
7ª - CE	58.296	67.221	68.206	+15%	+1%
8ª - PA e AP	91.392	89.728	78.979	-2%	-12%
9ª - PR	154.554	158.155	157.067	+2%	-1%

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	63.323	59.199	56.675	-7%	-4%
11ª - AM e RR	58.876	60.653	53.192	+3%	-12%
12ª - SC	88.576	96.202	91.942	+9%	-4%
13ª - PB	34.382	37.070	35.840	+8%	-3%
14ª - RO e AC	29.870	27.843	26.059	-7%	-6%
15ª - Campinas/SP	317.309	337.559	332.142	+6%	-2%
16ª - MA	34.628	44.313	48.325	+28%	+9%
17ª - ES	40.900	39.291	36.383	-4%	-7%
18ª - GO	89.464	92.675	85.476	+4%	-8%
19ª - AL	32.732	32.053	31.487	-2%	-2%
20ª - SE	24.566	26.260	25.495	+7%	-3%
21ª - RN	29.027	34.529	29.982	+19%	-13%
22ª - PI	26.324	28.113	26.759	+7%	-5%
23ª - MT	43.676	41.075	40.962	-6%	-0%
24ª - MS	35.779	35.018	32.661	-2%	-7%



Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

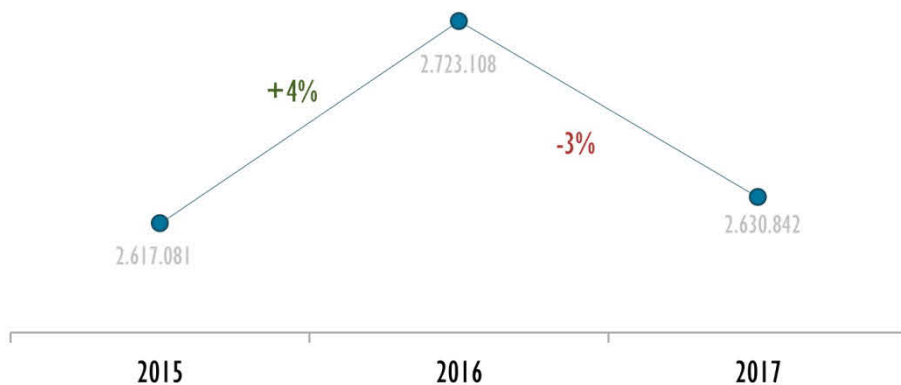


Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	253.063	274.651	276.436	+9%	+1%
2ª - SP	449.922	462.268	441.127	+3%	-5%
3ª - MG	262.314	269.988	246.813	+3%	-9%
4ª - RS	180.404	186.949	184.992	+4%	-1%
5ª - BA	115.909	120.699	127.705	+4%	+6%
6ª - PE	108.554	107.813	102.950	-1%	-5%
7ª - CE	57.602	66.850	67.781	+16%	+1%
8ª - PA e AP	91.148	89.194	78.384	-2%	-12%
9ª - PR	154.484	158.044	156.727	+2%	-1%

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	62.954	58.793	56.304	-7%	-4%
11ª - AM e RR	58.756	60.586	53.132	+3%	-12%
12ª - SC	88.237	95.745	91.515	+9%	-4%
13ª - PB	34.345	37.054	35.814	+8%	-3%
14ª - RO e AC	29.554	27.721	25.708	-6%	-7%
15ª - Campinas/SP	315.186	335.522	329.732	+6%	-2%
16ª - MA	34.213	44.153	48.217	+29%	+9%
17ª - ES	40.407	38.813	35.859	-4%	-8%
18ª - GO	89.022	92.299	85.056	+4%	-8%
19ª - AL	32.672	31.951	31.384	-2%	-2%
20ª - SE	24.395	25.983	25.357	+7%	-2%
21ª - RN	28.779	34.231	29.884	+19%	-13%
22ª - PI	26.222	28.052	26.706	+7%	-5%
23ª - MT	43.249	40.838	40.740	-6%	0%
24ª - MS	35.690	34.911	32.519	-2%	-7%



Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2015-2017.

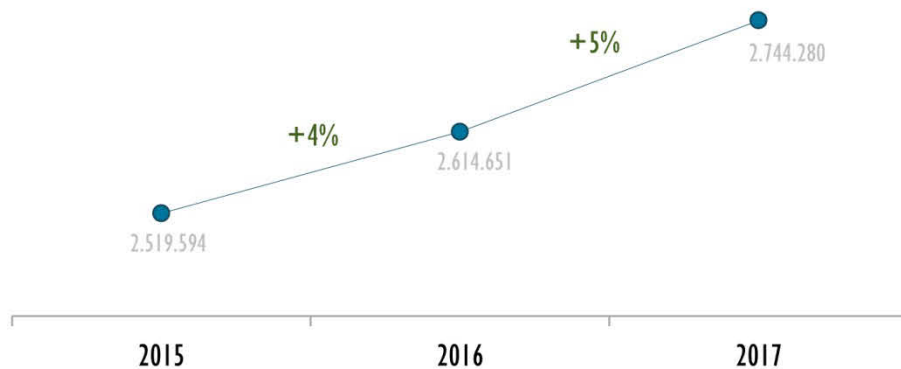


Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2015-2017.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	244.122	260.530	285.417	+7%	+10%
2ª - SP	497.867	451.755	486.334	-9%	+8%
3ª - MG	259.263	265.269	256.024	+2%	-3%
4ª - RS	165.205	177.578	186.159	+7%	+5%
5ª - BA	103.509	113.936	122.105	+10%	+7%
6ª - PE	98.219	109.690	111.515	+12%	+2%
7ª - CE	53.803	64.498	66.308	+20%	+3%
8ª - PA e AP	84.317	89.042	87.791	+6%	-1%
9ª - PR	136.174	148.769	157.397	+9%	+6%

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	59.880	59.909	57.204	+0,1%	-5%
11ª - AM e RR	60.469	59.556	59.394	-2%	-0,3%
12ª - SC	79.608	92.567	93.613	+16%	+1%
13ª - PB	32.171	37.546	38.782	+17%	+3%
14ª - RO e AC	28.119	26.879	27.880	-4%	+4%
15ª - Campinas/SP	279.210	304.376	336.029	+9%	+10%
16ª - MA	33.527	32.357	44.398	-3%	+37%
17ª - ES	35.803	38.343	37.167	+7%	-3%
18ª - GO	85.452	93.137	93.392	+9%	0%
19ª - AL	33.977	34.157	34.235	+1%	+0%
20ª - SE	22.981	23.531	24.492	+2%	+4%
21ª - RN	28.472	32.058	34.994	+13%	+9%
22ª - PI	25.784	27.248	27.841	+6%	+2%
23ª - MT	41.779	40.184	40.412	-4%	+1%
24ª - MS	29.883	31.736	35.397	+6%	+12%



Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

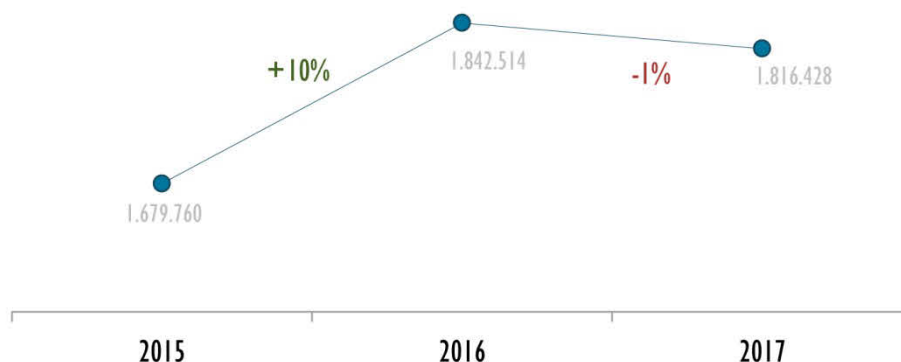


Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2015-2017.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	196.155	219.463	220.494	+12%	+0%
2ª - SP	298.258	308.019	279.901	+3%	-9%
3ª - MG	120.974	134.447	132.889	+11%	-1%
4ª - RS	133.202	146.528	152.176	+10%	+4%
5ª - BA	81.038	91.933	100.968	+13%	+10%
6ª - PE	85.375	86.846	83.947	+2%	-3%
7ª - CE	23.374	26.650	29.684	+14%	+11%
8ª - PA e AP	38.704	40.042	32.440	+3%	-19%
9ª - PR	112.257	123.928	127.764	+10%	+3%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	31.820	32.358	33.293	+2%	+3%
11ª - AM e RR	24.890	28.146	23.797	+13%	-15%
12ª - SC	60.867	66.185	66.696	+9%	+1%
13ª - PB	13.825	13.859	12.926	+0,2%	-7%
14ª - RO e AC	6.773	7.963	6.091	+18%	-24%
15ª - Campinas/SP	279.638	315.807	319.693	+13%	+1%
16ª - MA	17.630	30.226	34.778	+71%	+15%
17ª - ES	24.452	26.514	26.678	+8%	+1%
18ª - GO	35.916	37.116	31.078	+3%	-16%
19ª - AL	13.727	12.946	11.395	-6%	-12%
20ª - SE	15.037	17.767	19.548	+18%	+10%
21ª - RN	10.520	13.234	8.940	+26%	-32%
22ª - PI	11.943	13.075	12.912	+9%	-1%
23ª - MT	14.763	17.218	18.312	+17%	+6%
24ª - MS	28.622	32.244	30.028	+13%	-7%

Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2017.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	1.009	1.034	799
2ª - SP	999	1.090	628
3ª - MG	924	948	492
4ª - RS	756	760	621
5ª - BA	698	664	549
6ª - PE	757	814	613
7ª - CE	988	961	430
8ª - PA e AP	831	924	341
9ª - PR	868	870	706
10ª - DF e TO	659	665	387
11ª - AM e RR	1.132	1.264	506
12ª - SC	821	836	596
13ª - PB	607	657	219
14ª - RO e AC	483	516	113
15ª - Campinas/SP	918	928	883
16ª - MA	986	906	710
17ª - ES	662	676	485
18ª - GO	919	1.004	334
19ª - AL	716	778	259
20ª - SE	879	845	674
21ª - RN	666	778	199
22ª - PI	923	960	445
23ª - MT	561	554	251
24ª - MS	583	632	536
Média	806	836	491

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2017.

Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2017.

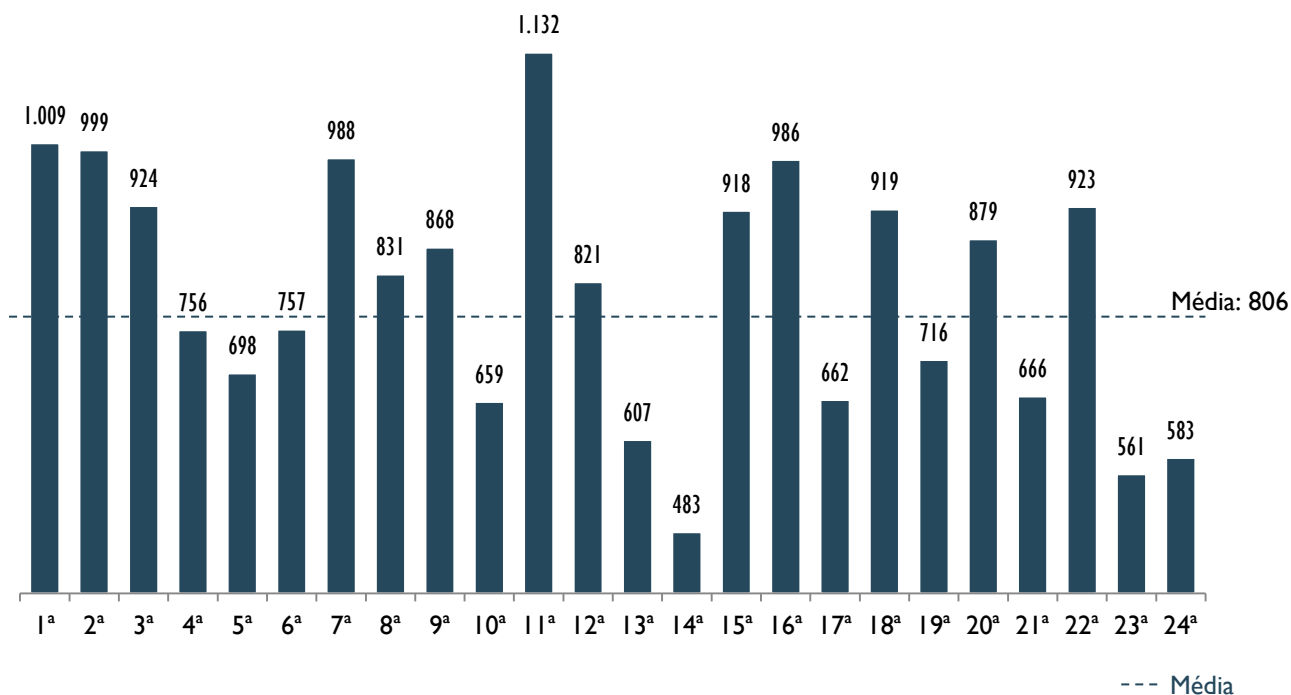


Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2017.

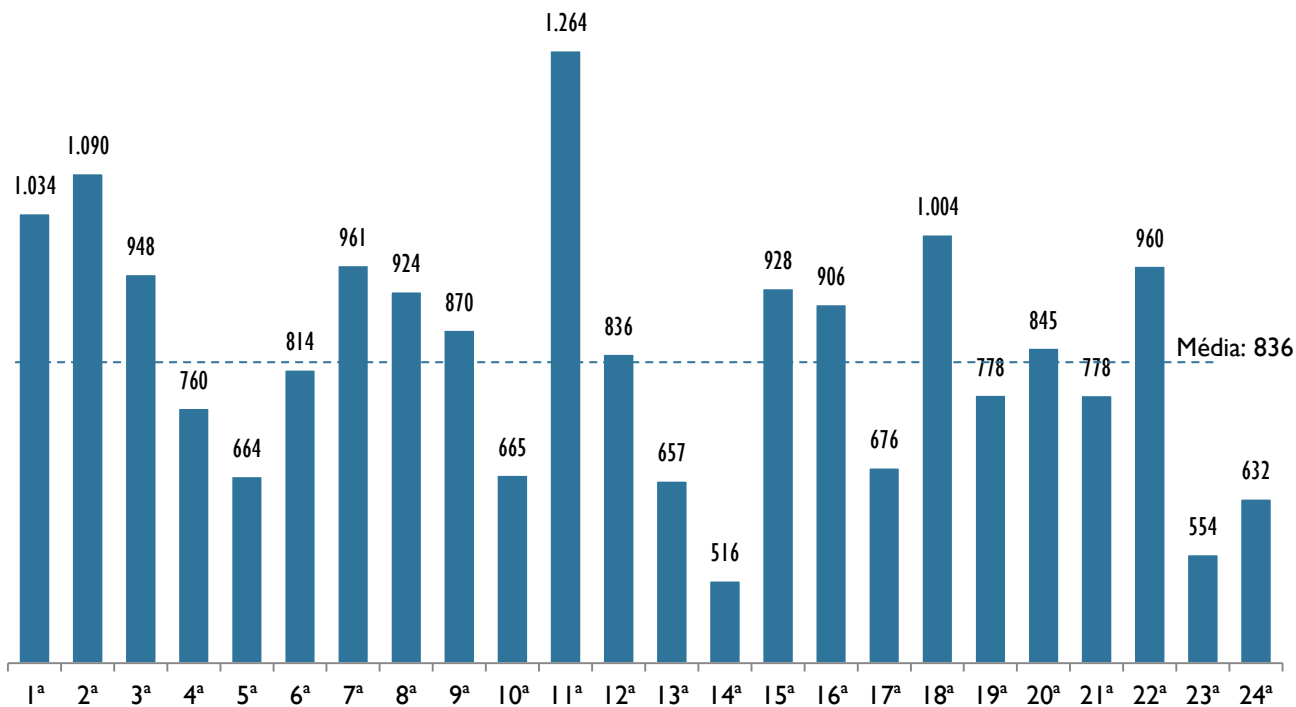


Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2017.

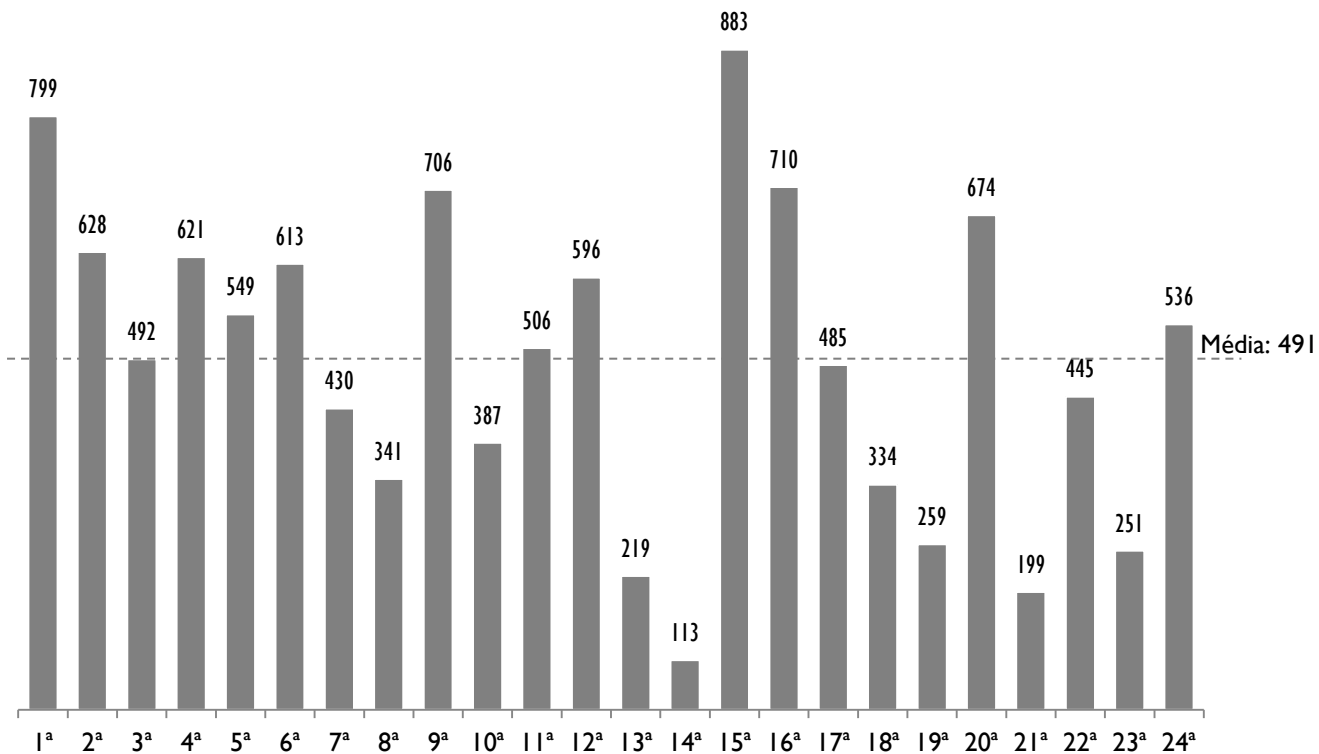


Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2017.

TRT	Iniciadas por Magistrado	Encerradas por Magistrado	Pendentes por Magistrado
1ª - RJ	387	202	1.238
2ª - SP	233	119	1.166
3ª - MG	248	232	774
4ª - RS	243	217	961
5ª - BA	255	238	862
6ª - PE	306	300	605
7ª - CE	329	285	1.171
8ª - PA e AP	290	252	562
9ª - PR	244	168	1.167
10ª - DF e TO	233	239	899
11ª - AM e RR	308	351	439
12ª - SC	278	227	645
13ª - PB	227	179	426
14ª - RO e AC	186	152	453
15ª - Campinas/SP	283	260	477
16ª - MA	267	249	1.060
17ª - ES	307	507	762
18ª - GO	286	227	710
19ª - AL	287	204	1.261
20ª - SE	297	264	921
21ª - RN	364	258	877
22ª - PI	442	216	1.164
23ª - MT	175	126	593
24ª - MS	203	146	537
Média	278	234	822

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2017.

Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2017.

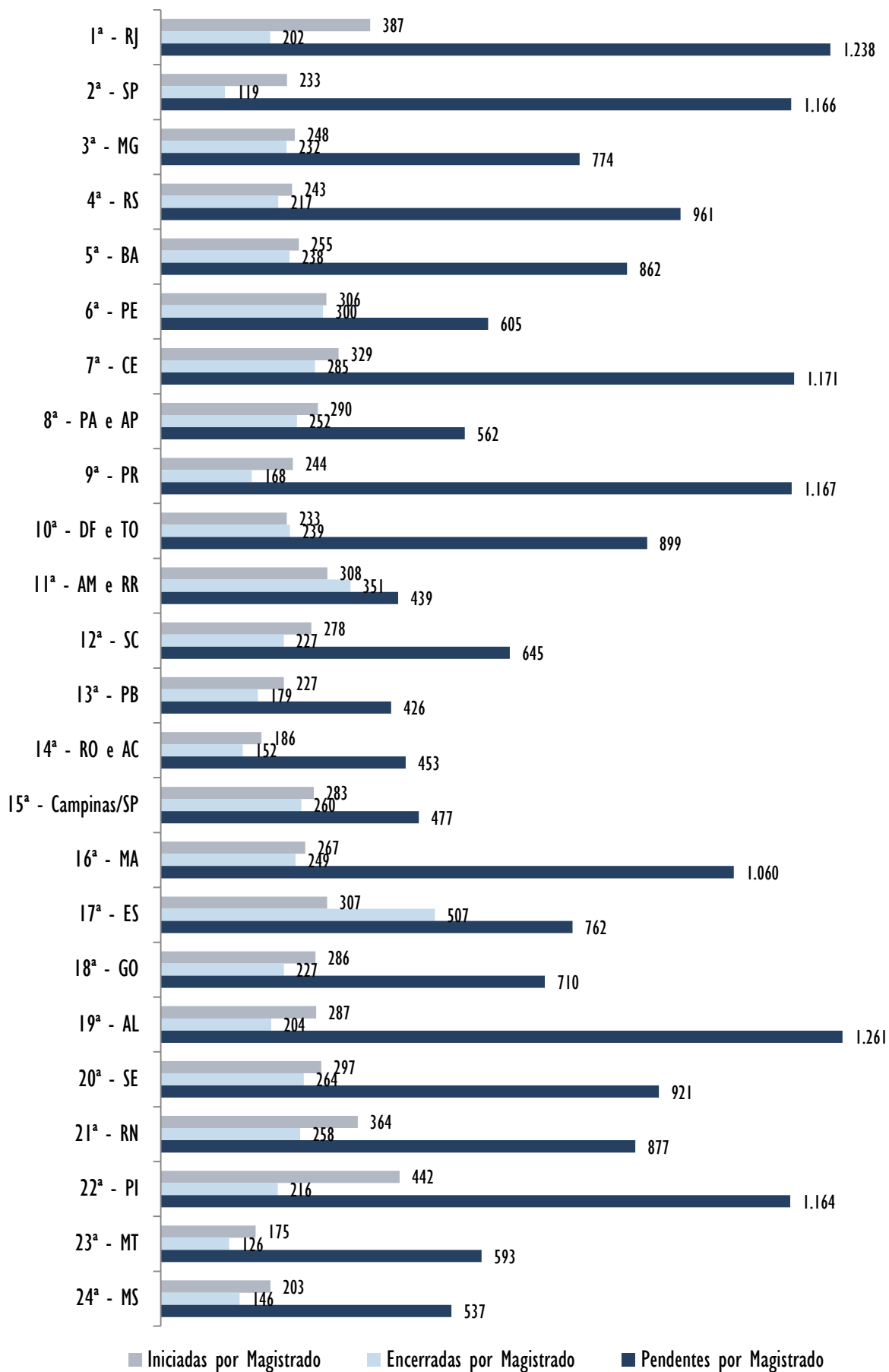


Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2017.

Região Judiciária	Total de Casos Novos	Casos Novos no Rito Sumaríssimo	
		Quantidade	%
1ª - RJ	276.436	35.601	12,9%
2ª - SP	441.127	89.232	20,2%
3ª - MG	246.813	113.804	46,1%
4ª - RS	184.992	31.015	16,8%
5ª - BA	127.705	12.441	9,7%
6ª - PE	102.950	25.244	24,5%
7ª - CE	67.781	34.989	51,6%
8ª - PA e AP	78.384	28.183	36,0%
9ª - PR	156.724	12.199	7,8%
10ª - DF e TO	56.304	16.155	28,7%
11ª - AM e RR	53.132	20.446	38,5%
12ª - SC	91.515	11.475	12,5%
13ª - PB	35.814	9.690	27,1%
14ª - RO e AC	25.708	7.119	27,7%
15ª - Campinas/SP	329.732	80.637	24,5%
16ª - MA	48.217	19.943	41,4%
17ª - ES	35.859	8.991	25,1%
18ª - GO	85.056	36.083	42,4%
19ª - AL	31.384	9.449	30,1%
20ª - SE	25.357	8.329	32,8%
21ª - RN	29.884	10.920	36,5%
22ª - PI	26.706	11.648	43,6%
23ª - MT	40.740	8.687	21,3%
24ª - MS	32.519	6.607	20,3%
Total	2.630.839	648.887	24,7%

Nota: Percentual calculado sobre o total de casos novos na Região Judiciária.

Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2017.

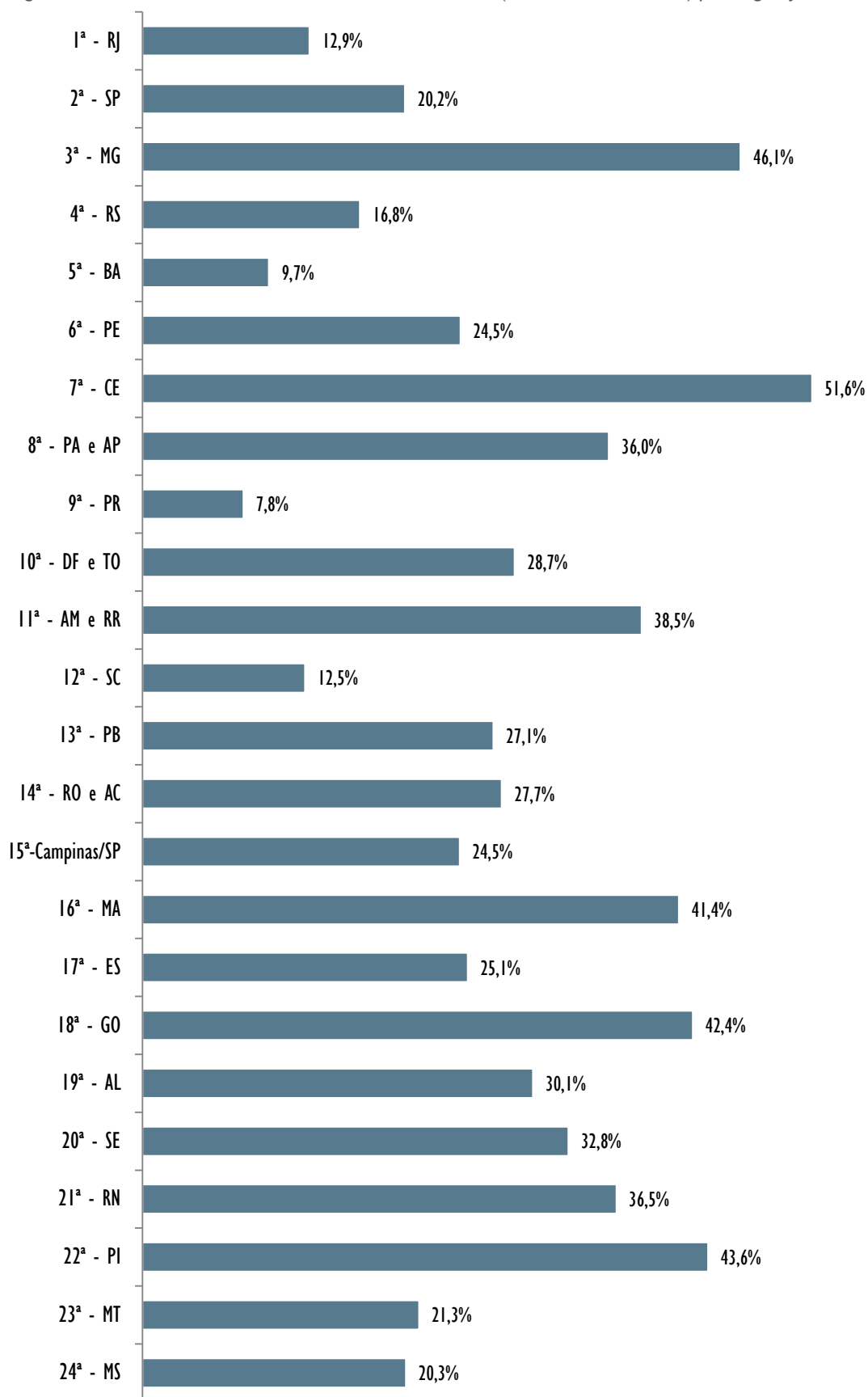


Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2008-2017.

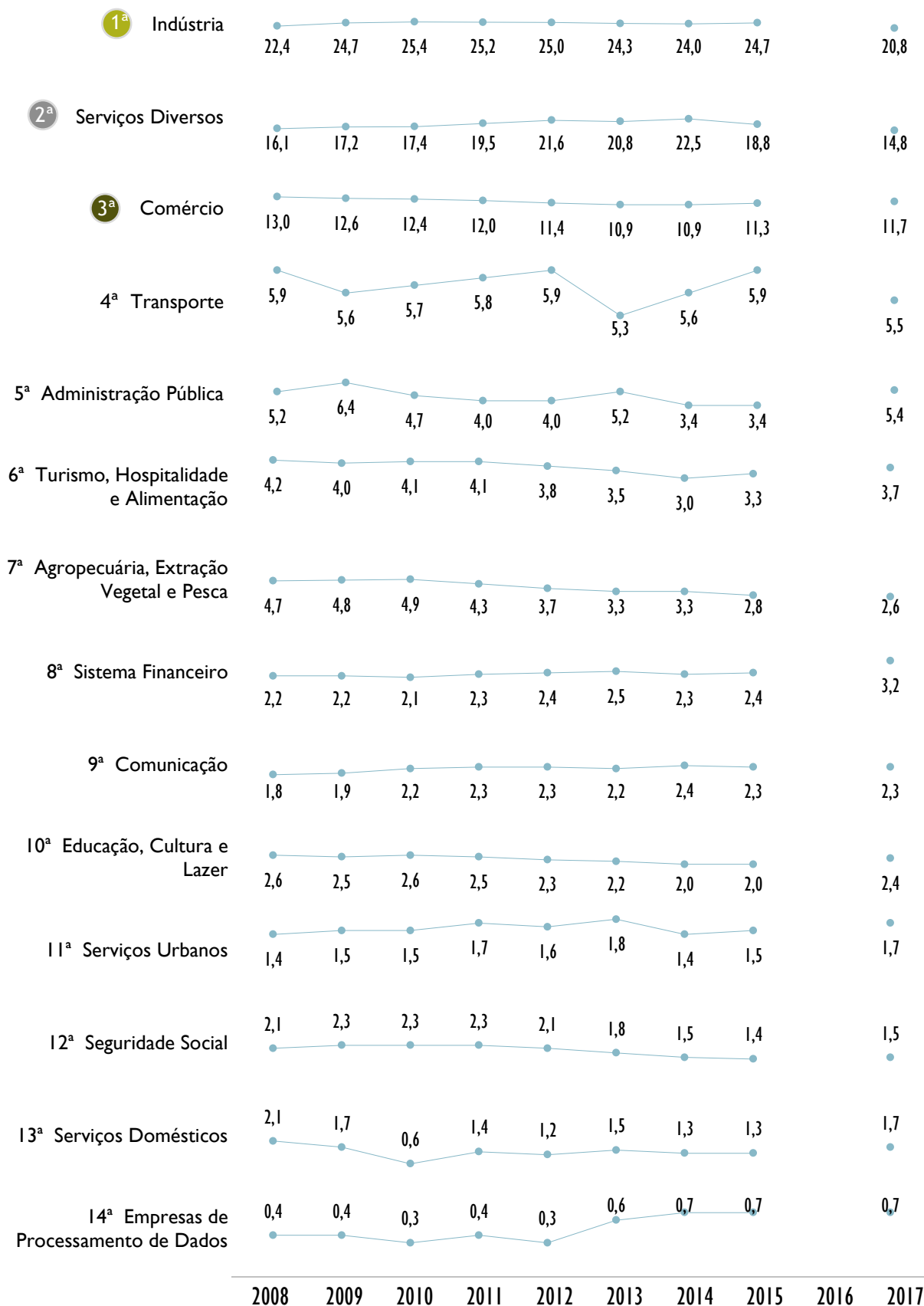









Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2017.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	2,9	0,3	14,2	2,6	2,8	0,8	11,9
2ª - SP	1,4	0,3	10,8	3,2	1,8	1,1	14,7
3ª - MG	2,7	3,8	13,8	2,8	2,7	0,7	24,3
4ª - RS	3,4	1,5	12,2	1,5	2,0	0,6	26,7
5ª - BA	14,4	1,9	12,2	2,2	3,1	0,5	15,4
6ª - PE	3,4	3,3	11,7	3,2	2,3	1,8	19,7
7ª - CE	6,5	1,1	10,4	1,3	2,0	0,7	20,7
8ª - PA e AP	1,6	5,3	13,5	1,4	3,2	0,2	21,3
9ª - PR	3,9	3,8	13,0	2,4	2,3	0,5	26,6
10ª - DF e TO	5,5	2,5	14,5	3,1	3,3	2,4	12,1
11ª - AM e RR	6,8	0,7	8,2	0,7	1,7	0,5	15,4
12ª - SC	2,2	1,9	11,3	2,4	2,3	0,6	37,6
13ª - PB	6,6	4,1	13,0	5,2	2,5	0,6	22,5
14ª - RO e AC	6,6	2,4	10,3	1,1	1,9	0,4	31,5
15ª - Campinas/SP	10,6	5,5	9,2	1,7	2,0	0,4	24,3
16ª - MA	31,0	1,8	6,5	0,5	4,5	0,5	10,3
17ª - ES	3,1	1,8	15,2	1,8	2,7	0,3	23,2
18ª - GO	1,1	3,9	11,9	1,5	2,1	0,7	23,2
19ª - AL	13,7	4,8	10,0	1,8	2,6	0,6	21,6
20ª - SE	8,5	2,4	9,7	3,2	1,7	0,7	22,7
21ª - RN	5,0	1,7	10,1	2,3	2,5	0,5	21,4
22ª - PI	26,6	2,2	6,7	1,7	3,7	0,3	18,7
23ª - MT	1,3	7,8	12,2	1,2	1,4	0,3	31,9
24ª - MS	1,1	8,1	10,0	1,6	1,6	0,3	33,9
Total	5,4	2,6	11,7	2,3	2,4	0,7	20,8

Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos casos novos distribuídos, descontados os Embargos de Terceiros;

2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica.2017.



60+	Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
2,4	17,4	1,9	1,8	3,3	9,5	4,4	23,7	100	
1,2	17,0	1,2	0,7	3,6	5,7	3,7	33,6	100	
1,4	12,2	2,0	1,3	4,8	6,2	3,6	17,6	100	
2,6	13,7	1,8	2,1	3,6	5,5	3,3	19,3	100	
2,0	14,8	1,9	2,0	3,9	5,4	3,8	16,5	100	
1,1	13,5	1,7	2,3	4,4	4,9	3,3	23,5	100	
0,6	18,0	2,3	2,2	3,6	2,4	4,7	23,5	100	
0,8	23,2	2,5	2,6	1,4	6,2	3,0	13,7	100	
1,0	10,9	1,4	1,4	3,8	5,0	4,1	20,0	100	
0,6	13,1	2,5	2,7	5,7	4,8	4,1	23,1	100	
2,1	26,5	1,3	5,9	1,4	4,3	3,2	21,5	100	
1,2	11,7	1,2	1,4	2,6	6,3	4,7	12,6	100	
1,8	11,4	2,6	2,4	4,0	2,9	3,8	16,5	100	
0,4	13,2	2,2	3,1	1,9	3,7	3,4	17,9	100	
1,3	13,5	1,7	1,0	2,2	4,4	3,4	18,8	100	
1,3	13,4	1,8	1,2	1,5	1,8	1,8	22,0	100	
2,0	16,2	1,8	1,2	3,1	6,9	5,6	15,2	100	
1,0	11,8	2,1	3,0	1,5	3,8	3,4	28,7	100	
0,6	8,7	2,1	1,2	2,2	2,5	3,0	24,6	100	
3,8	15,8	1,6	2,8	2,4	4,4	2,7	17,5	100	
1,4	18,9	2,5	4,6	2,5	4,1	5,0	17,7	100	
0,4	11,5	2,2	2,3	2,0	1,3	2,0	18,5	100	
1,6	11,9	1,4	1,4	1,9	6,3	3,0	16,4	100	
1,0	10,3	1,8	2,1	2,2	4,8	2,9	18,4	100	
1,5	14,8	1,7	1,7	3,2	5,5	3,7	22,0	100	

Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2017.

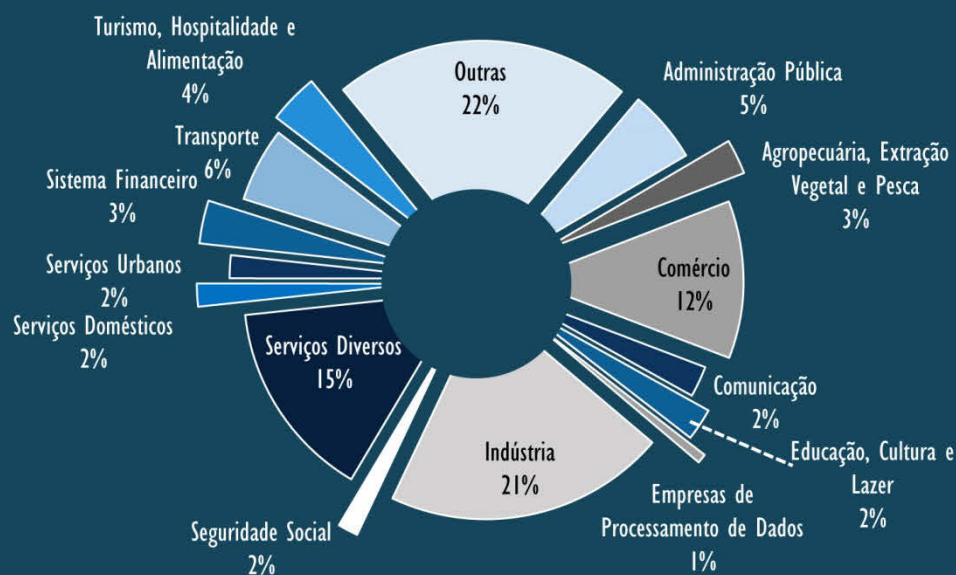


Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2008-2017.

Ano	Julgados	Conciliações		Procedentes	
		Quantidade	%	Quantidade	%
2008	1.854.022	817.726	44,1%	65.137	3,5%
2009	1.986.566	849.983	42,8%	62.732	3,2%
2010	1.971.654	854.881	43,4%	57.725	2,9%
2011	2.042.040	888.805	43,5%	59.472	2,9%
2012	2.165.053	943.778	43,6%	61.260	2,8%
2013	2.253.423	932.942	41,4%	62.074	2,8%
2014	2.398.741	960.815	40,1%	58.388	2,4%
2015	2.519.594	994.349	39,5%	55.822	2,2%
2016	2.614.651	1.042.879	39,9%	57.243	2,2%
2017	2.744.280	1.067.850	38,9%	61.837	2,3%

Nota: Percentual em relação aos processos julgados.

Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2008-2017.



Procedentes em Parte		Improcedentes		Arquivadas, Desistências e Extintas		Outras	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
440.765	23,8%	131.581	7,1%	365.822	19,7%	32.991	1,8%
496.523	25,0%	141.871	7,1%	386.434	19,5%	49.023	2,5%
490.264	24,9%	141.314	7,2%	379.742	19,3%	47.728	2,4%
510.639	25,0%	152.289	7,5%	392.373	19,2%	38.462	1,9%
553.716	25,6%	160.518	7,4%	414.313	19,1%	31.468	1,5%
628.193	27,9%	164.651	7,3%	457.202	20,3%	8.361	0,4%
661.535	27,6%	176.022	7,3%	539.387	22,5%	2.594	0,1%
707.203	28,1%	182.672	7,3%	578.843	23,0%	705	0,0%
763.970	29,2%	207.566	7,9%	541.596	20,7%	1.397	0,1%
836.796	30,5%	237.785	8,7%	539.184	19,6%	828	0,0%

Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2017.

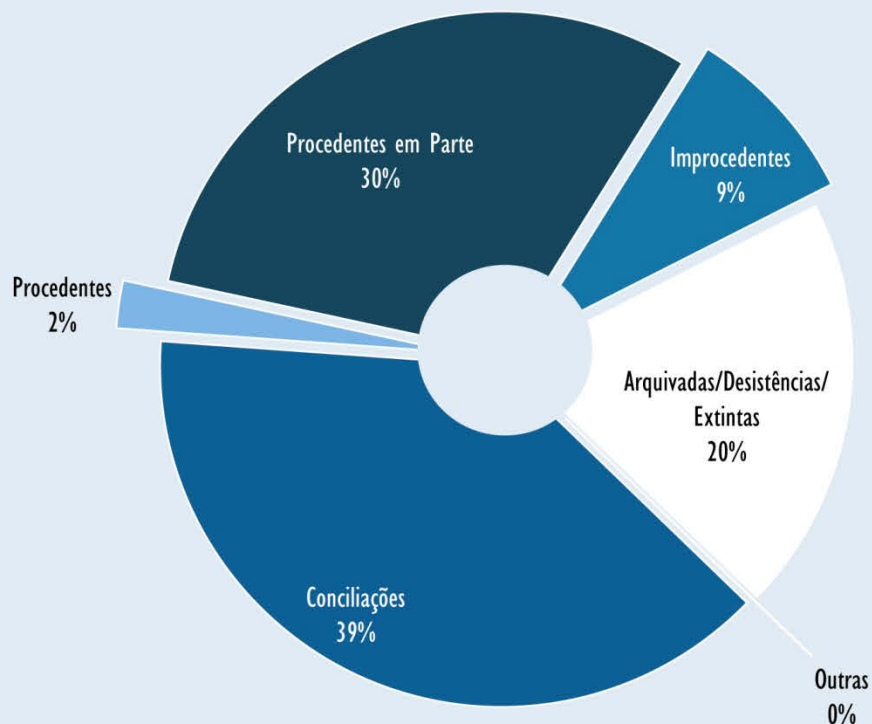


Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2017.

Decisões	Exceto Rito Sumaríssimo		Rito Sumaríssimo	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Conciliações	763.946	36,5%	303.904	46,7%
Procedentes	50.581	2,4%	11.256	1,7%
Procedentes em Parte	708.984	33,9%	127.812	19,6%
Improcedentes	199.462	9,5%	38.323	5,9%
Arquivadas, Desistências e Extintas	369.199	17,6%	169.985	26,1%
Outras	731	0,0%	97	0,0%
Total	2.092.903	100,0%	651.377	100,0%

Figura 4.23. Percentual de Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2017.

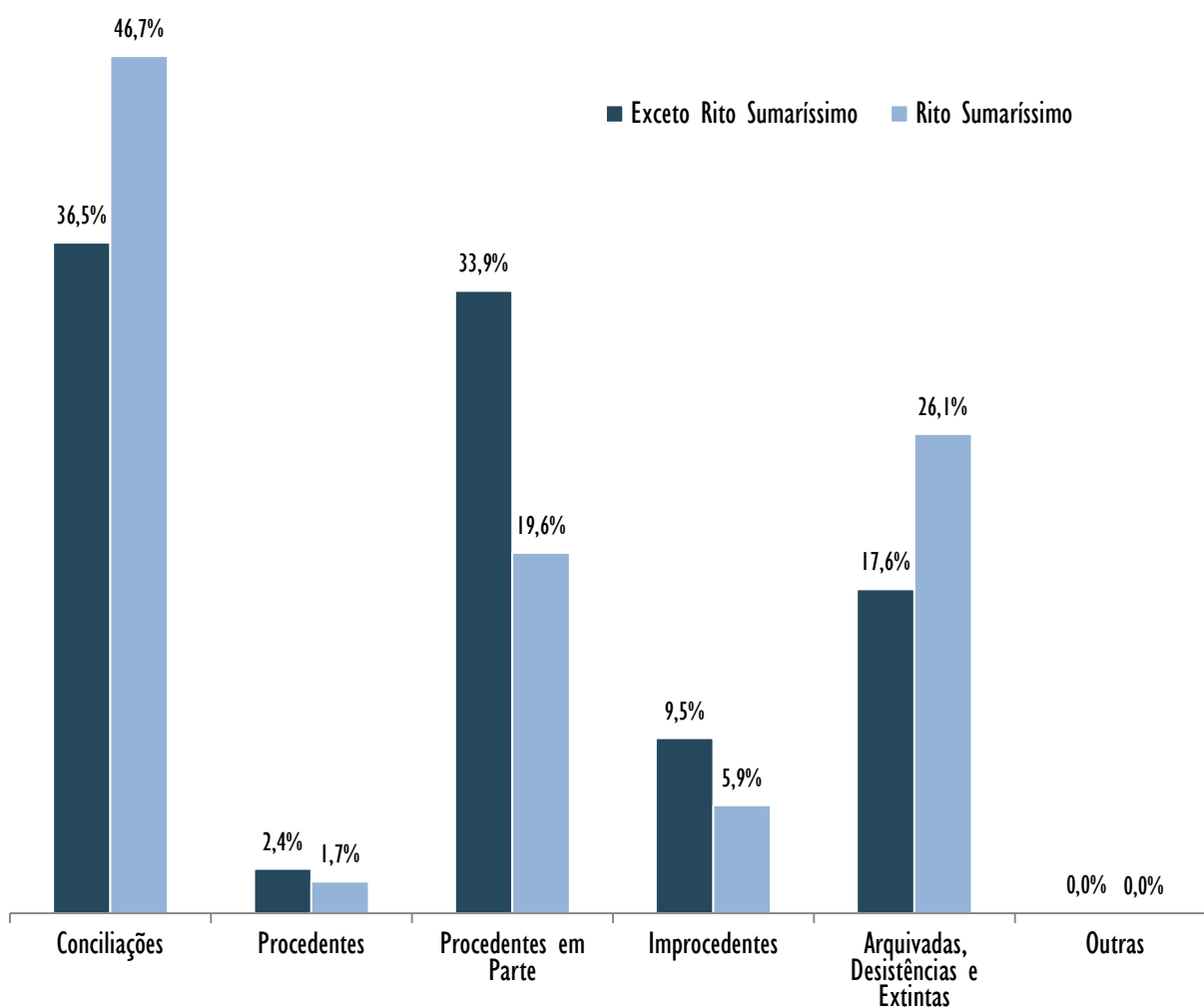


Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2017.

Região Judiciária	Exceto Rito Sumaríssimo			Rito Sumaríssimo			Total		
	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%
1ª - RJ	212.405	86.846	41%	27.387	13.980	51%	239.792	100.826	42,0%
2ª - SP	338.392	162.587	48%	73.538	48.672	66%	411.930	211.259	51,3%
3ª - MG	119.913	44.659	37%	87.940	52.754	60%	207.853	97.413	46,9%
4ª - RS	145.812	64.589	44%	24.677	15.312	62%	170.489	79.901	46,9%
5ª - BA	95.468	30.554	32%	8.667	4.680	54%	104.135	35.234	33,8%
6ª - PE	72.459	32.252	45%	21.441	13.372	62%	93.900	45.624	48,6%
7ª - CE	26.825	10.140	38%	27.569	16.944	61%	54.394	27.084	49,8%
8ª - PA e AP	42.042	17.093	41%	19.457	11.946	61%	61.499	29.039	47,2%
9ª - PR	130.222	69.831	54%	10.253	6.619	65%	140.475	76.450	54,4%
10ª - DF e TO	36.075	11.853	33%	12.109	5.835	48%	48.184	17.688	36,7%
11ª - AM e RR	27.749	8.045	29%	14.251	7.995	56%	42.000	16.040	38,2%
12ª - SC	75.964	38.812	51%	9.747	6.104	63%	85.711	44.916	52,4%
13ª - PB	24.954	8.808	35%	7.572	4.488	59%	32.526	13.296	40,9%
14ª - RO e AC	17.763	5.291	30%	5.623	3.181	57%	23.386	8.472	36,2%
15ª-Campinas/SP	234.611	89.844	38%	70.303	41.294	59%	304.914	131.138	43,0%
16ª - MA	24.242	6.942	29%	11.400	6.632	58%	35.642	13.574	38,1%
17ª - ES	23.900	7.033	29%	7.516	3.487	46%	31.416	10.520	33,5%
18ª - GO	48.601	21.183	44%	28.771	17.865	62%	77.372	39.048	50,5%
19ª - AL	21.181	9.976	47%	7.584	5.107	67%	28.765	15.083	52,4%
20ª - SE	13.615	2.567	19%	6.325	2.268	36%	19.940	4.835	24,2%
21ª - RN	19.483	4.895	25%	9.094	4.283	47%	28.577	9.178	32,1%
22ª - PI	13.958	3.248	23%	8.077	4.242	53%	22.035	7.490	34,0%
23ª - MT	29.697	15.189	51%	6.066	3.517	58%	35.763	18.706	52,3%
24ª - MS	25.921	11.709	45%	5.905	3.327	56%	31.826	15.036	47,2%
Total	1.821.252	763.946	41,9%	511.272	303.904	59,4%	2.332.524	1.067.850	45,8%

Nota: 1) Percentuais em relação aos processos Julgados na Região Judiciária.

2) Para o cálculo do percentual de conciliações, foram excluídas as decisões de Arquivamento e Desistências no total de Julgados.

Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2017.

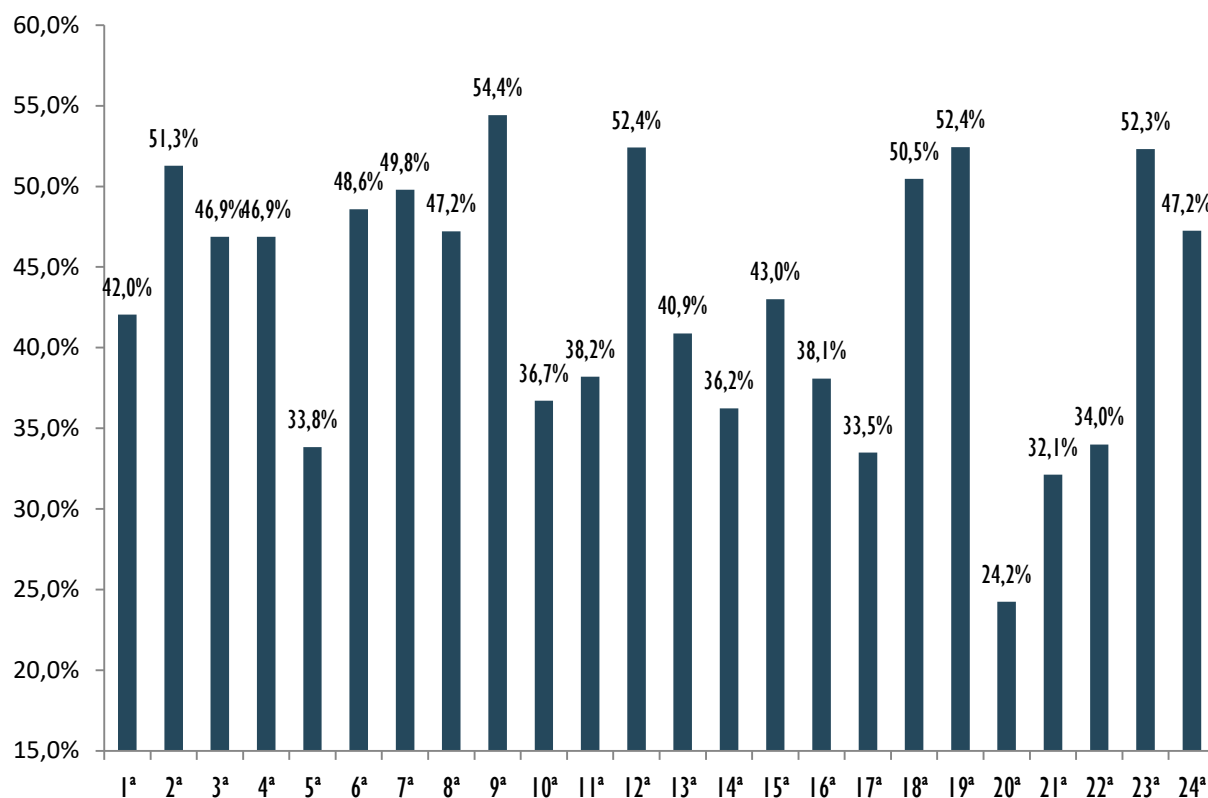


Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2017.

Região Judiciária	Resíduo de 2016			Execuções Iniciadas	Total a Executar
	Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total		
1ª - RJ	199.617	102.177	301.794	106.833	408.627
2ª - SP	254.652	212.375	467.027	104.070	571.097
3ª - MG	121.813	84.581	206.394	66.930	273.324
4ª - RS	126.381	107.109	233.490	59.495	292.985
5ª - BA	143.823	21.536	165.359	46.958	212.317
6ª - PE	63.107	3.546	66.653	41.972	108.625
7ª - CE	59.573	18.806	78.379	22.670	101.049
8ª - PA e AP	24.233	25.034	49.267	27.594	76.861
9ª - PR	118.339	85.845	204.184	44.186	248.370
10ª - DF e TO	50.510	23.323	73.833	20.021	93.854
11ª - AM e RR	21.329	722	22.051	14.479	36.530
12ª - SC	42.767	24.989	67.756	31.162	98.918
13ª - PB	18.092	2.713	20.805	13.414	34.219
14ª - RO e AC	16.689	5.710	22.399	10.038	32.437
15ª - Campinas/SP	167.486	11.504	178.990	102.393	281.383
16ª - MA	47.813	2.902	50.715	13.084	63.799
17ª - ES	25.378	4.138	29.516	16.911	46.427
18ª - GO	36.493	16.268	52.761	26.592	79.353
19ª - AL	46.907	8.656	55.563	12.635	68.198
20ª - SE	20.205	6.738	26.943	8.607	35.550
21ª - RN	40.239	1.313	41.552	16.379	57.931
22ª - PI	26.495	1.870	28.365	12.804	41.169
23ª - MT	26.024	14.532	40.556	12.779	53.335
24ª - MS	21.553	6.116	27.669	11.351	39.020
Total	1.719.518	792.503	2.512.021	843.357	3.355.378

Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2017.



Resíduo Anterior:
2.512.021



Execuções Iniciadas:
843.357



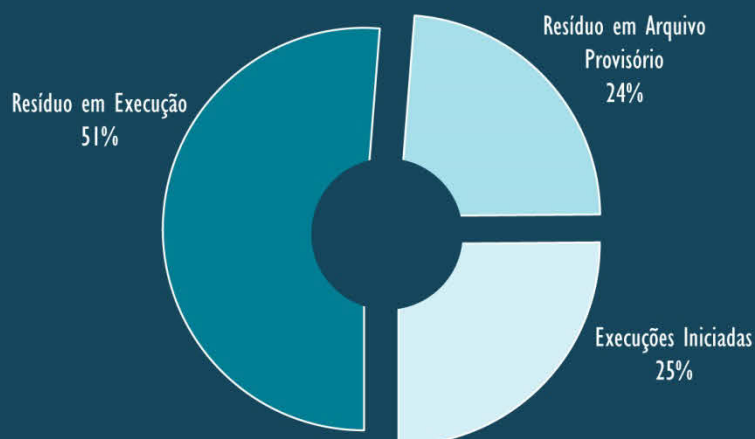
Execuções Encerradas:
671.912



Resíduo:
2.674.663

Execuções Encerradas	Remetidos ao Arquivo Provisório	Resíduo de 2017		
		Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total
55.846	23.859	220.155	121.641	341.796
52.916	29.040	296.312	223.711	520.023
62.695	21.197	129.463	79.620	209.083
53.226	11.699	124.511	110.989	235.500
43.763	9.980	141.867	16.794	158.661
41.101	9.224	73.770	9.133	82.903
19.659	13.330	58.539	22.286	80.825
23.897	3.537	26.803	26.590	53.393
30.444	20.839	124.381	86.787	211.168
20.527	8.800	52.556	24.788	77.344
16.480	799	19.985	652	20.637
25.447	4.279	46.204	26.085	72.289
10.576	2.868	21.069	4.059	25.128
8.187	2.759	17.821	6.625	24.446
94.064	1.721	168.609	4.136	172.745
12.195	3.095	47.673	4.258	51.931
27.869	5.107	35.873	6.010	41.883
21.145	13.483	50.730	15.330	66.060
8.971	1.149	47.065	8.419	55.484
7.661	1.517	22.967	3.742	26.709
11.594	846	38.131	1.354	39.485
6.264	1.624	31.414	2.347	33.761
9.225	5.043	28.349	14.961	43.310
8.160	1.209	23.631	6.468	30.099
671.912	197.004	1.847.878	826.785	2.674.663

Figura 4.26. Total a Executar. 2017.



Séries
Históricas

Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Percentual. 2015-2017.

Processos de Execução	Ano			Variação percentual(%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
Iniciadas	628.397	724.353	843.357	+15%	+16%
Encerradas	659.641	662.246	671.912	+0%	+1%
Resíduo em Execução	1.651.193	1.719.518	1.847.878	+4%	+7%
Resíduo em Arquivo Provisório	605.472	792.503	826.785	+31%	+4%
Resíduo Total	2.256.665	2.512.021	2.674.663	+11%	+6%

Tabela 4.17. Processos de Execução. Variação Percentual do Resíduo. 2015-2017.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
1ª - RJ	287.272	301.794	341.796	+5%	+13%
2ª - SP	274.866	467.027	520.023	+70%	+11%
3ª - MG	204.119	206.394	209.083	+1%	+1%
4ª - RS	223.346	233.490	235.500	+5%	+1%
5ª - BA	168.891	165.359	158.661	-2%	-4%
6ª - PE	45.026	66.653	82.903	+48%	+24%
7ª - CE	77.746	78.379	80.825	+1%	+3%
8ª - PA e AP	42.850	49.267	53.393	+15%	+8%
9ª - PR	198.578	204.184	211.168	+3%	+3%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2015	2016	2017	2015-2016	2016-2017
10ª - DF e TO	63.520	73.833	77.344	+16%	+5%
11ª - AM e RR	17.538	22.051	20.637	+26%	-6%
12ª - SC	61.629	67.756	72.289	+10%	+7%
13ª - PB	18.967	20.805	25.128	+10%	+21%
14ª - RO e AC	20.515	22.399	24.446	+9%	+9%
15ª - Campinas/SP	208.915	178.990	172.745	-14%	-3%
16ª - MA	49.635	50.715	51.931	+2%	+2%
17ª - ES	25.263	29.516	41.883	+17%	+42%
18ª - GO	47.797	52.761	66.060	+10%	+25%
19ª - AL	54.474	55.563	55.484	+2%	-0,1%
20ª - SE	25.386	26.943	26.709	+6%	-1%
21ª - RN	50.042	41.552	39.485	-17%	-5%
22ª - PI	27.455	28.365	33.761	+3%	+19%
23ª - MT	37.710	40.556	43.310	+8%	+7%
24ª - MS	25.125	27.669	30.099	+10%	+9%

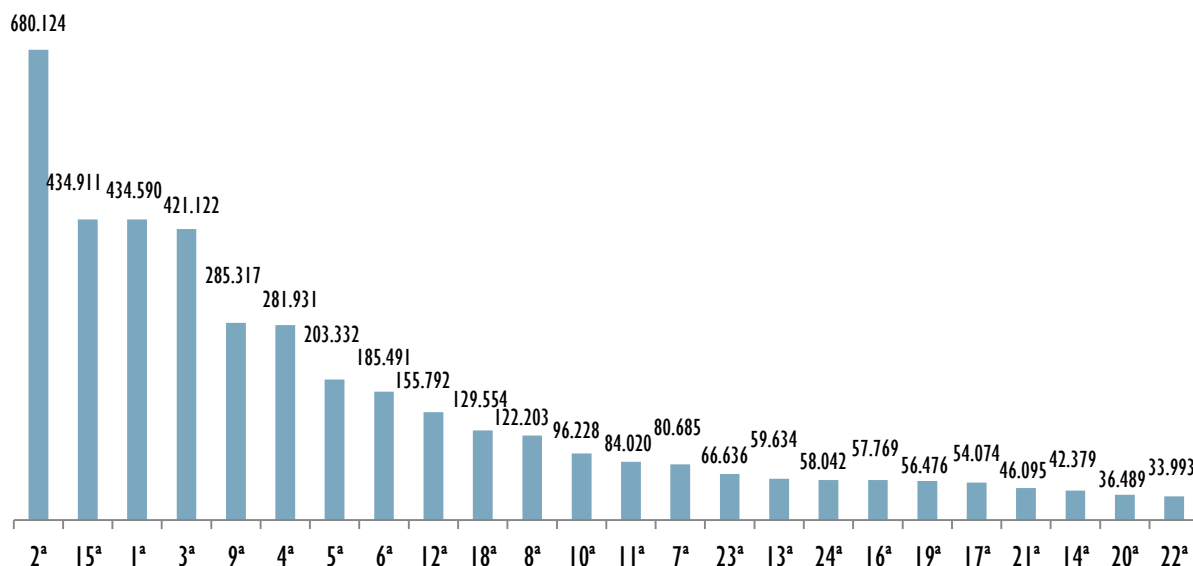
Notas: Resíduo em Execução inclui o saldo de processos em arquivo provisório.

4.4. Audiências Realizadas

Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2017.

Região Judiciária	Tipo de Audiência						Total
	Inaugural	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação no Conhecimento	Conciliação na Execução	
1ª - RJ	127.783	91.788	542	182.858	21.135	10.484	434.590
2ª - SP	80.116	128.453	22.388	412.860	24.442	11.865	680.124
3ª - MG	142.847	104.018	3.991	126.909	20.146	23.211	421.122
4ª - RS	149.926	92.784	144	32.719	3.226	3.132	281.931
5ª - BA	120.230	59.531	3.690	12.257	1.857	5.767	203.332
6ª - PE	84.028	60.995	1.314	25.232	9.023	4.899	185.491
7ª - CE	22.014	10.327	777	42.990	2.516	2.061	80.685
8ª - PA e AP	19.837	19.864	7.814	66.658	4.988	3.042	122.203
9ª - PR	138.294	99.913	13.661	23.356	3.742	6.351	285.317
10ª - DF e TO	51.086	31.656	3.122	5.577	3.498	1.289	96.228
11ª - AM e RR	42.505	12.517	307	24.357	1.563	2.771	84.020
12ª - SC	75.141	57.398	3.367	9.985	6.180	3.721	155.792
13ª - PB	11.160	16.100	4	28.621	2.316	1.433	59.634
14ª - RO e AC	18.042	11.653	11	8.175	245	4.253	42.379
15ª - Campinas/SP	108.071	100.536	3.059	151.112	39.849	32.284	434.911
16ª - MA	15.914	5.914	1	32.118	1.896	1.926	57.769
17ª - ES	15.599	12.293	517	23.988	490	1.187	54.074
18ª - GO	55.336	40.403	362	24.397	6.830	2.226	129.554
19ª - AL	18.325	14.695	790	17.950	1.149	3.567	56.476
20ª - SE	15.729	6.987	34	11.574	292	1.873	36.489
21ª - RN	9.573	9.606	145	21.646	2.711	2.414	46.095
22ª - PI	10.071	3.129	27	19.762	279	725	33.993
23ª - MT	26.856	22.575	119	11.911	3.305	1.870	66.636
24ª - MS	25.045	25.665	216	5.269	1.199	648	58.042
Total	1.383.528	1.038.800	66.402	1.322.281	162.877	132.999	4.106.887

Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2017



4.5. Prazos

Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2017.

Região Judiciária	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência			Da 1ª Audiência até o Fim da Instrução Processual			Do ajuizamento da ação até a Prolação da Sentença		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	133	157	154	54	151	141	176	288	275
2ª - SP	68	166	148	32	130	112	99	269	237
3ª - MG	29	67	50	36	222	138	63	260	170
4ª - RS	77	75	76	35	221	192	123	305	278
5ª - BA	80	105	103	46	170	159	130	283	269
6ª - PE	92	125	118	32	197	160	128	319	274
7ª - CE	78	96	86	30	99	62	114	189	151
8ª - PA e AP	114	143	133	17	55	42	112	180	158
9ª - PR	105	138	135	36	154	146	142	286	275
10ª - DF e TO	70	82	79	75	142	125	133	218	195
11ª - AM e RR	91	129	115	46	81	68	127	189	166
12ª - SC	95	98	98	31	168	152	124	255	239
13ª - PB	47	59	56	21	99	80	70	155	134
14ª - RO e AC	40	49	47	21	74	61	62	127	110
15ª - Campinas/SP	142	173	165	78	231	192	220	375	338
16ª - MA	126	138	134	43	89	73	173	225	209
17ª - ES	108	126	122	67	165	142	166	270	245
18ª - GO	39	62	53	40	142	104	73	199	148
19ª - AL	62	59	60	28	113	90	92	175	152
20ª - SE	67	118	101	92	211	173	140	265	225
21ª - RN	61	79	73	25	60	48	94	137	123
22ª - PI	101	112	108	30	71	54	143	220	188
23ª - MT	62	67	66	27	115	100	79	186	166
24ª - MS	134	143	141	67	220	191	203	339	313
Média	84	107	101	42	141	117	125	238	210

Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2017.

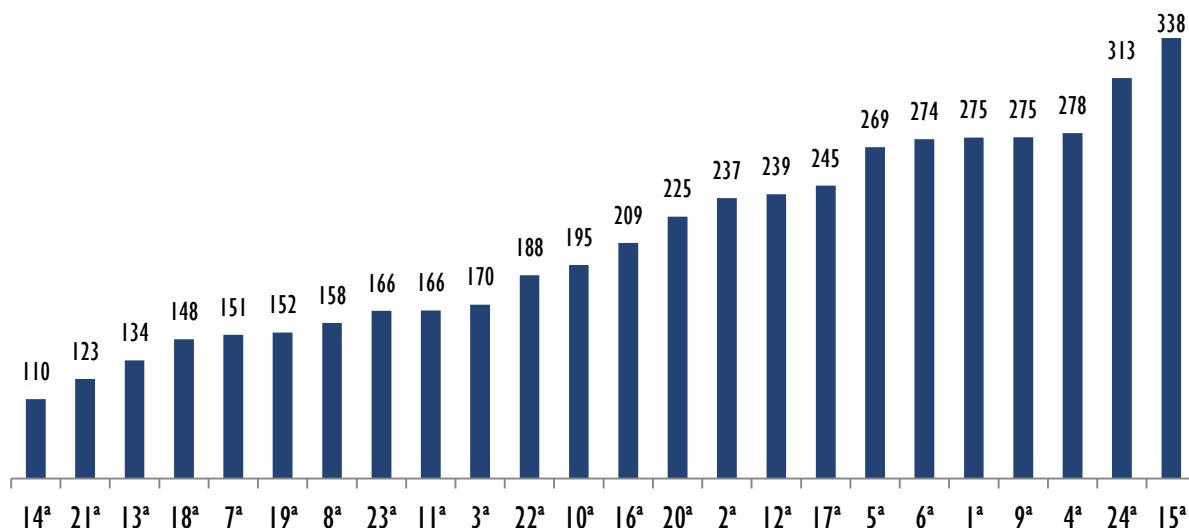


Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2017.

Região Judiciária	Do início até o encerramento da Liquidação			Do ajuizamento da ação até o encerramento da Liquidação		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	259	275	274	820	1.228	1.195
2ª - SP	124	119	119	775	1.090	1.046
3ª - MG	114	177	153	353	677	547
4ª - RS	120	193	188	491	930	896
5ª - BA	595	454	458	868	1.107	1.097
6ª - PE	98	140	132	652	901	847
7ª - CE	144	247	205	541	750	664
8ª - PA e AP	16	15	15	400	726	652
9ª - PR	99	129	128	401	711	694
10ª - DF e TO	125	163	155	479	734	675
11ª - AM e RR	65	72	70	529	678	625
12ª - SC	70	93	91	386	769	737
13ª - PB	37	51	49	356	524	501
14ª - RO e AC	97	92	93	328	502	474
15ª - Campinas/SP	226	248	243	620	708	692
16ª - MA	150	144	145	661	840	789
17ª - ES	138	180	174	797	1.208	1.154
18ª - GO	56	74	68	327	550	469
19ª - AL	144	143	143	573	727	706
20ª - SE	133	242	222	530	1.224	1.134
21ª - RN	207	250	239	602	1.048	941
22ª - PI	102	88	91	630	896	830
23ª - MT	76	71	71	445	621	596
24ª - MS	94	95	95	553	760	725
Média	137	156	151	546	829	779

Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2017.

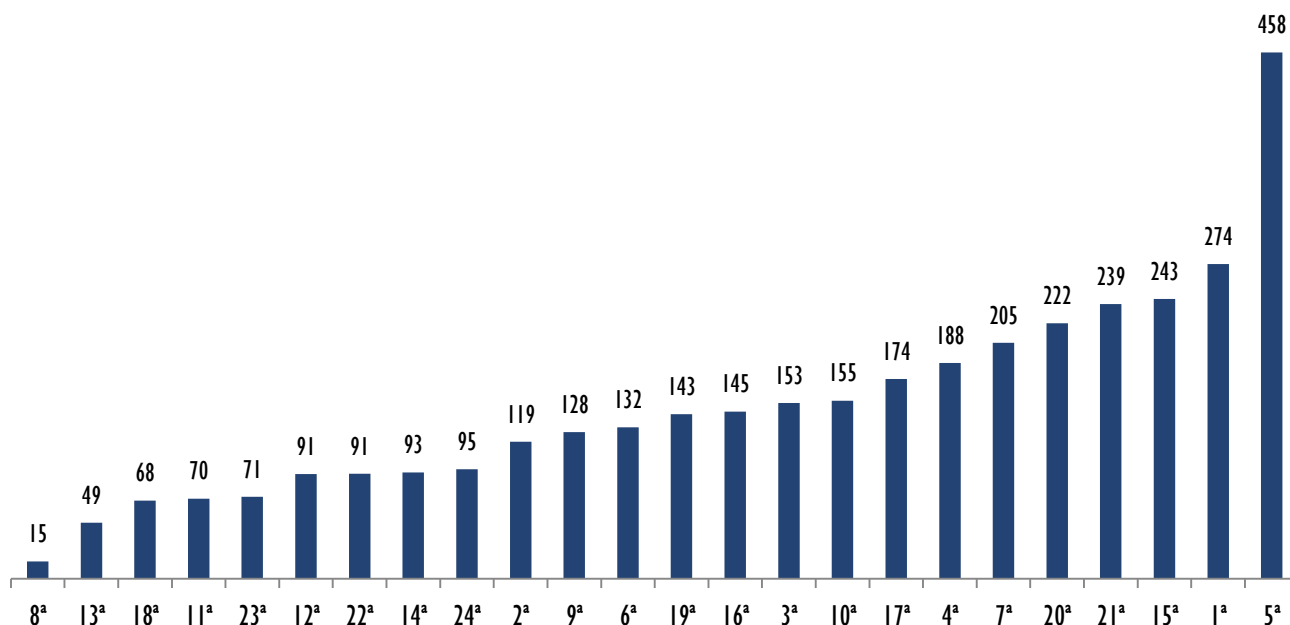


Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2017.

Região Judiciária	Do início até a extinção da Execução			Do ajuizamento da ação até a extinção da Execução		
	Ente Privado	Ente Público	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	1.023	798	1.016	2.124	2.443	2.404
2ª - SP	716	1.167	819	2.388	2.977	2.907
3ª - MG	1.258	1.598	1.284	1.751	2.505	2.239
4ª - RS	616	831	639	1.428	1.739	1.708
5ª - BA	956	1.266	1.101	2.448	2.415	2.419
6ª - PE	969	487	964	967	1.111	1.068
7ª - CE	1.371	1.402	1.375	1.084	1.778	1.426
8ª - PA e AP	259	1.183	286	612	843	767
9ª - PR	770	1.361	833	2.489	2.197	2.213
10ª - DF e TO	474	1.099	544	1.038	1.381	1.272
11ª - AM e RR	436	1.369	585	772	1.170	1.027
12ª - SC	414	390	413	735	1.079	1.042
13ª - PB	632	1.098	707	1.002	1.162	1.122
14ª - RO e AC	818	712	799	750	818	803
15ª - Campinas/SP	1.792	892	1.697	2.289	2.607	2.521
16ª - MA	1.905	1.005	1.442	1.313	1.360	1.346
17ª - ES	466	761	533	1.053	1.448	1.381
18ª - GO	302	572	306	780	1.301	1.112
19ª - AL	1.579	1.958	1.614	1.223	2.279	2.114
20ª - SE	2.105	1.943	2.097	3.585	3.553	3.562
21ª - RN	1.475	1.535	1.479	1.040	2.724	2.314
22ª - PI	967	803	884	1.804	1.864	1.845
23ª - MT	374	563	385	1.252	1.095	1.121
24ª - MS	509	991	518	994	1.272	1.216
Média	924	1.074	930	1.455	1.797	1.706

Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2017.

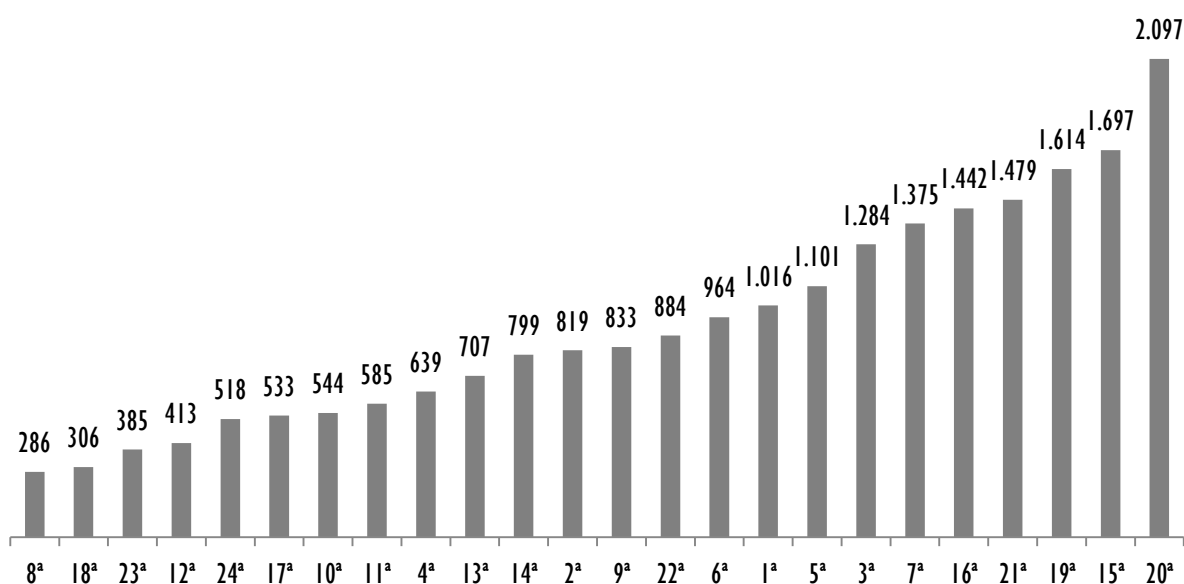
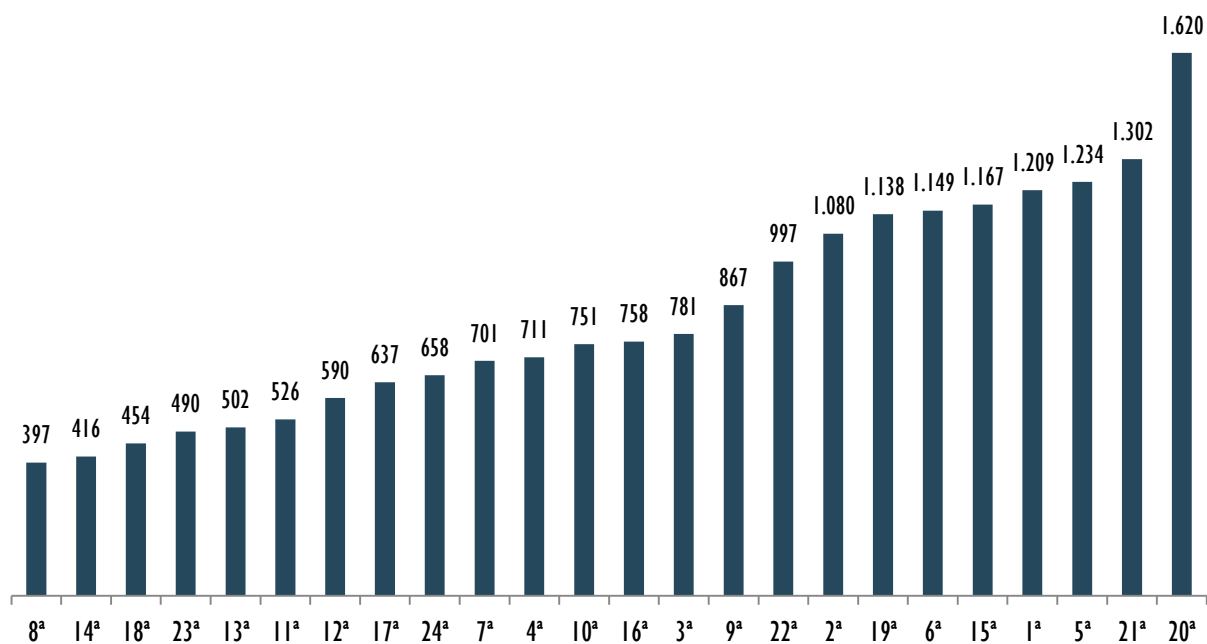


Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2017.

Região Judiciária	A partir do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento Definitivo			
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Privado	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Público	Total
1ª - RJ	962	1.257	1.020	1.209
2ª - SP	673	1.178	1.340	1.080
3ª - MG	477	1.031	1.240	781
4ª - RS	387	742	1.162	711
5ª - BA	1.341	1.014	1.841	1.234
6ª - PE	1.118	1.169	863	1.149
7ª - CE	552	834	1.080	701
8ª - PA e AP	331	426	630	397
9ª - PR	667	849	1.463	867
10ª - DF e TO	449	800	1.867	751
11ª - AM e RR	368	561	925	526
12ª - SC	351	583	1.206	590
13ª - PB	417	545	402	502
14ª - RO e AC	312	445	540	416
15ª - Campinas/SP	954	1.255	1.193	1.167
16ª - MA	540	774	1.004	758
17ª - ES	531	671	696	637
18ª - GO	315	561	508	454
19ª - AL	623	1.259	1.537	1.138
20ª - SE	1.201	1.913	905	1.620
21ª - RN	578	1.654	1.333	1.302
22ª - PI	667	1.437	1.046	997
23ª - MT	394	510	566	490
24ª - MS	494	700	800	658
Média	613	924	1.049	839

Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2017.



4.6. Valores Pagos aos Reclamantes

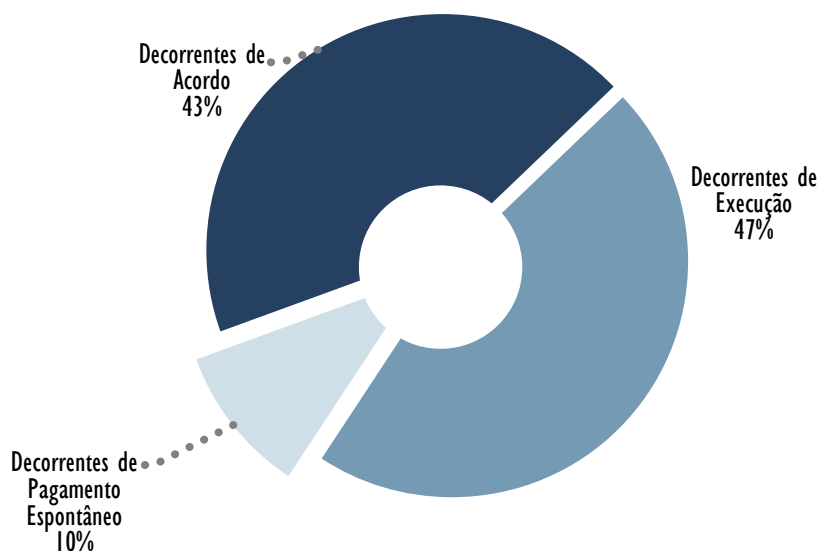
Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2017.

Região Judiciária	Decorrentes de Acordo	%	Decorrentes de Execução	%	Decorrentes de Pagamento Espontâneo	%	Total	%
1ª - RJ	1.115.223.684,45	43,6%	1.222.819.378,93	47,9%	217.136.325,02	8,5%	2.555.179.388,40	9,4%
2ª - SP	1.548.244.287,12	36,1%	2.292.714.661,68	53,5%	448.255.299,93	10,5%	4.289.214.248,73	15,8%
3ª - MG	1.335.403.519,24	44,3%	792.674.500,27	26,3%	884.998.701,30	29,4%	3.013.076.720,81	11,1%
4ª - RS	680.535.810,12	29,2%	1.615.937.614,30	69,3%	36.257.733,28	1,6%	2.332.731.157,70	8,6%
5ª - BA	1.007.954.412,30	42,6%	1.344.302.130,93	56,8%	15.323.226,40	0,6%	2.367.579.769,63	8,7%
6ª - PE	311.130.077,86	60,2%	190.127.770,00	36,8%	15.225.854,59	2,9%	516.483.702,45	1,9%
7ª - CE	173.779.400,53	50,2%	139.784.304,96	40,4%	32.755.674,91	9,5%	346.319.380,40	1,3%
8ª - PA e AP	244.822.776,53	33,7%	302.810.701,63	41,6%	179.436.052,16	24,7%	727.069.530,32	2,7%
9ª - PR	856.668.486,94	44,2%	1.060.238.210,04	54,6%	23.283.307,43	1,2%	1.940.190.004,41	7,2%
10ª - DF e TO	176.679.386,44	24,6%	516.798.306,35	72,0%	24.534.433,91	3,4%	718.012.126,70	2,7%
11ª - AM e RR	106.974.450,93	29,2%	234.399.460,36	64,1%	24.470.134,93	6,7%	365.844.046,22	1,4%
12ª - SC	413.614.127,45	46,5%	449.607.848,45	50,6%	25.320.987,70	2,8%	888.542.963,60	3,3%
13ª - PB	105.766.726,65	37,0%	114.075.520,77	39,9%	65.868.962,78	23,1%	285.711.210,20	1,1%
14ª - RO e AC	109.162.069,15	45,3%	124.521.387,83	51,7%	7.124.889,79	3,0%	240.808.346,77	0,9%
15ª - Campinas/SP	2.102.803.361,15	61,8%	777.175.521,82	22,8%	523.978.294,29	15,4%	3.403.957.177,26	12,6%
16ª - MA	98.659.436,78	43,0%	106.058.768,01	46,2%	24.651.988,82	10,7%	229.370.193,61	0,8%
17ª - ES	147.087.457,39	34,2%	258.773.858,78	60,2%	24.159.843,19	5,6%	430.021.159,36	1,6%
18ª - GO	549.576.013,91	59,5%	308.035.542,80	33,4%	65.808.457,43	7,1%	923.420.014,14	3,4%
19ª - AL	77.257.423,14	71,6%	22.467.175,66	20,8%	8.120.577,07	7,5%	107.845.175,87	0,4%
20ª - SE	61.105.593,03	30,2%	125.906.392,43	62,2%	15.323.754,12	7,6%	202.335.739,58	0,7%
21ª - RN	139.337.208,60	55,5%	98.289.508,42	39,1%	13.570.751,00	5,4%	251.197.468,02	0,9%
22ª - PI	34.787.378,94	28,2%	86.804.536,03	70,5%	1.577.660,37	1,3%	123.169.575,34	0,5%
23ª - MT	193.237.572,40	50,6%	129.127.046,12	33,8%	59.645.052,41	15,6%	382.009.670,93	1,4%
24ª - MS	164.888.355,78	37,3%	257.488.895,60	58,2%	20.127.670,74	4,5%	442.504.922,12	1,6%
Total	11.754.699.015,83	43,4%	12.570.939.042,17	46,4%	2.756.955.633,57	10,2%	27.082.593.692,57	100,0%

Notas: 1) Percentuais em relação ao total dos valores pagos por Região Judiciária.

2) Percentuais em relação ao total do País.

Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2017.

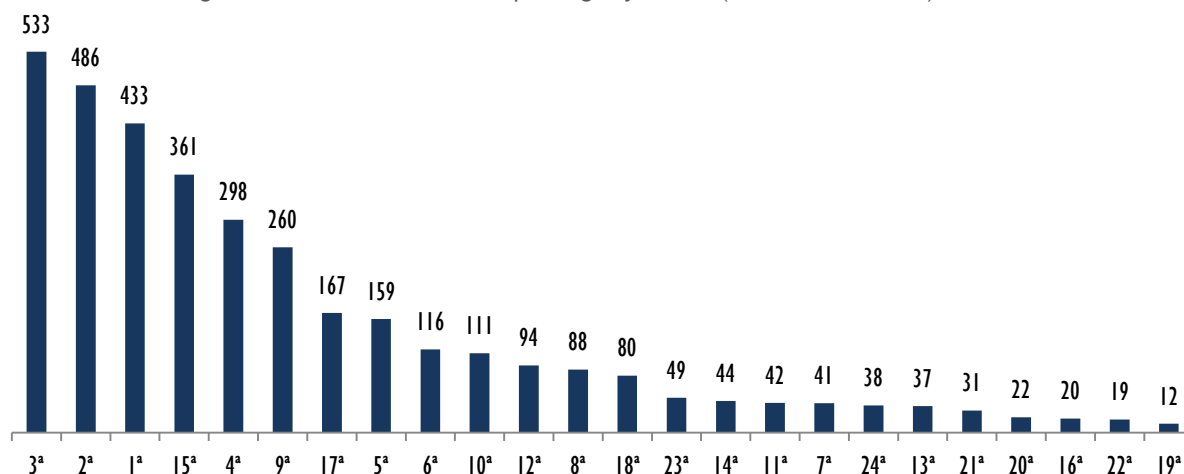


4.7. Valores Arrecadados

Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2017.

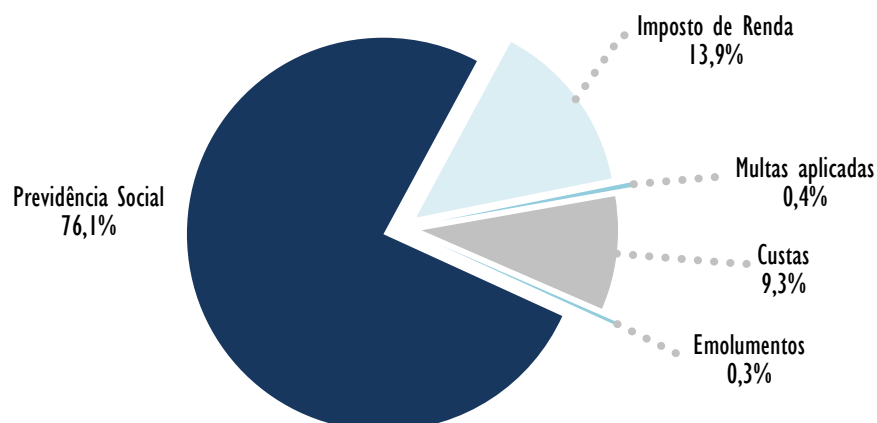
Região Judiciária	Arrecadação		
	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
1ª - RJ	22.718.233,42	1.932.279,16	348.433.282,12
2ª - SP	45.266.833,32	368.081,24	362.628.780,69
3ª - MG	25.082.053,19	523.262,42	421.631.645,09
4ª - RS	32.082.925,57	160.545,14	208.481.335,41
5ª - BA	26.583.310,96	495.794,31	110.072.212,70
6ª - PE	24.123.871,28	370.503,84	88.686.294,05
7ª - CE	4.094.314,03	326.001,75	34.058.493,11
8ª - PA e AP	11.799.955,89	46.292,40	68.511.271,73
9ª - PR	40.668.511,22	182.875,07	175.899.357,40
10ª - DF e TO	12.750.722,73	394.859,96	80.358.108,11
11ª - AM e RR	3.296.489,88	9.145,47	33.109.119,54
12ª - SC	8.759.753,57	139.805,37	79.954.332,59
13ª - PB	4.325.007,84	33.447,48	31.679.996,63
14ª - RO e AC	3.405.555,45	73.417,19	39.061.192,63
15ª - Campinas/SP	23.302.013,54	863.274,32	314.278.623,96
16ª - MA	1.514.327,58	1,00	17.111.908,64
17ª - ES	6.854.374,87	247.626,89	85.074.981,26
18ª - GO	16.090.658,59	2.517.254,49	55.866.245,16
19ª - AL	1.299.854,79	669.652,89	9.450.238,32
20ª - SE	4.392.366,04	10.380,06	14.780.733,93
21ª - RN	2.986.694,97	83.897,76	26.862.514,40
22ª - PI	727.378,80	752,09	14.994.922,87
23ª - MT	4.793.696,63	63.603,07	41.407.719,32
24ª - MS	3.396.428,30	11.785,20	32.402.713,84
Total	330.315.332,46	9.524.538,57	2.694.796.023,50

Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2017



Arrecadação		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização	Total	%
Imposto de Renda	Subtotal			
58.138.618,17	431.222.412,87	1.622.991,06	432.845.403,93	12,2%
77.677.281,84	485.940.977,09	83.700,00	486.024.677,09	13,7%
83.716.079,91	530.953.040,61	2.078.025,41	533.031.066,02	15,0%
57.262.976,27	297.987.782,39	211.454,63	298.199.237,02	8,4%
21.786.532,39	158.937.850,36	66.652,25	159.004.502,61	4,5%
3.073.063,46	116.253.732,63	74.782,12	116.328.514,75	3,3%
2.892.141,04	41.370.949,93	96.914,65	41.467.864,58	1,2%
6.116.840,88	86.474.360,90	1.777.542,37	88.251.903,27	2,5%
39.819.936,95	256.570.680,64	2.940.754,66	259.511.435,30	7,3%
17.335.949,51	110.839.640,31	127.784,54	110.967.424,85	3,1%
4.828.046,04	41.242.800,93	479.823,40	41.722.624,33	1,2%
5.227.178,50	94.081.070,03	271.228,96	94.352.298,99	2,7%
1.077.318,92	37.115.770,87	91.895,79	37.207.666,66	1,1%
1.112.654,13	43.652.819,40	624.620,01	44.277.439,41	1,3%
21.610.000,77	360.053.912,59	1.241.447,08	361.295.359,67	10,2%
719.522,77	19.345.759,99	267.822,17	19.613.582,16	0,6%
75.012.394,16	167.189.377,18	269.999,65	167.459.376,83	4,7%
4.323.119,82	78.797.278,06	983.487,27	79.780.765,33	2,3%
969.632,31	12.389.378,31	82.282,44	12.471.660,75	0,4%
2.468.960,45	21.652.440,48	29.157,77	21.681.598,25	0,6%
1.164.025,82	31.097.132,95	2.839,18	31.099.972,13	0,9%
2.896.371,41	18.619.425,17	2.916,21	18.622.341,38	0,5%
2.431.146,86	48.696.165,88	80.683,79	48.776.849,67	1,4%
2.146.546,60	37.957.473,94	238.690,14	38.196.164,08	1,1%
493.806.338,98	3.528.442.233,51	13.747.495,55	3.542.189.729,06	100,0%

Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2017.



4.8. Recursos de Competência dos TRTs

Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2008-2017.

Região Judiciária	Ano									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1ª	41.697	50.719	60.894	60.494	71.571	70.709	81.647	83.080	90.673	118.665
2ª	134.661	132.896	124.672	118.773	141.782	146.302	135.363	169.497	157.445	142.559
3ª	69.317	74.048	81.218	81.975	91.632	82.945	101.629	96.616	92.683	90.334
4ª	84.659	67.102	62.231	68.088	74.987	85.206	80.169	80.721	76.697	78.701
5ª	29.914	30.597	31.510	26.977	41.077	41.600	50.186	43.850	47.052	55.087
6ª	19.955	18.211	22.058	31.699	27.722	25.148	26.623	25.287	28.898	29.799
7ª	8.007	9.197	9.189	8.428	7.729	10.545	11.652	11.128	12.655	14.287
8ª	14.196	13.748	13.593	13.695	14.623	12.114	17.066	18.042	21.501	25.443
9ª	43.761	46.103	48.556	51.812	53.185	85.142	49.114	49.337	55.951	49.546
10ª	12.095	14.892	15.688	17.304	16.407	14.917	17.545	20.823	23.108	21.680
11ª	8.956	9.438	6.484	7.655	9.702	7.859	8.749	11.278	12.056	15.447
12ª	26.755	26.881	25.963	27.849	29.686	22.512	37.499	34.301	32.850	31.503
13ª	7.438	11.319	10.860	6.536	9.066	12.163	10.486	11.200	12.879	12.636
14ª	3.739	3.838	5.175	4.783	6.381	5.087	6.542	9.006	12.378	10.984
15ª	84.136	88.868	92.783	94.613	116.285	117.446	125.452	106.987	125.248	163.374
16ª	6.032	5.980	7.781	7.737	5.676	10.916	9.208	8.018	7.107	11.059
17ª	10.714	12.219	13.353	13.102	14.473	14.063	16.038	18.404	18.005	17.891
18ª	15.051	12.895	15.198	15.827	14.694	13.870	23.276	24.931	28.097	28.032
19ª	3.915	4.276	4.526	803	-	907	5.000	6.046	6.264	7.527
20ª	5.487	5.300	4.053	4.802	5.999	4.174	8.147	8.925	9.869	11.430
21ª	10.625	15.696	11.498	7.327	7.756	6.786	11.026	11.232	10.960	10.505
22ª	4.155	5.909	6.577	7.022	7.821	9.092	10.371	8.455	7.845	11.975
23ª	6.305	6.150	6.086	5.242	7.503	8.904	11.318	12.724	14.172	12.890
24ª	6.497	5.892	5.906	7.878	7.176	8.118	11.503	11.671	11.157	11.955
Total	658.067	672.174	685.852	690.421	782.933	816.525	865.609	881.559	915.550	983.309

Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2008-2017.

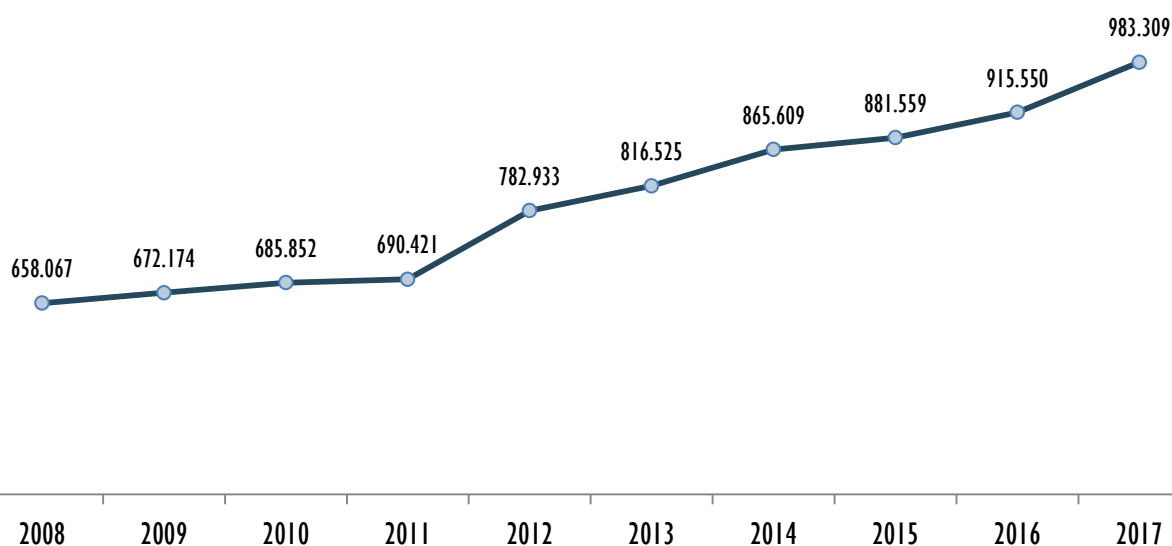


Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2017.

Região Judiciária	Recurso Ordinário	Recurso Adesivo	Reexame Necessário	Agravos de Instrumento			Agravos de Petição	Total
				Em Recurso Ordinário	Em Agravo de Petição	Subtotal		
1ª - RJ	91.040	4.994	649	4.577	1.026	5.603	16.379	118.665
2ª - SP	110.442	7.877	562	3.109	991	4.100	19.578	142.559
3ª - MG	65.213	5.281	491	1.652	567	2.219	17.130	90.334
4ª - RS	50.857	4.000	214	613	280	893	22.737	78.701
5ª - BA	43.485	2.536	170	837	436	1.273	7.623	55.087
6ª - PE	24.888	1.260	247	1.006	120	1.126	2.278	29.799
7ª - CE	11.890	530	47	320	67	387	1.433	14.287
8ª - PA e AP	21.446	1.190	33	422	150	572	2.202	25.443
9ª - PR	36.279	3.022	141	631	225	856	9.248	49.546
10ª - DF e TO	17.589	1.162	90	437	50	487	2.352	21.680
11ª - AM e RR	13.634	463	44	125	68	193	1.113	15.447
12ª - SC	21.495	1.884	32	564	178	742	7.350	31.503
13ª - PB	10.330	628	17	289	67	356	1.305	12.636
14ª - RO e AC	9.539	592	22	107	23	130	701	10.984
15ª - Campinas/SP	138.432	9.774	591	2.271	488	2.759	11.818	163.374
16ª - MA	9.885	216	43	211	34	245	670	11.059
17ª - ES	13.951	892	32	398	157	555	2.461	17.891
18ª - GO	23.358	1.556	28	640	175	815	2.275	28.032
19ª - AL	6.568	282	8	221	13	234	435	7.527
20ª - SE	9.640	443	13	394	40	434	900	11.430
21ª - RN	8.975	302	18	119	29	148	1.062	10.505
22ª - PI	9.490	195	7	334	23	357	1.926	11.975
23ª - MT	10.212	958	26	246	136	382	1.312	12.890
24ª - MS	9.568	785	7	83	92	175	1.420	11.955
Total	768.206	50.822	3.532	19.606	5.435	25.041	135.708	983.309

Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2017.

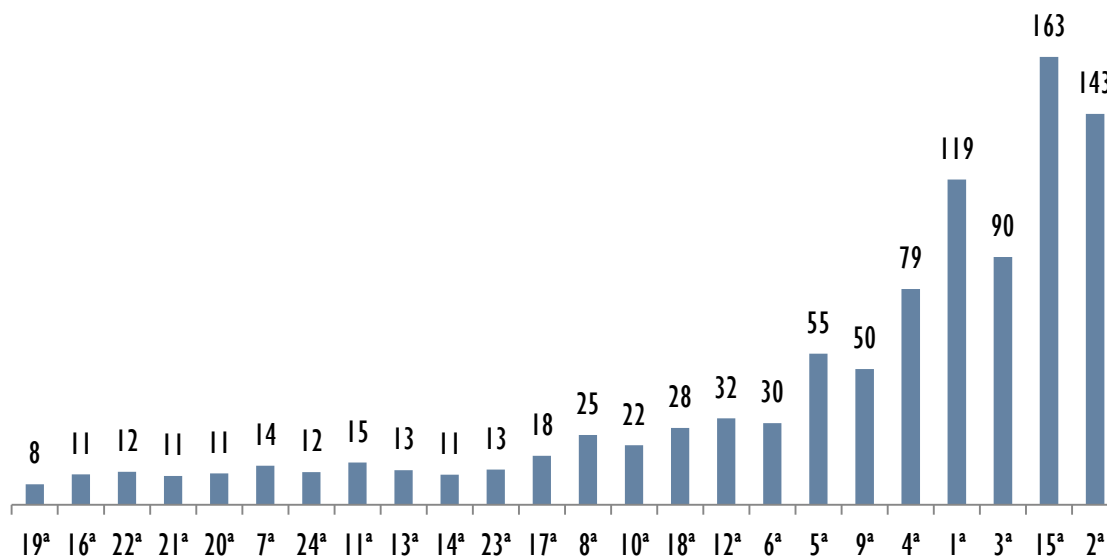
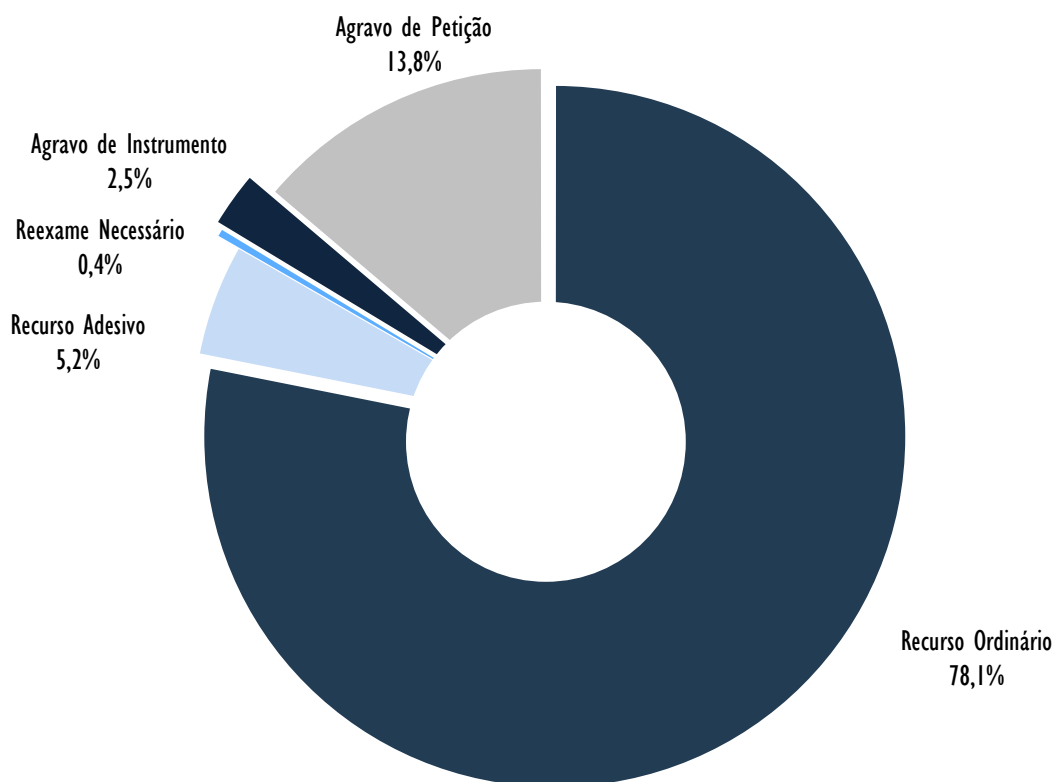


Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2015-2017

Recursos	2015		2016		2017		Variação percentual (%)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	2015-2016	2016-2017
Recurso Ordinário	709.607	80,5%	720.619	78,7%	768.206	78,1%	1,6%	6,6%
Recurso Adesivo	54.560	6,2%	51.720	5,6%	50.822	5,2%	-5,2%	-1,7%
Reexame Necessário	5.463	0,6%	4.062	0,4%	3.532	0,4%	-25,6%	-13,0%
Agravo de Instrumento	22.353	2,5%	23.198	2,5%	25.041	2,5%	3,8%	7,9%
Agravo de Petição	89.576	10,2%	115.951	12,7%	135.708	13,8%	29,4%	17,0%
Total	881.559	100,0%	915.550	100,0%	983.309	100,0%	3,9%	7,4%

Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2017.



4.9. Requisições de Pequeno Valor

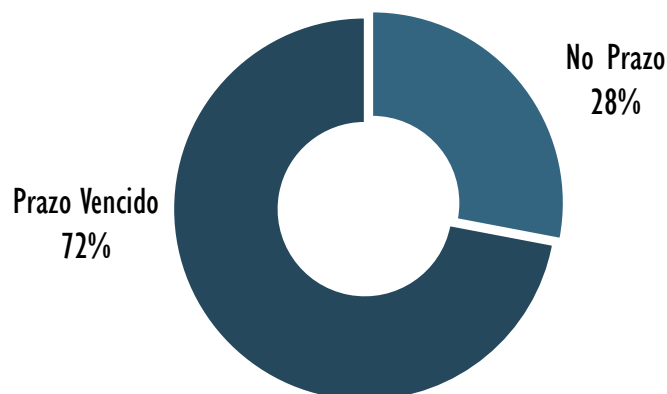
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2017.

Região Judiciária	Expedidas ao Órgão Devedor	Quitadas			Pendentes de Quitação em 31/12/17				
		Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta		Adm. Indireta		Total
					No prazo	Prazo vencido	No prazo	Prazo vencido	
1ª - RJ	1.904	156	40	196	379	109	407	109	1.004
2ª - SP	4.794	-	77	77	-	2	4	112	118
3ª - MG	670	1.051	103	1.154	46	1.975	4	323	2.348
4ª - RS	1.162	119	4	123	1.071	352	291	61	1.775
5ª - BA	695	1.687	9	1.696	203	3.642	6	27	3.878
6ª - PE	2	-	-	-	-	-	-	-	-
7ª - CE	464	93	3	96	7	1.037	-	13	1.057
8ª - PA e AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9ª - PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10ª - DF e TO	35	1	-	1	5	203	1	16	225
11ª - AM e RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12ª - SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13ª - PB	49	23	11	34	74	-	117	-	191
14ª - RO e AC	14	17	1	18	-	4	-	2	6
15ª - Campinas/SP	482	700	369	1.069	20	1.808	-	728	2.556
16ª - MA	155	413	2	415	480	-	-	-	480
17ª - ES	419	27	7	34	35	550	-	112	697
18ª - GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19ª - AL	-	-	-	-	-	53	-	-	53
20ª - SE	15	4	4	8	-	-	-	-	-
21ª - RN	312	949	11	960	1.389	7	25	-	1.421
22ª - PI	709	221	-	221	44	594	-	13	651
23ª - MT	23	-	-	-	-	-	-	-	-
24ª - MS	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Total	11.904	5.461	641	6.102	3.753	10.339	855	1.516	16.463

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2017.



ÍNDICE REMISSIVO

Relatório Analítico

I. Estrutura Organizacional

Figura 1. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho. 2016	13
Figura 1.2. Ministros do TST. 2016.	14
Figura 1.3. Desembargadores dos TRTs. 2016.	14
Figura 1.4. Juizes do Trabalho. 2016.	15
Figura 1.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2016.	15
Figura 1.6. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2016.	16
Figura 1.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.	17
Figura 1.8. Servidores em Atividade nos TST. 2016.	18
Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2016.	18
Figura 1.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.	19
Figura 1.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2016.	20
Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2015-2016.	21
Figura 1.13. Produtividade da JT. 2015-2016.	21
Figura 1.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2016.	22
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2016.	23
Figura 1.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	24
Figura 1.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.	25
Figura 1.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	26
Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.	27
Figura 1.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	28
Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.	29
Figura 1.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	30
Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.	31
Tabela 1.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.	14
Tabela 1.2. Cargos de Juizes do Trabalho. 2016.	15
Tabela 1.3. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. 2016.	16
Tabela 1.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.	17
Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.	18
Tabela 1.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.	19
Tabela 1.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2016.	20
Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2015-2016.	21
Tabela 1.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2016.	22

2. Despesas, Arrecadação e Pagamentos

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2006-2016.	33
Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2016.	34
Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2016.	35
Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2016.	36
Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2016.	37
Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016	38
Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2007-2016.	40
Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais).2007-2016.	40
Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	37
Tabela 2.2. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2016.	38

3. Litigiosidade

Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2016.	41
Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam mais de 1.500 Casos Novos. 2016.	42
Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2016.	43
Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	43

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	44
Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2007-2016.	44
Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2007-2016.	45
Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2007-2016.	45
Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2016.	46
Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2016.	46
Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.	47
Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias do Trabalho. 2016.	47
Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	48
Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2007-2016.	48
Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	49
Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	49
Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2016.	50
Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	50
Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2016.	51
Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	51
Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	52
Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2007-2016.	52
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2007-2016.	53
Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2016.	53
Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2016.	54
Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2007-2016.	54
Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	55
Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2007-2016.	55
Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2007-2016.	56
Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2006-2016.	56
Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2016.	57
Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2016.	57
Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2016.	58
Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2016.	59
Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.	59
Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.	59
Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2016.	60
Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2016.	61
Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.	61
Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.	61
Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	62
Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.	63
Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	63
Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	64
Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2007-2016.	64
Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	65
Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	65
Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2016.	66
Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	66
Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2016.	67
Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	67
Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	68
Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2007-2016.	68
Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2007-2016.	69
Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2007-2016.	69
Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2016.	70
Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.	70
Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2016.	71
Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	71
Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2016.	72
Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	72
Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2016.	72
Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	73
Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento.) 2016.	74
Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2016.	75
Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76

Figura 3.65. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.	77
Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2016.	78
Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2007-2016.	78
Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.	79
Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2016.	80
Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016.	81
Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2014-2016.	81
Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2016.	82
Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016.	83
Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016.	83
Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2016.	84
Figura 3.76. Taxa de Reforma de Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016.	85
Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2014-2016.	85
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2016.	86
Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	87
Figura 3.80. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	88
Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	88
Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2007-2016.	89
Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.	89
Figura 3.84. Execuções Encerradas em relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	90
Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação à Iniciadas na 1ª Instância. 2016.	91
Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2015-2016.	92
Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2016.	93
Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	93
Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	94
Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2007-2016.	94
Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	95
Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2007-2016.	95
Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2007-2016.	95
Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2016.	96
Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2016.	96
Figura 3.97. Prazo Médio de um processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	97
Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2016.	98
Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2016.	98
Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2016.	98
Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2016.	99
Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.	100
Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.	101
Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.	101
Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2016.	102
Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2016.	102
Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2016.	42
Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	73
Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016.	74
Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.	77
Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.	79
Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2017-2016.	80
Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2017-2016.	82
Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão da 1ª Instância. Recursos Ordinários. 2017-2016.	84
Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2016.	86
Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	90
Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2016.	91
Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.	100

Relatório Demonstrativo

I. Justiça do Trabalho

Figura 1.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos). 1941-2016.	7
--	---

Figura 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2016.	8
Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2016.	9
Figura 1.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	10
Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais). 2016.	11
Figura 1.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2016.	12
Tabela 1.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho. 1941-2016	7
Tabela 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2016.	8
Tabela 1.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	10

2. Tribunal Superior do Trabalho

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2016.	15
Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST.	16
Figura 2.3. Casos Novos por Origem no TST. 2015-2016.	19
Figura 2.4. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2015-2016.	20
Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.	21
Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST. 2016.	22
Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2016.	23
Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.	24
Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2016.	24
Figura 2.10. Processos Julgados no TST, por Classe. 2015-2016.	25
Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2016.	26
Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2016.	26
Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2016.	27
Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2016.	28
Figura 2.15. Resíduo no TST. 2015-2016.	29
Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2016.	30
Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2016.	31
Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2016.	32
Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	33
Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2016.	34
Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	35
Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.	36
Figura 2.24. Recursos de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	37
Figura 2.25. Recurso de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2016.	38
Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	39
Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.	40
Figura 2.28. Recursos Ordinários Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	41
Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2016.	42
Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.	43
Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	44
Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2016.	15
Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST.	16
Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST. 2015-2016.	17
Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST, por Origem. 2015-2016.	18
Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2015-2016.	20
Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.	21
Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2016.	23
Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.	24
Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2015-2016.	25
Tabela 2.10. Processos Julgados por Órgão e Classe no TST. 2016.	26
Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2016.	28
Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2015-2016.	29
Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2016.	30
Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2015-2016.	32
Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2016.	33
Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2016.	34
Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	35
Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	36
Tabela 2.19. Recurso de Revista. Movimentação Processual no TST. 2016.	37
Tabela 2.20. Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2016.	38

Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	39
Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	40
Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2016.	41
Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2016.	42
Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.	43
Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	44

3. Tribunal Regional do Trabalho

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos).	47
Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância.	48
Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	49
Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	50
Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	51
Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	52
Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	53
Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2016.	54
Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.	56
Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.	58
Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.	60
Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.	62
Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2016.	64
Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2016.	65
Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2016.	65
Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2016.	66
Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.	67
Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2016.	68
Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2016.	69
Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2014-2016	70
Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2016.	71
Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2ª Instância. 2016.	72
Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Recebidos no TST. 2016.	73
Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2007-2016.	74
Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2016.	75
Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2016.	77
Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.	78
Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância (em Milhões de Reais). 2016.	79
Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.	47
Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.	48
Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	50
Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	52
Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2016.	54
Tabela 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.	56
Tabela 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.	58
Tabela 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.	60
Tabela 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.	62
Tabela 3.13. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2016.	64
Tabela 3.14. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.	66
Tabela 3.15. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2016.	68
Tabela 3.16. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2016.	69
Tabela 3.17. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2016.	70
Tabela 3.18. Recursos Remetidos ao TST. 2016.	71
Tabela 3.19. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2016.	72
Tabela 3.20. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST. 2016.	73
Tabela 3.21. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2016.	75
Tabela 3.22. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Tabela 3.23. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2016.	77
Tabela 3.24. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.	78

4. Varas do Trabalho

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2016	83
Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2016.	84
Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos).	85
Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.	86
Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.	87
Figura 4.6. Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	88
Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2016.	89
Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2016.	90
Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	91
Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	93
Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2014-2016.	95
Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	97
Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	99
Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	100
Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	100
Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.	102
Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016	104
Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2007-2016.	105
Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	106
Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	107
Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.	108
Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2016.	109
Figura 4.23. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	110
Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2016.	111
Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2016.	112
Figura 4.26. Total a Julgar (Processos de Execução). 2016.	113
Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2016	116
Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2016.	117
Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2016.	118
Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2016.	119
Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2016	120
Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2016.	121
Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016	122
Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2016	123
Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.	124
Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2016.	125
Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.	126
Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2016.	127
Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância.	85
Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2016.	87
Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2016.	89
Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	91
Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	93
Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2014-2016.	95
Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	97
Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	99
Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.	101
Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016.	103
Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	106
Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.	108
Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	110
Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	111
Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2016.	112
Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Anual. 2014-2016.	114
Tabela 4.17. Processos de Execução - Variação Percentual do Resíduo. 2014-2016.	114
Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2016.	116
Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2016.	117
Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2016.	118
Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2016.	119
Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2016.	120

Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2016.	121
Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2016.	122
Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.	124
Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.	125
Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2014-2016	126
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2016.	127

 **CESTP 2016**

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica